



MOVIMENTO

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 3, N. 7 - 8, OUT. 2017./ MAR. 2018. | **EDIÇÃO ESPECIAL**
VI CONFERÊNCIA NACIONAL DO MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA



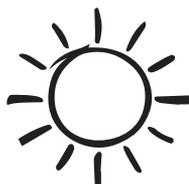




MOVIMENTO

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 3, N. 7 - 8, OUT. 2017./ MAR. 2018. | **EDIÇÃO ESPECIAL**
VI CONFERÊNCIA NACIONAL DO MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA



EDITORA
MOVIMENTO





Editores Etevaldo Teixeira
Roberto Robaina
Diretor Thiago Aguiar
Responsável Movimento Esquerda Socialista

Projeto gráfico e diagramação Adria Meira

Revisão Charles Rosa
Flavia Brancalion
Gustavo Rego
Pedro Micussi
Thiago Aguiar

Periodicidade Trimestral
7^a e 8^a edição. Ano 2018.

Autores que contribuem nesta edição: Alvaro Bianchi, Carolina Borghi Ucha, Danièle Linhart, François Chesnais, Giulia Tadini, Honório Oliveira, Israel Dutra, Leandro Fontes, Luciana Genro, Nahuel Moreno, Nancy Fraser, Pedro Fuentes, Roberto Robaina, Samir Oliveira, Santiago Alba Rico, Thiago Aguiar, Tito Prado.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 3, v.1, n.7 - 8 (out.2017 - mar.2018)–
Porto Alegre : Movimento, 2018.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo– Mundo.
3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política –
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2018





ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Thiago Aguiar 7

VI CONFERÊNCIA DO MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA

Sobre a situação mundial e as tarefas dos internacionalistas
na América Latina 11

Israel Dutra, Pedro Fuentes, Roberto Robaina e Tito Prado

Contribuição ao debate programático do MES/PSOL 39

Luciana Genro

VI Congresso do PSOL: Uma batalha que precisa seguir 53

Secretariado Nacional do MES

CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Segurança pública: até quando seguiremos enxugando gelo? 71

Luciana Genro e Samir Oliveira

Não à intervenção militar de Temer! Pela antecipação das
eleições ao governo do estado! 81

Honório Oliveira

INTERNACIONAL

Por uma Palestina laica, democrática e não-racista 87

Nahuel Moreno

Trump em Jerusalém: uma declaração de guerra 97

Santiago Alba Rico

Como a crise no Peru pode iniciar um novo marco na luta da
América Latina 103

Carolina Borghi Ucha

Uma breve introdução a Nancy Fraser 113

Giulia Tadini





Do Neoliberalismo Progressista a Trump - e além 119
Nancy Fraser

TEORIA

As dimensões financeiras do impasse do capitalismo 145
François Chesnais

De onde vem o sofrimento dos assalariados no século XXI?
Rupturas e continuidades entre gestão moderna e lógica taylorista 195
Danièle Linhart

Der junge Marx: a classe e o partido 213
Leandro Fontes

O léxico de Gramsci: hegemonia, guerra de posição e revolução passiva 227
Alvaro Bianchi

RESENHA

Outubro: Uma odisséia extraordinária 241
Israel Dutra

DOCUMENTOS

Pelo direito de Lula ser candidato 251
Secretariado Nacional do MES

Por uma candidatura do PSOL independente do lulismo em 2018 255
Israel Dutra e Thiago Aguiar





Apresentação

Thiago Aguiar¹

Esta é uma edição especial de nossa *Revista Movimento*. Como forma de contribuir para os debates que ocorrerão na VI Conferência Nacional de nossa corrente, o Movimento Esquerda Socialista, este volume reúne dois números da revista (7 e 8). Dessa forma, pretendemos oferecer à militância e a nossos aliados e leitores documentos que constam do temário oficial do evento, bem como materiais que possam subsidiar as discussões que se realizarão.

Para iniciar, estão publicados três documentos que serão apreciados pelos delegados da VI Conferência: um documento sobre a situação internacional apresentado pelo MES/PSOL e pelo Súmate/Nuevo Perú ao 17º Congresso Mundial da IV Internacional; uma contribuição de Luciana Genro ao debate programático de nossa corrente; e um balanço do Congresso do PSOL reunido em dezembro de 2017 elaborado pelo Secretariado do MES.

Na sequência, a seção nacional debruça-se sobre a crise de segurança pública nos estados brasileiros a partir das contribuições de Luciana Genro e Samir Oliveira, por um lado, além de artigo escrito por Honório Oliveira, dirigente do PSOL-RJ, logo após ser decretada intervenção federal na segurança pública fluminense.

Também oferecemos a nossos leitores uma seção internacional, que se abre tratando da questão palestina, recuperando um artigo de Nahuel Moreno a respeito do tema e a recente contribuição de Santiago Alba Rico sobre as implicações do reconhecimento de Jerusalém como capital israelense pelos Estados Unidos. A seguir, Carolina Ucha trata da crise no Peru após uma votação fracassada de impeachment que enfraqueceu o governo PPK e o indulto concedido ao ex-ditador Alberto Fujimori. Nancy Fraser

¹ Doutorando em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.





8 • MOVIMENTO

– cujo pensamento é introduzido por artigo de Giulia Tadini – encerra a seção com uma análise sobre a ascensão de Trump.

A seção teórica é aberta com artigo de fôlego de François Chesnais atualizando suas investigações sobre a financeirização do capital e os limites do capitalismo contemporâneo. Danièle Linhart, reconhecida socióloga do trabalho francesa, trata das rupturas e continuidades entre o taylorismo e a “gestão moderna” do trabalho, como forma de tratar das consequências desta última para a classe trabalhadora na atualidade. Leandro Fontes, por sua vez, trata do pensamento do jovem Marx inspirado no recente e interessantíssimo filme a seu respeito. Fechando a seção, Alvaro Bianchi encerra a exposição de conceitos de Antonio Gramsci que alimentaram as exposições de seu *Curso Gramsci*, ministrado em São Paulo e Porto Alegre em 2017.

Encerrando esta edição especial, Israel Dutra assina uma resenha sobre o instigante *Outubro* (Boitempo, 2017), romance histórico de China Miéville sobre a Revolução Russa. Na sequência, dois documentos recentes do MES são reproduzidos nesta edição impressa.

Na expectativa de uma VI Conferência de debates proveitosos para nossa corrente, desejo a todas e todos uma boa leitura deste volume!





**VI CONFERÊNCIA
DO MOVIMENTO
ESQUERDA
SOCIALISTA**





Sobre a situação mundial e as tarefas dos internacionalistas na América Latina

Israel Dutra, Pedro Fuentes, Roberto Robaina¹ e Tito Prado²

À guisa de introdução e de síntese

Este texto é uma contribuição centrada nas tarefas do próximo período em nosso continente. Para isso, partimos de algumas caracterizações sobre a situação mundial, que são indispensáveis para estabelecer uma política latino-americana.

Trump na presidência é a expressão da decadência de hegemonia dos EUA. Com seu governo, a instabilidade e o caos geopolítico se agravaram. Por outro lado, durante seu início de mandato, a resistência ganhou força nesse país. A superpotência, ainda que em declínio, é hoje um nó das contradições globais e um dos pontos centrais da luta de classes internacional.

Esta novidade se insere no quadro mundial de um “longo interregno” – para usar a expressão de D. Harvey –, consequência da imensa contradição entre a ocorrência da maior crise do sistema capitalista desde 1929 e a ausência de alternativas socialistas. Não se vislumbram no horizonte próximo alternativas socialistas e revolucionárias de massas que possam resolver ou superar de forma definitiva esta contradição.

Na consciência das massas, há um atraso na elaboração dessa resposta contundente – para dizer de modo mais concreto, o proletariado apresenta enormes dificuldades para se constituir como uma classe internacional. Objetivamente, o programa do socialismo está na ordem do dia num período de gravíssima crise. Entretanto, a classe operária não consegue desenvolver uma consciência socialista, nem há organizações que possam se transformar no curto prazo numa alternativa revolucionária com potencial para solucionar esta contradição de nossos tempos.

¹ Dirigentes do MES/PSOL- Brasil.

² Dirigente do Súmate – Peru.





Por isso, a classe operária não tem logrado triunfos decisivos contra a burguesia. Há tempos que não ocorrem a expropriação e a socialização de meios de produção e de troca. Tampouco os de cima podem impor golpes contrarrevolucionários sem a resistência dos povos. Esses dois fatores determinam o interregno. Não obstante, esta situação não significa de forma alguma que a realidade é estática; ao contrário, tudo vem se movendo. As elites globais descarregam sucessivos golpes econômicos contra a sobrevivência dos trabalhadores e dos povos. Desencadeia-se uma contrarrevolução econômica permanente ou uma guerra social contra os trabalhadores. Fazem-na às custas de maior crise e desprestígio de seus governos frente as massas. Por isso, as medidas são cada vez mais autoritárias e repressivas.

O movimento de massas, por sua vez, não permanece paralisado nesta situação. Os trabalhadores resistem à contrarrevolução econômica, enfrentam o autoritarismo e defendem heroicamente suas conquistas democráticas. Para ilustrar com alguns exemplos: na Europa, vimos a rebelião independentista catalã; na Tunísia, mobilizações estrondosas protagonizadas pela juventude trabalhadora, que colocaram em xeque a austeridade implementada pelos lacaios do FMI; no Irã, o regime dos aiatolás mais uma vez foi desafiado pela população nas ruas; na Argentina, jornadas radicalizadas bateram de frente contra as reformas de Macri; em Honduras, a fraude golpista das últimas eleições presidenciais vem sendo respondida com manifestações semanais; no Peru, permanece um alto grau de insatisfação mobilizada contra o indulto ao ditador Fujimori e pela renúncia de PPK.

Embora não encontremos alternativas socialistas consolidadas, o presente está marcado por novos processos políticos guiados por alternativas intermediárias que incorporam à situação mundial um elemento novo. Tais processos oscilam entre a adaptação e a ruptura, em distintos graus. Falamos do fenômeno Bernie Sanders e o crescimento do DSA nos EUA, da renovação do trabalhismo com Corbyn, o Bloco de Esquerda de Portugal, o Podemos





da Espanha, do MNP do Peru, a Frente Ampla do Chile e o PSOL do Brasil.

Nós, revolucionários, devemos seguir integrando estes movimentos. A claudicação do Podemos ante a rebelião independentista catalã mostra uma vez mais que há oscilações entre a adaptação e a ruptura no interior destes processos. Assim, o equívoco do Podemos prova ser indispensável a participação dos anticapitalistas e internacionalistas nesses movimentos, defendendo a radicalização da democracia interna, bem como um programa de ruptura inequívoca com a ordem vigente. Trata-se de uma disputa para orientá-los a um rumo anticapitalista.

Do ponto de vista das massas, a América Latina é parte dessa situação mundial cada vez mais sincronizada. O ajuste está na agenda de praticamente todos os países, generalizando a miséria e a pobreza, e aumentando os danos ao ambiente.

Na América Latina, vivenciamos o fim de um ciclo e o começo de outro. As grandes mobilizações na virada deste século provocaram a derrota dos governos neoliberais pró-imperiais, gestando um ciclo em que dominaram as direções do bolivarianismo e do lulismo (processos bem diferentes, um nacionalista radical e outro social-liberal). Com o retrocesso e a bancarrota destas direções, restabeleceram-se governos neoliberais (Temer, Macri) executores de planos brutais de ajustes. A luta sem tréguas contra eles deve ser o ponto central da luta dos latino-americanos.

E em nosso continente estão surgindo novos movimentos políticos amplos, dentre os quais destacamos o MNP do Peru, a Frente Ampla do Chile e o PSOL do Brasil, cada um com diferente incidência na política nacional e na luta de classes. A tarefa colocada é fazer parte da construção dos mesmos, defendendo um programa anticapitalista, de luta de classes e democracia interna. Também é tarefa muito importante dos socialistas internacionalistas latino-americanos estabelecer uma ponte com o rico processo que se vive nos EUA, vincular as lutas





de resistência em ambos os lados, barrar o muro de Trump e estreitar laços entre as forças antiimperialistas e anticapitalistas de ambos os lados do Rio Bravo. Trump reforça a necessidade de ligar as lutas no Norte e no Sul do continente americano.

A contrarrevolução econômica ou guerra social das classes dominantes

Há uma relativa recuperação econômica nos países centrais e uma retomada do crescimento nos países asiáticos. Trata-se de uma recuperação dos PIBs dentro da descendente curva geral iniciada várias décadas atrás. O motivo da recuperação relativa está no avanço da contrarrevolução econômica, que espreme as condições de sobrevivência da classe operária, dos setores populares e dos países atrasados. Por outro lado, não vem sendo implementadas mudanças estruturais na economia capitalista. As desigualdades e contradições se agravam nesta etapa histórica.

Não há espaço para uma nova acumulação capitalista expansiva porque não existe o desenvolvimento de novos ramos produtivos. Este processo cada vez mais deformado, dominado pela financeirização especulativa e pela acumulação capitalista destrutiva sobre a sociedade e a natureza, especialmente nos países de desenvolvimento atrasado. Como escreve François Chesnais em suas análises sobre a crise capitalista mundial, citando Marx, o capitalismo se choca com seus próprios limites intransponíveis³.

Os dados sobre o aumento da desigualdade global, fornecidos pela OXFAM são rotundos. Uma investigação recente do *Federal Reserve Bank* de San Francisco, feita a partir de uma ampla base histórica de dados, constata que a interminável desigualdade entre

³ “A exploração sem limites da força de trabalho comprada e a exploração sem limites e até o esgotamento dos recursos naturais – acompanhados a partir de meados do século XX por modos de produzir e de consumir que provocam o crescimento exponencial das emissões de gás de efeito estufa – vão juntas. Estão contidas na noção de capital e na inseparável produção de mercadorias, uma parte da qual é massiva e socialmente inútil. E sua produção material, é devoradora de recursos que não são ou são dificilmente renováveis assim como fortemente emissores de gases de efeito estufa”. (Chesnais, 2017). Ler em espanhol: <<http://vientosur.info/spip.php?article12231>>.





o patrimônio dos ricos e o crescimento dos PIBs (e a desigualdade destes com os salários) pode eclodir antes do previsto, conforme afirmava Thomas Piketty. Ademais, é importante ressaltar que esse processo é desigual entre os países.

A serviço dos ditames da grande burguesia, a contrarrevolução econômica contra os trabalhadores e os mais vulneráveis avança com três modelos de reforma: a reforma laboral, que visa liquidar com praticamente todas as conquistas históricas da classe trabalhadora; a reforma nas aposentadorias, que assalta o bolso dos trabalhadores transferindo parte de seu salário para os cofres dos patrões; a reforma tributária, que isenta a grande burguesia de pagar impostos, penalizando as finanças das classes médias e dos trabalhadores.

Aos planos de austeridade é preciso acrescentar a política neocolonialista impostas aos países de desenvolvimento retardatário. Os imperialistas espoliadores não são somente as velhas potências ocidentais. Tanto a China (economicamente mais agressiva) como a Rússia (em menor escala) buscam expandir as áreas de influência de seus capitais.

Neste contexto mundial seria um erro localizar a China ou a Rússia como um campo progressivo frente ao imperialismo; são neo-imperialismos, parte desta contrarrevolução econômica mundial. A decadência americana e a política protecionista de Trump abriram espaço para a China, cada vez mais forte na economia-mundo e com seu presidente Xi Jinping convertido no maior defensor da globalização. Os poderosos investimentos chineses em nosso continente não têm nada de benéfico para os latino-americanos. Seus objetivos são tão imperialistas como os dos EUA e as consequências são análogas para nossos países: submissão e dependência econômica, apropriação de recursos materiais mediante um extrativismo predatório. A burocracia ou a casta chinesa é parte do capitalismo mundial. Está associada organicamente às grandes corporações que dominam o mundo que atuam na China.





A dependência do capital financeiro internacional se traduz nos pagamentos das dívidas intermináveis. Deve-se somar também a agressiva política de despojo extrativista dos recursos naturais (mineração, agropecuária, prospecção petrolífera, etc.), naquilo que David Harvey identifica como uma nova forma de acumulação por expropriação.

É inegável que o capitalismo funciona cada vez mais deformado e com mais contradições. A sobrevida aflita deste sistema só pode representar maior agonia, pobreza e sofrimento para os trabalhadores e para as camadas mais empobrecidas, colocando um risco real para a vida humana na Terra.

A exploração generalizada à escala mundial dos trabalhadores e os mais pobres corrobora a percepção de que o mundo está cada vez mais sincronizado, sob a perspectiva da situação das massas. Além disso, todo o mundo sente a vertiginosa deterioração do meio ambiente, a exemplo das mudanças climáticas.

Trump agrava o caos geopolítico; Os EUA são agora um centro político importante da luta de classes

Os Estados Unidos se transformaram num centro político para a luta de classes mundial. Isso está ocorrendo desde a ascensão do degradante personagem à Casa Branca. Escandalosamente, o governo de Trump é a expressão mais clara do período de decadência americana, fato que acelera o caos geopolítico, sobre o qual trata Pierre Rousset⁴. O atual presidente dos EUA guarda similitudes assombrosas com os imperadores da decadência do império romano. Faz recordar um bombeiro louco que joga mais lenha no fogo para apagar o incêndio.

A política internacional de Trump (construção do Muro com o México, transferência da embaixada estadunidense para Jerusalém, troca de ameaças com Kim Jong-un – tentativas de

⁴ Ver em espanhol: <<http://vientosur.info/spip.php?article9505>>.





romper o acordo nuclear com o Irã) estão gerando mais conflitos, maior imprevisibilidade e contradições no imperialismo. Trump fez fortes apostas, algumas das quais mediadas pelo seu *staff* governamental; talvez a mais importante seja a transferência da embaixada estadunidense para Jerusalém. Isso o separou do restante dos imperialismos, mas ao mesmo tempo, revigorou a aliança com Netanyahu e com o sionismo.

No Irã, sua política também não é seguida pelo resto dos imperialismos que investem no país. Na Coreia do Norte, fez a jogada mais perigosa até agora, com a ameaça nuclear inconsequente. O resultado disso é o aumento da disputa com a China – que amplia seus investimentos militares e cria ilhas para dominar a região do Pacífico.

Para além de seus traços psicóticos, Trump é a expressão política de um nacionalismo exacerbado de “América em primeiro lugar”. Supremacista e racista, sua base eleitoral destila ódio contra os imigrantes, contra os países semicoloniais e pobres arrasados pelo imperialismo. A essência de seu histrionismo é o ódio racial.

A xenofobia que impulsionou Trump também pariu o mesmo tipo de “líder” nos países europeus. Há um setor social nos países imperialistas que culpa os imigrantes e refugiados pela deterioração de suas condições de vida. A despeito de sua questionável sanidade mental, Trump leva adiante uma política racional ao gosto do grande capital e da alta burguesia americana, como demonstrou a reforma tributária que eliminou mais impostos para estes setores. Trata-se de uma verdadeira contrarreforma impositiva, que assegura benefícios aos magnatas americanos, como jamais tiveram. O Partido Republicano e a alta burguesia do país estão felizes.

Estas medidas econômicas de Trump, bem como seus ataques aos imigrantes, negros e às mulheres, contam também com o apoio de uma importante parcela da população americana (40% dos eleitores aprovam seu governo). A seu favor também





está o fato de que os EUA vivem uma certa recuperação econômica (iniciada com Obama), tendo aumentado os níveis de emprego e de consumo⁵.

Entretanto, toda a sua agenda leva a uma polarização crescente da sociedade estadunidense. Aumenta o rechaço de um importante setor, assim como a radicalização e politização de parte do movimento de massas e o desenvolvimento de um movimento de resistência, cujo caráter é associativo, democrático, feminista, imigrante e negro. A reforma tributária não deixa mais ilusões junto ao povo de que Trump poderia empreender qualquer reforma radical contra a burguesia rica. Não por casualidade, frente à figura direitista de Trump, renova-se o prestígio de Bernie Sanders.

Durante o governo Trump, os ataques machistas têm recebido como resposta uma maior organização e mobilização do movimento de mulheres. Da mesma forma, o supremacismo branco, sempre que tenta erguer a cabeça, é confrontado sem hesitação pelo movimento negro. Já a tentativa de cortar o programa DACA e sua política de levantar o Muro na fronteira com o México, só fazem radicalizar a população hispânica contra ele. O povo mexicano, que já sofre com a repatriação dos imigrantes e com as desigualdades comerciais do NAFTA, tenderá a intensificar suas manifestações de rechaço a Trump. Por ora, a classe operária está por trás de todos estes processos.

A decadência e a crise dos regimes democrático-burgueses; crise de representação de seus partidos e os perigos do novo nacional-populismo

Trump é a expressão máxima da aparição de *outsiders* que aparecem a partir da crise de representação política da burguesia

5 As recuperações econômicas que ocorrem, se por um lado fortalecem a burguesia, por outro lado conferem segurança aos trabalhadores empregados para lutar por mais direitos e conquistas. No caso dos EUA, cresce a luta pelo salário mínimo de 15 dólares por hora.





mundial e a crise dos regimes democrático-burgueses.

Esta desintegração dos regimes expressa-se na derrocada e no desprestígio do velho bipartidarismo, consequência da perda de contato da partidocracia com as necessidades das massas, enquanto gerencia os negócios da grande burguesia. Nesta fase da globalização neoliberal se liquida com o estado de bem-estar e os aparatos estatais são cooptados pela grande burguesia, das quais tornam-se apêndices administrativos.

O descrédito dos partidos está vinculado ao fato que a corrupção que alcança a todos os Estados (e que é intrínseca ao capitalismo) se revela implacável neste estágio⁶.

Neste solo quase arrasado, desenvolvem-se os nacionalismos de direita, representando um grande perigo para a humanidade. Se sustentam em setores racistas das classes médias e no desespero de um setor dos trabalhadores que perdem empregos frente aos imigrantes. Com sua política contrária aos imigrantes atacam o setor mais vulnerável dos trabalhadores e suas reclamações democráticas. Mas também são uma reação ao avanço da consciência e da luta democrática das minorias, oprimidos, movimento LGBT e povo negro.

É necessário diferenciá-los dos nacionalismos progressistas na luta contra o imperialismo, tal como é o caso catalão e o caso dos países semicoloniais, coloniais ou dependentes da Ásia, África e América Latina. O nacionalismo de direita é uma nova ideologia utilizada também pelos neo-imperialismos de China e Rússia (enterrando a história de tradições revolucionárias de seus povos) com o objetivo de criar no interior de seus países uma consciência chauvinista acerca de sua força na ordem global.

6 O fenômeno da corrupção é uma questão orgânica do capitalismo acentuada nesta etapa de crise onde a burguesia procura mais e mais o retorno rápido. De conjunto, há uma lumpenização das classes dominantes que parte para a especulação financeira de curto-prazo, o narcotráfico, atividades ilegais ocultadas nos paraísos fiscais (como comprova o *Panama Papers*). Para isso, seus agentes governam disciplinadamente e as castas políticas corruptas reforçam sua ligação orgânica ou quase orgânica com estes setores. Nos negamos a dizer que a corrupção está somente nas castas políticas. Começa na grande burguesia, conforme demonstrado no Brasil, Peru e Venezuela, países alcançados pela Lava-Jato. Luta contra a corrupção é lutar também contra o capitalismo.





Diferenças dentro da política do imperialismo

A política do imperialismo mundial não é uniforme. De um lado, encontram-se Trump e May, promovendo políticas xenofóbicas e autocentradas. Do outro lado, estão os setores que tentam se diferenciar de Trump, buscando salvar aspectos basilares da globalização neoliberal; sua expressão mais aguda nos países europeus é Merkel.

O racismo exacerbado enceta conflitos entre os próprios setores burgueses. O Partido Democrata (EUA), Merkel (Alemanha), Macron (França), o Papa Francisco (Igreja Católica) se adaptam ao ascenso das lutas das mulheres, ao movimento LGBT e outras pautas dos oprimidos. Também rechaçam a política agressiva de Trump no Oriente Médio e no Irã, entre outras. São divisões reais das contradições inter-imperialistas. Não nos enganemos: buscam instrumentalizar estas pautas e o feminismo para defender sua política imperialista. E isso ocorre em grande parte do mundo. Enquanto encampam na aparência uma série de lutas democráticas muito progressivas, não perdem sua vinculação orgânica com as classes dominantes, cuja essência política é levar adiante a contrarrevolução econômica, estratégia em que coincidem todos os representantes burgueses.

A multiplicação da resistência dos trabalhadores, das lutas democráticas e das mulheres

O avanço da direita e do autoritarismo é real, mas não significa que a maioria das massas tenha se tornado direitista. Trump significa a restauração do reaganismo, inclusive com traços ideológicos profascistas mais exacerbados e mais perigosos, dado o aumento da instabilidade mundial. Será um perigo crescente, caso sua dinâmica não for detida; contudo, o trumpismo não apresenta a mesma estabilidade e consistência que tinham o thatcherismo e o reaganismo. A diferença é o contexto econômico:





hoje inexistente a possibilidade da expansão do capitalismo que abriu a queda do socialismo real. Além disso, há maior resistência do movimento de massas e uma maior consciência democrática que no período anterior, em que pese o retrocesso na consciência das massas em outros aspectos.

Não restam dúvidas de que se tem aprimorado o autoritarismo contra as mobilizações em todo o mundo. Todavia, a repressão não é suficiente para intimidar os jovens manifestantes, como podemos observar na Tunísia, no Irã e na Argentina nos últimos meses. A classe trabalhadora mundial segue travando verdadeiras batalhas contra as patronais, apesar do freio e da falta de determinação das direções e dos aparatos sindicais burocráticos. Na Europa, o operariado da IGMetal – que aglutina quase 4 milhões de trabalhadores– começou 2018 disposto a conseguir a redução da jornada de trabalho de 35 para 28 horas, através de uma onda de paralisações. Na Grécia, as vacilações do governo de Syriza são quase que semanalmente contestadas nas ruas pelas organizações que não capitularam.

Vale citar também Irã e Tunísia, onde jovens trabalhadores encheram as ruas de seus respectivos países, em rechaço aos pacotes de austeridade e em contraposição aos regimes políticos extremamente corruptos. Em Túnis, o governo necessitou ceder uma série de reformas sociais para acalmar a bronca coletiva que durante mais de uma semana se disseminou nacionalmente. Tais eventos confirmam o prognóstico Gilbert Achcar, feito em 2016, de que a revolução árabe era um longo processo e de que os triunfos contrarrevolucionários não seriam os últimos capítulos dessa história⁷.

7 No registro dos seis anos da revolução de 2011, Gibert Achcar alertava para o fato de que “O que começou na região árabe em 2011 foi, na verdade, um processo revolucionário de longa duração, desde o início impossível de prever se levaria anos, décadas, se poderia ou não alcançar um novo período de estabilidade sustentada sem a emergência de lideranças progressivas capazes de guiar os países árabes para fora da crise insuperável na qual se lançaram depois de décadas apodrecendo sob o despotismo e a corrupção” (Achcar, 2017). Ler em: <<http://blogjunho.com.br/o-sexto-aniversario-das-revoltas-arabes/>>





Ademais, pode-se destacar o papel da juventude e em especial das mulheres. Os estudantes têm sido os primeiros a questionar o neoliberalismo em diversas partes do globo. Do Canadá até a Argentina, praticamente toda a América experimentou fortes greves universitárias e estudantis contra a mercantilização do ensino nos últimos anos. Na Catalunha, o movimento pelo independentismo foi constantemente oxigenado pelas mobilizações estudantis.

A greve também foi o método utilizado pelas mulheres para amplificar ainda mais as bandeiras feministas. Há muito tempo não se via um 8 de março tão internacionalizado e classista quanto em 2017. Um pouco antes, em outubro de 2016, as polonesas derrotaram um projeto conservador contra o aborto cruzando os braços. As novas mobilizações das mulheres nos EUA prenunciam uma nova greve mundial no 8-M de 2018, que deverá potencializar ainda mais a ação comum internacionalista do ano passado.

Um novo período e um novo ciclo na América Latina; a relação entre América Latina e os EUA

Os EUA sob Trump tornaram-se o centro político e da luta de classes num mundo onde a interconexão entre Norte e Sul é mais estreita. Isso significa que os acontecimentos nos EUA repercutem política e socialmente em todo o mundo; e evidentemente na América Latina. Nós latino-americanos sempre tivemos a tendência de considerar os EUA como um todo indistinto entre povo e país. Agora temos aliados concretos e demandas em comum. A tarefa de expulsar o imperialismo de nossos países agora está associada à luta socialista no interior dos EUA. Uma grande parte do que nós denominamos “gringos” são nossos aliados estratégicos. É preciso agregar outras análises sobre os EUA às que estão na primeira parte deste texto⁸.

⁸ Uma questão é a política internacional do império; outra, a relação entre as massas latino-americanas e americanas. Precisamente o campismo vê o país como um todo, sendo incapaz de separar as classes sociais



Estruturalmente, os EUA se “latino-americanizaram”, visto que são um país com alto índice de pobreza e de grandes desigualdades sociais. Para os padrões norte-americanos, mais de 40 milhões de habitantes encontram-se abaixo da linha da pobreza, segundo estimativa recente. Além disso, muitas das “carências” de nossos serviços públicos estão presentes. Há um angustiante problema da saúde, cuja cobertura é totalmente privatizada. Na educação, idem: ocorre um processo de precarização das escolas públicas, enquanto os custos da educação universitária elevam-se anualmente.

Os EUA também se “latino-americanizaram” pela presença crescente da imigração latina. Hoje, cerca 40% da população norte-americana fala a língua hispânica. Neste sentido, o muro de Trump representa mais do que uma construção física para separar as fronteiras e impedir a passagem dos imigrantes. Para os latino-americanos, significará mais perseguição no interior dos EUA. Para ambos os lados (e especialmente para os trabalhadores e pobres dos EUA), derrotar o muro pode equivaler à queda de um símbolo do neopopulismo autoritário capitaneado por Trump.

Na América Latina, uma etapa e um ciclo de direções dos anos 2000 se fecham

A década de 2000, especialmente na América do Sul, foi um período no qual se produziu uma mudança na correlação de forças com o imperialismo em países-chave do subcontinente. No mesmo período, caíram os governos pró-imperialistas de Menem e depois de De la Rúa na Argentina; no Equador, sucessivos governos tombaram até a vitória de Rafael Corrêa; no Brasil, o desastroso segundo mandato de FHC possibilitou a vitória de Lula em 2002; na Venezuela, afirmou-se o processo

que os integram e as superestruturas contraditórias que as representam. Isso pode mudar, visto como ocorreu o grande fenômeno Sanders. Nos EUA escancara-se uma forte polarização, resultado das desigualdades crescentes, da luta por novos direitos sociais e das lutas dos trabalhadores. É preciso tomar esta situação para ter uma política anti-imperialista. Nós estamos a favor da integração da América em seu conjunto.



bolivariano depois da derrota do golpe de 2002 e da derrota do locaute patronal de 2003.

A maior expressão desta mudança foi a derrota da ALCA, um plano de neocolonização imperial com o qual os EUA tentavam assegurar ferreamente seu quintal. Tal mudança foi resultado de grandiosas mobilizações insurrecionais, verdadeiros processos revolucionários democrático-populares, onde a classe operária não atuou como tal, mas como parte da mobilização popular espontânea. Estas revoltas iniciaram-se no Equador em 1998 e seguiram com o *Argentinazo* em 2001; depois houve a Guerra do Gás (2005) e a derrota de Sanchez-Losada na Bolívia; em 2002, o golpe da direita entreguista da Venezuela foi bloqueado por uma resposta massiva nas ruas.

Durante grande parte deste período a economia latino-americana contou com o vento a favor dos bons preços das matérias-primas no mercado mundial (petróleo, carne, soja, minerais), graças à expansão acelerada da economia chinesa e de todo o sudoeste asiático. Apoiados nesse processo de mobilização surgiram na América Latina três tipos de governos:

- 1) Governos nacionalistas radicais: Chavez (Venezuela), Morales (Bolívia) e Correa (Equador) levaram adiante uma série de medidas anti-imperialistas e de ruptura política com a burguesia;
- 2) Os governos social-liberais de Kirchner (Argentina), Lula (Brasil) e Vazquez (Uruguai) que, apesar de não serem da burguesia tradicional desses países, não produziram nenhuma ruptura profunda com suas respectivas burguesias (exceto Kirchner que rompeu parcialmente com a burguesia rural para favorecer a industrial⁹);

⁹ Com vistas a diminuir os conflitos sociais, os governos do PT e o kirchnerismo usaram a conjuntura econômica favorável para fazer concessões e ajudas assistenciais/bolsas de estudos para as camadas mais pobres da população. Constatou-se também um relativo aumento do poder aquisitivo destes setores.





3) Os governos tradicionais de direita: Uribe na Colômbia, Concertação no Chile, PRI e PAN no México etc¹⁰. Estes diferentes tipos de governo mostram como o processo dos anos 2000 teve desigualdades, ainda que tenha alterado a correlação de forças.

Nos países bolivarianos (Equador, Bolívia e Venezuela) não só houve mudanças não tratamento dispensado ao imperialismo e à burguesia nativa, como também se gestaram profundas mudanças democráticas com os processos constituintes que institucionalizaram novos ordenamentos jurídicos. O mais profundo foi o da Bolívia, onde uma verdadeira revolução democrática conquistou o Estado pluriétnico, consagrando pela primeira vez direitos democráticos para a maioria indígena do país.

Duas direções surgiram neste período e foram polos de grande influência continental: Chávez e Lula

Chávez e Lula são produto desta etapa, mas foram qualitativamente diferentes. O primeiro foi anti-imperialista e, após a queda da ALCA, promoveu a ALBA como um acordo igualitário de comércio entre países, rompendo o isolamento ao qual esteve submetida Cuba durante décadas. O segundo fez uma aliança estreita com os bancos, as corporações de agronegócios e as grandes construtoras para que a multibrasileiras jogassem um papel sub-imperialista aproveitando o relativo retrocesso dos EUA com a derrota da ALCA.

O governo de Lula não mexeu na essência da política econômica de FHC. Governou com grandes expoentes da burguesia (Henrique Meirelles do *Bank of Boston* foi o presidente do BC de

¹⁰ No Peru, embora tenha havido a mobilização dos Cuatro Suyos que derrubou o regime de Fujimori, com Toledo subiu um serviçal da burguesia, cuja política não sofreu mudanças bruscas com Alan García.





2003 a 2010; Luiz Fernando Furlan, dono do maior conglomerado de alimentação do país, dominou o Ministério da Indústria; a Globo continuou escolhendo o Ministro da Comunicação, etc...), privilegiando a relação com os grandes complexos de construtoras de infraestruturas (associados ao petróleo e à petroquímica), as agroindústrias e os bancos. Utilizou os recursos dos grandes Bancos Estatais para favorecer estes setores no país e sua expansão sub-imperialista pelo continente¹¹. Este aspecto de sub, exercido também junto à África, foi facilitado pelo recuo dos EUA e porque em certa medida sua diplomacia soube “representar”, jogando um papel de sub-potência associada¹².

O Brasil foi um amortecedor que impediu o processo bolivariano de se “continentalizar”, isto é, a expansão da ALBA em escala continental. Esta era a tarefa que estava colocada para um desenvolvimento independente.

Como ponto em comum entre o chavismo e o lulismo está o fato de que muitos anos de governos deram origem a fortes aparatos estatais que alimentaram as burocracias privilegiadas. No caso do Brasil, a burocracia integrou-se como agente orgânica de grandes setores burgueses. Na Venezuela, Chávez e o PSUV (ainda que independentes da burguesia venezuelana) também impulsionaram um aparato burocrático do qual a partir deste uma boliburguesia pode acumular capital¹³.

O avanço reacionário

Este período da luta de classes muda de signo entre 2012 e 2015, com vários triunfos da burguesia. Os golpes em Honduras (2009) e Paraguai (2012) já haviam renunciado essa mudança.

11 Este carácter de sub não é nada novo, já que o Brasil desde a II Guerra Mundial tem sido o interlocutor privilegiado dos EUA na América Latina.

12 Associação conflitiva, como definiu o marxista brasileiro Marini.

13 No Brasil, o processo de unidade com a burguesia foi muito profundo, dirigentes petistas ganharam somas astronômicas, bilionárias, como demonstrou a Lava-Jato.





Contudo, as inflexões mais importantes à direita foram o triunfo de Macri nas eleições argentinas de 2015 e depois o golpe parlamentar no Brasil em 2016 que colocou Temer no Palácio Planalto para acelerar de modo muito mais feroz as medidas de ajuste que Dilma não dispunha base parlamentar suficiente para concretizar.

O marco geral de mudança está determinado pela entrada da crise de 2008 (ainda que de modo atrasado) no continente, provocando uma brusca descida nos preços do petróleo e das *commodities*. Essa crise obrigou o governo de Dilma a fazer um giro drástico depois de assumir seu segundo mandato em 2014. A morte de Chávez, caudilho das massas venezuelans que mantinha o vigor da revolução bolivariana, foi outro elemento fundamental para que a burguesia pudesse se fortalecer. Vale destacar que este processo não é uniforme e não ocorre de maneira similar em todo o continente.

Assim, criam-se as condições para a abertura de uma etapa de governos reacionários neoliberais (via eleições ou por golpe parlamentar) e a abertura de uma nova etapa. O giro ao bonapartismo do governo de Maduro é parte deste processo.

O desgaste sofrido por esses governos foi determinante para que a burguesia pudesse avançar com “personagens” de sua mesma classe. No Brasil, o PT sofreu um grande golpe em sua relação com o movimento de massas nas grandes jornadas de mobilização em junho de 2013. Dilma tentou contornar seu desprestígio nas eleições presidenciais de 2014 com um programa populista. Porém, quando iniciado seu segundo mandato, tentou tomar medidas reacionárias fazendo um giro de 180 graus no discurso de sua campanha eleitoral. Cristina também teve que tomar medidas duras. E com a aparição dos casos de corrupção, ambos os governos “progressistas” sofreram ainda mais desgaste no movimento de massas, facilitando suas respectivas derrotas (uma eleitoral, outra através de um golpe parlamentar).

Isso tudo evidencia que tais governos não tomaram nenhuma medida estrutural de fundo. Quando a burguesia viu que o PT já





não tinha mais capacidade para conter o movimento de massas nem aplicar as medidas pró-ajuste, escolheu o caminho do golpe reacionário disfarçado de impeachment e apoiado num setor da classe média que se deslocou para a direita. A mesma dinâmica social explica o triunfo macrista na Argentina nas últimas eleições.

Se no outro extremo Maduro sobrevive, é porque realizou um claro giro ao bonapartismo reacionário, utilizando a repressão dura contra as manifestações e negociando concessões com o imperialismo. Todas estas são políticas que agravam a crise venezuelana.

O indigenismo boliviano

Diferentemente da Venezuela e do Equador, a Bolívia não retrocedeu tanto. Isso se deve à grande conquista que foi o estado pluriétnico no qual os indígenas conseguiram maiores liberdades e postos importantes no estado, num país que sempre foi governado por uma minoria branca. Ao contrário do caso venezuelano, o movimento social logrou ser mais independente e menos agarrado ao aparato estatal.

Evo desfruta de maior estabilidade graças a esta política. A nacionalização do gás e do petróleo também lhe permitiram uma conduta mais independente, colocando fim à permanente crise da burguesia branca¹⁴.

Os “novos” governos neoliberais

A vitória eleitoral da direita na Argentina e o golpe parlamentar no Brasil abriram um período ou uma etapa de reação, antecipado em certa medida com os golpes em Honduras e no Paraguai. Os governos neoliberais neste período (Macri, Temer, PPK, Peña Nieto, J. M. Santos, Piñera, etc) não têm a mesma força de

¹⁴ Bolívia registra ao redor de 130 golpes de estado nos dois último séculos.



Menem e FHC nos anos 90, da mesma forma que o poderio de Trump não se equivale ao de Reagan.

Estes governos tentam até ser mais entreguistas que aqueles e mais malignos para os interesses nacionais. Por terem menos gordura nos índices de popularidade, colocam à venda tudo o que podem para as corporações estrangeiras, promovendo níveis de pobreza ainda maiores com suas reformas neoliberalizantes.

Todos têm sido abertamente pró-ianques, mas tiveram que readequar o discurso entreguista, já que o protecionismo de Trump joga contra isso. Os capitais especulativos e predatórios da China também disputam o continente, embora o domínio geopolítico militar do imperialismo estadunidense com suas dezenas de bases militares ainda seja nítido¹⁵.

Não podemos colocar um sinal de igualdade entre Maduro e Temer/Macri, porque provêm de origens diferentes. Entretanto, é inegável que Maduro é parte desse processo de reação. Seu governo não é a continuidade do chavismo. É politicamente a reação termidoriana do bolivarianismo.

Esse giro reacionário drástico, que engendrou novos governos liberais abertamente pró-imperialistas, ocorreu sem que houvesse uma derrota grave e direta do movimento de massas. Esta é a diferença com os anos 80, quando se deram sucessivos triunfos contrarrevolucionários por meio de golpes reacionários de estado. Por se inscreverem numa situação mundial, os governos de direita de hoje não têm a mesma força dos governos de décadas atrás.

Abriu-se uma grande batalha contra estes governos e seus planos neoliberais. Também há um processo de novas direções

É uma luta dura e que não está definida como foi em 2000. Embora haja grandes mobilizações, estas não alcançam a envergadura dos eventos da década passada. Entretanto, o fio mobilizador, ainda que

¹⁵ Não à toa, Temer fez três viagens para a China, esperando pressionar Trump para que o receba.



frágil, não foi rompido; houve continuidade e agora atinge o ponto culminante no Peru, onde a mobilização popular da juventude e dos trabalhadores vem desgastando o modelo neoliberal de Humala (cria política de Lula) e de PPK. Na Argentina, Macri gastou grande parte de seu capital político na aprovação da reforma da previdência¹⁶. No Chile, a luta dos estudantes contra o ensino privatizado permanece e assume contornos políticos com a emergência da Frente Ampla. Tampouco, podem ser esquecidos os ecos de junho de 2013 no Brasil.

As mobilizações acumulam força, porém o triunfo definitivo das mesmas não é fácil. A burguesia latino-americana decidiu prosseguir firme com sua contrarrevolução econômica. Não possui outro caminho ante a gravidade da crise. A política dos governos necessita golpes muitos duros. Assim está mostrando Macri, embora esteja se debilitando.

Um passo importante para pender a balança a favor será a queda do governo de PPK a partir da mobilização das massas peruanas. Aí, então, teríamos a primeira derrota real destes novos regimes neoliberais.

Peru, o ponto mais alto nesta conjuntura - Onde o neoliberalismo avança e a nova esquerda surge como uma alternativa de massas

A situação peruana requer um destaque especial. No Peru, conjugam-se vários elementos que tornam este país um foco fundamental da luta contra o neoliberalismo privatizador, predatório e extrativista. A agitação social se remonta às mobilizações campesinas e indígenas Bagualazo, à luta contra o extrativismo minerador em Conga e Tía María, à luta dos jovens que derrotou o plano de flexibilização laboral ou os empregos precarizados para os jovens, à greve dos professores que proporcionou uma revolução democrática

¹⁶ Ver as lutas do 'dois por um', da desapareição de Santiago Maldonado e das greves docentes.





dentro do sindicato SUTEP com uma nova direção. Agora, ecçpde, mobilizações democrático-populares contra o indulto ao ditador Fujimori, complicando ainda mais o governo neoliberal de PPK. Cumpre notar que o Peru foi o lugar onde a Lava-Jato foi mais efetiva, escancarando a corrupção dos últimos 15 anos.

O MNP está se convertendo no partido que canaliza a mobilização popular rumo a uma saída política e a uma ruptura com o velho regime. É um novo movimento político que superou a crise da velha esquerda peruana que se perdeu na conciliação de classes com a burguesia e no ultra-esquerdismo terrorista do Sendero Luminoso. Surgido da crise do nacionalismo de Humala, mostrou-se como um partido vivo que se apoia numa vanguarda política que já fez a experiência com os velhos processos.

Ante a crise aberta, o MNP teve algumas vacilações, mas terminou afirmando uma política de ruptura com o velho regime ao levantar as consignas contra o indulto vinculadas à saída de PPK e uma Nova Constituição. Toda crise de regime é uma prova e, nesta oportunidade, o MNP foi aprovado. Os acordos assinados recentemente com o MAS de Gregorio Santos, movimento cujo centro está em Cajamarca e que dirigiu a luta de Conga, é um passo adicional que consolida esta frente política prestes a se converter num polo para o movimento de massas.

No Brasil, acumulam-se forças em meio a incertezas não resolvidas da conjuntura

O Brasil é o país no qual predomina mais incertezas na atual conjuntura. A recente condenação de Lula significa que a burguesia brasileira afirma seu giro autoritário. As possibilidades de Lula ser candidato nas próximas eleições são quase inexistentes. O PSOL e o MES (ver as declarações no *Portal de la Izquierda*¹⁷) explicam o rechaço a este julgamento, quando Lula está em

¹⁷ Ver as declarações do MES: www.portaldelaizquierda.com/2018/01/boletin-especial-de-portal-de-la-izquierda-enero-de-2018-2





primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto. Trata-se de uma medida claramente discriminatória a serviço da grande burguesia brasileira que não quer que o PT retorne ao condomínio de poder do qual foi despejado em 2016. Já não é o instrumento necessário para sua política de contrarrevolução econômica.

O governo de Temer é frágil. Teve que sobreviver a dois pedidos de impeachment em decorrência de denúncias por seus conhecidos esquemas de corrupção. Vários ministros só foram nomeados para desfrutar do foro privilegiado¹⁸. Acumulando escândalos, Temer consegue ter o menor índice de aprovação em toda a história do país (incríveis 6%).

Como em meio a esta crise, o governo ainda pode aplicar medidas ou avançar em várias delas? Há um repúdio contra elas e uma resistência atomizada cresce. Porém, o governo conserva iniciativa, uma vez que porque a confusão no movimento de massas persiste. As direções sindicais e o próprio PT não enfrentam realmente o governo e colocam um freio na possibilidade de que se concretize uma potente greve geral¹⁹.

A conjuntura brasileira está confusa, porque os trabalhadores e o povo não construíram uma alternativa que superasse o PT, reorganizasse toda a vanguarda e fosse um polo para as massas. Contudo, o caminho está aberto estrategicamente. O PSOL ainda não é este polo, porém resiste e ganha credibilidade no movimento de massas.

O surgimento de novas alternativas na luta contra o avanço do neoliberalismo

Estes novos movimentos e novos processos políticos ocorrem não só no Peru ou no Brasil. No Chile, a Frente Ampla

¹⁸ Estes mesmos esquemas de corrupção são os que alcançaram toda a casta política da qual os governos do PT fizeram parte.

¹⁹ Em 28 de abril de 2017, houve um importante passo com uma greve geral, mas logo se levantou uma greve marcada para 30 de junho.





transformou-se numa frente política com influência de massas. Na Venezuela, embora isso seja mais difícil, as últimas eleições mostraram as rachaduras do Madurismo e a aparição de novas listas eleitorais impulsionadas pelo chavismo crítico. O México é um lugar de incógnitas e as próximas eleições podem indicar uma saída mais indigesta para a burguesia, haja vista a presença de candidaturas independentes - com destaque para a do zapatismo - e a possibilidade de triunfo de AMLO (que não consideramos um processo novo, já que é um candidato burguês, embora não seja o mesmo que Nieto ou o PAN).

Em Honduras, a resistência nas ruas da FNRP pode reanimar uma força política alternativa rejuvenescida na luta contra a fraude golpista. E na Argentina, o MST, de longa herança e trajetória na luta de classes junto a outras organizações trotskistas alcançaram um peso objetivo real tanto nas eleições como nas mobilizações. O classismo argentino está crescendo com muita força nas organizações sindicais, onde a burocracia sofre um grande desprestígio. Lamentavelmente, setores trotskistas se opõem a criar um polo conjunto para que este processo avance e seja uma alternativa de massas à velha, corrupta e desacreditada burocracia.

O interessante desta situação continental é que este fenômeno apareceu também com muita força nos EUA. Sanders mantém sua presença e paralelamente a este processo, mas de forma independente, a organização política DSA está avançando a passos geométricos. (É o partido socialista que mais cresceu no último período). Trata-se de uma organização socialista com uma estrutura militante e um funcionamento democrático que está na rua agora fazendo campanha por “Medicare for all”, que postula candidatos nas eleições e obteve quase vinte representantes eleitos, entre vereadores e deputados provinciais, no mais recente pleito.





Unidade de ação, frente única e política independente

Estes novos processos e direções têm uma dupla tarefa. Por um lado, uma política de unidade de ação ou frente única para promover contra o neoliberalismo. Isto é, ter uma política de mobilização de acordo com as direções burocráticas ou as velhas direções políticas em questões pontuais. É uma tática que não pode ser a política global, já que estas direções demonstram todos os dias que não são capazes de levar adiante a mobilização sem capitular. Daí ser fundamental sustentar uma posição independente, totalmente diferenciada politicamente das velhas direções.

É preciso estar dentro dos novos processos políticos defendendo um programa classista, anticapitalista e internacionalista

O fenômeno de novas alternativas não é somente propriedade de nosso continente; existe em outros lugares do mundo e vai crescer pela crise das velhas direções. Todas as novas alternativas políticas, ou melhor dizendo, as direções deles, vivem a encruzilhada entre a adaptação ao velho regime ou a ruptura com o mesmo. É uma pressão objetiva que se põe à prova em momentos agudos da luta de classes. Por exemplo, o “Ni Ni” de Iglesias terminou sendo de adaptação ao Estado pós-franquista²⁰. No Peru, vimos que o MNP superou primeira encruzilhada, mas outras podem vir. No Brasil, o PSOL tem em seu interior uma luta política contra posições mais adaptacionistas, neste caso em relação ao PT.

20 Não se podia exigir que Iglesias apoiasse ferrenhamente o independentismo catalão, o qual carece de simpatia no restante de Espanha. Mas como muito bem observam os companheiros do Sin Permiso, o regime pós-franquista de 78 vive uma crise sem saída. E ante esta situação, Iglesias não transcende a crítica ao 155, quando o que está colocado ante a falência do regime pós-franquista é um novo Processo Constituinte que consiga uma nova forma de convivência entre as nacionalidades no Estado Espanhol.





É um grave erro cometido pela esquerda sectária definir que o signo destas novas alternativas é a adaptação e a conciliação de classes. Esta falsa conclusão leva ao combate contra estas alternativas, seja do lado de fora seja do lado de dentro através de uma política “entrista”. As duas são políticas equivocadas que isolam as correntes revolucionárias dos processos objetivos da re-elaboração de uma consciência de classe revolucionária para os trabalhadores.

Estes processos são um lugar fundamental para avançar nesta direção. E por isso é necessário participar deles, construindo-os ao mesmo tempo em que se defende em seu seio um programa anti-imperialista, anticapitalista e sua democracia interna. Ou seja, há uma disputa em seu interior.

O resultado não está pré-determinado (como diz o setor sectário da esquerda); dependerá não só das intenções dos dirigentes, mas também da situação da luta de classes que impulse mobilizações, como está ocorrendo no Peru, e que em seu interior organizem e desenvolvam a esquerda anticapitalista. É preciso ter a “mão firme”; defender a democracia interna e um programa de ação e de ruptura com o regime; apostar no desenvolvimento da mobilização e da unidade com os processos vivos da luta de classes; disputar no terreno eleitoral e no terreno da mobilização; defender uma política internacionalista em seu interior.

Um desafio internacionalista para os socialistas latino americanos e dos EUA

Precisamente, uma das maiores dificuldades que enfrentamos para levar adiante esta política anticapitalista é evitar o isolamento nacional e praticar um internacionalismo concreto. Ainda não há a nível internacional um polo objetivo real que seja uma alternativa e que ajude a construção desta política e que seja um contrapeso às pressões nacionais.





É uma tarefa fundamental avançar neste objetivo. Neste sentido, a vanguarda e organizações participantes destes processos teriam que se colocar o objetivo de fazer tarefas comuns, campanhas e seminários para agrupar estes processos amplos e dentro deles consolidar as correntes internacionalistas.

Nosso dever é tentar levar isso adiante em nosso continente, onde não falta espaço para tanto. O fim do ciclo significou também o fim do Foro de São Paulo que agrupava a velha esquerda latino-americana, mas também infelizmente o fim dos movimentos sociais da ALBA, que hoje não deixam de ser outra coisa que um apêndice à política bonapartista de Maduro. Eles deixaram um vazio e a tarefa é preenchê-lo.

Isso significa propor estes objetivos ao MNP, ao PSOL, à Frente Ampla chilena, ao FNRP de Honduras, forças que hoje em dia estão tendo mais incidência na luta de classes social e política em seus países. E é preciso somar aos latino-americanos os companheiros socialistas dos EUA. Eles também podem jogar um papel importantíssimo para superar o atual vazio e abrir uma nova perspectiva para fortalecer a luta contra Trump e o neoliberalismo. Porque, como já dissemos, a tarefa da luta contra Trump é construir uma frente anti-Trump, anticapitalista e anti-imperialista em ambos os lados do rio Bravo. Não é somente enfrentar o Muro de Trump, mas também sua política destrutiva do meio ambiente, seu apoio às grandes corporações extrativistas, sua política contra a discriminação racial e de expulsão dos imigrantes.

É tarefa dos latino-americanos construir este encontro, fazer uma “ponte de prata” para entrelaçar nossas reivindicações e lutas. Derrotar o imperialismo em nossos países é derrotar as grandes corporações e os capitais financeiros dos quais a metade têm sede nos EUA.

A tarefa de uma nova organização internacional que seja um polo real para luta tem passos concretos. Na América e na Europa, a tarefa é unir os movimentos e os anticapitalistas que têm como





inimigo comum a *troika*. A IV (SU) pode desempenhar um papel muito importante para isso. Deveria apoiar esta ideia e também tomá-la em suas mãos.

Apostar na classe operária e no internacionalismo

Em todos estes processos, nossas organizações precisam manter no alto o programa o programa do socialismo. Este não foi derrotado nem tampouco seu sujeito histórico, a classe operária. Este longo interregno ou impasse exige mais consciência política por parte dos socialistas nos processos amplos e na intervenção na luta de classes.

Contra a opinião de que a classe operária encontra-se dormindo e não vai despertar, vale olhar o processo desde um ponto de vista estratégico. A crise do capitalismo se agrava. Por outro lado, os trabalhadores crescem em número a nível mundial; basta ver o desenvolvimento que ocorre em toda a Ásia. Não por casualidade, crescem os socialistas nos EUA e se produz uma renovação interna no trabalhismo inglês, sustentado numa das classes operárias mais poderosas do mundo. Estamos falando do primeiro e do quinto país mais poderosos do mundo.

O socialismo será internacional ou não será. O socialismo se apoia neste processo objetivo que está longe de morrer, uma classe operária internacional







Contribuição ao debate programático do MES/PSOL

Luciana Genro¹

Os dados sobre a desigualdade social no Brasil são chocantes. Um estudo recente da Oxfam revelou que seis pessoas concentram, juntas, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país.

Estes seis homens bilionários poderiam gastar R\$ 1 milhão por dia e ainda assim levariam 36 anos para esgotar suas fortunas. O mesmo estudo revela que os 5% mais ricos possuem a mesma renda que os 95% restantes. E que 0,1% da população brasileira recebe mensalmente um valor que quem vive de salário mínimo levaria 19 anos para conseguir.

O relatório da Oxfam também demonstra que as mulheres só terão equiparação salarial com os homens em 2047. E a população negra alcançará a mesma renda que os brancos apenas em 2089.

É impossível não se escandalizar com estes números. O sistema capitalista é responsável por esta realidade brutalmente desigual e já deu provas de que não é capaz de muda-la para melhor. Sem uma mudança estrutural esta realidade não será transformada. É preciso uma revolução anticapitalista e socialista no Brasil.

Um novo modelo

A queda do muro de Berlim, em 1989, inaugurou simbolicamente uma nova fase, na qual entre tantas outras coisas se debateu abertamente o fracasso do “socialismo realmente existente” – ou seja, o stalinismo e suas variantes. Para Mandel, já em 1990, a crise do socialismo constituiu-se em uma crise da prática dos socialistas, produto do fracasso histórico do stalinismo e da socialdemocracia. Uma crise de credibilidade de um projeto que já não convence a geração atual de que o socialismo é possível, necessário e útil².

¹ Advogada, dirigente do PSOL e do MES.

² MANDEL, Ernest. Situação e futuro do socialismo. In: O socialismo do futuro. Revista de debate político. Vol. 1, nº 1, mai. 1990. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990, p. 82





Mas, como escreveu Badiou, “o aparente fracasso, às vezes sangrento, de acontecimentos profundamente ligados à hipótese comunista foi e ainda é uma etapa de sua história” e “o fracasso, desde que não provoque o abandono da hipótese, é apenas a história da justificação dessa hipótese”³.

A “tentativa e erro” é única forma de acertar, e a análise teórica de alguns problemas estratégicos pode contribuir neste processo. Ainda segundo Badiou,

Todo fracasso é uma lição que se incorpora por fim na universalidade positiva da construção de uma verdade. Para isso, é preciso localizar, encontrar e reconstituir o ponto a respeito do qual a escolha foi desastrosa. Em linguagem antiga, podemos dizer que a lição universal de um fracasso encontra-se na correlação entre uma decisão tática e um impasse estratégico⁴.

Este fracasso das experiências do “socialismo realmente existente” levou a um fortalecimento do reformismo no âmbito da esquerda. As experiências de partidos de esquerda que chegaram ao poder nas últimas décadas são marcadas pela adaptação ao funcionamento do Estado burguês de forma absolutamente integrada aos interesses essenciais da burguesia.

O Brasil não fugiu deste *script*. Desde 2003 até o impeachment foram 13 anos de governo liderados pelo PT em conjunto com as frações financeiras e oligárquicas da burguesia, cujos interesses permaneceram intocados. É possível ver claramente o elo de continuidade dos interesses da burguesia rentista desde Lula de 2003 até Michel Temer: O início do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi marcado pela escolha de Henrique Meirelles⁵ para a presidência do Banco Central. O fim melancólico do governo de Dilma Rousseff (2011-2016) foi marcado pela nomeação, logo depois da reeleição, em 2014,

3 BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 10.

4 BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 25.

5 Henrique Meirelles, atual Ministro da Fazenda, foi presidente do Banco Central dos dois governos de Lula (2003 a 2011) Oriundo do setor financeiro, foi presidente do Bank Boston e era deputado federal eleito pelo PSDB quando foi convidado por Lula para presidir o Banco Central. Após o impeachment de Dilma voltou para o governo como Ministro da Fazenda de Michel Temer.





de Joaquim Levy⁶ como ministro da Fazenda, o qual acabou substituído pelo mesmo Henrique Meirelles após Dilma ser derrubada por um impeachment com características de golpe palaciano-parlamentar.

A reação do movimento de massas foi praticamente inexistente. Os governos petistas foram marcados pela desmobilização do movimento de massas e cooptação de suas organizações, sempre apostando na ilusão de que a conciliação de classes era a estratégia correta para governar. O desastre da experiência petista levou ao crescimento do PSDB e ao aparecimento de uma direita mais orgânica e ideológica.

Como escrevemos no documento “Sobre o MES – Um pouco do que somos e o que defendemos”, o grave erro do programa democrático e popular foi desconsiderar duas questões determinantes: a) somente poderosas lutas sociais, confrontos de classe e o poder dos trabalhadores podem realizar um plano de emergência popular; b) a burguesia é opositora radical desse programa. Por isso é preciso preparar-se para os confrontos inevitáveis antes, durante e depois da conquista do poder dos trabalhadores. O reformismo via parlamentar do PT transformou-se em um reformismo sem reformas, um social liberalismo.

Estrategicamente, um projeto socialista/comunista tem fundamento na extinção da exploração do trabalho e da alienação. Baseia-se na transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e no aprofundamento da democracia. Um modelo econômico que suprima a separação entre produção e apropriação da riqueza social. A consequência será o desaparecimento do mercado como forma de distribuição de riqueza e sua substituição por mecanismos sociais que garantam a subsistência digna para todos.

Este projeto precisa visar à destruição do Estado capitalista, com a consciência de que não basta assumir o governo e tentar,

⁶ Joaquim Levy foi Ministro da Fazenda do governo Dilma (2015), com a missão de fazer o ajuste fiscal. Trabalhou nos governos de FHC e no FMI.





sob o mesmo modelo de Estado, fazer reformas. Serão necessárias novas instituições, que aprofundem a democracia e possibilitem a participação efetiva do povo na política. Para isso, será preciso uma verdadeira revolução social e na consciência, emergindo um homem novo, com padrões de consumo distintos dos atuais, que são insustentáveis do ponto de vista da sobrevivência do planeta⁷.

A necessidade de ter como horizonte a extinção o Estado é um dos mais importantes embates travados por Lênin. Ele chega a definir a ideia de um “Estado livre do povo” como uma palavra de ordem de agitação, mas sem precisão científica⁸, pois “qualquer Estado não é livre nem do povo”⁹. Para Lênin, após a revolução será constituído um “semi-Estado”¹⁰ que, no entanto, deverá perecer, pois embora o Estado possa “aparecer” como um órgão de conciliação de classes, os interesses de classe são inconciliáveis¹¹.

A revolução proletária é impossível sem a destruição violenta da máquina de Estado burguesa e a sua substituição por uma nova que, segundo as palavras de Engels, ‘não é já um Estado no sentido próprio’¹².

Um programa de transição

O nosso programa é um programa de transição anticapitalista baseado na mobilização pelas reivindicações mais básicas e necessárias das classes trabalhadoras, pelas demandas econômicas, sociais e pelos direitos civis. Um programa que dialogue com a luta das mulheres contra o machismo e a violência, com a luta da negritude contra o racismo estrutural de um sistema que condena a população negra à marginalização e ao extermínio, com a luta da população LGBT por igualdade, cidadania e reconhecimento.

7 MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução*. Hegel e o advento da teoria social. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 105-109

8 Lênin, Vladimir Ilich. *O Estado e a Revolução*. Obras escolhidas Edições Avante! Lisboa: 1985, p. 201.

9 *Idem Ibidem*, p. 203.

10 *Idem Ibidem*, p. 202.

11 *Idem Ibidem*, p. 193.

12 LENINE, VI. *Obras escolhidas 3*. A revolução proletária e o renegado Kautsky. São Paulo: Alfa -ômega, 1980, p. 11





Um programa pela mobilização que incentive a organização do povo e que vá levando a conclusão de que é preciso um novo poder, um poder do próprio povo, dos trabalhadores, da classe média empobrecida e dos que querem uma destruição completa das atuais formas de fazer política.

Os movimentos que se multiplicaram pelo mundo desde 2011 e tiveram sua expressão no Brasil em junho de 2013 apontam para uma luta antissistema que pauta, das formas mais variadas, a busca por direitos e democracia real. Esses movimentos ainda não têm um horizonte afirmativo mais completo, mas enquanto negação do modelo dado são fundamentais para a construção do novo.

Como disse Vladimir Safatle no seu mais recente livro, “a política é a crença improvável e aparentemente louca de podermos ser outros, viver de outra forma”¹³. Mas as forças hegemônicas da burguesia levam a maioria do povo a acreditar que a forma que vivemos é a única possível, e que qualquer mudança estrutural é improvável, se não impossível. Acreditar nisso, isto é, não permitir que o povo acredite na mudança, é a única forma de manter e opressão e a exploração em um grau mínimo de questionamento. Para Gramsci, por intermédio do Estado a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação, mas também busca o consentimento ativo dos dominados¹⁴.

Por isso debater um programa de mudanças reais não é tarefa fácil e precisa começar por fazer a ponte entre a utopia (no sentido que Ernest Bloch lhe dá, uma possibilidade latente ainda não realizada) e a vida material real e concreta. Um programa antissistema que comece com ousadia pelo questionamento da institucionalidade na qual estamos inseridos, o Estado Democrático de Direito, que de democrático tem muito pouco.

13 SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017, p. 133

14 GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 234-235.





Pontos para um programa antissistema

A organização e a mobilização popular é o melhor antídoto contra uma casta política que só pensa em seus privilégios e sobrevivência. Um programa de mudanças estruturais só poderá ser aplicado em um contexto de organização do povo, pois o andar de cima não vai entregar seus privilégios facilmente. Fortalecer a organização de base, os movimentos independentes e trabalhar por um novo tipo de junho de 2013, um junho com um programa claro de mudanças é o caminho. Vejamos alguns pontos essenciais deste programa necessário:

1) Por democracia real

A estrutura política brasileira tem por base a relação promíscua entre o capital e a casta política. O parlamento é apenas minoritariamente uma caixa de ressonância dos interesses do povo. Como instituição e na sua maioria representa os interesses das oligarquias e dos capitalistas. Não podemos ter como estratégia simplesmente a conquista de uma maioria. O necessário é a destruição desta institucionalidade e sua refundação através de uma participação real do povo nas decisões políticas e administrativas. Safatle define bem:

Um povo livre nunca delega sua soberania para quem quer que seja. (...) Deputados e presidentes não são 'representantes do povo': no máximo são seus 'comissários', como dizia Jean Jaques Rousseau. Por isso uma verdadeira democracia deveria ter, ao lado dos poderes Executivo e Legislativo, a figura da assembleia popular a ratificar leis ligadas ao orçamento, reformas constitucionais, situações de emergência, guerras, assim como apor seu aceite ou sua recusa a tudo aquilo que uma minoria qualificada da população percebe como objeto de discussão em assembleia. (...) O povo deve ter as estruturas institucionais que lhe permitam continuamente se defender de quem procura lhe usurpar o poder. (...) Governar aparece como uma forma de garantir as condições para que os sujeitos se dirijam a si mesmos. Para tanto, o Estado deve passar por uma mutação. Ele deve tender a uma forma regulação dos processos econômicos até a abolição da sociedade do trabalho, sociedade que submete a atividade humana ao mero processo de valorização do valor, pois os processos regulatórios não devem visar apenas à limitação da concentração e





das estruturas de monopólio. Elas devem liberar a atividade humana da sua colonização pelas formas do trabalho produtor de valor. Isso exige uma outra forma de organização da produção que só pode emergir quando a deliberação política voltar às mãos da imanência da soberania popular¹⁵.

Ampliar a democracia e buscar que ela seja real e não uma mera ficção jurídica é um passo fundamental na transição, assim como a plena soberania do povo, a democracia direta e a participação cidadã nas decisões de governo. Todo o poder soberano, quando constatada uma inadequação entre a vontade popular e a ordem jurídica, tem o direito e o dever de suspender o ordenamento jurídico vigente para devolver a soberania ao seu titular, o povo. Uma assembleia constituinte eleita com regras verdadeiramente democráticas é um passo neste caminho de construção de uma democracia real. É fundamental também a anulação das reformas antipopulares aprovadas pelo Congresso corrupto, como a mudança na legislação trabalhista e a lei das terceirizações. Isso inclui, evidentemente, o fim da lei que impôs o teto de gastos – que existe apenas para pagar os juros de uma verdadeira caixa preta chamada de dívida pública.

2) Revolução tributária

Não há mais espaço para se fazer distribuição de renda no Brasil sem que o topo da pirâmide perca seus privilégios gigantescos. Uma revolução na estrutura tributária é fundamental. No Brasil 72% dos impostos são arrecadados sobre o consumo e a renda do trabalho, enquanto apenas 28% incidem sobre o capital e a riqueza. Nos países da OCDE, 33% dos tributos vêm do consumo e da renda. Neste grupo de 35 países a grande maioria da arrecadação, 67%, corresponde à taxaçoão sobre o capital e a riqueza.

A taxaçoão das grandes fortunas é um passo importante em direção à redução da desigualdade social. Trata-se de

¹⁵ SAFATLE, Vladimir. *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017, p. 125-131





uma determinação da nossa Constituição que nunca foi regulamentada. Na campanha presidencial de 2014 defendemos que fortunas acima de R\$ 50 milhões paguem uma alíquota de 5% ao ano, o que possibilitaria uma arrecadação de R\$ 90 bilhões. Esta é apenas uma hipótese. Outros modelos podem ser debatidos, o que importa é que ocorra de fato este tipo de tributação. Outra alternativa é a tributação sobre a herança. No Brasil este tributo é baixíssimo, enquanto em outros países (capitalistas) pode chegar até a 50%.

O sistema tributário brasileiro precisa inverter sua lógica. Uma política de distribuição de renda justa deve reduzir os impostos sobre o consumo e sobre a renda e aumentar a tributação sobre a riqueza e sobre a herança.

Vem da Receita Federal a informação de que os lucros sobre dividendos representam R\$ 300 bilhões por ano no Brasil. Esse montante não paga nenhum centavo de imposto.

O que estamos propondo é que o Estado deixe de massacrar os mais pobres e a classe média com uma carga tributária altamente injusta e regressiva. Trata-se, portanto, de alívio nos impostos sobre a maioria do povo. O aumento que defendemos é para uma minoria milionária.

A economista Laura Carvalho, professora da USP, interpretou uma pesquisa do *World Wealth and Income Database*, um instituto que tem em sua direção o francês Thomas Piketty – autor do best-seller “O Capital no Século 21”. O estudo aponta que a desigualdade de renda no Brasil não diminuiu entre 2001 e 2015.

“A redistribuição que houve nos anos 2000 foi sobretudo na base da pirâmide, pelo aumento do salário dos trabalhadores menos qualificado por meio da valorização do salário mínimo e demanda maior por esses trabalhadores nos setores de serviços e construção naqueles anos. Os mais ricos continuaram se apropriando de uma parcela muitíssimo elevada da renda, que pode ser explicada pela alta concentração de riqueza financeira e não financeira no Brasil, além dos juros altos”, explica.





Os frutos do esforço produtivo da nação não podem seguir beneficiando apenas os mais ricos, que em última análise compõem e controlam a casta política que comanda o país. É por isso que nós precisamos de uma revolução tributária que ataque este problema pela raiz. É apenas uma das muitas medidas necessárias para mudar os rumos temerários em que se encontra o Brasil. Para isso precisamos de um governo que oriente suas ações para beneficiar a maioria do povo, não a um punhado de milionários.

3) Por uma nova política econômica

O ponto central de um programa à esquerda para o país deve ser a política econômica. Enquanto ela não mudar, tudo permanecerá como está. É a partir da política econômica que se definem as estratégias de desenvolvimento. Não podemos mais subordiná-la aos interesses do mercado financeiro. Devemos orientar a política econômica às necessidades reais da classe trabalhadora e do povo.

O problema é que, no Brasil, a política econômica sempre foi orientada ao grande capital. Uma política que se estabilizou com os governos do PSDB, foi preservada durante as gestões petistas e agora é intensificada sob o comando de Temer. Precisamos romper com esta lógica e propor um outro modelo econômico para o país.

Este modelo deve começar rompendo com a subordinação à lógica do superávit primário. Não é possível que o Brasil siga utilizando os recursos do esforço produtivo do país para pagar juros de uma dívida que sequer passou por auditoria. Uma dívida que quanto mais se paga, mais cresce. Que já ultrapassa os R\$ 3 trilhões. Dos R\$ 3,5 trilhões para o orçamento federal de 2017, R\$ 339 bilhões estão destinados ao pagamento de juros e encargos da dívida.

É preciso acabar com a transferência de recursos públicos para uma elite rentista especular no mercado financeiro.





Isso possibilitaria investimento real em educação, saúde, segurança e moradia. Uma auditoria da dívida é o primeiro passo neste novo caminho.

Uma política econômica verdadeiramente de esquerda não pode sujeitar o combate à inflação ao chamado “regime de metas” do tripé macroeconômico. Todos os candidatos do sistema defendem este mecanismo como se fosse algo natural – quando na verdade trata-se de uma política do FMI desde os anos 1990. Este regime é baseado na teoria liberal de que o aumento de preços seria resultado de uma suposta demanda exagerada por produtos e serviços, sendo então necessário manter altas taxas de juros para reduzir a atividade econômica e, assim, controlar os preços.

Porém, uma grande parte da inflação é gerada pelos preços controlados pelo governo, como combustíveis, energia elétrica, planos de saúde, educação privada e telecomunicações. É preciso impor um freio a estes aumentos, resistindo às pressões dos grupos privados que controlam estes serviços. Ao mesmo tempo o governo precisa reduzir a taxa de juros, propiciando o aumento do investimento - o que aumenta a oferta futura de produtos e serviços, reduzindo-se assim a inflação.

Já a inflação no preço dos alimentos deve ser combatida através de uma política de segurança alimentar e de fortalecimento da agricultura familiar, com uma reforma agrária de verdade no Brasil. O governo precisa apoiar os assentamentos, com infraestrutura necessária às famílias, e facilitar a comercialização direta de seus produtos via feiras livres. É o pequeno e médio agricultor que coloca comida no prato dos brasileiros, não os grandes latifundiários que adotam um modelo ambientalmente predatório de produção e exportam grãos sem qualquer valor agregado ao mercado externo.





4) **Corrupção e capitalismo: um casamento de conveniência**

A corrupção é uma marca das sociedades regidas pela lógica da mercadoria e nas quais a escassez e/ou a distribuição da renda é desigual e injusta. No capitalismo a corrupção é uma característica recorrente, mas os ideólogos do livre mercado insistem em defender a ideia de que menos Estado e mais capitalismo poderia reduzir a corrupção. Medidas que aprofundem ainda mais a subordinação do interesse público às grandes empresas e monopólios seriam, em tese, a solução para a corrupção, sempre identificada com o Estado e com os políticos, e nunca com as empresas e grandes corporações. Supostamente a redução do tamanho do Estado, isto é, a privatização, seria o caminho para reduzir a corrupção. O atual escândalo envolvendo a Petrobrás tem servido ao propósito de entregar totalmente a empresa ao capital privado. Esta identificação da corrupção com o Estado é uma manobra, pois as grandes empresas são protagonistas fundamentais da corrupção.

O Brasil nos fornece um exemplo muito concreto sobre as relações entre o poder das grandes corporações, a corrupção e o capitalismo. Muitos políticos estão sendo presos e até Michel Temer pode ir para a cadeia se perder o mandato, pois o sistema está entregando os anéis, mesmo os mais valiosos, para manter os dedos. Mas políticos e anéis podem ser substituídos e por isso é preciso romper o sistema que permite aos capitalistas continuar saqueando o país.

Não é de hoje que esses capitalistas ganham e comandam o país por meio de fantoches políticos. Independentemente das mudanças de governo e até de regime, as grandes empresas sempre levaram vantagem.

É preciso um programa de mudanças profundas que destruture este poder e comece a construir um poder popular e dos trabalhadores. Isso passa pelo fim das benesses fiscais aos milionários e grandes empresas, com a cobrança dura de todos





os grandes sonegadores; é preciso que as grandes empresas que se envolveram em corrupção passem a funcionar sob controle de seus trabalhadores e não mais dos seus atuais donos corruptos, e que o sistema financeiro esteja sob controle público e seus lucros sejam revertidos para o interesse da maioria e não embolsados por um punhado de milionários.

Um sistema sério de combate à corrupção também é essencial. O sentimento de impunidade dos criminosos do colarinho branco é gigantesco. Vimos que mesmo com o andamento da Operação Lava Jato, que já prendeu vários políticos e empresários, Geddel mantinha um apartamento recheado de dinheiro e Joesley planejava comprar agentes do MPF e do Supremo.

Para um combate à corrupção efetivo não bastam operações policiais ou jurídicas. É pela política que precisamos construir uma alternativa que viabilize uma participação mais direta do povo na política e uma fiscalização permanente e efetiva sobre os políticos. Se não colocarmos o combate à corrupção no topo da agenda o resultado será um descrédito total da política, e isso é o caminho mais curto para o surgimento de “salvadores da pátria”, que só querem mesmo salvar o sistema.

5) Para além do econômico

Além das mudanças econômicas há muito mais a fazer. Por exemplo, uma mudança no sistema penal brasileiro é fundamental para reduzir a violência. O encarceramento em massa de jovens pobres e em sua maioria negros é uma política sem nenhuma efetividade no combate à violência e geradora de mais discriminação e exclusão. Uma nova política de drogas também é essencial para que haja um combate efetivo à violência no país. A guerra às drogas fracassou no mundo inteiro. Transformou-se em uma verdadeira guerra aos pobres. Descriminalizar e regulamentar a produção, venda e o consumo da maconha é o primeiro passo para quebrar a espinha dorsal do tráfico





e acabar com a chaga do encarceramento em massa de jovens negros e pobres. O nosso vizinho Uruguai está fazendo uma experiência fundamental neste sentido.

As políticas de combate às diferentes opressões e discriminações devem ser uma prioridade para o avanço democrático e civilizacional no Brasil. Não é possível que o machismo e a misoginia sigam vitimando milhares de mulheres vítimas de violência. Que o país siga sem uma lei de identidade de gênero para a população transexual. Que a LGBTfobia ainda não tenha sido criminalizada. Que as mulheres – especialmente as mulheres negras – ganhem menos que os homens e sangrem em clínicas clandestinas de aborto, quando este procedimento deveria ser 100% público, legal e seguro àquelas que optarem por ele. Não é possível que o racismo continue sendo um eixo estruturante da nossa sociedade, e que a população negra continue sendo a mais pobre, a mais discriminada e oprimida. Estes são temas fundamentais que merecem, cada um deles, uma análise e um programa elaborado pelos próprios protagonistas destas lutas.







VI Congresso do PSOL: uma batalha que precisa seguir

Secretariado Nacional do MES

Nos dias 2 e 3 de dezembro ocorreu o VI Congresso do PSOL, para definir a orientação política, a tática eleitoral e a eleição da nova direção partidária. Neste texto, apresentamos o balanço deste Congresso e alguns pontos para orientação de nossa corrente.

O VI Congresso do PSOL aconteceu quando estamos entrando no ano da eleição presidencial mais imprevisível desde 1989, no marco de uma crise nacional, econômica, social e política, quando o povo não confia no atual regime, não acredita em suas instituições fundamentais, nem no governo e muito menos no Parlamento. Ao mesmo tempo, os lutadores sociais não conseguem apresentar por sua própria força uma saída a esta crise. Diante disso, Temer avança com medidas regressivas (Reforma Trabalhista, PEC do Teto dos Gastos, uma antirreforma Política e ainda busca aprovar a Reforma da Previdência) sem que haja um polo que possa efetivamente confrontá-lo e impor derrotas ao governo. Isso ocorre pela falta de uma ação decidida da nossa classe, onde a política das velhas direções – políticas e sindicais – também explica a ausência de reação da maioria do povo. Em particular a do próprio Lula, cuja estratégia é deixar passar o ajuste e apresentar-se como alternativa em 2018, preferindo que Temer faça o trabalho sujo. A inércia social motivada pelo grande acordo entre os partidos da casta e as direções das centrais – que ainda por cima acabam de receber 500 milhões para levantar a paralisação do dia 05/12 – levou a uma aprovação relativamente fácil da reforma trabalhista e à manutenção do governo Temer.

Apesar de não ter sido derrubado, a popularidade do governo continua na lona e não tende a sair daí. Seu desgaste é tão poderoso, e o regime político tão incapaz de produzir expectativas de melhorias, que as duas candidaturas que se fortalecem são a de Lula e a de Bolsonaro. Ambas expressam a brutal crise de





representatividade atual. Afinal, Lula teria que ser já na aparência expressão do que é na essência: um líder de massas do passado, incapaz de projetar uma nova perspectiva para o futuro do país. Mas não. Sua aparência é de quem insiste em ser o carro chefe de um bloco de forças políticas e sociais que ele liderou, apesar de não ser mais uma alternativa democrática e dos trabalhadores. Trata de se afirmar como tal e tem apelo de massas para tanto. Se apoiando nas políticas compensatórias de seu dois governos, atrai setores de massas mais pobres, em especial no Nordeste – mas não apenas no Nordeste –, além de canalizar a intenção de voto de parcelas da juventude mais crítica, enfrentada com o governo Temer, setores intelectuais, camponeses e classes trabalhadoras urbanas cujo peso do PT ainda existe, embora esteja no menor nível de sua história. Bolsonaro por sua vez trata de capitalizar uma base de massas antirregime democrático burguês, particularmente os setores mais desesperados das classes médias baixas, de setores populares mais desclassados, decepcionados com o PT, uma parcela da qual passou a odiar o petismo e por óbvio está afastada também dos partidos tradicionais da burguesia e quer que a crise dê lugar à ordem, uma ordem neste caso reacionária, cuja máxima – uma das mais populares – é: “Bandido bom é bandido morto”.

A polarização desenhada destes dois nomes comprova um quadro de interregno, uma marca da situação nacional e deste período histórico no país, onde o velho já morreu e o novo não nasceu. São estes períodos típicos de aparição de fenômenos mórbidos, como dizia Gramsci. No caso, líderes do passado incapazes de criar alternativas seguem vivos e forças reacionárias aparecem como novidades. Apesar disso, e neste caso é uma definição essencial, o PSOL é o partido que desponta como uma possibilidade real de uma política de emancipação, capaz de se postular como alternativa, ou como um polo de massas que fortaleça uma perspectiva democrática e popular e até mesmo, embora mais difícil, uma perspectiva anticapitalista.





A força do partido nas eleições das prefeituras em 2016, onde em muitas cidades o partido disputou com o PT o lugar de força mais importante do chamado campo genérico da esquerda, é uma expressão recente desta possibilidade. E a situação particular mais avançada do Rio de Janeiro, onde o PSOL pode se desenvolver sem competir com o PT, liquidado já no distante ano de 1998, quando ocorreu a intervenção de Lula e José Dirceu contra Vladimir Palmeira, mostra que o partido pode ter influência de massas e ser a alternativa contra o regime atual e contra a extrema-direita. Apesar disso, devemos desde já assinalar que no plano nacional o Congresso do partido seguiu sem dar passos para apresentar o PSOL como polo nacional. A expressão maior desta falência – temporária, mas real – é que na última pesquisa de intenção de votos sequer o nome do partido constava na cartela de opções.

Mas se o PSOL está com dificuldades, também a burguesia brasileira não tem sua política eleitoral resolvida. A burguesia, por exemplo, embora esteja razoavelmente unificada na defesa de medidas de ajuste econômico, encontra uma enorme dificuldade de encontrar um candidato com peso eleitoral que durante a campanha não dinamite o discurso favorável às medidas aplicadas e que, uma vez no governo, dê continuidade com capacidade política de execução. O cenário eleitoral segue instável e a própria candidatura de Lula tem grandes chances de ser cassada, embora seja certo que seu nome irá polarizar a disputa eleitoral de qualquer forma. Isso dificulta a elaboração tática do PSOL, sobretudo depois que o partido abdicou de ter uma luta pesada contra a corrupção, se separando mais claramente do lulismo.

Apesar destas dificuldades e destas oportunidades perdidas pelo partido, isto é, de sua debilidade e de uma orientação para se apresentar mais claramente no plano nacional como um partido capaz de mobilizar contra os planos de ajuste da burguesia e sobretudo de se postular como partido de combate sem trégua aos esquemas de corrupção que marcaram os governos do PMDB,





PT e PSDB e seus aliados, o PSOL segue como um partido com condições de disputar um espaço à esquerda de massas. Este capital político se deve a muitos fatores, desde o fato de ter sido fundado antes dos escândalos de corrupção envolvendo o PT, pela participação independente nas eleições, pela combatividade da militância, pela ação dos parlamentares do PSOL. É notório, por exemplo, que o discurso da bancada federal, sobretudo de Chico Alencar, nosso líder de bancada que teve de longe maior destaque, atuava e se pronunciava fortemente a favor da Lava Jato, linha oposta aos discursos do campo da US nas internas de diretórios. O partido tem ocupado espaço, e tal espaço existe em alguns setores – na juventude, na classe trabalhadora – e tem aumentado.

Tem aumentado também pelo protagonismo maior da comunidade LGBT, do movimento de mulheres e do movimento negro. Na realidade o PSOL é o único partido brasileiro que pode responder à necessidade de construção de uma alternativa. Vejamos o que significou o Congresso neste sentido.

A composição do VI Congresso do PSOL

O Congresso contou com a presença de 380 delegados eleitos, representando aproximadamente 27 mil filiados reunidos nas plenárias de base. O congresso revelou uma composição muito diversa, com peso significativo do movimento feminista e LGBT e com presença crescente do movimento negro, ecossocialista e dos povos indígenas. É significativo que as setoriais partidárias tenham tido tamanha representatividade e que possam seguir avançando, com o apoio do partido. Ainda falta unidade e articulação maior na intervenção, mas há um acúmulo razoável para dar conta deste desafio.

Por outro lado, a fraqueza notável na composição do Congresso foi a presença do movimento operário. A inserção do partido se mostra fraca nas fábricas e nos batalhões do proletariado.





Se viu alguma presença por conta de dirigentes operários do Vale do Paraíba e de Campinas, lideranças do metrô de SP (carro-chefe atualmente de lutas gerais), de bancários, lideranças da Fasubra, dos professores, entre outros trabalhos. Mas não era uma presença marcante, nem foi central nas diretrizes do Congresso – um Congresso que não discutiu como se pode avançar na organização das lutas do povo. Também o movimento juvenil teve menos peso do que necessitamos. A presença do movimento popular e camponês foi fraca. Em nossa delegação do MES tínhamos parcela importante dos jovens e das representações dos trabalhos ligados ao MST do Maranhão e do Rio Grande do Norte.

A diversidade de movimentos é extremamente positiva, mostra o dinamismo do PSOL entre estes setores e a possibilidade do partido de se consolidar como principal ferramenta entre eles. Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista a urgência do partido estreitar sua relação com a luta dos trabalhadores. Sem a classe trabalhadora, sem peso nas fábricas, o partido será incapaz de oferecer uma alternativa anticapitalista que questione estrategicamente o regime de propriedade privado dos meios de produção. Nem mesmo poderá se estruturar como um partido capaz de assumir a mobilização de massas como sua orientação política central.

Apesar do número de reunidos significativo e da diversidade da composição, o Congresso comportou uma representação distorcida pelo peso desproporcional da delegação do Amapá. Este estado elegeu quase a mesma quantidade de delegados ao Congresso que o Rio de Janeiro. No Rio, o PSOL tem atingido uma força eleitoral de massas devido à sua inserção social e o peso de suas figuras públicas. No Amapá, os principais dirigentes do PSOL foram há três anos para a Rede e governam Macapá hoje com o DEM. Esta prefeitura tem secretários acusados de serem escravocratas e que apoiam o Bolsonaro. Mesmo assim, o PSOL está dentro deste esquema com quatro secretários no governo e com indicativo de apoio ao DEM [Davi Alcolumbre]





para o governo. A explicação do número de delegados do Amapá, todos ligados a US, foram as fraudes ocorridas. Por isso também não podemos dizer que a totalidade dos votos computados são de fato militantes que participaram do Congresso de forma consciente e ativa da política do partido.

Assim, o peso da representação na sociedade é distorcido no regime interno do partido. Foi esta fraude que garantiu a ligeira maioria da US no Congresso do partido. E essa distorção não foi ainda maior por conta da rigorosa fiscalização que fez a militância do MES, além de outras forças do Bloco de Esquerda que auxiliaram.

Com o dito acima queremos assinalar três conclusões fundamentais do Congresso:

A. A fiscalização e o trabalho do Bloco de Esquerda não impediu a fraude do Amapá, embora tenha reduzido seu peso. Esta derrota deu a vitória da US. A contrapartida da US foi dada no Congresso mantendo a participação no governo burguês de Clécio. Tal vitória impediu que Marcelo Freixo fosse eleito presidente do PSOL.

B. O plano da US de distorcer o Congresso a tal ponto de obter 70% dos votos foi derrotado. Para que isso ocorresse a fraude teria que se estender a outros estados. A fiscalização impediu que ocorresse. No final as forças do Bloco tiveram cerca de 40%, a US menos de 50 (as outras forças foram Rosa Zumbi, que está aliada com a US e a Insurgencia, que não cumpriu nenhum papel de destaque no congresso). Também para impedir estes 2/3, que permitiriam à US ter o controle dos principais postos de comando do partido, contribuiu a própria divisão da US, em especial em Pernambuco, Maranhão e Bahia. Um posto chave para lutar contra a burocratização ficou com a esquerda do partido: a Tesouraria.





C. Setores independentes que têm peso de massas no partido fizeram a experiência com a US e viram que o núcleo de direção deste setor não tem como linha ligar o PSOL aos movimentos sociais, aos artistas, aos intelectuais, defendendo a seleção de quadros meramente na lógicas de defesa de seu próprio aparelho.

Mas antes de voltar a alguns destes temas, vejamos as insuficiências que a linha da US produziu no Congresso.

Uma resposta insuficiente, que dificulta o PSOL como alternativa

Do ponto de vista da resposta política o Congresso não esteve à altura das necessidades atuais. Não apontou um plano de lutas e não foi capaz de refletir uma estratégia para unir a resistência à construção de um polo alternativo no país. A despolitização que atua sobre a vanguarda também deu as caras no Congresso do PSOL. Um Congresso com distorções democráticas graves (como a artificialidade de parte de sua delegação), não pode mesmo resolver problemas fundamentais oriundos dos conflitos reais da luta de classes.

Neste Congresso, o PSOL abriu mão de definir um nome imediatamente para a disputa presidencial. Mais uma vez esta decisão foi adiada, agora para uma conferência eleitoral bem mais restrita que o Congresso, embora tenha sido derrotada a proposta inicial do núcleo de direção da US de definir o nome num diretório nacional. Mas o mais grave é que o Congresso não definiu as diretrizes programáticas do partido. Não discutiu as medidas econômicas, nem o balanço da experiência dos governos petistas, nem planos de lutas, nem a questão sindical etc. O máximo da política é a reivindicação da linha contra o golpe, uma definição correta – se não for comparada com a falsa analogia com o golpe de 64, como o PT tratou de fazer para unir todas as forças na defesa de Dilma –, mas que não ultrapassa e não sai do horizonte





do lulismo. Essas ausências são expressões da debilidade da US, mas também são fruto de suas escolhas políticas. Por exemplo, até poucos dias antes do Congresso o nome de Luciana Genro estava à disposição do partido. Luciana era objetivamente o nome com maior força, por sua representatividade e pelo acúmulo de sua campanha em 2014. Mas o partido seguiu sem definir. O Congresso decidiu apostar na candidatura ainda indefinida de Boulos.

No terreno das escolhas políticas, a maioria das correntes do PSOL optou por não ter uma posição decidida favorável à luta contra a corrupção, diferente da posição adotada por Luciana e nossa corrente. Um setor importante do núcleo dirigido por Ivan Valente (APS-Corrente Comunista) se opôs à Lava Jato. Contudo, este é o principal tema que polariza atualmente a conjuntura nacional, sendo o calcanhar de Aquiles do governo Temer e dos principais partidos da ordem. Mas, pelo fato de a direção do PSOL não se dispor a integrar a luta contra a corrupção de forma entusiasmada, nosso partido foi acometido por profunda paralisia política nos últimos meses. Isso deixa campo livre pra Lula surfar. E o PT tira espaço do PSOL. E se permite que Bolsonaro capitalize pela direita a indignação justa do povo contra aqueles que pilham suas riquezas. Infelizmente, hoje Bolsonaro é a representação (de direita) mais forte de um sentimento “antissistema”. Assim, ele também tira espaço do PSOL, que se recusa a apresentar uma linha radical contra a casta política e a corrupção. A declaração de Lula defendendo Cabral e a máfia do Rio para atacar a Lava Jato é parte da luta contra a lava Jato e mostra que o PSOL não pode ceder a Lula se quiser até mesmo lutar de modo firme contra o PMDB.

Apesar dos problemas de orientação, em comparação com as outras legendas, pela via da nossa atuação parlamentar, o PSOL segue se desenvolvendo como um partido diferenciado e capaz de defender direitos. Porém, pelos erros políticos cometidos no período anterior, sobretudo minimizar a centralidade da luta





contra a corrupção, o partido não figura, por enquanto, como uma alternativa crível para a disputa presidencial e da reorganização do país e da esquerda.

A luta por uma alternativa é urgente

O Congresso votou por decidir em fevereiro o nome do candidato, na expectativa de uma definição de Guilherme Boulos. Nossa corrente considera que Boulos pode ser uma candidatura que contribua para o crescimento do PSOL e sua construção como um polo alternativo. Trata-se de um dirigente genuíno do movimento social. Tem a seu favor o fato de ser liderança de lutas sociais, o que traduz um ponto programático fundamental nosso: a ideia da mobilização social como eixo da política. Este não é um acordo menor. Como discutiremos em nossa conferência, um dos maiores riscos do PSOL é se cristalizar como um partido eleitoralista, cuja estratégia se assente na luta por eleger parlamentares e um ou outro governo. Seria uma repetição rebaixada do PT, já que o petismo teve esta estratégia consolidada depois de anos de tensões internas e tendo uma figura com o peso de massas de Lula que levava o partido a ter e produzir ilusões de que com a disputa pelo cargo máximo da República, pela via eleitoral, pudesse vencer as eleições e realizar a partir daí uma revolução democrática. Este foi o discurso petista. Sabemos que a adaptação programática chegou antes da vitória e a colaboração de classes substituiu a revolução democrática. Mas a ideia de que as eleições devem ser o centro da disputa, que tudo deve estar subordinado às eleições e a construção da linha ideológica de via eleitoral pacífica para um reformismo forte foi a marca do petismo. Como sabemos, o resultado foi trágico. O PSOL repetiria isso como farsa se tiver como eixo eleger deputados e algum ou outro governo, sem sequer ter um nome forte como Lula. Caso tivesse um nome forte nacional e tentasse repetir a estratégia, a farsa não seria menor, mas seria menos evidente.





Então, o mérito de Boulos é tratar de tirar conclusões da necessidade da mobilização social estar no posto de comando da política. Seu discurso no Congresso assinalou isso. Foi um discurso fraco em análise do país, mas assinalou este ponto programático fundamental. A questão é que o programa não se resume a isso. Suas definições de que o governo petista foi progressista – ao invés da definição correta de que foi um governo social-liberal – pode levar o PSOL a se confundir com o PT. Nosso esforço, portanto, é de discussão sobre o programa. Há questões na qual temos diferenças e devemos buscar o máximo de aproximação, tratando de que Boulos, por exemplo, se aproxime ao máximo do discurso e das posições que Chico Alencar expressou no Congresso Nacional e que garantiu muito sucesso da bancada federal do PSOL, tão reivindicada por todos. Em outros pontos somos conscientes de que as nossas ideias têm identidade e tais identidades devem ser fortalecidas. É o caso da luta contra o PMDB, contra as alianças com tais partidos, o combate contra os privilégios e o poder do capital financeiro, das empreiteiras etc.

Consideramos que sua ida ao Congresso foi importante para que estes debates possam começar a ser feitos. Infelizmente o Congresso não foi aproveitado neste sentido. Como também é importante sua relação com Freixo, a capacidade de incidir sobre setores como Tarso Genro, sua localização no movimento popular em SP e a possibilidade de disputar um setor da vanguarda juvenil. Na questão presidencial, o Bloco também demonstrou sua fragilidade ao não defender um nome capaz de fazer a disputa externa. As forças em geral fizeram a opção por lançar cada uma o seu nome ideal em termos de programa. Foram lançados ótimos nomes sob este critério: Plínio, Sônia, Hamilton e Nildo. Nomes que podem ajudar, e muito, na formulação do programa, mas que evidentemente nem têm condições de alterar a relação de forças do Congresso e serem escolhidos como candidatos. A única candidatura que poderia alterar esta quadro e ser uma pressão mais pesada teria sido a de Luciana Genro. Com a





retirada de seu nome e a decisão do congresso de adiar a escolha, deixou a decisão na mão de Boulos. Caso a decisão de Boulos seja por não se candidatar, tal possibilidade, ou seja, a possibilidade de que um dos quatro seja escolhido, será reaberta, embora seja difícil. Se Boulos decide ser o candidato, seu nome será o escolhido, como demonstrou claramente a vontade do Congresso. O que o Congresso não definiu é qual o programa. E nisso devemos nos debruçar e incidir. Para isso as pré-candidaturas serão decisivas, ou seja, para discutir e influenciar no programa e até na composição da chapa, com a escolha do vice.

Como linha política imediata, defendemos a abertura de um debate programático radical e aberto, incluindo também Boulos. Devemos ser parte da articulação para ordenar o debate programático imediatamente dentro do PSOL, em plena consulta à base, tomando como base um acordo entre os pré-candidatos postos ao debate, sinalizando com seminários e iniciativas que coloquem a batalha do programa na ordem do dia.

A luta pela direção do PSOL

O fato novo na disputa pela direção do PSOL foi a disposição e a luta de Freixo para ser presidente do partido. Se postulando desta forma, Freixo mostrou que quer um PSOL ativo, não uma máquina burocrática sem vida e sem relação forte com a sociedade. Mostrou que está querendo disputar este caminho. Esteve nesta batalha apoiado pelo Bloco de Esquerda. Apesar disso, a US insistiu num nome selecionado na pequena máquina partidária, desconhecido do público e sem experiência de direção de lutas. Não se trata de desmerecer o nome de Juliano Medeiros, o nome escolhido, mas de reconhecimento de um fato. Assim, a direção do PSOL, ao invés de sair mais forte, sai mais fraca do Congresso. Por outro lado, as perspectivas de construção de uma aliança no interior do partido para que o PSOL seja um partido mais ligado aos movimentos e as lutas se fortalecem.





Apesar da demonstração burocrática de setores da US ao negar a possibilidade de Freixo presidir o partido, foi positivo o passo dado por ele no sentido de disputar mais o partido. A negativa a esta política é prejudicial a todo o partido. Evita uma maior democratização e reforça os sintomas de debilidade do PSOL. E, caso Marcelo Freixo fosse presidente do PSOL, isso poderia facilitar a aproximação de Guilherme Boulos.

Fomos vanguarda, junto com setores do Bloco, para que essa proposta se viabilizasse, com uma fórmula que preservaria a correlação de forças. Foi uma experiência para o próprio Freixo a “mão de ferro” da US, impondo Juliano. Essa postura irredutível e burocrática reforçou o mal-estar que já vive a US como maioria da direção do partido – crise sempre agravada pelo fato de que entre os militantes esta maioria não existe.

A postura resoluta de Marcelo Freixo foi um salto, sinalizando para os parlamentares independentes – como os do Rio, Áurea, Ivan Moraes, entre vários – que a disputa e construção do partido têm repercussões na sociedade. Por outro lado, mostrou o caráter burocrático de uma parte da US. Essa luta apenas começou.

A esquerda dá vida ao partido

Sobre a disputa de direção no Congresso, o resultado foi o seguinte: Chapa da US/Rosa Zumbi/Glauber(207 votos), Bloco de Esquerda (148 votos), Insurgência e independentes do Rio (25 votos).

Com contradições e algumas insuficiências, o Bloco de Esquerda tem sido fundamental para o PSOL. Apesar de algum ou outro setor não apostar no Bloco, por vezes defendendo mais seus próprios interesses, a despeito da unidade do Bloco, a dinâmica que se impôs no Congresso foi a de uma batalha unificada ao redor da política.

Apesar das distorções do Amapá, a esquerda teve peso na direção do partido e conquistou a Tesouraria, o que é a melhor





segurança, em termos de postos partidário, para conter tendências burocráticas. A crise da US se verificou em vários congressos estaduais, com a ruptura de chapas e um tensionamento grande entre correntes, como Fortalecer o PSOL e Rosa Zumbi. Mesmo com todo esforço e com uma maior fraude no Amapá, onde a delegação é quase 10% de todo o Congresso, a soma da US e Rosa Zumbi é praticamente igual à do último Congresso. A US perdeu peso em vários dos seus estados prioritários (Edilson Silva foi derrotado em Pernambuco, o bloco venceu no DF, no Paraná, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio, Piauí, Ceará, RN, Sergipe, AM). E a US saiu derrotada no seu objetivo maior, que era uma “grande chapa dos 2/3”

para controlar o aparato e dar um salto na burocratização do PSOL. Isso não aconteceu e o próprio Congresso foi uma expressão dessa vitória do MES e do Bloco de Esquerda. Destacar essa vitória é, do nosso ponto de vista, o eixo de um balanço que prepare as próximas batalhas. A construção do Bloco, com tantas opiniões e visões diversas, foi uma vitória enorme da nossa política. Apesar da aproximação da Insurgência – que se dividiu no ano passado em quatro setores – com a US, afastando-a do Bloco, o polo democrático e combativo teve cerca de 40% dos votos no Congresso. Podemos dizer que a US é minoria na base, se considerarmos que a distorção de Macapá não faz parte da vida real do PSOL (salvo as manobras de Congresso).

O Congresso votou, por unanimidade, o ingresso do MAIS como membro pleno no partido. Terá direito a um assento no Diretório Nacional. Este ingresso foi fundamental, porque tem grandes chances de fortalecer as forças mais vivas do PSOL, ligadas à luta de classes. Em que pese certas leituras distintas da realidade, o MAIS como expressão de um setor que rompe com o sectarismo do PSTU – mas conserva experiência na luta de classes, anos de formação marxista e a cultura internacionalista – é uma grande ajuda para corrigir os rumos do PSOL, tanto de política como de regime interno. É a prova (igual ao que aconteceu com a





Esquerda Marxista) de que o PSOL é o polo capaz de reagrupar a esquerda depois do colapso do PT.

A entrada de Freixo no debate interno também é uma esperança na batalha que vai seguir, interna e externa ao PSOL, para construir uma via socialista de massas, no bojo da reorganização do “pós- Lula”.

Estamos muito orgulhosos de nossos aliados, no bloco de esquerda. Nossa relação com nossos camaradas da APS, fortes na Bahia, no Pará e no Espírito Santo. Reconhecemos a importância papel que o agrupamento Somos Viamão teve, como parte da nossa tese e do próprio Bloco. Na articulação para que o a chapa e o bloco tivessem coesão, vale referir o trabalho da TLS e seu combativo dirigente Leandro Recife, com uma bancada expressiva de Pernambuco, com destaque para as lideranças do sindicato dos policiais. Grupos como o Barulho- do novo presidente do Partido no DF, Fábio Felix, e o coletivo Rizoma(Minas Gerais) também enriqueceram a construção do bloco. Vamos seguir relacionados com a Esquerda Marxista. Temos apreciado muito o trabalho do 1 de Maio. Mantivemos a nossa relação respeitosa com a CST e a LSR. E também queremos estreitar nossas relações com as outras correntes do Bloco como Comuna, Subverta, NOS, CL, LRP e grupos menores. E também com a LS e CS.

O MES é uma força vital para o PSOL

O papel do MES durante o pré-Congresso e o Congresso mostrou que somos uma força vital, indispensável não só para dar vida ao partido, mas também com a grande responsabilidade de aportar muito para corrigir os atuais rumos do PSOL. Estivemos entre os setores decisivos para manter a unidade do Bloco. Tivemos 53 delegados, com representação do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Brasília, Maranhão, Pará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, sendo a maior corrente do Bloco. Nossa plenária armou a necessidade de organizar a conferência que acontecerá na Páscoa





de 2018. A precária condição de debate do PSOL não impediu que nos reconhecêssemos como uma corrente mais nacional. Ampliamos nossa representação na condução do Rio Grande de Sul e do PSOL potiguar; fomos parte da coalizão que impôs a maior derrota à US, a vitória do Bloco de Esquerda no Distrito Federal; o MES ganhou a presidência do Diretório do Paraná; fizemos uma maior polarização no Congresso de São Paulo; junto com a CST, fomos a maior delegação do PSOL fluminense; e seguimos nossa construção nos estados, como já dito, elegendo delegados nas cinco regiões do Brasil.

Para além da disputa renhida pelos rumos do PSOL, elencamos três saltos nesse ano: nossos novos mandatos nos permitem intervir diretamente na conjuntura local; entramos onde éramos mais frágeis, na frente sindical com o Mover; ampliamos nossa capacidade de propaganda e editorial com as iniciativas da Revista, do site e do livro Stalin pela editora Movimento. Ainda seguimos e devemos apostar ainda mais no Juntos, que levou 150 jovens para o Congresso da UBES em Brasília, costurando uma chapa unitária do PPL com a Oposição de Esquerda. E com nosso desenvolvimento via o Emancipa, o trabalho de mulheres, de negros e negras, nosso portal de Izquierda e nossas relações internacionais. Devemos apostar na relação dialética entre a construção do MES e o fortalecimento do PSOL e suas alas anticapitalistas e democráticas.

Uma batalha de longo prazo

Sáimos cientes de que a batalha está em pleno curso, que é uma batalha de longo prazo e que devemos tanto fortalecer nossas fileiras quanto sermos generosos e democráticos com as organizações do campo revolucionário que corretamente depositam no PSOL as suas expectativas. Teremos 9 membros no Diretório Nacional, sendo 3 na Executiva. O Secretariado vai conduzir o debate para que todos possamos fazer um bom balanço





do VI Congresso do PSOL e nos preparamos para a conferência e para a luta social e eleitoral de 2018.

Temos que ser conscientes de que estamos em uma batalha longa que depende de nós e das reflexões que o conjunto da esquerda do PSOL faça do Congresso para seguir adiante (também entre eles os companheiros da Insurgência). Mas esta batalha não depende apenas de nós e sim, também, do curso da luta de classes. Neste sentido apostamos na reação positiva do movimento de massas, do qual somos parte da construção de uma nova direção.

A conferência do MES estará a serviço desta estratégia. Será para nos fortalecer, enraizar-nos mais no movimento, melhorar nosso funcionamento, vacinando-nos melhor para evitar todo contágio das deformações que tem o PSOL e para ter a paciência necessária para não cair na autoprocamação e na luta internista como eixo.

Pelo contrário, compreender cada vez mais que a melhor forma de corrigir os atuais rumos político do PSOL e seu regime é intervindo na luta de classes, avançando na inserção no movimento, na formação política, nos politizando e ajudando a que os militantes do PSOL e as correntes mais afins o sejam também.

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2017





CRISE DA
SEGURANÇA PÚBLICA
NO BRASIL







Segurança pública: até quando seguiremos enxugando gelo?

Luciana Genro¹ e Samir Oliveira²

A situação dramática da segurança pública no Brasil nos provoca a um permanente debate sobre o tema. Ao mesmo tempo em que a população sofre com uma brutal sensação de insegurança, alimentada pelos frequentes assaltos e notícias de homicídios, a sensação de que os “bandidos” não ficam presos também é alimentada pela mídia. Por outro lado vemos presídios superlotados, verdadeiras masmorras onde os direitos humanos mais básicos são negligenciados. O perfil dos presos é conhecido: a maioria esmagadora são jovens negros oriundos das periferias das grandes cidades, presos por tráfico, muito embora o número de mulheres encarceradas por tráfico tenha crescido assustadoramente nos últimos anos.

Recentemente a Emancipa Mulher³ promoveu um interessante debate na Câmara Municipal de Porto Alegre, convidando exclusivamente mulheres para compor a mesa e discutir o problema da segurança pública. Estiveram presentes a juíza Sonáli Zluhan, da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre, a defensora pública Tatiana Boeira, a titular da Delegacia da Mulher de Viamão, Jeiselaure Souza, e a doutora em Ciências Criminais, Christiane Freire. Como advogada e presidente da ONG Emancipa Educação Popular, também estive presente na mediação e coordenação do encontro. A proposta era que as mulheres tomassem a palavra no debate sobre segurança pública. Geralmente mesas só com mulheres acontecem para debater questões de gênero, o que é muito importante e necessário. Mas não aceitamos que nos confinemos exclusivamente nos

¹Advogada, dirigente do PSOL e do MES.

²Jornalista e militante do PSOL-RS.

³ A Emancipa Mulher é um braço da ONG Emancipa Educação Popular, que promove debates e cursos voltados para mulheres, com enfoque feminista e antirracista.





debates de gênero, pois as mulheres podem liderar debates sobre questões políticas gerais, inclusive na área da segurança pública, que costuma ser bem masculina.

A juíza Sonáli Zluhan é responsável pela fiscalização da execução das penas na Cadeia Pública de Porto Alegre – nome dado ao Presídio Central. Num desabafo, ela confessou que opera na ilegalidade. “Se eu exigir o cumprimento da lei de execuções penais, vou ter que fechar todos os presídios sob a minha jurisdição. Eu trabalho na ilegalidade, porque não consigo fazer cumprir a lei. Quem conhece a lei de execuções penais sabe que não se cumpre nada em relação aos presos. Cumpre-se a lei na hora de condenar, mas na hora em que os presos estão cumprindo a pena, não se quer saber de mais nada”, lamentou.

Sonáli falou sobre as péssimas condições do Presídio Central, que está superlotado – conta com 5 mil presos e tem capacidade para 1,4 mil vagas. “O muro alto dos presídios não existe apenas para que os detentos não saiam, mas também para que a gente não veja todo o tipo de arbitrariedade que ocorre lá dentro. É um sistema comparado à Idade Média, aos tempos em que prendíamos pessoas em masmorras e torturávamos”, comentou, enfatizando que os presos são condenados não apenas a cumprir penas, mas também a se filiar em alguma facção.

O último relatório do Infopen revelou que o Brasil já ultrapassou a Rússia e possui a terceira população carcerária do mundo, com 726 mil presos. Cerca de 40% deles sequer foram condenados. A imensa maioria é negra, pobre e com ensino fundamental incompleto. E o déficit de vagas só aumenta. Enquanto a população carcerária aumentou em 28.094 presos no primeiro semestre de 2016, os presídios registraram uma queda de 3.152 vagas.

A defensora pública Tatiana Boeira apontou “uma banalização das prisões cautelares” no Brasil e afirma que os juízes, muitas vezes, optam pelo encarceramento provisório em resposta a uma pressão da mídia e a um clamor popular punitivista.





“Temos pessoas presas há cinco anos provisoriamente. Tu podes impetrar habeas corpus, entrar com pedidos nos tribunais em Brasília, e eles vão seguir presos preventivamente, aguardando um julgamento em que, às vezes, são absolvidos. Ao ficar tanto tempo aguardando o nosso sistema funcionar, acabam entrando para uma facção e adquirindo dívidas com elas”, explicou.

Encarceramento não reduz a violência

Doutora em Ciências Criminais e pesquisadora da área da segurança pública, Christiane Freire trouxe para a mesa as elaborações que a academia vem produzindo acerca do tema. Ela contesta a discurso de que haja impunidade no Brasil. “A nova racionalidade penal diz que existe impunidade no país. Na verdade existe impunidade com um recorte bem específico, que tem a ver com a tipologia criminal e com quem praticou o crime”, analisou.

Ela ressaltou que há uma relação direta entre o encarceramento em massa no Brasil e os índices de violência, contrariando a visão comum de que mais prisões significariam mais segurança nas ruas. “O aumento do encarceramento não reduz a criminalidade. Não é uma afirmação ideológica, é algo objetivo, racional e matemático. O aumento da criminalidade violenta no Brasil não sofre nenhum impacto com o aumento do encarceramento. Quem alimenta as organizações criminosas no Brasil é justamente o grande encarceramento”, pontuou.

Para Christiane, que é pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Criminal (GPESC) na PUC-RS, é preocupante o papel da militarização na segurança pública. “Podemos verificar isso na criminalização dos movimentos sociais e nas grandes operações dentro das comunidades com o Exército. Ninguém ouviu falar do ministro da Justiça, quem dá o tom da segurança pública é o Exército e o Ministério da Defesa”, critica.





Mediação de conflitos e políticas preventivas

A delegada Jeiselaure Souza, titular da Delegacia da Mulher de Viamão, avaliou que a segurança pública só poderá avançar a partir de um trabalho integrado entre todas as instituições. Ela discorda da noção de que este seria apenas um problema da polícia. “Temos que desmistificar essa cultura de que segurança pública é um problema da polícia. A polícia deveria ser o último meio para garantir segurança”, ponderou.

Jeiselaure criticou o número excessivo de presos detidos em delegacias no Rio Grande do Sul – segundo ela, uma “bomba prestes a explodir”, pois coloca em risco os policiais, as pessoas que buscam atendimento nas unidades e os próprios detentos, mantidos em locais sem condições adequadas ao encarceramento.

Para a delegada, é preciso apostar em programas de prevenção à violência e no diálogo com as comunidades. Ela citou o exemplo do projeto “Papo de Resposta”, em que a Polícia Civil conversa com alunos nas escolas sobre temas como drogas, bullying e violência doméstica. E também falou sobre o programa “Mediar”, em que a entidade atua diretamente na mediação de conflitos, reduzindo índices de reincidência e desafogando a demanda do Poder Judiciário.

Jeiselaure também comentou sobre sua área de atuação, a Delegacia da Mulher, apontando a necessidade de se tratar os agressores de mulheres. “Não podemos pensar em acolher as mulher vítimas de violência sem também tratar os agressores. Se não fizermos isso, eles certamente irão reproduzir esse comportamento com outras vítimas e gerar um novo ciclo de violência”, expressou.

A guerra às drogas precisa acabar

Ouvindo estas mulheres podemos perceber claramente que o problema da segurança pública não pode ser resolvido com medidas simples como o aumento das penas, uma resposta





muito frequente dada pelo Parlamento diante de algum crime de repercussão. Há muita gente presa e mesmo assim a criminalidade tem aumentado na mesma medida em que aumenta a crise social e piora a situação dentro das prisões, levando os réus primários a juntar-se às facções para sobreviver nestes infernos.

Loïc Wacquant, em “As Prisões da Miséria”⁴, demonstra como o “mais Estado policial” tem substituído o “menos Estado econômico e social”, e que este menos é, em última análise, a causa do aumento da violência generalizada. Se tomarmos a VIDA e a LIBERDADE como os bens jurídicos mais valiosos para o ser humano, a ideia de que o direito penal tem como objetivo tutelá-los é apenas uma função declarada, mas nunca realizada. A retórica humanista apenas dissimula a realidade cruel: um direito penal autoritário, discriminatório, violento e ineficaz do ponto de vista da defesa da vida e da liberdade.

A chamada guerra às drogas é hoje o mais poderoso instrumento de criminalização da pobreza e de instigação ao racismo. Conforme Wacquant, o sistema penal hipertrofiado tem “um lugar central no aparato emergente para a gestão da pobreza”⁵. Está cada vez mais evidente que os efeitos negativos agregados da criminalização e do proibicionismo são muito superiores às consequências do uso ou do abuso das drogas ilícitas. Dos 50 mil homicídios dolosos anuais, grande parte relaciona-se ao tráfico de drogas, seja fruto das disputas entre os traficantes, seja do enfrentamento da polícia com os mesmos. E há, ainda, os mortos “por engano”, como o famoso caso de Amarildo, até hoje não esclarecido, e tantos outros que não tiveram repercussão na mídia. Sabe-se também que a corrupção policial é alimentada pelas oportunidades de negócios ilícitos que o comércio clandestino propicia. E ainda há que somar os custos financeiros e humanos impostos pelo sistema penitenciário, assim como os gastos com

4 WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

5 WACQUANT, Loïc. *As prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Pág. 22.





as instituições de segurança e de justiça criminal, cujas energias são em boa parte consumidas com essa vasta problemática.

A nossa lei antidrogas (nº 11.343/06), promulgada pelo ex-presidente Lula, é o que se chama de “norma penal aberta”. Isto é, não há uma diferenciação estrita entre o usuário e o traficante, pois não fornece critérios objetivos para diferenciá-los.

Para o usuário não há pena de prisão, porém a questão é quem terá o “privilégio” de ser tratado como usuário. Para determinar se a droga destina-se a consumo pessoal “o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (artigo 28 parágrafo 2º).

Aqui, evidentemente, não há um critério objetivo. Se a pessoa flagrada em posse da droga tiver uma “aparência” de traficante, poderá ser indiciada pela polícia ou denunciada pelo MP como traficante. Isto é, se estiver numa favela, ou for visivelmente pobre e/ou negro, mesmo que esteja com uma quantidade pequena de droga, poderá responder por tráfico. Entretanto, se a sua aparência for de um jovem de classe média, o mais provável – mesmo que a quantidade de droga não seja tão pequena assim – é que ele seja considerado um usuário. A mera leitura do parágrafo 2º do artigo 28 é suficiente para evidenciar que esta discriminação está autorizada pela própria lei.

O problema não se restringe à diferenciação entre usuário ou o traficante, mas também ao indivíduo que será considerado em associação com o tráfico ou não. O artigo 35 que caracteriza a associação para o tráfico determina a pena de reclusão de 3 a 10 anos, que se soma à pena do artigo 33 que caracteriza o tráfico. Assim, se o indivíduo for considerado membro de uma associação para o tráfico sua pena será aumentada significativamente. Tal caracterização também não é objetiva.

O resultado desta lei é a prisão em massa de pequenos traficantes que vendem droga para ter dinheiro para usar.





Isso é totalmente inútil e inclusive contraprodudente, pois o jovem que vai para a prisão acaba por tornar-se mais perigoso ao juntar-se com facções.

Como bem lembrou a delegada Jeiselaura no debate de Porto Alegre, é preciso fortalecer a investigação dos crimes de lavagem de dinheiro, agindo sobre os bens dos grandes traficantes. “Temos que atacar o patrimônio das pessoas que estão no comando das facções e repensar a política de drogas. Punir e prender usuários de drogas não enfrenta o problema.”

E os grandes traficantes, como os que carregam helicópteros recheados de cocaína, não estão nas favelas e nem nas prisões.

A desencarcerização do usuário é um avanço, mas totalmente insuficiente. Além da discriminação evidente, vemos que mesmo com o desencarceramento do usuário seguimos com uma lei que estimula a manutenção da política de “Guerra às Drogas”.

Mas esta política tem fracassado no mundo todo. O aumento dos esforços policiais no combate às drogas e as penas mais duras não têm como consequência uma diminuição no número de usuários e dependentes, mas sim um aumento dos crimes relacionados às drogas - tanto crimes contra a vida como crimes de corrupção.

Salo de Carvalho explica que existe uma falsa imagem de que o direito penal e o processo criminalizador podem ser instrumentos eficazes no controle ou erradicação do consumo de drogas e que esta falsa imagem deriva de uma visão equivocada do fenômeno das drogas. Nesta ótica haveria um vínculo indissolúvel entre consumo e dependência, uma irreversibilidade desta dependência, uma necessária subcultura criminal formada pelos usuários e ainda a convicção de que o usuário não tem condições de ter uma vida produtiva. Os estudos criminológicos, entretanto, têm desconstruído esta imagem, sobretudo demonstrando ser falsa conexão entre usuários e toxicômanos e ainda entre usuários e subculturas criminais⁶.

6 Carvalho, Salo de. *Estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06*. 6ª Ed.rev.,atua. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013. Pág. 237-238





Luís Eduardo Soares, experiente antropólogo e estudioso do tema, insiste sempre que está evidenciado que não há eficácia prática na proibição. O acesso de consumidores potenciais às drogas continua sendo uma realidade inabalável ao longo das últimas décadas, apesar das políticas repressivas, independentemente do volume de dinheiro investido (ou perdido) nessa guerra e da qualidade das polícias mobilizadas. O acesso não é afetado pela proibição. Por isso, flexibilizações legais não importam em expressiva mudança na demanda.

Muito embora insuficiente do ponto de vista da desestruturação do tráfico e de todas as suas consequências, a descriminalização da maconha seria um inegável passo adiante na luta contra o proibicionismo. Marcelo Niel, médico psiquiatra e psicoterapeuta especializado no tratamento de dependentes químicos e professor do Departamento de Psiquiatria da Santa Casa de São Paulo, pontua que hoje a discussão sobre a descriminalização gira em torno principalmente da maconha, pois ela é considerada pelos organismos internacionais de saúde como uma droga “leve”, pois os prejuízos para quem a consome são muito menores quando comparados a outras drogas. Ele relata ainda que a maconha pode ser utilizada de forma bastante eficiente no controle da dependência do crack. Um estudo realizado pelo Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (Proad) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) demonstrou que 68% dos dependentes de crack avaliados conseguiram atingir a abstinência fumando apenas maconha. Evidentemente que o uso da maconha não é isento de risco, pois é uma substância que pode causar dependência e trazer prejuízos, assim como outras substâncias lícitas, como o álcool, o café e o cigarro, que causam dependência e muitos danos à saúde.

Enquanto não repensarmos a política de tratamento à droga, não só no Brasil, mas no mundo, não vamos conseguir ir ao cerne do problema da violência e da superpopulação carcerária. O fato que salta aos olhos de quem analisa o problema é que os índices de violência e encarceramento estão ligados a essa política repressiva às drogas.





Para além da questão das drogas, uma política de segurança pública eficaz não pode estar desvinculada de mudanças estruturais, com a criação de políticas públicas que ofereçam alternativas à juventude marginalizada. Os presos têm classe, cor e condições precárias de moradia. Sem atacar as raízes da desigualdade e da marginalização qualquer política de segurança será apenas enxugar gelo.







Não à intervenção militar de Temer! Pela antecipação das eleições ao governo do estado!

Honório Oliveira¹

A nova medida do governo Temer para o Rio de Janeiro possui motivações mais amplas do que propriamente a pacificação militar de um estado que apresenta traços claros de barbárie social. O aprofundamento da crise econômica e a ausência de direção política local impuseram uma medida ao governo federal que não terá efetividade, agravará a crise do Rio no médio prazo. O objetivo dessa medida não é resolver o problema, mas ganhar tempo. Não existem soluções de curto prazo para um estado conflagrado no nível em que se encontra o Rio de Janeiro. Diante da importância do estado na política nacional e da impossibilidade de manutenção de um governo central que perca completamente o controle do estado sede do Grupo Globo para a barbárie, Temer cartou alto, apresentou a proposta de intervenção militar na segurança pública do Rio.

A crise econômica nacional, a corrupção no governo do estado e na Petrobrás feriram profundamente a economia do Rio de Janeiro, que apresenta índices de desemprego bastante superiores em relação ao resto do Brasil. Nos últimos três anos, mais de meio milhão de postos de trabalho foram extintos; somente em 2017, foram 90 mil: um recorde nacional. O segundo estado foi Alagoas com o fechamento de 8,2 mil postos de trabalho. É possível sentir nas ruas a situação de colapso social e econômico com 14 mil moradores de rua, segundo dados oficiais, só na capital, três vezes mais que no ano de 2013.

A falência do projeto do PMDB e o aprofundamento da carestia empurraram o estado para a pior crise de sua história. A vertiginosa decadência econômica, fruto de um pacto entre a lumpemburguesia fluminense, de figuras como Eike Batista e Cavendish, com os governos do PMDB, deixou o Rio na situação mais grave entre os estados da federação.

¹ Dirigente do MES e do PSOL-RJ.





A insatisfação popular manifestada no carnaval nos desfiles da Tuiuti, Beija-Flor e Mangueira, associada ao sentimento de total caos social e criminalidade, seguramente acendeu a luz vermelha no Palácio do Planalto. A necessidade de imposição de uma “agenda positiva” e a pressão de setores da burguesia nacional – representados pela bancada da bala –, juntamente com a Rede Globo, devem ter contado pra decisão de intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro.

Com tamanha crise econômica, é seguro afirmar que o varejo do tráfico de drogas refluuiu, impondo às diversas facções diversificação de suas atividades. O Rio de Janeiro é recordista em roubos de carga, em assassinatos de policiais e a violência é percebida com bastante intensidade nas ruas. Com a atuação de milícias e diversas facções atuando no tráfico de drogas, uma pactuação, como já ocorreu nos moldes de São Paulo entre PCC e o governo do estado, é algo absolutamente descartado. Além disso, o tráfico e a milícia são elementos de contenção na organização do povo pobre das favelas, a militarização generalizada da segurança pública do Rio de Janeiro será mais um elemento.

A intervenção militar na segurança do Rio de Janeiro não é novidade nas favelas cariocas. A favela da Maré já ficou ocupada por mais de um ano entre 2014 e 2015, operação que custou aos cofres públicos mais de 600 milhões de reais. A efetividade dessa medida foi zero, e com o tempo os militares passaram a cometer as mesmas violações de direitos praticadas por forças policiais. O tráfico nunca parou de operar no período da ocupação.

A crise profunda do Rio de Janeiro e a potencial militarização da segurança pública do estado ao mesmo tempo em que abrem um momento distinto no processo de luta política, impõem ao PSOL carioca a luta pelo poder no segundo estado da federação. O colapso dos políticos da ordem impõe como tarefa ainda mais urgente a luta pelo poder não só institucional, mas em organização e associação íntima com o povo do Rio de Janeiro, muito mais profunda do que foi até agora. Disputando com a direita – que com a militarização da segurança pública do estado pode ganhar mais força no curto prazo – e com o PMDB (a máfia que no Rio colapsou,





mas que nacionalmente segue sustentando o governo Pezão). É necessário lutar pela construção de um canal democrático junto ao povo, associações de moradores, bairros, juventude, trabalhadores e servidores do estado, elaborando um programa para dar resposta à crise. Para isso, o PSOL-RJ deve assumir a palavra de ordem de antecipação das eleições para governo do estado pelas condições especialmente graves do Rio de Janeiro. Não é possível admitir que a máfia que causou toda essa crise siga no governo. É inviável ter segurança pública enquanto parte da pior organização criminoso do estado, o PMDB, estiver no aparelho estatal.







INTERNACIONAL







Por uma Palestina laica, democrática e não racista¹

Nahuel Moreno²

Estimados companheiros:

Recebemos sua carta de 31 de julho com perguntas “sumárias” e críticas implícitas e explícitas a nossas posições sobre o Oriente Médio. A chave de nossas diferenças, inclusive no que toca ao método para abordar o problema, radica em sua afirmação de que a política e palavra de ordem “Palestina laica, democrática e não racista” são burguesas e só podem ser apoiadas “se surge um Estado dessas características, em luta contra o sionismo e o imperialismo”.

Por outro lado, nossas diferenças ficam mais precisas quando, ao final da carta, afirmam que “naturalmente” coincidem conosco na “caracterização da guerra do Líbano, com as palavras de ordem centrais anti-imperialistas, e na tomada como eixo a destruição do Estado sionista”. Além disso, as diferenças também se realçam quando aprovam nossa palavra de ordem “axial” de apoio militar à OLP e às tropas sírias.

De modo que, numa primeira aproximação, as diferenças pareceriam ser meramente táticas. Segundo vocês, estaríamos completamente de acordo com “o eixo” e com “a base” (a “destruição do Estado sionista”) e vocês marcam seu desacordo no que seria necessário construir “depois”: para nós, seria a palavra de ordem “burguesa” de um Estado palestino, laico, democrático e não racista; para vocês, em contrapartida, a palavra de ordem que consideram “transicional” e “clássica do trotskismo”: assembleia constituinte palestina sobre a base da destruição do Estado sionista. Veremos que não é assim:

1 Correio Internacional, Ano I, # 8, Setembro de 1982

2 Secretariado Centro-americano – SECA- Centro Internacional del Trotskismo Ortodoxo – CITO





Quem o destrói?

Ao formular esta primeira pergunta logicamente derivada de nosso acordo principista, começam as profundas diferenças de método, que logo se refletem nas políticas e palavras de ordem. Se o propósito decisivo e fundamental é a destruição do Estado sionista, trata-se de estabelecer quais são as forças objetivas neste momento que estão embarcadas nessa tarefa progressiva, histórica, e quais as melhores palavras de ordem para apoiá-las e conseguir que cumpram sua missão com o maior entusiasmo e força.

Acaso estão fazendo isso os explorados e discriminados sabras e sefarditas de Israel? Ou são os trabalhadores asquenazes? Neste momento, essas forças são baluarte do Estado sionista, e não a vanguarda de sua destruição. A aristocracia operária asquenaz, através do partido trabalhista, está com tudo no sionismo. Os sabras e sefarditas deram a base eleitoral ao [primeiro-ministro Menachem] Begin e apoiam com entusiasmo seus planos de colonização das terras árabes.

Isso deixa atualmente como único setor social em luta permanente contra Israel o movimento árabe e maometano, em cuja vanguarda indiscutida estão os palestinos, expulsos de sua pátria pelos sionistas. Há 34 anos, quando se construiu o Estado racista, a forma de luta por sua destruição tem sido apoiar a justa guerra dos palestinos e muçulmanos. Não vemos outra maneira, porque não há outra força na realidade objetiva que enfrente o sionismo com armas na mão.

Como trotskistas, devemos tratar de achar então as palavras de ordem adequadas a essa realidade objetiva, ou seja, que ajudem a mobilização e o combate árabe. Esse é o nosso método, mas não o de vocês.





Palavra de ordem para cumprir a tarefa ou para depois de cumprida?

Quando nossas diferenças metodológicas se corporificam em palavras de ordem distintas, surge o novo problema do papel e da localização que elas devem desempenhar na luta. Quando e para quê deve ser utilizada uma palavra de ordem?

Se nos guiamos pela de vocês – **constituente palestina** – se adia para depois de cumprida a tarefa “base”. Não serve para ajudar a melhor cumpri-la, mas para resolver um problema posterior a ela, algo que neste caso surgiria depois da destruição do Estado sionista.

Essa é a metodologia que Trotski definiu como dissolver o concreto no abstrato e futuroológico. Com efeito: vocês estão dissolvendo o concreto, que é a luta maoetana e palestina para destruir o Estado fascista, racista e baseado no Velho Testamento, na abstração futuroológica de que, uma vez que o Estado seja destruído, chamarão seus habitantes atuais, que são sionistas e têm a maioria absoluta sobre os palestinos, a uma constituente para discutir a reorganização do país, dando a cada um deles um voto, em pé de igualdade com os palestinos.

Nós, por outro lado, cremos que a palavra de ordem deve estar a serviço da tarefa, neste caso, da destruição do Estado israelense. Não para responder à problemática posterior a essa destruição – e muito menos quando a abstração futuroológica é completamente reacionária –, mas para implementá-la, para melhor mobilizar os palestinos.

Sua palavra de ordem não serve para que os únicos agentes atuais da destruição do Estado sionista tenham cada vez mais audácia e coragem; ao contrário, ela atenta contra esse propósito. A assembleia constituente palestina, consciente ou inconscientemente, hoje serve ao sionismo, contemporiza com ele e é a causa pela qual Lambert a levanta, não todo o trotskismo e menos o revolucionário.





A armadilha do apoio envergonhado

Um dos problemas básicos da guerra que, sob diversas formas, se desenvolve há 34 anos, é a disputa sobre quem tem direito a permanecer em Israel. Ou seja, se os sionistas vão seguir ou não, se o enclave imperialista apoiado nos judeus vai sobrar ou será destruído. Os palestinos clamam e lutam para que os sionistas – e os ocupantes que chegaram a fortalecer o enclave – vão embora.

Se o enclave permanece, ou seja, se Israel ganha a guerra, pode adotar distintas formas. Pode chegar a assimilar uma minoria palestina colaboracionista e permitir-lhe alguns direitos – inclusive, eleitorais, por que não? Mas se este enclave é destruído pela guerra palestina, significará que os sionistas sairão de Israel e, com isso, os que lhes dão sua base social e política. Esta palavra de ordem “Fora Sionistas de Israel” é decisiva, é aquela que dá conteúdo a nossa formulação de destruição do Estado sionista. Não há outra maneira de destruir o Estado sionista que não seja expulsando os sionistas. Que classe de destruidores do Estado sionista somos nós se nossa bandeira principal é a de permitir aos sionistas que ganhem ou participem de uma eleição de assembleia constituinte, pelo qual nos comprometemos a lutar junto a eles e contra os palestinos, (pois estes não consideram voto útil a dos sionistas)?

A assembleia constituinte palestina, depois da destruição do Estado sionista e de validar sua presença, dar-lhe-á um verniz “democrático” à sua usurpação fascista.

Caso se pretenda insinuar que essa constituinte seria feita com populares judeus não-sionistas, implicitamente já respondemos antes. Esses habitantes imaginários não existem. Se o proletariado judeu chegasse a romper com seus aparatos sionistas (algo pelo qual chamamos), deveríamos estudar a melhor maneira de se juntarem à luta palestina. Mas isso é música do futuro.





Um erro teórico

Em sua carta, há um erro teórico que os conduz à palavra de ordem da constituinte, apesar de, como vimos, não servir para mobilizar os palestinos e ser pró-sionista. Vocês acreditam que seja “transicional” e por isso superior à nossa, que seria burguesa.

Isso é falso. É uma palavra de ordem estritamente burguesa, tão burguesa como a nossa. Nenhuma das duas tem um só elemento classista. A constituinte é uma reclamação democrático-burguesa, que não se baseia em classes, mas em cidadãos. Para cada habitante, um voto. É a máxima expressão do direito político burguês.

Como toda reivindicação, independentemente de sua origem histórica, pode desempenhar um papel transicional, progressivo, regressivo, revolucionário ou contrarrevolucionário, que depende do contexto. Por exemplo, é criminalmente contrarrevolucionária em todo o enclave colonial, pelo qual o imperialismo costuma esgrimi-la a fim de se defender. Nós não reconhecemos nenhum direito democrático burguês aos povoadores dos enclaves enviados pela metrópole. Quando ocuparmos Guantánamo, não chamaremos uma constituinte com igualdade de direitos para os cubanos e para os colonizadores da base. Nossa palavra de ordem é, desde já, fora ianques de Guantánamo, a mesma que temos em Israel.

Em Israel, atualmente, a constituinte é igualmente contrarrevolucionária. Somente podíamos levantá-la ultra propagandisticamente – e não serviria para nada –, precedida de uma longuíssima explicação dizendo que só será realizada, sempre e quando os palestinos quiserem isso, quando se tiver retirado de Israel todos os judeus sionistas, fascistas, racistas e que se recusem a conviver com os árabes.

Se isso não for esclarecido devidamente, pode se dissolver numa fórmula abstrata como a da destruição do Estado israelense, sem explicitar que essa destruição implica obrigatoriamente o





afastamento de seus habitantes atuais. Com efeito, a palavra de ordem significaria aceitar o fato consumado da ocupação judia de Israel e dizer que a partir de agora seremos todos democráticos, inclusive os fascistas.

Por que a abandona a direção da OLP?

Por outro lado, a palavra de ordem burguesa e não-classista de Palestina laica, democrática e não-racista, além de ser a mais progressiva que levantou o movimento palestino, pode abrir passagem para a revolução operária. Em outra situação, poderia se tornar contrarrevolucionária, mas hoje cumpre um papel preciso, equivalente a “fora ianques de Guantánamo” ou “fora sionistas de Israel”, que é o que efetivamente significa o “não-racista” da fórmula. E isso nos parece muito bom: que os racistas judeus sejam retirados da Palestina. E no dia de amanhã, também os racistas árabes. Mas amanhã, não hoje. Porque hoje o racismo árabe frente ao de Israel é progressivo: destrói o Estado sionista.

Tão boa é a palavra de ordem que, à medida que a direção da OLP e o movimento árabe se tornam cada vez mais reacionários, a abandonam, e com ela, a linha política de destruir o Estado israelense, para aceitar que se levante um Estado palestino num lugar do Oriente Médio.

Nós ficaremos sozinhos levantando a palavra de ordem democrático-burguesa mais sentida e avançada do povo palestino. Não é tomar um “desvio” burguês ou pequeno-burguês. Insistimos que o papel de cada palavra de ordem depende do contexto no qual ela se esgrime. Neste sentido, é bom recordar a tática aconselhada por Trotski depois que Hitler tomou o poder. O velho aconselhou que se estudasse a possibilidade de levantar a convocatória do parlamento que escolheu Hitler, com a qual poderia se ter tentado que a pequena burguesia rompesse com o fascismo e se unisse ao proletariado, através da legitimidade parlamentar. O mesmo na





Áustria. Como ali a classe operária não acreditava na democracia operária, nem na ditadura do proletariado, Trotski aconselhou a linha de defender a democracia burguesa com métodos de mobilização de classe.

Assim como um parlamento ultrarreacionário, a democracia burguesa ou a assembleia constituinte podem, em determinadas circunstâncias, converter-se em palavras de ordem progressivas ou transicionais, nós cremos que no Oriente Médio a palavra de ordem que cumpre esse papel é a de Palestina laica, democrática e não racista.

Ela está servindo – na medida em que é abandonada pela direção da OLP –, para atacá-la com um bumerangue e o mesmo ocorre a todos os reformistas que pactuam com o imperialismo, entregando a luta contra o Estado sionista. Aparecemos como os únicos “democratas consequentes”, pois estamos dispostos a utilizar todos os meios de luta para destruir o Estado de Israel, impondo o grande objetivo das massas árabes.

O que é a OLP?

Nossas diferenças metodológicas e políticas estão intimamente ligadas àquelas que também temos em relação à caracterização global da situação e da própria OLP. Quando vocês escrevem que *“se surge um Estado dessas características (laico, democrático e não racista), em guerra contra o sionismo e o imperialismo, apoiamos isso. Mas não fica claro porque o reivindicamos como nossa palavra de ordem”*, demonstram que não creem que já existe uma organização laica, democrática e não racista, em guerra contra Israel e o imperialismo. No entanto, ela existe em germe desde 1948 e consolidou-se em 1969, quando se fundou a OLP.

Para nós, a chave da situação do Oriente Médio é a guerra às vezes declarada, às vezes não, mas permanente do movimento árabe e especificamente palestino, contra o Estado de Israel. Essa guerra se expressou sob distintas formas, global ou





limitadamente, com enfrentamentos entre Estados – como os que protagonizaram Egito e outras nações árabes – ou com pequenas e grandes ações guerrilheiras.

Das distintas nações e nacionalidades em guerra permanente contra Israel, há uma – a dos palestinos, que quando organizaram a OLP formaram essa organização laica, democrática e não racista – que está na vanguarda da guerra contra o sionismo. Apoiamos esta nação desde já? Ou esperamos que ganhe a guerra, ocupe Israel, recupere seu território e, com isso, torne a se conformar como um Estado, para então apoiá-la? Se fizéssemos isso, apoiariamos quando a guerra terminasse, quando nosso apoio não significasse nada e quando a palavra de ordem perdesse seu caráter transicional.

Vocês caracterizam a OLP como se fosse um partido político a mais. Para nós, ela representa a nacionalidade palestina como organização estatal *sui generis* laica, democrática e não racista, em guerra. É quase um Estado: é uma frente única que abarca todo o movimento palestino em luta por reconquistar sua pátria e voltar a ser um Estado. De fato, é um governo: reclamamos por seu reconhecimento do mesmo modo que o fazíamos pela FSLN na Nicarágua. É uma nacionalidade organizada a qual lhe foi suprimida a terra: quando a recuperar, voltará a ser nação. É uma nação *sui generis*.

Quando vocês desconhecem essa função da OLP, considerando-a uma simples fração política dos palestinos, outorgam-lhe um fundamento de “esquerda” a caracterização do imperialismo. Também ele a desconhece como organização nacional palestina, definindo-a como uma corrente terrorista. Em troca, está disposto a negociar com personagens palestinos que ninguém conhece e, eventualmente, com os prefeitos palestinos de Judeia e Samaria, porque eles colaboravam com Israel.

A negativa de vocês em reconhecer esse caráter de nação *sui generis* sem território significa avalizar o roubo sionista e imperialista e dar razão a eles quando sustentam que, ao serem





expulsos, os palestinos deixaram de ser uma nacionalidade organizada.

Hoje, a nacionalidade organizada conta com cerca de 5 milhões de habitantes, divididos em dois setores: os que estão nos campos de refugiados, dirigidos pela OLP, que são a maioria, e a camada de profissionais, técnicos e, em geral, classe média acomodada, que é a mais avançada do mundo árabe, e que se desenvolve principalmente nos países do Golfo Pérsico. Eles não perderam sua nacionalidade palestina: são militantes ou cotizam para a OLP, a qual tem sedes e embaixadas em todos os países árabes e em muitas outras nações.

A OLP e seu governo

A caracterização sectária que vocês fazem da OLP, na qual confundem sua totalidade progressiva com o fato de que tem uma direção traidora, capituladora ou conciliatória, produz várias consequências. Em primeiro lugar, em relação a sua guerra histórica, vocês se parecem com os sectários que não queriam apoiar a Argentina na guerra contra a Inglaterra, porque aquela era governada por Galtieri.

Porém, tampouco são capazes de golpear a direção por suas verdadeiras capitulações que, a nosso juízo, se baseiam no abandono da palavra de ordem por uma **Palestina laica, democrática e não racista**.

A mesma raiz tem a crítica de que somos uns iludidos porque chamamos a OLP a lutar pelo socialismo.

Sem ser esta nossa palavra de ordem fundamental, já que como dissemos ela é a recuperação da terra para reconstituir a nação, expulsando os sionistas e terminando de constituir uma Palestina laica, democrática e não racista, nosso chamado a OLP para que lute pelo socialismo se baseia naquilo que consideramos uma nação sui generis. Dizemos “OLP socialista” como dizemos “Chile socialista”. Não pedimos isso à sua direção burguesa ou





pequeno-burguesa, do mesmo modo que no Chile não pedimos isso a Pinochet. Vocês se esquecem de notar que cuidadosa e sistematicamente – como fazemos com todo governo burguês que dirige uma guerra justa –, criticamos a direção da OLP e não lhe brindamos nenhum apoio político.

A mesma confusão os leva a assinalar que não agitamos a necessidade de construir partidos trotskistas na Palestina e no Oriente Médio. Evidentemente, é necessário fazê-los desde já! Porém, o primeiro passo para construí-los é um programa concreto. Nós damos esse programa: triunfo militar da OLP, apoiado na mobilização das massas árabes contra o sionismo, para destruir seu Estado e para que voltem os palestinos, ou seja, a OLP. Esse é o ponto fundamental. Junto a isso, fazer uma OLP que rompa com a burguesia, ou seja, um estado palestino que rompa com as burguesias árabes e pratique a luta de classes. Isso é o que dizemos sistematicamente.

Podemos discutir qual dos polos do programa devemos ressaltar, se o da ruptura com a burguesia ou o da destruição do Estado de Israel. Pensamos que se queremos trabalhar sobre as massas árabes e palestinas, impõe-se o que viemos fazendo: a frente comum de luta contra os sionistas, dentro do qual reclamamos uma nova direção.

Com essa orientação trabalhamos e queremos trabalhar na OLP. Nos parece a mais adequada, em rigor, a única, para construir, com seus melhores combatentes e com seus setores mais explorados, o partido revolucionário.





Trump em Jerusalém: uma declaração de guerra

Santiago Alba Rico¹

Sobre a declaração incendiária de Donald Trump, a qual reconhece Jerusalém como capital do Estado de Israel, me ocorrem três reflexões rápidas.

A primeira tem a ver com a irrelevância – e a nulidade histórica – das reclamações de justiça. Não há provavelmente outra causa no mundo que desperte um apoio tão majoritário em escala planetária como a Palestina. Não só no mundo árabe e muçulmano, onde se discorda asperamente sobre Síria ou Bahrein e, desde logo, sobre os maltratados e silenciados saarauís, mas nunca sobre a Palestina; não somente nas regiões que sofreram a colonização e sofrem agora os rigores da economia global capitalista. Também as populações da Europa sentem, em geral, simpatia pelos palestinos e horror pelos desmandos da ocupação israelense.

É uma simpatia transversal, não ideológica, que na Espanha – como em nenhum outro país da UE – engloba uma maioria esmagadora. Além das razões concretas em cada caso – religiosas, nacionalistas, culturais ou outras – esta quase unanimidade ilumina a desigualdade do mal denominado “conflito” e seu vício original, assim como a inclinação natural dos seres humanos a defender sempre os mais frágeis. O relato bíblico de Davi e Golias forja para sempre a estrutura narrativa deste natural “alinhamento com o bem” dos humanos normais. A correlação de forças entre Israel e Palestina é tão desigual, o desprezo israelense pela vida dos palestinos – sua valentia à la Golias – é tão ofensiva para a sensibilidade que todos percebemos como uma incoerência narrativa sua dolorosa duração no tempo, sem que um estilingue reparador venha a pôr fim à injustiça.

¹ Filósofo e colaborador de diversos veículos como *Rebelión*, *Archipiélago*, *Ladinamo*, *Diagonal*, *Atlántica XXII* e *Cuarto Poder*.





Porque esta é a excepcionalidade do caso palestino. Não é, sem dúvida, o povo que mais sofreu na história, nem o que mais tempo tem sofrido. O que não tem talvez precedentes é a simpatia majoritária que gera entre os povos do mundo e o fato escandaloso de que esta simpatia geral seja diretamente proporcional à indiferença ou hostilidade da maior parte dos governos do mundo, inclusive por parte dos governos árabes e muçulmanos que dizem defender sua causa. Há um acordo popular que reclama justiça para a Palestina e um acordo interestatal que a nega, discordância visivelmente ignominiosa numa ordem mundial que se pretende fundada na carta das Nações Unidas e no Direito Internacional. Nenhum atropelamento histórico fez mais dano à ONU e a sua credibilidade que a ocupação israelense da Palestina; nenhum atropelamento contribuiu tanto à desesperança democrática dos povos que lutam contra ditaduras ou contra invasões estrangeiras. Em sua pequenez paciente e heroica, a Palestina cobiça esta gigantesca e dolorosa potência simbólica: revela o fracasso estrepitoso, sempre atual, da ordem jurídica internacional e a desamparada nudez potencial de todos os povos do planeta.

Neste sentido, a decisão de Trump, depois de meses de silenciosa erosão nos quais os “palestinos” visíveis pareciam viver em outros países, nos recorda a existência da Palestina como dor “universal” e como eixo de um acordo interestatal contra a justiça. Esse acordo interestatal em favor de Israel, sem o qual o presidente estadunidense não teria podido fazer sua declaração, coloca os EUA como vanguarda desde 1967, mas também a Europa desde muito antes, ao menos desde 1916, como promotor histórico do sionismo e suas consequências: uma ordem colonial ainda vigente no qual Israel é o gêmeo conflitivo dos regimes que o Ocidente ajudou a estabelecer na região: a Arábia Saudita desde seu nascimento, ou o Egito desde 1973 – peças centrais – são tão “israelenses” como “palestinas”, são as vítimas de seus desmandos. O mesmo pode ser dito de todas essas ditaduras





– de Síria ao Bahrein – que seguem tratando seus cidadãos como Israel trata os palestinos – quando não pior – enquanto abandonam de fato a Palestina a sua própria sorte. A Liga Árabe foi e segue sendo, depois de derrotada a sacudida revolucionária de 2011, a sucursal colonial deste acordo interestatal contra todos os “palestinos” – palestinos ou não – da região.

A segunda reflexão tem a ver com as variáveis históricas deste acordo contra a justiça. Da mesma maneira que não se deve esquecer de que os EUA se converteram tarde no aliado máximo de Israel, é necessário recordar que – ao contrário do que pretende certo anti-imperialismo sumário – importa sim quem governa em Washington. Nem a posição dos EUA no Oriente Médio é hoje a mesma que há vinte anos, nem Obama e Trump são iguais. A declaração sobre Jerusalém do presidente *twitter* se inscreve numa impugnação total da política de Obama, que entendeu com realismo trágico – e acelerou – a decadência imperial dos EUA, sobretudo no Oriente Médio, e tratou de minorar os danos com uma combinação de omissões e concessões: é nesse marco que se inscrevem as negociações nucleares com o Irã e o consequente distanciamento da Arábia Saudita e de Israel, que acusaram o golpe.

O reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel não é uma loucura. Mais do que o fato de que Trump talvez seja – desgraçadamente – o único governante do mundo que cumpre suas promessas eleitorais, vale insistir que esse gesto é coerente com o restabelecimento intensificado, num contexto inadequado, da política estadunidense *neocón* da época Bush. A intensidade é dada pela personalidade de Trump; a tragédia adicional é o contexto. Depois das revoluções derrotadas de 2011, com várias guerras civis em atividade (Líbia, Síria, Iêmen) e num bastidor geopolítico volátil e flutuante dominado pelo Irã e pela Rússia, os EUA tratam de “regressar” ao Oriente Médio realinhando-se com a Arábia Saudita e com Israel; ou seja, alimentando ocupações, invasões, guerras e conflitos que não poderão controlar e cujas





vítimas, como sempre, serão majoritariamente “palestinas” plebeias (e de quebra alguns plebeus estadunidenses e europeus que sofrerão as consequências do terrorismo renovado). Obama foi uma maldição para a Síria, porque a entregou, em cumplicidade com o Iraque, aos russos e iranianos, mas evitou ou retardou outros males; Trump é uma maldição para os sírios e, além disso, para toda a região e para o mundo inteiro, inclusive para os próprios EUA.

A terceira reflexão tem a ver com as “linhas vermelhas” que Trump cruzou, ao que parece. Alguns dizem que, depois de tudo, a Jerusalém ocupada era de fato a capital de Israel, que sobre o terreno não muda nada, que sua declaração é puramente “simbólica”. Isso é verdade, se levarmos em conta o que quer dizer “simbólico” neste caso (ou em todos os casos: podemos representar o que teria significado um reconhecimento estadunidense da “república catalã”?). Não esqueçamos que os palestinos, privados de todo o seu território pela ocupação e pela colonização israelense (como prefere chamá-la o historiador Ilan Pappé), já não podem disputar outro território que os “símbolos”. E não me refiro aos símbolos religiosos, frágil nitroglicerina que Trump e Netanyahu querem fazer explodir, mas aos nomes das coisas; à “formalidade”; às leis internacionais como último solo pátrio ao que se aferrar.

É muito importante. Não se trata de que o reconhecimento de Jerusalém como capital seja ilegal. Tudo é ilegal na Palestina há 70 anos. É ilegal a ocupação de território não incluído na injusta repartição original; são ilegais as colônias; é ilegal o muro; é ilegal o bloqueio de Gaza; é ilegal a proibição de retorno dos refugiados. Todas estas ilegalidades foram tacitamente consentidas, quando não promovidas dissimuladamente, por essa aliança interestatal contra a justiça encabeçada desde 1967 pelos EUA. Ademais, também o sabemos, não havia nenhum “processo de paz” em curso, nem nada digno desse nome; e a solução dos dois Estado estava morta desde Oslo. Não se trata disso.





Dizíamos mais acima que a potência “simbólica” da Palestina residia em seu poder para revelar o fracasso, sempre atual, da ordem jurídica internacional, pretensamente pacífica, democrática e de direito, surgida da Segunda Guerra Mundial. Trump, assumindo pública, formal e simbolicamente a ilegalidade que até agora os EUA haviam se limitado a consentir, assume como um fato esse fracasso, declara na Palestina o fim material dessa ordem e o estabelecimento de um “estado de natureza” ou “de guerra” no qual o Estado de Israel se ergue, inclusive formalmente, como o único Estado possível, passado, presente e futuro na terra da Palestina. Todos os seus predecessores sabiam muito bem o que estava em jogo e evitaram com prudência este passo; e não é um exagero falar de uma nova *Nakba* para os palestinos. Trump roubou dos palestinos sua última terra: o nome de Al-Quds, a legalidade nomeada e sempre escamoteada. Trump matou o nome mesmo da paz e todos pagaremos as consequências.

Um meio satírico francês escrevia: “Trump apoia a solução de dois Estados: um judeu e outro americano”. Por desgraça, Estados pululam na região: Estados falidos, Estados a ponto de falir, Estados demasiado exitosos, Estados armados até os dentes pela Europa e pelos EUA. Não sei se podemos medir o que significa a Palestina ter voltado rapidamente ao centro das atenções deste modo e neste contexto. Dizia, a princípio, que quase todo o mundo apoia ou simpatiza com a Palestina. Isto quer dizer que no Oriente Médio gente muito distinta, com projetos muito diferentes, está de acordo contra Israel e sua empresa colonial em pleno século XXI. Os jihadistas têm razão na Palestina, Hamas tem razão na Palestina, os nacionalistas árabes têm razão na Palestina, Irã e Hezbollah – ocupantes da Síria e assassinos de “palestinos” sírios – têm razão na Palestina; como a tem a gente normal que quer um pouco de justiça social e democracia na Palestina e em toda a região. Que uma Palestina já sem esperança, no novo vespeiro regional, se converta outra vez no campo de batalha onde se combatem assassinos que têm razão e assassinos





que não a têm deixa fora de jogo definitivamente as aspirações de paz, democracia real e justiça, expressas há sete anos. Esse é o verdadeiro acordo interestatal que Israel e a Arábia Saudita, enquanto lhes fazem a guerra, assinaram com seus inimigos.

Quem ganha? Unicamente Israel, que somente se preocupa com o tempo, e – a curto prazo – as outras “ditaduras árabes”, inclusive a russa e a iraniana, inflamadas na nova “geopolítica do desastre”. Quem perde? Obviamente os palestinos, expostos de novo às balas e aos bombardeios israelenses e distanciados como nunca de seu sonho de libertação, mas também – pois a Palestina é o símbolo e a matriz de toda a ordem, existente ou futuro – a possibilidade de um novo acordo interestatal fundado no respeito aos Direitos Humanos e, portanto, na descolonização completa do Oriente Médio. Não serve de nada dizer isso, salvo porque as palavras são também reais: a Europa, responsável original deste desastre e que pagará caro as consequências, não fará nada nesta direção.





Como a crise no Peru pode iniciar um novo marco na luta da América Latina

Carolina Borghi Ucha¹

Nos últimos dias de 2017, o mundo voltou seus olhos para o Peru. O presidente Pedro Pablo Kuczynski (PPK) concedeu indulto humanitário ao ex-ditador Alberto Fujimori, famoso mundialmente por crimes de lesa-humanidade. Esse acontecimento evidenciou o quanto o país vive uma forte crise de representatividade política (da qual o indulto a Fujimori é apenas a ponta de um gigantesco iceberg), fazendo com que a esquerda socialista pudesse ver a importância que o Peru tem hoje na luta contra o sistema neoliberal,.

Entender a complexidade da crise peruana é fundamental para compreender que o país está passando por uma autêntica crise de regime, em que não se descarta a queda do atual presidente PPK. Sua vacância poderá abrir um novo marco na história da luta antineoliberal na América Latina, fortalecendo também a resistência em outros países, como o Brasil. Sem dúvida, há muito o que observar e aprender com a atual conjuntura peruana.

No nº 3 da *Revista Movimento* (outubro/dezembro de 2016), um artigo de nossa companheira Evelin Minowa reconstituiu a trajetória política do Peru desde a ditadura Fujimori, passando pelo governo traidor de Ollanta Humala e chegando às eleições de 2016 nas quais PPK saiu vencedor. Recomendo uma nova visita àquele artigo para que os leitores entendam o quanto a conjuntura política do Peru é resultado de uma Constituição que facilita a corrupção e de um mau governo protagonizado pela esquerda conciliadora (a qual não por acaso contou com enorme auxílio do lulismo para se relacionar de modo espúrio com o capital transnacional sediado no Brasil).

¹ Militante do MES/PSOL e do Súmate/Nuevo Perú





Hoje o Peru sofre as consequências da corrupção, uma das características essenciais dos governos neoliberais a serviço da maximização dos lucros das grandes empresas em detrimento do bem-estar social. Em dezembro de 2017, isso ficou ainda mais claro com todos os acontecimentos que marcaram a política nacional em menos de um mês. O presidente Pedro Pablo Kuczynski teve contra si um pedido de vacância que só não foi aprovado porque resolveu indultar Alberto Fujimori, enfrentando marchas de milhares de opositores nas ruas.

Quando em 21 de dezembro de 2017 colocou-se em votação o pedido de vacância do atual presidente PPK, os principais partidos a apoiarem a iniciativa foram a fujimorista Força Popular (bancada de 61 deputados), liderada por Keiko e Kenji Fujimori (filhos do ex-ditador), e a Frente Ampla (bancada de 10 deputados), organização de esquerda detentora de 18% dos votos nas eleições presidenciais de 2016 quando sua então líder era Verónica Mendoza (hoje referência do partido em construção Movimento Novo Peru, cuja bancada tem 10 deputados). Os pedidos de queda de PPK vieram depois da operação Lava-Jato revelar documentos que indicavam pagamentos da empreiteira Odebrecht a empresas do atual presidente peruano durante os anos em que este era ministro no governo de Alejandro Toledo.

Nestes intermináveis dias de discussão e debates acerca do pedido de vacância, PPK teve a oportunidade de ir à rede nacional, falar ao povo peruano e tentar provar sua inocência. Porém, nenhum argumento de PPK parecia convencer os entrevistadores, uma vez que não foi apresentada nenhuma prova do afastamento da administração de suas empresas durante o governo de Toledo. Segundo PPK, apesar de as empresas estarem registradas em seu nome, ele havia se distanciado delas para se dedicar exclusivamente à vida pública.

Ante a extrema fragilidade da defesa, o Congresso Nacional do Peru aceitou iniciar um processo de vacância de Kuczynski, com 93 votos favoráveis, 17 votos contrários e nenhuma abstenção.





Tudo apontava para um desfecho melancólico para PPK, visto que seu próprio partido possuía uma bancada modesta de 15 deputados. Entretanto, em 21 de dezembro de 2017, 14 horas de debates resultaram na absolvição do presidente. Eram necessários 87 votos para confirmar a queda de PPK, ou seja, dois terços do total do Congresso Nacional; no entanto, o placar da votação apontou 79 congressistas a favor, 19 contra e 21 abstenções.

O mais curioso desta surpresa é que, dentre os parlamentares que salvaram a pele de PPK, estavam 10 representantes fujimoristas da Força Popular, a maior bancada do Congresso que estava prestes a tomar o controle do Executivo por meio do impeachment. Três dias depois da rejeição da “vacância”, o povo peruano e toda a mídia nacional e internacional saberiam o que estava em jogo e qual foi a moeda de troca para que parte da bancada do partido com maior número de cadeiras no congresso votasse contrário à própria orientação política.

Já em novembro de 2017, o atual partido de Verónica Mendoza, o Movimento Novo Peru, mais precisamente através da corrente internacionalista Súmate (organização-irmã do MES no Brasil), denunciara em seu boletim nacional que estava sendo gestado um pacto de impunidade no Congresso Nacional. O principal objetivo deste “acordão” seria estancar as denúncias de corrupção vindas através da Lava-Jato contra os partidos tradicionais peruanos, o que passaria por um possível indulto a Alberto Fujimori, dado o tamanho da bancada de seu partido no Congresso.

A denúncia de um possível pacto de impunidade acabou se revelando certa com a concretização da liberdade do ex-ditador. Uma ala do partido Força Popular, mais precisamente os aliados de Kenji Fujimori, votou contra a vacância de PPK para dias depois receber em troca a concessão presidencial de um indulto humanitário ao responsável pelos massacres de Barrios Altos, La Cantuta e pela política de esterilização forçada de mulheres camponesas. Com a desculpa de que o ex-presidente Alberto Fujimori estava muito doente e, por isso, deveria ser





solto por questões humanitárias, na exata véspera de natal, Kuczynski mostrou o seu papel no pacto de impunidade. A gravidade dessa anistia é tamanha que seria ilegal – sob o ponto de vista da jurisprudência internacional - conceder indulto a pessoas condenadas por delitos de sequestro e extorsão, acusações que levaram Fujimori a cadeia. Além disso um dos principais motivos para indultar o ex-ditador – um possível estágio terminal de seu quadro clínico – foi todavia desmentido por diversos médicos e especialistas. Dono de um currículo extenso de denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito, Fujimori saiu enfim detrás das grades após uma negociação política suja que fere a alma de todos os que sofreram direta e indiretamente com seu governo ditatorial.

Assim que foi anunciado o indulto, a reação popular não tardou. Milhares de pessoas se pronunciaram contra a soltura do ex-ditador e declarações da Comissão Internacional de Direitos Humanos, da ONU, de partidos políticos nacionais e internacionais tomaram conta dos jornais peruanos. Imediatamente, movimentos sociais e familiares dos mortos ocuparam as ruas de todo o país com as consignas “Indulto é Insulto” e “Fora PPK”. A tentativa de Pedro Pablo Kuczynski de estabilizar a crise política e de representatividade peruana saiu pela culatra, aumentando ainda mais os problemas do atual governo.

No primeiro ano de gestão, além de quase perder seu mandato, Kuczynski teve uma grave derrota política quando quis enfrentar uma poderosa greve de professores. Depois de três meses de conflito, a ministra da Educação de seu governo caiu, obrigando PPK a retroceder em sua intransigência e a conceder o aumento pedido pelos professores peruanos. Essa luta foi o pontapé inicial de dois fatos importantíssimos para a história recente do Peru: o primeiro foi que as ruas e as mobilizações sociais voltaram a ter protagonismo, começando com a greve de professores e desencadeando em outras grandes manifestações que levaram 100 mil pessoas às ruas em todo o Peru a marchar contra os





políticos corruptos, contra PPK e contra o indulto. A segunda é que abriu os olhos do mundo todo e, principalmente, da esquerda mostrando que há uma grave crise de regime acontecendo no Peru. Os últimos eventos demonstraram que o modelo neoliberal já não pode ser sustentado pela burguesia e pela casta política peruana sem grandes turbulências. A população já não mais acredita na atual forma de fazer política, enquanto as grandes denúncias de corrupção desnudam o sistema apodrecido vigente no Peru e evidenciam a falácia de que é possível manter o bem-estar social junto com o enriquecimento de grandes empresários e banqueiros. Há um descrédito de toda a casta política e as pessoas saem às ruas pedindo que todos os corruptos sejam presos, independente de quem sejam eles, porque já não aguentam mais sofrer com os absurdos de um sistema falido.

O papel da esquerda peruana na atual crise

Assim como em todo o mundo, uma grande polarização atravessa o país. Tanto a esquerda quanto a direita disputam os primeiros lugares nos resultados eleitorais. Em 2016, a direita tradicional foi representada por Keiko Fujimori e a nova esquerda progressista teve Veronika Mendoza como principal liderança. E, na atual conjuntura, isso segue se aprofundando.

O indulto concedido a Alberto Fujimori mostrou o quanto o país encontra-se dividido. Segundo pesquisa realizada em janeiro de 2018 feita por GfK, respeitado instituto de pesquisa peruano, 50% da população do Peru estaria a favor do indulto a Fujimori, e 49% contra. Outros dados importantes da pesquisa são que o presidente Pedro Pablo Kuczynski tem apenas 20% de aprovação popular, ao passo que 88% da população acredita que Fujimori deveria pedir perdão pelos crimes cometidos.

A conclusão a se extrair desta pesquisa é que existe um enorme espaço de construção para nova esquerda radical no Peru, uma esquerda que não tenha medo de dizer seu nome e que não tenha





nenhum tipo de ligação com esquemas de corrupção. Depois de crises internas no Partido Frente Ampla, Veronika Mendoza impulsionou, junto com outras organizações, a criação de um novo movimento partidário no país, o Movimento Novo Peru. Seu Congresso Fundacional aconteceu nos dias 9 e 10 de dezembro de 2017, aprovando um programa que representa a esquerda radical peruana, a qual combina a luta por soberania nacional e pelo direito do povo peruano, com princípios socialistas e antineoliberais. Tem uma composição bem ampla, com líderes de províncias, indígenas, trabalhadores rurais, jovens, LGBTs e feministas. Um dos principais eixos do MNP é a luta por uma Assembleia Constituinte, luta que constava no programa que elegeu Ollanta Humala, mas que foi abandonada durante sua traição.

Para representar verdadeiramente o povo peruano, é preciso mudar as regras da atual política nacional. A Constituição atual do Peru data de 1993, época em que foi modelada pelo então presidente Alberto Fujimori a fim de favorecer seus interesses de perpetuação no poder. Anos após a queda de Fujimori, ela permanece completamente inviável do ponto de vista da satisfação das necessidades populares e democráticas, por sustentar um modelo político e econômico que favorece a corrupção e constantemente nega direitos da população, além de tornar quase impossível a emergência de novos partidos políticos nas corridas eleitorais. Hoje para poder legalizar seu partido e ter candidatos com a inscrição do MNP, seus militantes necessitam recolher quase dois milhões de assinaturas, o que é uma velha manobra constitucional das forças da ordem para barrar a aparição e desenvolvimento de novas alternativas políticas – conforme bem sabem os que recolhemos assinaturas para a formalização do PSOL em 2005.

Agora, o Movimento Novo Peru tem como uma de suas tarefas articular junto ao campo popular e progressista uma nova alternativa de governo, liderando a unidade com setores de





esquerda que ainda não constroem o MNP, mas que também estão na luta por uma Nova Constituição, pela anulação do indulto e na luta contra a corrupção.

O exemplo da luta anticorrupção

Um dos principais eixos programáticos do Movimento Novo Peru é encabeçar a luta anticorrupção. Nos últimos anos, assim como no Brasil, grande parte dos políticos peruanos teve seus nomes envolvidos em denúncias de assalto aos cofres públicos. Por graves acusações de recebimento de propina e enriquecimento ilícito, o ex-presidente Ollanta Humala foi preso e um de seus antecessores, Alejandro Toledo, está foragido da Justiça. Ambos ajudaram a entregar os recursos naturais do Peru às megacorporações transnacionais. Neste sentido, a luta contra a corrupção é fundamental e inevitável para uma esquerda que diz ser antissistêmica, já que as engrenagens do neoliberalismo tem como graxa o pagamento pornográfico de propinas de empresas para políticos. A luta anticorrupção é intrínseca à luta por uma mudança de regime, e se calar diante dessa batalha é ser cúmplice do maior descontentamento de um povo que carece dos direitos mais básicos quando a casta política enriquece-se com favores aos grandes capitalistas.

Felizmente, a esquerda peruana, representada tanto pelos velhos PC's quanto as novas confluências políticas como o MNP, não tem demonstrado vergonha de sair às ruas junto com a população para denunciar esquemas de corrupção no país, sem medo de afirmar que a nossa moral é oposta à falta de escrúpulos dos partidos burgueses. A palavra de ordem das ruas e da esquerda é *Que se vayan todos los corruptos*, independente de quem sejam eles. É fundamental e urgente que a esquerda brasileira perca a alergia de marchar contra a corrupção com a falsa desculpa de que essa é uma pauta da direita. Assim como no Peru, somente a verdadeira esquerda no Brasil, de fato,





quer a mudança do modelo econômico. Não devemos ter vergonha de dizer que todos os corruptos devem ser presos, nem defender os governos do PT que estão atolados até o pescoço com denúncias de desvio de dinheiro e favorecimento a empresas e empreiteiras, até porque nossas principais figuras públicas não fizeram e nem fazem parte do conluio que saqueou boa parte das riquezas do Estado. Nesse sentido, é importante ter consciência de que a esquerda peruana está muito mais avançada do que nós.

A provável queda de PPK e as mudanças que podem ocorrer em toda a América Latina

A aprovação de Pedro Pablo Kuczynski não para de cair. Os módicos 20% de apoio popular estão estampados todos os dias nos periódicos do Peru, com uma crise de governabilidade imensa, tendo sido concedido o indulto para seguir no poder. Aliás, tal manobra foi o pontapé inicial para que muitos ministros e articuladores políticos abandonassem o governo. Para tentar estancar a crise, PPK anunciou que faria um Governo de Reconciliação Nacional, nomeando fujimoristas “de confiança” em ministérios e em cargos de segundo escalão do governo.

Para seu azar, a tentativa de represar a crise não surtiu muito efeito, já que as lutas só aumentaram. Em um mês, milhares protestaram contra PPK pedindo sua renúncia. A Frente Ampla e o Movimento Novo Peru estão apresentando novos pedidos de vacância do atual presidente. Universidades nacionais foram ocupadas. Os professores anunciaram uma Assembleia Nacional para uma possível retomada da greve. Esses são alguns dos elementos que atestam que PPK segue na corda bamba, e apenas um sopro, que deverá ser dado pela indignação de milhares, poderá antecipar sua ida definitiva para a lata do lixo da História.

Nos últimos dias de janeiro de 2018 e no começo de fevereiro do mesmo ano, uma grande greve de trabalhadores agrários vem apimentando ainda mais a instável conjuntura





política. Mais de 10 mil agricultores marcharam até Lima para exigir respostas do governo peruano diante da crise que hoje se encontram os agricultores, em especial os produtores de batatas. Trabalhadores agrários de 8 regiões do país exigem uma abertura de diálogo com os dirigentes da greve, que fecharam estradas no Sul do país, impactando um importante setor da economia peruana. Em resposta, o Ministério da Agricultura exhibe uma total incapacidade política e uma falta de compromisso com os grevistas, cujas reivindicações centrais são a defesa da produção nacional, a declaração de situação de emergência do setor agrário, a implementação efetiva de programas de assistência técnica, a revisão e modificação dos Tratados de Livre Comércio. A resposta dada por Pedro Pablo Kuczynski é a clássica negativa ao diálogo e uma forte repressão que já causou a morte de 10 agricultores, segundo porta-vozes dos grevistas.

Uma breve leitura da dinâmica política recente do Peru leva à conclusão de que estamos numa etapa caótica. Jornalistas e analistas políticos pedem diariamente a renúncia do atual presidente como saída menos traumática para a crise de governabilidade, visto que o poder de mando de PPK reduz-se conforme avolumam-se as rupturas de seu campo político. Não é exagero pressentir que a qualquer momento PPK poderá dar adeus a Casa de Gobierno. E se cai Pedro Pablo Kuczynski, ele cairá não só por ser um péssimo político, mas também porque o modelo neoliberal é absolutamente incapaz de assegurar os direitos básicos da população peruana e de resolver às necessidades mais prementes da classe trabalhadora. Sua possível queda fortalecerá e ajudará na luta antissistêmica e anticorrupção em toda a América Latina, que também passa por crises agudas sob a direção de forças políticas tão burguesas quanto PPK.

A esquerda peruana tem em suas mãos as chances de estar lado a lado com a população nas ruas e impulsionar a queda de Kuczynski; se isso acontece, outros países poderão seguir o exemplo dos peruanos.







Uma breve introdução a Nancy Fraser

Giulia Tadini¹

Quais são os desafios para a esquerda anticapitalista nos EUA sob o governo de Trump? E o que isso pode nos dizer da situação internacional? Que reflexões podemos tirar? Essas são algumas perguntas que podem nos guiar na leitura deste artigo de autoria de Nancy Fraser traduzido pela *Revista Movimento*.

Nancy Fraser é uma intelectual estadunidense, nascida em 1947. Atualmente, é professora de Ciência Política e Social da New School de Nova Iorque. Crítica à especialização universitária, seus textos procuram articular conceitos de diversos campos e vertentes teóricas, como a teoria crítica alemã, o pós-estruturalismo francês, o pragmatismo norte-americano e o feminismo. É central em sua obra a problemática da justiça em um mundo globalizado e “pós-socialista”. Assim, ela procura compreender as demandas dos movimentos por justiça em um contexto de crise do modelo de Estado de bem-estar social, descrédito das ideias socialistas, e fortalecimento do neoliberalismo. Há um desencantamento com um projeto emancipatório de transformação social, e isso traz consequências para os movimentos sociais.

No dia 21 de janeiro de 2017 ocorreu a Marcha das Mulheres em Washington, protestando contra a posse de Donald Trump, uma manifestação de escala multitudinária. Alguns meses depois, um grupo de intelectuais e ativistas feministas² lançou um manifesto convocando uma greve internacional de mulheres no dia 8 de março, a partir do chamado do movimento argentino *Ni Una a Menos*. Lendo o manifesto, fica evidente que as autoras buscam disputar o sentido do que denominam de “início de uma nova onda de luta feminista militante”. Elas defendem um feminismo

¹ Giulia Tadini é mestranda em Sociologia na Universidade de Brasília (UnB) e secretária-geral do PSOL-DE.

² Angela Davis, Cinzia Arruzza, Keeanga-Yamahitta Taylor, Linda Martín Alcoff, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Rasmea Yousef Odeh.





para 99% das pessoas, remetendo à consigna do movimento *Occupy*. Na opinião expressa no texto, elas compreendem que as lutas atuais do feminismo ao redor do mundo estão construindo uma agenda mais expandida.

O tipo de feminismo que buscamos já está emergindo internacionalmente, em lutas em todo o mundo: desde a greve das mulheres na Polônia contra a proibição do aborto até as greves e marchas de mulheres na América Latina contra a violência masculina; da grande manifestação das mulheres de novembro passado na Itália aos protestos e greve das mulheres em defesa dos direitos reprodutivos na Coreia do Sul e na Irlanda. O que é impressionante nessas mobilizações é que várias delas combinaram lutas contra a violência masculina com oposição à informalização do trabalho e à desigualdade salarial, ao mesmo tempo em que se opõem às políticas de homofobia, transfobia e xenofobia. Juntas, elas anunciam um novo movimento feminista internacional com uma agenda expandida – ao mesmo tempo antirracista, anti-imperialista, anti-heterossexista e antineoliberal.

Não à toa Fraser é uma das signatárias desse manifesto. Além de filósofa, é bastante atuante como militante feminista. Para ela, há uma tensão criativa entre trabalho político e trabalho intelectual: defende uma concepção de teoria crítica que dialogue, não de forma acrítica, com os movimentos sociais de sua época.

É um pouco do que vemos nas suas reflexões sobre o movimento feminista. Em *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*, Fraser analisa a segunda onda do feminismo e faz um recorte de três fases. Se na primeira fase, a crítica feminista ao capitalismo integrava três dimensões: econômica, política e cultural, e, naquele período, as feministas tinham como horizonte um projeto político transformador, a segunda fase coincide com a falência do modelo do Estado de bem-estar social e a emergência do neoliberalismo. Neste contexto, as reivindicações por reconhecimento acabaram se tornando dominantes e subordinaram, nos movimentos sociais, as lutas socioeconômicas. Já na academia, a teoria cultural feminista começou a obscurecer a teoria social feminista. A autora busca no livro *O novo espírito do capitalismo*, de Boltanski e Chiapello, o argumento de que, em momentos de ruptura, o capitalismo busca se renovar incorporando algumas de suas





críticas. Assim, ela mostra como algumas das reivindicações desta segunda fase foram instrumentalizadas e incorporadas pelo neoliberalismo. Argumenta ainda que há uma afinidade eletiva, porque não é consciente, mas histórica, entre essa segunda fase e o neoliberalismo. Finalmente, defende que a crise capitalista financeira de 2008 abriria a possibilidade de uma terceira fase, crítica à segunda fase da segunda onda, na qual o feminismo voltaria a ser um movimento contestatório da ordem capitalista.

Ponto rapidamente alguns aspectos teóricos sobre os termos distribuição e reconhecimento. Para Fraser, esse diagnóstico não é exclusivo do movimento feminista. Em *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*, afirma que “a ‘luta pelo reconhecimento’ está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por ‘reconhecimento da diferença’ alimentam a luta de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, ‘raça’, gênero e sexualidade” (FRASER, 2001, p. 245). Fraser argumenta que esses conflitos pós-socialistas suplantaram as demandas por igualdade social em um mundo com extremas desigualdades materiais. Fraser é bastante conhecida na academia brasileira pela controvérsia travada com Axel Honneth sobre isso. Para ela, analisando as tensões entre as lutas por redistribuição e por reconhecimento, Honneth teria assumido uma visão culturalista reducionista da distribuição.

Em *Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation* (2003), Fraser afirma que o paradigma da redistribuição foca nas injustiças definidas como socioeconômicas, como exploração e marginalização econômica. O remédio para essa injustiça é a reestruturação econômica de algum tipo. O paradigma do reconhecimento foca nas injustiças entendidas como culturais, como dominação cultural, não reconhecimento e desrespeito. O remédio para essa injustiça é uma mudança cultural ou simbólica. Ela entende que é uma





tarefa intelectual e militante construir uma justiça que abarque tanto reconhecimento quanto redistribuição.

Com a eleição de Trump, vemos a autora desdobrar essa relação entre novos movimentos sociais e neoliberalismo e afirmar que vivemos o fim do “neoliberalismo progressista”. Ela afirma que há um colapso da hegemonia liberal, que se expressa na votação do Brexit no Reino Unido, na mobilização em torno de Bernie Sanders, no fortalecimento da extrema direita na França, na crise dos partidos de centro e aumento no da polarização política em diversos países. São fenômenos com diferentes ideologias e objetivos que colocam em xeque o neoliberalismo. Além disso, a eleição de Trump significaria não somente uma indignação contra a classe política e a globalização corporativista, mas também mostra a rejeição contra o neoliberalismo progressista. Um termo aparentemente contraditório, mas que representa “uma aliança entre, de um lado, correntes majoritárias dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo e direitos LGBT) e, do outro lado, um setor de negócios baseado em serviços com alto poder ‘simbólico’ (*Wall Street*, o Vale do Silício e *Hollywood*)”. Essa aliança acontece de forma involuntária para os movimentos sociais, e entrega ao neoliberalismo o seu carisma - um debate muito atual. É inegável o fortalecimento de alguns movimentos, principalmente o feminismo em escala global. Mas qual é o feminismo de *Hollywood* e, no caso do Brasil, o da Globo? Há uma disputa de concepção e perfil dentro dos movimentos. Ao abandonar a dimensão da distribuição, os movimentos se tornam menos críticos à ordem capitalista.

No artigo a seguir, um ano após a posse de Trump, Fraser aprofunda esse debate, a partir do conceito de hegemonia de Gramsci, sobre os conceitos de neoliberalismo progressista, neoliberalismo reacionário, populismo progressista e populismo reacionário. Ao final, a autora desafia a nova esquerda a dialogar com uma parte do eleitorado de Trump, explicando que o populismo progressista seria a única alternativa consistente contra o neoliberalismo.





Referências Bibliográficas

FRASER, Nancy. “O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história”. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

_____. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

_____. “Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation”. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical Exchange*. Nova York: Verso, 2003.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.







Do Neoliberalismo Progressista a Trump - e além¹

Nancy Fraser

O que tornou Trump e o “trumpismo” possível foi uma crise de hegemonia.

Quem fala de “crise” hoje corre o risco de ser repudiado como um pedante², dada a banalização do termo através de conversas informais infundáveis. Mas há um sentido preciso em que nós realmente enfrentamos uma crise hoje. Se caracterizarmos precisamente e identificarmos sua dinâmica distintiva, podemos determinar melhor o que é necessário para resolvê-la. Nesta base, também podemos vislumbrar um caminho que leve além do impasse atual - através do realinhamento político para a transformação social.

À primeira vista, a crise de hoje aparenta ser política. Sua expressão mais espetacular está bem aqui, nos Estados Unidos: Donald Trump - sua eleição, sua presidência e a controvérsia em torno dela. Mas não faltam análogos em outros lugares: o debacle britânico do Brexit; a legitimidade minguante da União Europeia e a desintegração dos partidos socialdemocratas e de centro-direita que a defendiam; a fortuna de partidos racistas e anti-imigrantes em todo o norte e centro-leste da Europa; e o surgimento de forças autoritárias, algumas qualificando-se como proto-fascistas, na América Latina, Ásia e Pacífico. Nossa crise política, se é disso que se trata, não é apenas norte-americana, mas global.

O que torna essa afirmação plausível é que, apesar de suas diferenças, todos esses fenômenos compartilham uma característica comum. Todos envolvem um enfraquecimento dramático, se não um simples colapso, da autoridade das classes políticas e dos partidos políticos estabelecidos. É como se massas de pessoas em todo o mundo deixassem de acreditar no senso

¹ Extraído de <https://www.versobooks.com/blogs/3512-from-progressive-neoliberalism-to-trump-and-beyond>

² No original, Fraser utiliza o termo informal “bloviator”, do verbo “bloviare”, que significa falar de forma empolada e pretenciosa algo no entanto vazio e de senso comum. (N.T.)





comum reinante que sustentava a dominação política nas últimas décadas. É como se tivessem perdido a confiança na boa fé das elites e passassem a procurar novas ideologias, organizações e lideranças. Dada a escala do colapso, é improvável que esta seja uma coincidência. Suponhamos, portanto, que enfrentamos uma crise política *global*.

Por maior que isso pareça ser, é apenas parte da história. Os fenômenos há pouco evocados constituem a vertente especificamente *política* de uma crise mais ampla e multifacetada, que também tem outras vertentes - econômica, ecológica e social - as quais, tomadas em conjunto, totalizam uma *crise geral*. Longe de ser meramente setorial, a crise política não pode ser entendida à parte dos bloqueios a que está respondendo em outras instituições, ostensivamente não políticas. Nos Estados Unidos, esses bloqueios incluem a metástase das finanças; a proliferação de trabalhos precários do setor de serviços (“McJobs”); crescentes dívidas do consumidor para permitir a compra de coisas baratas produzidas em outros lugares; aumentos conjuntos em emissões de carbono, clima extremo e negacionismo quanto à crise climática; encarceramento em massa racializado e violência policial sistêmica; e tensões crescentes na vida familiar e comunitária, em parte graças ao prolongamento das horas de trabalho e à diminuição dos auxílios sociais. Juntas, essas forças têm esmagado nossa ordem social por algum tempo sem produzir um terremoto político. Agora, no entanto, todas as apostas estão encerradas. Na rejeição generalizada de hoje à política, como de costume, uma crise objetiva em todo o sistema encontrou sua voz política subjetiva. A vertente política de nossa crise geral é uma *crise de hegemonia*.

Donald Trump é o anúncio infantil desta crise hegemônica. Mas não podemos entender sua ascensão, a menos se esclarecermos as condições que a permitiram. E isso significa identificar a visão de mundo que o trumpismo deslocou e traçar o processo pelo qual se desenrolou. As ideias indispensáveis para este propósito vêm





de Antonio Gramsci. “Hegemonia” é seu termo para o processo pelo qual uma classe dominante naturaliza sua dominação ao instalar os pressupostos de sua própria visão de mundo como o senso comum da sociedade como um todo. Sua contrapartida organizacional é o “bloco hegemônico”: uma coalizão de forças sociais díspares que a classe dominante reúne e através da qual afirma sua liderança. Se eles esperam desafiar estes arranjos, as classes dominadas devem construir um senso comum novo, mais persuasivo, ou uma “contra-hegemonia” e uma aliança política nova mais poderosa ou um “bloco contra-hegemônico”.

A essas ideias de Gramsci, devemos adicionar mais uma. Todo bloco hegemônico incorpora um conjunto de pressupostos sobre o que é justo e correto e o que não é. Desde pelo menos meados do século XX nos Estados Unidos e na Europa, a hegemonia capitalista foi forjada combinando dois aspectos diferentes do direito e da justiça - um focado na distribuição, o outro no reconhecimento. O aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente a renda. Este aspecto fala sobre a estrutura econômica da sociedade e, ainda que obliquamente, para suas divisões de classe. O aspecto do reconhecimento expressa a sensação de como a sociedade deve consagrar o respeito e a estima, as marcas morais de associação e pertencimento. Focada na ordem de status da sociedade, este aspecto se refere às suas *hierarquias de status*.

Juntos, a distribuição e o reconhecimento constituem os componentes normativos essenciais dos quais as hegemonias são construídas. Colocando esta ideia junto com a de Gramsci, podemos dizer que o que possibilitou Trump e o trumpismo foi a dissolução de um bloco hegemônico anterior - e o descrédito de seu nexos normativo distintivo de distribuição e reconhecimento. Ao analisar a construção e a dissolução desse nexos, podemos esclarecer não só o trumpismo, mas também as perspectivas, após Trump, para um bloco contra-hegemônico que poderia resolver a crise. Deixe-me explicar.





A Hegemonia do Neoliberalismo Progressista

Antes de Trump, o bloco hegemônico que dominava a política norte-americana era o *neoliberalismo progressista*. Isso pode soar como um oxímoro, mas era uma aliança real e poderosa de dois companheiros de cama improváveis: por um lado, as correntes liberais *mainstream* dos novos movimentos sociais (feminismo, anti-racismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ); por outro lado, os setores “simbólicos” e financeiros mais dinâmicos da economia dos EUA (Wall Street, Silicon Valley e Hollywood). O que manteve esse estranho casal junto foi uma combinação distinta de pontos de vista sobre a distribuição e o reconhecimento.

O bloco progressista-neoliberal combinou um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. O componente distributivo desta amálgama era neoliberal. Determinadas a eliminar as forças do mercado da mão pesada do Estado e da pedra de moinho dos “impostos e gastos”, as classes que lideraram esse bloco visavam liberalizar e globalizar a economia capitalista. O que isso significava, na realidade, era a financeirização: o desmantelamento de barreiras e proteções da livre circulação de capitais; a desregulamentação bancária e a expansão da dívida predatória; a desindustrialização, o enfraquecimento dos sindicatos e a disseminação do trabalho precário e mal remunerado. Popularmente associado a Ronald Reagan, mas substancialmente implementado e consolidado por Bill Clinton, essas políticas esvaziaram o padrão de vida da classe trabalhadora e da classe média, ao mesmo tempo em que transferiram riqueza e valor para cima - principalmente, para o 1%, é claro, mas também para os níveis superiores das classes profissionais-gerenciais.

Os progressistas neoliberais não inventaram esta economia política. Essa honra pertence à direita: aos seus astros intelectuais Friedrich Hayek, Milton Friedman e James Buchanan; aos seus



políticos visionários, Barry Goldwater e Ronald Reagan; e aos seus habilitadores, Charles e David Koch, entre outros. Mas a versão “fundamentalista” de direita do neoliberalismo não poderia tornar-se hegemônica em um país cujo senso comum ainda era moldado pelo pensamento do *New Deal*, pela “revolução dos direitos” e uma série de movimentos sociais que descendiam da Nova Esquerda. Para que o projeto neoliberal triunfasse, teve que ser reembalado, dado um apelo mais amplo, conectado a outras aspirações, não econômicas, para a emancipação. Somente quando planejado como *progressivo*, uma economia política profundamente *regressiva* poderia se tornar o centro dinâmico de um novo bloco hegemônico.

Foi deixado, portanto, aos “Novos Democratas” para contribuir com o ingrediente essencial: uma política progressista de reconhecimento. Com base nas forças progressistas da sociedade civil, eles difundiram um *ethos* de reconhecimento que era superficialmente igualitário e emancipatório. No núcleo desse *ethos*, havia ideais de “diversidade”, “empoderamento das mulheres” e direitos LGBTQ; pós-racismo, multiculturalismo e ambientalismo. Esses ideais foram interpretados de forma específica e limitada, que era totalmente compatível com a “Goldman Sachsificação” da economia dos EUA. Proteger o meio ambiente significava comércio de carbono. Promover a propriedade da casa significava que os empréstimos subprime fossem agrupados e revendidos como títulos garantidos por hipotecas. A igualdade significava meritocracia.

A redução da igualdade para a meritocracia foi especialmente fatídica. O programa progressista-neoliberal para uma ordem de status justa não visava abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas”, pessoas de cor e minorias sexuais a subir para o topo. E esse ideal era inerentemente *específico* de classe: voltado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos sub-representados” pudessem atingir posições e estar a par com os homens brancos



e héteros *de sua própria classe*. A variante feminista é notável, mas, infelizmente, não é única. Focada em “inclinarse” e “quebrar o teto de vidro”, suas principais beneficiárias só poderiam ser aquelas que já possuem o capital social, cultural e econômico necessário. Todo o resto ficaria preso no porão.

Distorcida como era, esta política de reconhecimento trabalhou para seduzir grandes correntes de movimentos sociais progressistas para dentro do novo bloco hegemônico. Certamente, nem todas as feministas, anti-racistas, multiculturalistas, e assim por diante, foram conquistados para a progressiva causa neoliberal. Mas aqueles que foram, conscientemente ou não, constituíram o segmento maior e mais visível de seus respectivos movimentos, enquanto aqueles que resistiram estavam confinados às margens. Os progressistas do bloco neoliberal progressivo foram, com certeza, seus parceiros júnior, muito menos poderosos do que seus aliados em *Wall Street*, *Hollywood* e *Silicon Valley*. No entanto, eles contribuíram com algo essencial para esta ligação perigosa: o carisma, um “novo espírito de capitalismo”. Exortando uma aura de emancipação, esse novo “espírito” carregou a atividade econômica neoliberal com um frisson de excitação. Agora associado ao pensamento avançado e libertador, cosmopolita e moralmente avançado, o sombrio de repente tornou-se emocionante. Graças, em grande parte, a este ethos, políticas que fomentaram uma vasta redistribuição ascendente de riqueza e renda adquiriram a pátina da legitimidade.

Para alcançar a hegemonia, no entanto, o emergente bloco neoliberal progressivo teve que derrotar dois rivais diferentes. Primeiro, teve que liquidar os restos não insubstanciais da coalizão do *New Deal*. Antecipando o “New Labour” de Tony Blair, a ala Clinton do Partido Democrata desarticulou discretamente essa aliança mais antiga. Em lugar de um bloco histórico que havia com êxito unido o trabalho organizado, os imigrantes, os afro-americanos, as classes médias urbanas e algumas frações do grande capital industrial por várias décadas,





forjou-se uma nova aliança de empresários, banqueiros, suburbanos, “trabalhadores simbólicos”, novos movimentos sociais, latinos e jovens, mantendo o apoio dos afro-americanos, que sentiram que não tinham para onde ir. Fazendo campanha para a indicação presidencial democrata em 1991/92, Bill Clinton ganhou o dia conversando sobre diversidade, multiculturalismo e direitos das mulheres, mesmo enquanto se preparava para andar pelo caminho de *Goldman Sachs*.

A Derrota do Neoliberalismo Reacionário

O neoliberalismo progressista também teve que derrotar um segundo concorrente, com o qual compartilhou mais do que o permitido. O antagonista neste caso era o *neoliberalismo reacionário*. Alojado principalmente no Partido Republicano e menos coerente do que seu rival dominante, este segundo bloco ofereceu um nexo diferente de distribuição e reconhecimento. Combinou uma política de distribuição neoliberal semelhante, com uma política de reconhecimento reacionária diferente. Ao mesmo tempo que reivindicava o fomento de pequenas empresas e manufaturas, o verdadeiro projeto econômico do neoliberalismo reacionário centrava no fortalecimento das finanças, produção militar e energia extrativa, tudo para o benefício principal do 1% global. O que deveria tornar isso palatável para a base que procurava reunir era uma visão de exclusão de uma ordem de status justa: étnico-nacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica.

Esta foi a fórmula que permitiu que evangélicos cristãos, brancos do sul, americanos rurais e de pequenas cidades, e estratos da classe trabalhadora branca descontentes coexistirem por algumas décadas, por mais que desconfortável, com libertários, Tea Partiers, Câmara de Comércio e os irmãos Koch, além de um número impressionante de banqueiros, magnatas imobiliários, magnatas da energia, capitalistas de risco e especuladores de





fundos de cobertura. As ênfases setoriais de lado, nas grandes questões da economia política, o neoliberalismo reacionário não diferiu substancialmente de seu rival progressista-neoliberal. Reconhecidas, as duas partes argumentaram algo sobre “impostos sobre os ricos”, com os democratas geralmente se escondendo. Mas ambos os blocos apoiaram o “livre comércio”, os baixos impostos corporativos, os direitos trabalhistas reduzidos, o primado do interesse dos acionistas, a remuneração dos vencedores e a desregulamentação financeira. Ambos os blocos elegeram líderes que procuraram “grandes pechinchas” destinadas a reduzir os direitos. As principais diferenças entre eles ativaram o reconhecimento, não a distribuição.

O neoliberalismo progressista ganhou essa batalha também, mas a um custo. Os centros industriais em decadência, especialmente o chamado *Rust Belt*, foram sacrificados. Essa região, junto com os novos centros industriais do Sul, teve um grande sucesso graças a uma tríade de políticas de Bill Clinton: a NAFTA, a adesão da China à OMC (justificada, em parte, como uma promoção da democracia) e a revogação da *Glass-Steagall*. Juntas, essas políticas e suas sucessoras derrubaram comunidades que haviam baseado-se na manufatura. No decorrer de duas décadas de hegemonia neoliberal progressista, nenhum dos dois principais blocos fez qualquer esforço sério para apoiar essas comunidades. Para os neoliberais, suas economias não eram competitivas e deveriam estar sujeitas à “correção do mercado”. Para os progressistas, suas culturas estavam presas no passado, vinculadas a valores paroquiais obsoletos que logo desapareceriam em uma nova repartição cosmopolita. Em nenhum terreno - distribuição ou reconhecimento - os neoliberais progressivos poderiam encontrar algum motivo para defender o *Rust Belt* e as comunidades industriais do sul.





O “vácuo” hegemônico - e a luta para preenchê-lo

O universo político que Trump levantou era altamente restritivo. Foi construído em torno da oposição entre duas versões do neoliberalismo, distinguindo-se principalmente no eixo do reconhecimento. Reconhecido, alguém poderia escolher entre multiculturalismo e etnonacionalismo. Mas alguém estaria preso, de qualquer forma, com a financiarização e a desindustrialização. Com o menu limitado entre neoliberalismo *progressista e reacionário*, não havia força para se opor à diminuição dos padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média. Os projetos anti-neoliberais foram severamente marginalizados, senão simplesmente excluídos, da esfera pública.

Isso deixou um segmento considerável do eleitorado dos EUA, vítimas da financiarização e globalização corporativa, sem uma casa política natural. Dado que nenhum dos dois principais blocos falou por eles, foi criado um “vácuo” no universo político americano: uma zona vazia e desocupada, onde as políticas anti-neoliberais e pró-trabalhadoras poderiam ter se enraizado. Dado o ritmo acelerado da desindustrialização, a proliferação do precariado e de baixos salários, o aumento da dívida predatória, e o conseqüente declínio dos padrões de vida para os dois terços mais pobres dos americanos, era apenas uma questão de tempo antes de alguém prosseguir para ocupar esse espaço vazio e preencher a lacuna.

Alguns assumiram que esse momento havia chegado em 2007/8. Um mundo que ainda se afastava de um dos piores desastres da política externa na história dos EUA foi então forçado a enfrentar a pior crise financeira desde a Grande Depressão - e uma colapso próximo da economia global. A política como de costume caiu no caminho. Um afro-americano que falou de “esperança” e “mudança” ascendeu à presidência, prometendo transformar não apenas a política, mas a “mentalidade” da política americana. Barack Obama poderia ter aproveitado a





oportunidade para mobilizar o apoio de massa para uma grande mudança do neoliberalismo, mesmo diante da oposição do Congresso. Em vez disso, ele confiou a economia às próprias forças de *Wall Street* que quase a destruíram. Definindo o seu objetivo como “recuperação” em oposição à reforma estrutural, Obama esbanjou enormes resgates de caixa nos bancos que eram “muito grandes para falir”, mas não fez nada remotamente comparável para suas vítimas: os dez milhões de americanos que perderam suas casas para encerramento durante a crise. A única exceção foi a expansão do *Medicaid* através do *Affordable Care Act*, que proporcionou um benefício material real para uma parcela da classe trabalhadora dos EUA. Mas essa foi a exceção que provou a regra. Ao contrário das propostas de opções de pagador único e público que Obama renunciou mesmo antes que as negociações sobre assistência médica começassem, sua abordagem reforçava as próprias divisões dentro da classe trabalhadora que acabariam eventualmente por ser tão politicamente fatídicas. Tudo isso dito, o impulso esmagador de sua presidência era manter o status quo neoliberal progressista apesar de sua crescente impopularidade.

Outra chance de preencher a lacuna hegemônica chegou em 2011, com a erupção do *Occupy Wall Street*. Cansado de aguardar a reparação do sistema político e resolvendo tomar as questões em suas próprias mãos, um segmento da sociedade civil ocupou praças públicas em todo o país em nome dos “99%”. Denunciando um sistema que saqueou a grande maioria para enriquecer o “1%”, grupos relativamente pequenos de manifestantes jovens logo atraíram um amplo apoio - até 60% do povo americano, de acordo com algumas pesquisas - especialmente de sindicatos assediados, estudantes endividados, famílias de classe média em dificuldades e o crescente “precariado”.

Os efeitos políticos do *Occupy* foram contidos, no entanto, servindo principalmente para reeleger Obama. Foi ao adotar a retórica do movimento que ele conquistou o apoio de muitos que passariam a votar em Trump em 2016 e, assim, derrotou Romney



em 2012. Depois de ganhar mais quatro anos, entretanto, a recente consciência de classe do presidente rapidamente evaporou. Confinando a busca pela “mudança” à emissão de ordens executivas, ele nem processou os malfeitores da riqueza, nem usou o púlpito valente para reunir o povo americano contra Wall Street. Supondo que a tempestade havia passado, as classes políticas dos EUA mal perderam o ritmo. Continuando a defender o consenso neoliberal, eles não conseguiram ver no *Occupy* os primeiros rumores de um terremoto por vir.

Esse terremoto finalmente bateu em 2015/16, enquanto o crescente descontentamento de repente se transformou em uma crise de autoridade política. Naquela temporada eleitoral, os dois principais blocos políticos pareciam estar em colapso. Do lado republicano, Trump, fazendo campanha sobre temas populistas, derrotou com facilidade (como ele continua a nos lembrar) seus infelizes dezesseis principais rivais, incluindo vários escolhidos a dedo pelos chefes do partido e grandes doadores. Do lado democrático, Bernie Sanders, um autoproclamado socialista democrático, montou um desafio surpreendentemente sério para a sucessora ungida de Obama, que teve que implementar todos os truques e alavancas do poder do partido para detê-lo. Em ambos os lados, os *scripts* usuais foram suspensos quando um par de *outsiders* ocupou o vácuo hegemônico e começou a preenchê-lo com novos *memes* políticos.

Tanto Sanders quanto Trump derrotaram a política neoliberal de distribuição. Mas sua política de reconhecimento diferia-se drasticamente. Enquanto Sanders denunciou a “economia manipulada” em acentos universalistas e igualitários, Trump tomou emprestada a mesma frase, mas coloriu-a de nacionalismo e protecionismo. Duplicando os tropos exclusivos de longa data, ele transformou o que tinham sido “meros” assobios de cães em explosões de racismo, misoginia, islamofobia, homo e transfobia, e sentimento anti-imigrante. A base da “classe trabalhadora” que sua retórica conjurava era



branca, heterossexual, masculina e cristã, baseada na mineração, perfuração, construção e indústria pesada. Em contrapartida, a classe trabalhadora que Sanders cortejava era ampla e expansiva, englobando não apenas os trabalhadores das fábricas da *Rust Belt*, mas também os trabalhadores do setor público e de serviços, incluindo mulheres, imigrantes e pessoas de cor.

Certamente, o contraste entre estes dois retratos da “classe trabalhadora” era em grande parte retórico. Nenhum retrato correspondia estritamente à base de eleitores do campeão. Embora a margem de vitória de Trump tenha vindo de centros de fabricação eviscerados que foram para Obama em 2012 e para Sanders nas primárias democratas de 2015, seus eleitores também incluíram os suspeitos republicanos usuais - incluindo libertários, donos de empresas e outros pouco afeitos ao populismo econômico. Da mesma forma, os eleitores mais confiáveis de Sanders eram jovens, americanos com formação universitária. Mas esta não é a questão. Com uma projeção retórica de uma possível contra-hegemonia, foi a visão expansiva de Sanders da classe trabalhadora dos EUA que distinguiu mais fortemente sua marca de populismo da de Trump.

Ambos *outsiders*, esboçaram os contornos de um novo senso comum, mas cada um deles o fez à sua maneira. Na melhor das hipóteses, a retórica da campanha de Trump sugeriu um novo bloco proto-hegemônico, que podemos chamar *populismo reacionário*. Parecia combinar uma política de reconhecimento hiper-reacionária com uma política populista de distribuição: na verdade, o muro na fronteira mexicana somada aos gastos de infraestrutura em larga escala. O bloco que Sanders imaginava, ao contrário, era o populismo progressista. Ele procurou se juntar a uma política inclusiva de reconhecimento com uma política pró-família trabalhadora de distribuição: reforma da justiça criminal somada ao *Medicare* para todos; justiça reprodutiva somada à taxa de matrícula gratuita da faculdade; direitos LGBTQ somado à quebra de grandes bancos.





Iscar-e-trocar

Nenhum desses cenários realmente se materializou, no entanto. A perda de Sanders para Hillary Clinton eliminou a opção progressista-populista da votação, para a surpresa de ninguém. Mas o resultado da vitória subsequente de Trump sobre ela foi mais inesperado, pelo menos para alguns. Longe de governar como um populista reacionário, o novo presidente ativou o velho “iscar-e-trocar”, abandonando as políticas distributivas populistas que sua campanha havia prometido. Reconhecido, ele cancelou a Parceria Trans-Pacífico. Mas ele temporizou no NAFTA e não conseguiu levantar um dedo para controlar *Wall Street*. Trump também não tomou um único passo sério para implementar projetos de infraestrutura pública de grande escala, de criação empregos; seus esforços para incentivar a indústria foram confinados ao invés disso em exibições simbólicas de mitigação e alívio regulatório para o carvão, cujos ganhos provaram ser bastante fictícios. E longe de propor uma reforma do código tributário, cujos beneficiários principais seriam as famílias da classe trabalhadora e da classe média, ele assinou a versão republicana da mesma política tributária de sempre, projetada para canalizar mais riqueza para o 1% (incluindo a família Trump). Como este último ponto atesta, as ações do presidente na frente distributiva incluíram uma dose pesada de capitalismo de “amiguismo” e auto-negociação. Mas se o próprio Trump ficou sem os ideais Hayekianos de razão econômica, a nomeação de mais um aluno de *Goldman Sachs* para o Tesouro garante que o neoliberalismo continuará onde é importante.

Tendo abandonado a política populista de distribuição, Trump passou a dobrar a política reacionária de reconhecimento, enormemente intensificada e cada vez mais viciosa. A lista de suas provocações e ações em apoio a hierarquias de status são longas e arrepiantes: a proibição de viagem em suas várias versões, todas visando países de maioria muçulmana, mal disfarçada





pela cínica adição tardia da Venezuela; o esvaziamento dos direitos civis na Justiça (que abandonou o uso de decretos de consentimento) e no Trabalho (o que impediu a discriminação policial por contratantes federais); a recusa de defender processos judiciais sobre direitos LGBTQ; a reversão do seguro de cobertura obrigatório de contracepção; a retração das proteções do Título IX para mulheres e meninas através de cortes no quadro de funcionários de execução; pronunciamentos públicos em apoio à endurecer o tratamento policial de suspeitos, ao desprezo do “Sheriff Joe’s” pelo estado de direito e das “pessoas de bem” entre os supremacistas brancos em Charlottesville. O resultado não é uma simples variedade do conservadorismo republicano, mas uma política de reconhecimento hiper-reacionária.

Juntas, as políticas do *presidente* Trump divergiram das promessas de campanha do *candidato* Trump. Não só o seu populismo econômico desapareceu, mas seu bode expiatório tornou-se cada vez mais vicioso. O que seus seguidores votaram, em suma, não corresponde ao que eles obtiveram. O resultado não é o populismo reacionário, mas o neoliberalismo hiper-reacionário.

O neoliberalismo hiper-reacionário de Trump não constitui um novo bloco hegemônico, no entanto. É, pelo contrário, caótico, instável e frágil. Isso se deve em parte à psicologia pessoal peculiar do seu portador, e em parte devido à sua dependência disfuncional com o *establishment* do Partido Republicano, que tentou e falhou em reafirmar seu controle e agora está aguardando sua hora enquanto procura uma saída estratégica. Não podemos saber exatamente como isso vai acontecer, mas seria uma tolice descartar a possibilidade de que o Partido Republicano irá cindir. De qualquer forma, o neoliberalismo hiper-reacionário não oferece perspectivas de hegemonia segura.

Mas também há um problema mais profundo. Ao encerrar a face econômico-populista de sua campanha, o neoliberalismo hiper-reacionário de Trump efetivamente procura restabelecer a





lacuna hegemônica que ele ajudou a explodir em 2016. Mas agora ele não pode suturar essa lacuna. Agora que o gato populista está fora da bolsa, é duvidoso que a parcela da classe trabalhadora da base de Trump ficará satisfeita em jantar por muito tempo no (des)reconhecimento sozinha.

Enquanto isso, do outro lado, “a resistência” se organiza. Mas a oposição é fraturada, compreendendo Clintonites duradouros, Sanderistas comprometidos e muitas pessoas que poderiam ir por ambos os lados. Para complicar, a paisagem é uma jangada de grupos ascendentes cujas posturas militantes atraíram grandes doadores, apesar (ou por causa) da imprecisão de suas concepções programáticas.

Especialmente preocupante é o ressurgimento de uma tendência antiga na esquerda para fazer competir a raça contra a classe. Alguns resistentes estão propondo reorientar a política do Partido Democrata em torno da oposição à supremacia branca, concentrando os esforços em ganhar o apoio dos negros e latinos. Outros defendem uma estratégia centrada na classe, destinada a recuperar as comunidades brancas da classe trabalhadora que desertaram para Trump. Ambas as visões são problemáticas na medida em que tratam a atenção da classe e da raça como intrinsecamente antitéticas, um jogo de soma zero. Na realidade, ambos os eixos da injustiça podem ser atacados em conjunto, como de fato devem ser. Nenhum deles pode ser superado enquanto o outro floresce.

No contexto de hoje, no entanto, as propostas para colocar em banho-maria as preocupações com as classes representam um risco especial: são susceptíveis de fazer parte dos esforços da ala de Clinton para restaurar o status quo sob uma nova aparência. Nesse caso, o resultado seria uma nova versão do neoliberalismo progressista - que combina o neoliberalismo na frente distributiva com uma política militante anti-racista de reconhecimento. Essa perspectiva deve dar uma pausa às forças anti-Trump. Por um lado, mandará muitos aliados potenciais a correr na





direção oposta, validando a narrativa de Trump e reforçando seu apoio. Por outro lado, efetivamente unirá forças com ele na supressão de alternativas ao neoliberalismo - e, portanto, na restauração da lacuna hegemônica. Mas o que acabei de dizer sobre o Trump aplica-se igualmente aqui: o gato populista está fora da bolsa e não vai se afastar silenciosamente. Restabelecer o neoliberalismo progressista, de *qualquer forma*, significa recriar - de fato, exacerbar - as próprias condições que criaram Trump. E isso significa preparar o terreno para futuros Trumps - cada vez mais viciosos e perigosos.

Sintomas mórbidos e perspectivas contra-hegemônicas

Por todas essas razões, nem um neoliberalismo progressista revivido nem um neoliberalismo hiper-reacionário imobilizado são bons candidatos para uma hegemonia política no futuro próximo. Os laços que uniram cada um desses blocos estão muito desgastados. Além disso, nenhum deles está atualmente em posição de moldar um novo senso comum. Nenhum deles é capaz de oferecer uma imagem autorizada da realidade social, uma narrativa na qual um amplo espectro de atores sociais pode se encontrar. Igualmente importante, nenhuma variante do neoliberalismo pode resolver com êxito os bloqueios do sistema objetivo que estão subjacentes à nossa crise hegemônica. Uma vez que ambas estão na cama com as finanças globais, nenhuma pode desafiar a financeirização, a desindustrialização ou a globalização corporativa. Nenhuma pode compensar o declínio dos padrões de vida ou o aumento da dívida, as mudanças climáticas ou os “déficits de proteção”, ou estresses intoleráveis na vida comunitária. (Re) instalar qualquer um desses blocos no poder é garantir não apenas uma continuação, mas uma *intensificação* da crise atual.

O que, então, podemos esperar no curto prazo? Na ausência de uma hegemonia segura, enfrentamos um interregno instável e a continuação da crise política. Nessa situação, as palavras de





Antonio Gramsci soam verdadeiras: “o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos”.

A não ser, é claro, que exista um candidato viável para uma contra-hegemonia. O mais provável é que tal candidato seja uma forma ou outra de populismo. Poderia o populismo ainda ser uma opção possível - se não de imediato, então, a longo prazo? O que fala em favor desta possibilidade é o fato de que entre os defensores de Sanders e os de Trump, algo que se aproxima de uma massa crítica de eleitores dos EUA, rejeitou a política neoliberal de distribuição em 2015/16. A questão ardente é se essa massa pode agora ser unida em um novo bloco contra-hegemônico. Para que isso aconteça, os partidários da classe trabalhadora de Trump e de Sanders teriam que se entender como aliados - vítimas diferentemente situadas de uma única “economia fraudulenta”, que poderiam buscar em conjunto transformar.

O populismo reacionário, mesmo sem Trump, não é uma base provável para tal aliança. Sua política hierárquica e excludente de reconhecimento é um assassino de negócios infalível para os principais setores da classe trabalhadora e média dos EUA, especialmente famílias dependentes dos salários vindos do trabalho de serviço, agricultura, trabalho doméstico e setor público, cujas fileiras incluem um grande número de mulheres, imigrantes e pessoas de cor. Apenas uma política inclusiva de reconhecimento tem uma chance de combater as forças sociais indispensáveis em aliança com outros setores das classes trabalhadora e média, incluindo comunidades historicamente associadas à indústria, mineração e construção.

Isso deixa o populismo progressista como o candidato mais provável para um novo bloco contra-hegemônico. Combinando a redistribuição igualitária com o reconhecimento não-hierárquico, esta opção tem pelo menos uma chance de unir toda a classe trabalhadora. Mais do que isso, poderia posicionar essa classe, entendida de forma ampla, como a força líder em uma aliança que





também inclui segmentos substanciais de jovens, a classe média e o estrato profissional-gerencial.

Ao mesmo tempo, há muitas coisas na situação atual que falam contra a possibilidade, num momento breve, de uma aliança entre populistas progressistas e estratos da classe trabalhadora que votaram em Trump nas últimas eleições. A maioria dos obstáculos são as divisões cada vez mais profundas, mesmo os ódios a longo prazo, mas recentemente criados por Trump, que, como David Brooks colocou perceptivamente, tem um “nariz para cada ferida no corpo político” e nenhuma náusea sobre “colocar um pólo vermelho-quente [neles] e rasgá-los”. O resultado é um ambiente tóxico que parece validar a visão, realizada por alguns progressistas, de que todos os eleitores de Trump são “deploráveis” - racistas, misóginos e homofóbicos irremediáveis. Também é reforçada a visão inversa, realizada por muitos populistas reacionários, de que todos os progressistas são moralizadores e elitistas presunçosos incorrigíveis que olham para eles enquanto saboreiam café com leite e ranqueiam dólares.

Uma estratégia de separação

As perspectivas para o populismo progressista nos Estados Unidos hoje dependem de combater com êxito esses dois pontos de vista. O que é necessário é uma estratégia de separação, que visa precipitar duas grandes divisões. Primeiro, mulheres menos privilegiadas, imigrantes e pessoas de cor devem buscar se afastar do feminismo do “Faça Acontecer”³, dos anti-racistas meritocráticos e anti-homofóbicos, e da diversidade corporativa e do capitalismo verde que sequestraram suas preocupações, aproximando-os de forma consistente com o neoliberalismo. Este é o objetivo de uma recente iniciativa feminista, que procura substituir “Faça Acontecer” por um “feminismo para os 99%”.

³ Referência ao livro “Faça Acontecer: mulheres, trabalho e vontade de liderar”, de Sheryl Sandberg. (N.T.)





Outros movimentos emancipatórios deveriam copiar essa estratégia.

Segundo, *Rust Belt*, sulistas e comunidades da classe trabalhadora rural devem ser persuadidos a abandonar seus atuais aliados cripto-neoliberais. O truque é convencê-los de que as forças que promovem o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo não podem e não fornecerão os pré-requisitos materiais essenciais para uma boa vida, enquanto que apenas um bloco populista-progressista poderia. Dessa forma, pode-se separar os eleitores de Trump que poderiam e deveriam responder a tal apelo dos racistas de carteirinha e os etnonacionalistas de “alt-right” dos que não são. Dizer que o primeiro supera em número o último por uma ampla margem, não é negar que os movimentos populistas reacionários tenham arrastado pesadamente com uma retórica carregada e tenham encorajado grupos anteriormente marginais a se tornarem verdadeiros supremacistas brancos. Mas refuta a conclusão apressada de que a maioria esmagadora dos eleitores populistas-reacionários são sempre fechados aos apelos em favor de classe trabalhadora expandida como a evocada por Bernie Sanders. Essa visão não é apenas empiricamente errada, mas é contraproducente, improvável que seja auto-realizável.

Deixe-me esclarecer. Não estou sugerindo que um bloco progressista-populista deveria se calar diante das preocupações urgentes sobre racismo, sexismo, homofobia, islamofobia, e transfobia. Pelo contrário, a luta contra todo esse mal deve ser central para um bloco progressista populista. Mas é contraproducente abordá-los através da condescendência moralizadora, ao modo do neoliberalismo progressista. Essa abordagem pressupõe uma visão superficial e inadequada dessas injustiças, exagerando grosseiramente a medida em que o problema está dentro da cabeça das pessoas e perde a profundidade das forças estruturais-institucionais que as sustentam.

O ponto é especialmente claro e importante no caso da raça. A injustiça racial nos Estados Unidos hoje não é, no fundo, uma





questão de atitudes degradantes ou de um mau comportamento, embora com certeza existam. O cerne é, em vez disso, os impactos racialmente específicos da desindustrialização e da financeirização no período de hegemonia neoliberal-progressista, como refratado através de longas histórias de opressão sistêmica. Nesse período, os americanos negros e pardos, aos quais há muito tempo se negou crédito, confinados a habitações inferiores e segregadas, e que pagavam pouco para acumular poupança, foram sistematicamente alvo de fornecedores de empréstimos de alto risco e, conseqüentemente, experimentaram as taxas mais altas de execuções hipotecárias no país. Neste período, também, as cidades e bairros de minorias que haviam sido sistematicamente excluídos de recursos públicos foram bloqueados por fechamentos de plantas em centros industriais em declínio; suas perdas foram reconhecidas não apenas em empregos, mas também em receitas fiscais, o que lhes privou de fundos para escolas, hospitais e manutenção básica de infra-estrutura, levando eventualmente à *debacles* como Flint - e, em um contexto diferente, o *Lower Ninth Ward* de New Orleans. Finalmente, os homens negros sujeitos a sentença diferenciada e prisão severa, trabalho forçado e violência socialmente tolerada, inclusive nas mãos da polícia, eram neste período massivamente recrutados em um “complexo industrial prisional”, mantido cheio em função da “guerra às drogas”, que visava a posse de crack e cocaína, e por taxas desproporcionalmente altas de desemprego entre as minorias, todos cortesia de “realizações” legislativas bipartidárias, orquestradas em grande parte por Bill Clinton. É preciso acrescentar que, embora seja inspiradora, a presença de um afro-americano na Casa Branca conseguiu inverter o sentido de alguma dessas tendências?

E como poderia ter conseguido? Os fenômenos levantados mostram a profundidade pela qual o racismo está ancorado na sociedade capitalista contemporânea - e a incapacidade da moralização progressista-neoliberal de abordá-lo. Eles também



revelam que as bases estruturais do racismo têm tanto a ver com a classe e a economia política quanto com o *status* e o (des) reconhecimento. Igualmente importante, eles deixam claro que as forças que estão destruindo as possibilidades de vida de pessoas de cor são parte do mesmo complexo dinâmico que está destruindo as chances de vida dos brancos - mesmo que algumas das especificidades se diferenciem. O efeito é, finalmente, divulgar o inextricável inter-desenvolvimento de raça e classe no capitalismo financeiro contemporâneo.

Um bloco populista-progressista deve tornar essas ideias suas estrelas orientadoras. Renunciando à ênfase que o neoliberalismo progressista dá às atitudes pessoais, deve concentrar seus esforços nas bases estruturais-institucionais da sociedade contemporânea. Especialmente importante, deve destacar *as raízes compartilhadas das injustiças de classe e status no capitalismo financeirizado*. Concebendo esse sistema como uma totalidade social única e integrada, ele deve vincular os danos sofridos pelas mulheres, imigrantes, pessoas de cor e pessoas LGBTQ àqueles vivenciados por estratos da classe trabalhadora agora atraídos para o populismo de direita. Desta forma, pode lançar as bases para uma nova e poderosa coalizão entre *todos* aqueles que Trump e seus homólogos em outros lugares estão agora traindo - não apenas os imigrantes, feministas e pessoas de cor que já se opõem ao seu neoliberalismo hiper-reacionário, mas também estrato branco da classe trabalhadora que até agora o apoiaram. Reunindo grandes segmentos de toda a classe trabalhadora, essa estratégia poderia concebivelmente ganhar. Ao contrário de qualquer outra opção considerada aqui, o populismo progressista tem o potencial, pelo menos em princípio, para se tornar um bloco contra-hegômico relativamente estável no futuro.

Mas o que recomenda o populismo progressista não é apenas a sua potencial viabilidade *subjetiva*. Em contraste com os seus prováveis rivais, tem a vantagem ulterior de ser capaz, pelo menos



em princípio, de abordar o lado real e *objetivo* de nossa crise. Deixe-me explicar.

Como observei desde o princípio, a crise hegemônica dissecada aqui é uma vertente de um complexo de crise maior, que engloba várias outras vertentes - ecológica, econômica e social. É também a contrapartida subjetiva de uma crise objetiva do sistema, em relação a qual constitui a resposta e a partir da qual não pode ser separada. Em última análise, esses dois lados da crise - um subjetivo, o outro objetivo - permanecem de pé ou caem juntos. Nenhuma resposta subjetiva, por mais aparentemente convincente que seja, pode garantir uma contra-hegemonia durável, a menos que ofereça uma perspectiva de solução real para os problemas objetivos subjacentes.

O lado objetivo da crise não é uma mera multiplicidade de disfunções separadas. Longe de formar uma pluralidade dispersa, suas várias vertentes estão interligadas e compartilham uma fonte comum. O *objeto* subjacente de nossa crise geral, aquilo que abriga suas múltiplas instabilidades, é a forma atual do capitalismo - globalizante, neoliberal, financeirizado. Como toda forma de capitalismo, este não é um mero sistema econômico, mas algo maior, uma ordem social institucionalizada. Como tal, abrange um conjunto de condições de fundo não-econômicas que são indispensáveis para uma economia capitalista: por exemplo, atividades não remuneradas de reprodução social, que garantem o fornecimento de mão-de-obra assalariada para a produção econômica; um aparelho organizado de poder público (lei, polícia, agências reguladoras e capacidades de direção) que fornece a ordem, a previsibilidade e a infraestrutura necessárias para a acumulação sustentada; e, finalmente, uma organização relativamente sustentável da nossa interação metabólica com o resto da natureza, que assegura os suprimentos essenciais de energia e matérias-primas para a produção de mercadorias, para não mencionar um planeta habitável que possa suportar a vida.





O capitalismo financeirizado representa uma maneira historicamente específica de organizar a relação de uma economia capitalista com essas condições de fundo indispensáveis. É uma forma de organização social profundamente predatória e instável, que libera a acumulação de capital das próprias restrições (políticas, ecológicas, sociais, morais) necessárias para sustentá-la ao longo do tempo. Libertada de tais restrições, a economia capitalista consome suas próprias condições de fundo de possibilidade. É como um tigre que come sua própria cauda. Como a vida social como tal é cada vez mais econômica, a busca irrestrita do lucro desestabiliza as próprias formas de reprodução social, sustentabilidade ecológica e poder público de que depende. Visto desta forma, o capitalismo financeirizado é uma formação social inerentemente propensa a crises. A complexidade da crise que encontramos hoje é a expressão cada vez mais aguda da sua tendência interna de auto-desestabilização.

Essa é a face objetiva da crise: a contrapartida estrutural ao desmantelamento hegemônico dissecado aqui. Hoje, portanto, ambos os pólos da crise - um objetivo, o outro subjetivo - estão em pleno florescimento. E, como já observamos, eles permanecem de pé ou caem juntos. Resolver a crise objetiva exige uma grande transformação estrutural do capitalismo financeirizado: uma nova maneira de relacionar a economia com a política, a produção com a reprodução, a sociedade humana com a natureza não-humana. O neoliberalismo sob qualquer forma não é a solução, mas o problema.

O tipo de mudança que precisamos só pode vir de outro lugar, de um projeto que seja pelo menos anti-neoliberal, senão anticapitalista. Esse projeto pode se tornar uma força histórica somente quando incorporado em um bloco contra-hegemônico. Embora a perspectiva possa parecer ainda distante, nossa melhor chance de uma resolução subjetiva e objetiva é o populismo progressista. Mas mesmo isso pode não ser um ponto final estável. O populismo progressista pode acabar





sendo de transição - uma via de passagem para uma nova forma de sociedade pós-capitalista.

Seja qual for a nossa incerteza quanto ao ponto final, uma coisa é clara. Se não conseguimos perseguir essa opção agora, prolongaremos o presente interregno. E isso significa condenar trabalhadores de todas as crenças e de todas as cores ao aumento do estresse e à diminuição da saúde, ao aumento da dívida e ao excesso de trabalho, ao apartheid das classes e à insegurança social. Significa submergi-los, também, em uma extensão cada vez maior de sintomas mórbidos - em ódios nascidos de ressentimento e expressos em bode expiatório, em surtos de violência seguidos por ataques de repressão, em um mundo vicioso de cachorro-come-cachorro onde as solidariedades se contraem para um ponto de fuga. Para evitar esse destino, devemos romper definitivamente com a economia neoliberal e com as diversas políticas de reconhecimento que ultimamente o apoiaram - eliminando não apenas o etnonacionalismo excludente, mas também o individualismo liberal-meritocrático. Somente juntando uma política de distribuição fortemente igualitária a uma política de reconhecimento substancialmente inclusiva e sensível às classes, podemos construir um bloco contra-hegemônico que possa nos levar além da crise atual para um mundo melhor.





TEORIA







As dimensões financeiras do impasse do capitalismo¹

François Chesnais

Em fevereiro eu publiquei no site *A L'Encontre* um artigo no qual avancei a hipótese de um modo de produção que se encontra em uma situação histórica onde ele não consegue mais ultrapassar seus limites “imanescentes”, tanto aqueles explicitamente definidos por Marx [1], como aqueles referentes às relações do capitalismo com o meio ambiente que somente tomamos consciência bem mais tarde. No artigo de fevereiro, as dimensões financeiras do impasse do capitalismo não foram abordadas. O objeto do presente artigo é preencher essa lacuna e perseguir um trabalho que também é de clarificação pessoal. Somente as dimensões econômicas da financeirização são tratadas aqui, e não aquelas de caráter social que são, ao menos, tão importantes quanto.

Hoje, os economistas marxistas e heterodoxos vão ao encontro uns dos outros ao dizer que o lugar central das finanças é um traço principal do capitalismo contemporâneo. Mas não existe acordo sobre a definição do que é atualmente nomeado fluentemente por “financeirização”. As abordagens diferem, muitas vezes sensivelmente, de um autor a outro, ainda mais por se tratar de um fenômeno que possui diversas faces na produção e na gestão industrial e que invadiu toda a vida social. A minha definição se baseia na Quinta seção do livro III do *Capital* e se centra sobre a empresa econômica e política do capital de empréstimo e do capital portador de juros [2]. Ele se valoriza sem sair da esfera dos mercados financeiros por meio de títulos que representam os direitos de saque sobre a mais-valia atual e futura. Os grandes bancos, as grandes companhias de seguro, os fundos de investimento e as tesourarias dos grandes grupos industriais são suas formas organizacionais. Para utilizar a importante distinção feita por Marx, no nível de concentração dos detentores de ações

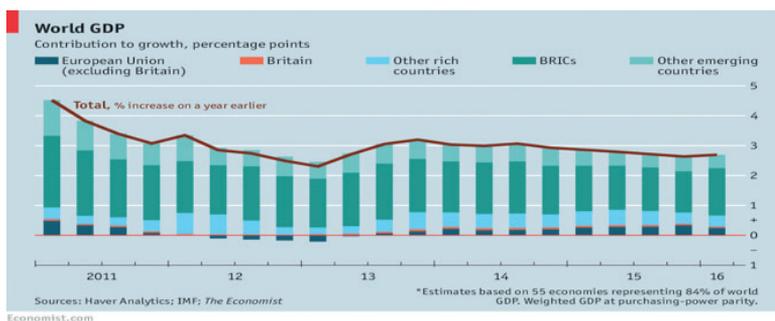
¹ Artigo inicialmente publicado no sítio da revista *A L'Encontre*, em três partes.



e de obrigações alcançadas hoje, o “capital como propriedade” invade os poros do “capital como função”.

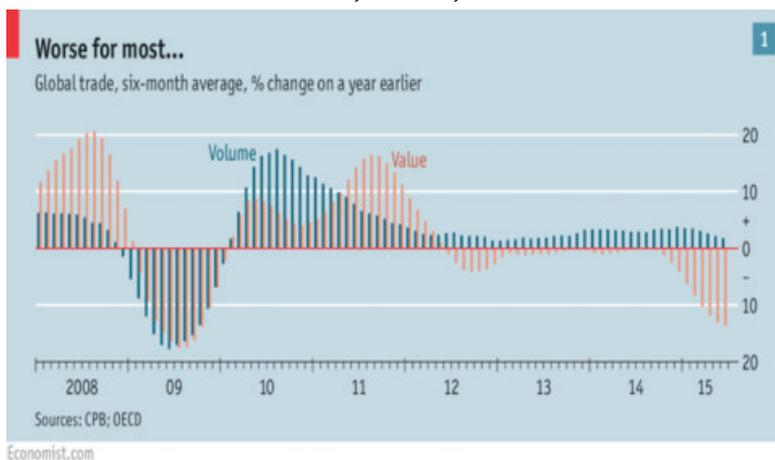
O artigo de fevereiro começava por uma figura que foi prolongada a partir de dois anos:

Figura 1: Taxa de crescimento anual do PIB mundial 2010-2016 por grupo de países



Nós podemos adicionar uma segunda que mostra o movimento do comércio mundial desde 2012, quer dizer, após o fim oficial da recessão estadunidense.

Figura 2: Comércio mundial de meados de 2007 a meados de 2016, média semestral de mudança em relação ao ano anterior



Fonte: The Economist, dezembro de 2016



As duas figuras testemunham uma situação que suscita, sob o nome de “estagnação secular”, as interrogações de diferentes correntes da teoria econômica burguesa, tanto neoclássica como keynesiana, ou seja, uma grande ruptura da economia capitalista. Elas se apoiam sobre a ideia de um sistema que não consegue se recuperar da crise porque seus recursos são consumidos. O artigo de fevereiro propunha uma explicação. Aqui, as duas figuras fixam o quadro de análise em que um dos fios condutores é que a financeirização é a *consequência* e não a causa da situação de bloqueio da acumulação.

O artigo começa com uma apresentação das noções de capital portador de juros e de capital fictício, assim como a de fetichismo do dinheiro em um nível de acumulação e de concentração financeira qualitativamente diferente daquele que Marx tinha sob seus olhos. Segue-se um exame rápido dos principais processos que justamente alimentaram, a partir do fim dos anos 1960, “a acumulação financeira”, quer dizer, a acumulação de capital composta de direitos de saque virtual sobre a mais-valia atual e futura, que representam capital para aqueles que os detêm e esperam rendimento, mas que são capital fictício sob o ângulo do movimento do capital como um todo. Esses processos incluem o mecanismo de reprodução contínua das dívidas públicas contratadas, a centralização poupada aportada pelos sistemas de aposentadoria por capitalização (os fundos de pensão) e o investimento pelas classes superiores de rendas da propriedade e do capital não consumido. A acumulação financeira foi concomitante a mudanças nas relações de força entre capital e trabalho nascidas com as derrotas da classe operária nas mãos de Thatcher e de Reagan e da burocracia soviética em declínio. O resultado foi a liberalização e a mundialização do capital. Na última fase dos anos 2000, elas conduziram à mundialização do exército industrial de reserva e abriu a via para a organização de novas configurações industriais transnacionais, conhecidas sob o nome de cadeias de valor ou cadeias de fornecimento globais. Nomeadas *global value*





chains (GVC) e em francês *chaînes de valeur mondiales* (CVM), elas aliam produção própria e subcontratação e estão na origem dos grandes lucros dos gigantes grupos industriais.

O capital portador de juros alimenta uma ilusão de autonomia à vista do que podemos nomear, por comodidade, de “economia real”. Na verdade, ele ainda permanece dependente. A concretização dos direitos de saque depende da produção e da realização de mais-valia em quantidade suficiente para satisfazer a massa de capital fictício que ela pretende reivindicar. Ela faz com que os acionistas exijam um controle cada vez mais apertado sobre o nível dos lucros e do pagamento de dividendos. Enquanto o investimento e o crescimento enfraquecem, os gestores de fundos recorrem à especulação e se lançam na “inovação financeira”. Enquanto o ritmo de acumulação real desacelera-se na medida em que a massa do capital fictício continuava a aumentar, a escala das operações especulativas e a diversidade de títulos de capital fictício emitidos nos mercados aumentaram. Nos anos 1990, a especulação preocupou os mercados específicos/ de investimento estrangeiro no México e na Ásia; os de títulos de indústrias de crescimento superior à média, notavelmente as ações de firmas de alta tecnologia (a Nasdaq) que colapsou em 2001. Os anos de 1990 também viram o começo de um crescente endividamento das famílias, notavelmente no que se refere à sua dívida hipotecária. Ela teve um salto qualitativo nos anos 2000 com a ajuda de montagens financeiras sofisticadas que permitiram a ocultação dos riscos e compreendendo a emergência do *shadow banking*, sistema de crédito não regulamentado no qual as filiais dos grandes bancos participam.

Diferentemente de 1929, a crise financeira de setembro de 2008 viu a destruição de apenas uma frágil fração do capital fictício. Em razão do resgate dos bancos, com exceção do Lehman, assim como das grandes empresas de seguro, a massa de capital fictício continuou a aumentar, dando lugar a dois fenômenos que ilustram o impasse do capitalismo dentro do domínio financeiro.





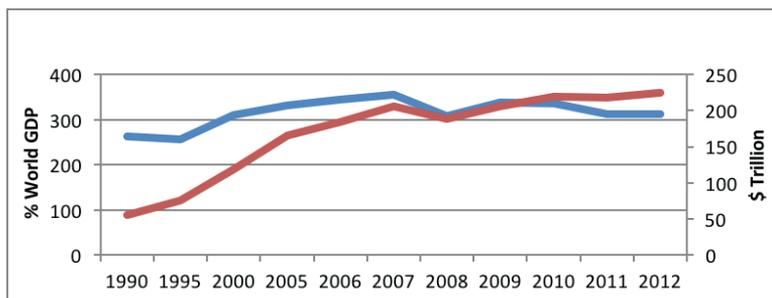
O primeiro é o nível das transações nos mercados de produtos derivados (em inglês *derivatives*), transações perfeitamente estéreis economicamente e portadoras potenciais de crise. O segundo é o movimento da queda a zero das taxas de juro, não somente a dos bancos centrais, mas também, e, sobretudo, dos mercados de títulos de empréstimo (os mercados obrigatórios).

Dois indicadores gerais do nível de financeirização

A base da financeirização é uma acumulação elevadíssima de capital em forma de capital portador de juros. Para dar uma ideia do grau que essa acumulação alcançou hoje, podemos nos valer do indicador proposto pelo *McKinsey Global Institute*. As curvas da figura 3 mostram o crescimento a partir do começo dos anos 1990, em trilhões de dólares e em porcentagem do PIB mundial, das quatro principais categorias de ativos financeiros, as ações, as obrigações privadas, os efeitos da dívida pública e os depósitos bancários, na maior parte feitas de linhas de crédito listadas pelos juros. Ele não inclui a categoria de ativos nominados como produtos derivados, para os quais existem indicadores mais específicos que mostraremos mais adiante. Trata-se de um indicador com o status de “*proxy*”, a valorização de mercado (no caso das ações, a capitalização da bolsa) nos principais centros financeiros serve de base de cálculo. Ele descreve o movimento de crescimento da massa de capital emprestando o caminho da valorização nos mercados financeiros e fornece uma ordem de grandeza da quantidade de direitos de saque potenciais sobre a mais-valia.



Figura 3: Crescimento dos ativos financeiros mundiais em trilhões de dólares em relação à taxa de câmbio de 2011 (eixo da direita e curva em azul) e em porcentagem do PIB mundial (eixo esquerdo e curva em vermelho)



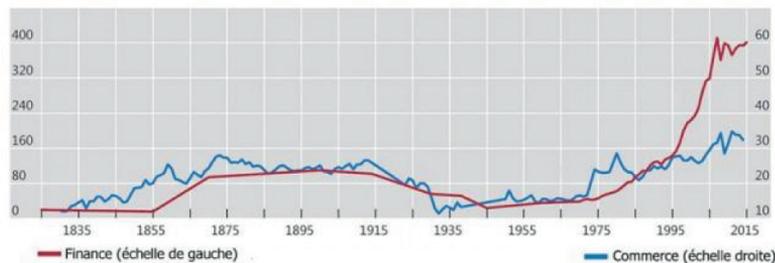
Fonte: McKinsey Global Institute, *Financial Globalization, Retreat or Reset?* 2013

Como se constata, o ritmo de crescimento é impressionante: uma taxa média composta por 9% entre 1990 e 2007 com uma forte aceleração em 2006 e 2007 (+18%). Em 2007, a relação dos ativos financeiros em relação ao PIB mundial alcançou 376% [3]. Os vinte anos de crescimento exponencial são interrompidos pela crise financeira de setembro de 2008. Contudo, em seguida, enquanto a curva azul do PIB mundial abaixa e permanece estável, a curva vermelha retoma seu curso em direção ao topo, embora em um ritmo mais baixo – o que *McKinsey* nomeia como “uma taxa anêmica de 1.9%” [4]. A queda da capitalização das principais bolsas e o recuo das transações nos mercados obrigatórios privados foram compensados, ao menos parcialmente, pela sua alta nas economias “emergentes” e um crescimento dos efeitos da dívida pública – estimada em 2011 e 2012 como sendo da ordem de 4,4 trilhões de dólares. A relação dos ativos financeiros em relação ao PIB mundial permanece em 356%.

Um segundo indicador foi recentemente fornecido pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, em inglês) no seu mais recente relatório anual em que dedica um capítulo ao estado da mundialização [5]. Trata-se da evolução em um período muito longo das trocas comerciais e dos fluxos financeiros, medidos pela

soma dos ativos e passivos financeiros nas contas de capital da balança de pagamentos dos países, principalmente os fluxos de juros e de dividendos (há também os royalties sobre patentes). No plano das trocas de mercadorias, a “segunda mundialização” ultrapassa definitivamente a “primeira” com a execução do tratado de Marraquexe e o início do serviço da OMC. Por outro lado, os fluxos financeiros conheceram um aumento exponencial, de modo que o Banco dos Pagamentos Internacionais da Basileia fala em “terceira mundialização”.

Figura 4: Comércio mundial e fluxos financeiros internacionais em porcentagem do PIB mundial, 1825-2015



Fonte: <http://www.bis.org/publ/arpdf/ar2017e.pdf> page 100.

É interessante constatar que os fluxos financeiros também alcançaram um patamar que daremos uma explicação adiante.

Os ativos financeiros são “capital fictício”

Antes de chegarmos aos fatores que sustentaram a acumulação dos ativos financeiros representados pela figura 3, é preciso definir sua natureza. Para os detentores de títulos e os gestores financeiros, os ativos financeiros são um “capital”. Eles geram fluxos de dividendos e de juros e podem ser vendidos nos compartimentos do mercado financeiro próprios a cada tipo de ativo. Os lucros financeiros, as mais-valias financeiras ganhas pelas especulações bem sucedidas, se tornaram, em alguns casos,



tão importantes quanto os fluxos de mais-valia. Este “capital” é fictício. O termo é comumente recusado, e acaba de ser mais uma vez pelo economista marxista grego Costas Lapavistas em uma importante revista de língua inglesa [6]. Portanto, é útil entender bem do que se trata.

Falemos primeiro das ações. Marx escreve que elas “representam um capital real: aquele (das sociedades por ações) que foi investido e que funciona nessas empresas”. Mas ele adiciona logo em seguida que esse capital “não pode existir duas vezes, uma vez como valor-capital de títulos de propriedade, de ações, e a segunda como capital investido realmente. Ele existe apenas sob essa última forma, e a ação é apenas um título de propriedade que dá direito, proporcionalmente à participação, à mais-valia ou ao sobretrabalho que esse capital vai engendrar” [7]. No caso dos títulos da dívida pública, “o capital que, aos olhos das pessoas, produz uma ramificação (juros), aqui o investimento do Estado, permanece um capital fictício, ilusório. (...) a parte dos impostos anuais que despenam (ao detentor de títulos) representam os juros do seu capital, da mesma maneira que o usurário recebe uma parte dos bem se seu prodígio cliente, de todo modo, nem em um caso nem no outro, a soma de dinheiro emprestado foi despendida como capital”. O caso da figura a qual nós estamos habituados a pensar, a partir do papel que assumiu o Estado após o fim da Segunda Guerra Mundial, quer dizer, os empréstimos a fins de investimento produtivo e de sustento ao capital industrial, não é considerado por Marx. Mas, desde que são postos em prática processos onde as dívidas públicas não se destinavam a serem extintas, mas foram reproduzidas a cada período, o caráter de usurário do endividamento dos Estados foi progressivamente reafirmado, dobrado por uma capacidade dos credores de ditar a política dos governos dos países devedores.

Finalmente, há o crédito bancário, (na terminologia de Marx, “o crédito do banqueiro” por oposição ao crédito de curto termo ligado ao desconto dos efeitos do comércio). Trata-se do



empréstimo de somas em bloco e da abertura de linhas de crédito concedidas a um industrial em vista de um investimento em capital constate ou variável (usinas, escritórios, equipamentos, insumos para a produção, salários). O crédito é acordado para uma duração determinada e ele se estende na medida em que o investimento porta valor e mais-valia. No caso do “crédito do banqueiro” as questões que Marx se interessa são a euforia financeira no fim da expansão cíclica e o excesso de crédito, o que nós nomeamos de bolhas financeiras. As crises econômicas que ele analisa são sempre também crises bancárias, a vulnerabilidade dos bancos é razão do fato de que a criação de crédito repousa “fundos próprios” largamente fictícios, já que são compostos por uma boa parte de ações e de títulos da dívida. Já é uma questão de engenharia financeira e de circulação interbancária de títulos: “entre eles, os banqueiros resolvem as atribuições recíprocas em depósitos que não existem, trazendo esses créditos em dedução um dos outros”.

Fetichismo e “magia do dinheiro” no século XXI

O nível de acumulação do capital fictício e o grau alcançado nos processos de centralização-concentração das organizações capitalistas que o detêm exigem termos a maior atenção ao que Marx nomeia como fetichismo do dinheiro. O capítulo 24 da quinta seção do livro III do Capital começa por uma frase que diz que com “o capital portador de juros a relação capitalista atinge sua forma mais exterior, a mais fetichizada. Temos aqui D-D’, dinheiro produtor de dinheiro, um valor que se transforma em valor ele mesmo, sem nenhum processo que serve de mediação aos dois extremos, (nem mesmo) como para o capital mercadoria, a forma geral do movimento do capital D-M-D’ ”[10]. E Marx segue uma página adiante, “O capital parece ser a fonte misteriosa e criadora dele mesmo, o juros, o seu próprio crescimento (...). É então no capital portador de juros que esse fetiche autômato é



claramente revelado: valor que se transforma em valer ele mesmo, dinheiro engendrando dinheiro; sob essa forma, ele não porta mais as marcas de sua origem (...). O dinheiro adquire assim a propriedade de criar valor, de portar juros, da mesma forma como naturalmente o predador porta as presas”. As noções de fetichismo da mercadoria e fetichismo do dinheiro interessaram aos filósofos marxistas [11], mas quase não interessaram aos economistas [12], e quando o fizeram foi para se concentrar (como no meu caso) sobretudo a respeito dos traços rentistas do capital portados de juros tal como sublinhados na última frase. Isso é insuficiente.

Para tomar parte da noção de fetichismo do dinheiro é necessário voltar a sua elaboração e sua formulação e se apoiar no que Marx nomeia como “a magia do dinheiro” [13], e mais particularmente nas últimas páginas do capítulo 4 do livro I de O Capital, na seção que trata da “transformação do dinheiro em capital”. Lemos que “como o valor, tornado capital, sofre mudanças contínuas de aspecto e de grandeza, é necessário a ele uma forma própria de modo que sua identidade com ele mesmo seja constatada. E essa forma própria ele possui apenas no dinheiro. É sob a forma dinheiro que ele começa, termina e recomeça seu processo de geração espontânea”. E um pouco mais adiante:

O valor se torna, então, valor progressivo, dinheiro que se reproduz, potente e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a ela, se mantém nela e se multiplica nela, sai de novo aumentado e recomeça sem cessar a mesma rotação. D-D', dinheiro que deposita dinheiro, moeda que tem filhos – money which begets Money – tal como é a definição do capital na boca de seus primeiros interpretes, os mercantilistas [14].

Essas frases devem agora jogar luz ao lugar ocupado pelo *Goldman Sachs*, UBS e BNP-Paribas no capitalismo de hoje. Em 1867, o “representante”, o “suporte consciente”, do movimento através do qual o capital passa de D para D' é o capitalista industrial. É dele que Marx diz que “o conteúdo objetivo da circulação D-M-D', quer dizer, a mais-valia que dá luz ao valor





é seu objetivo subjetivo, íntimo. É apenas a apropriação sempre crescente da riqueza abstrata o único motivo determinante de suas operações, que ele funciona como capitalista, ou, se quisermos, como capital personificado, dotado de consciência e vontade. O valor de uso não deve então jamais ser considerado como o objetivo imediato do capitalista, não mais que o ganho isolado, mas o movimento incessante do ganho sempre renovado” [15].

Em 1867 o que contava e importava era o “ciclo completo” do capital, aquele através do qual D aumenta, cresce e atinge D' , passando pelo movimento $D-M-P-M'-D'$ [16]. Hoje, não apenas o “ciclo curto” $D-D'$ ocupa o centro da cena, mas são das operações advindas da especulação que o sucesso dos gestores financeiros depende para fazer o seu portfólio de $D-D'$, seus fluxos de dividendos e de juros. O “fetiche autômato”, o movimento do “dinheiro engendrando dinheiro” passa a ser o produto dos mercados financeiros como tais, daí “a exuberância excessiva” (Allan Greenspan) ou “a *hybris*” dos comerciantes. Em alguns mercados, como no de produtos derivados que examinaremos ao final do artigo, a distância em relação à economia real é tão grande que o que acontece nele não tem efeito sobre aquele. Os investidores vivem em pura levitação.

As etapas da acumulação do capital portador de juros

Nos três capítulos que contêm o título “capital-dinheiro e capital real” da quinta seção do livro III, Marx nos convida a estudar o movimento específico da acumulação do capital-dinheiro/capital de empréstimo em oposição ao que ele nomeia como “a acumulação verdadeira do capital” [17]. No momento em que ele o estudou, o movimento estava ligado ao ciclo econômico: uma parte do capital acumulado pelos capitalistas industriais na fase de expansão quer, durante o período de crise e de recessão, se valorizar como capital de empréstimo. Ele acrescenta, um pouco laconicamente, que “a acumulação de capital dinheiro pode ser





o resultado de fenômenos que acompanham a acumulação real, mas que dela diferem totalmente” [18]. O que era no século XIX um fato conjuntural se tornou, no caso do capitalismo atual, uma característica estrutural, advindas das relações imperialistas “norte-sul” e dos novos mecanismos institucionais de transformação de salário em capital no seio dos sistemas de aposentadoria por capitalização.

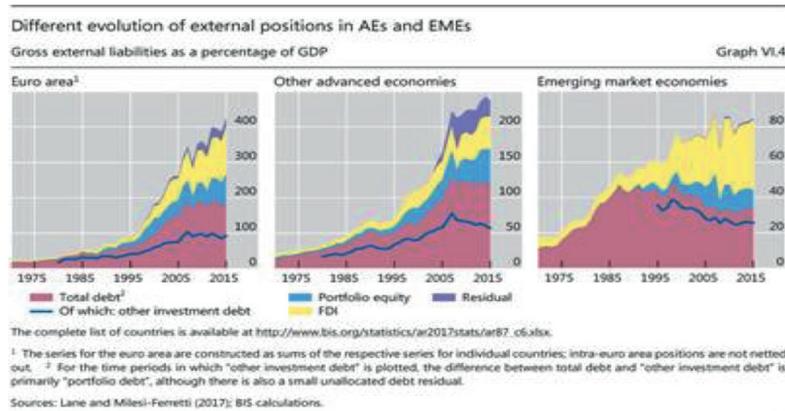
Após a longa interrupção da grande depressão dos anos de 1930 e da Segunda Guerra Mundial, a acumulação de capital de empréstimo recomeçou em Londres entre 1965 e 1973 no mercado dos chamados “eurodólares”, as empresas multinacionais americanas vinham investir seus lucros industriais não reinvestidos nos bancos americanos, europeus e britânicos, gozando de um status de “off-shore”.

A fase seguinte viu o fluxo em Londres da renda petroleira, primeiro caso contemporâneo semelhante ao vivido no século XIX, ganhos rentistas fundados na propriedade de recursos naturais fortificando as posições das finanças. Depois, a partir de 1976, a reciclagem por esses bancos reunidos em consórcio dos “petrodólares” investidos na City pelas monarquias do Golfo sob a forma de empréstimo aos países subordinados economicamente e politicamente ao imperialismo na América Latina e na África. Os governos foram encorajados a tomar empréstimos a uma taxa de juros variável, em um momento no qual ela estava muito baixa e aparentemente muito favorável aos devedores, e se encontraram alguns anos mais tarde presos em uma armadilha. A alta simultânea em 1981 das taxas de juros americanas e da taxa de câmbio do dólar exigida pela mudança do modo de financiamento do déficit do orçamento federal pela emissão de bens do Tesouro (os *T-bonds*) no mercado obrigatório precipitou a “crise da dívida do terceiro-mundo”, que teve o seu primeiro ato com a crise mexicana de 1982. A mudança do modo de financiamento do orçamento americano teve importantes consequências aos países avançados imperialistas. Para os países neocoloniais e coloniais, os



seus efeitos foram depredatórios. As dívidas, a começar por aquela do México, não puderam jamais ser completamente reembolsadas, mas foram reproduzidas de ano a ano através do serviço da dívida [20]. Elas se tornaram assim uma formidável alavanca para impor aos países do terceiro-mundo políticas de desmantelamento do setor público (“o ajuste estrutural”), assim como a liberalização dos movimentos de capital. No relatório anual de 2017 do Banco de Pagamentos Internacionais, nós encontramos uma figura interessante que apresenta um indicador do grau de abertura financeira e a composição do passivo da conta financeira da balança de pagamentos por grandes grupos de países. Vemos que nos chamados países “emergentes” que tiveram por muito tempo, com exceção da China, um status claramente semicolonial, em razão da dívida e das “reformas estruturais” codificadas no “consenso de Washington”, a abertura financeira se fez sob o efeito do serviço da dívida mais cedo e de modo mais importante do que nos países avançados. Mais adiante, nós voltaremos a essa figura para explicar a evolução dos pagamentos ligados aos investimentos diretos no estrangeiro (a parte em amarelo).

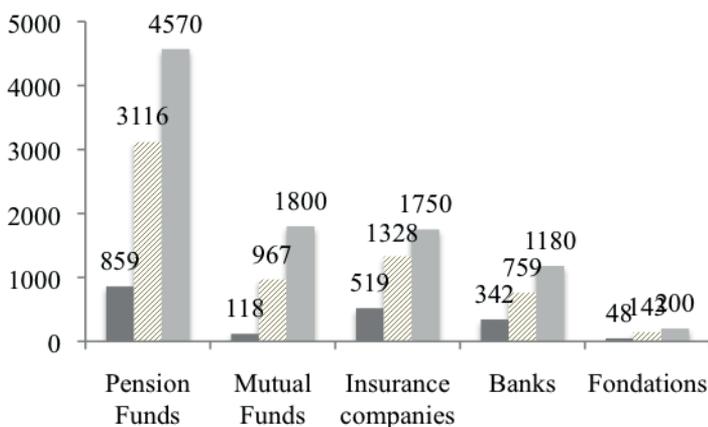
Figura 5: O nível e composição do passivo da conta financeira exterior (liabilities) para três grupos de países 1972 – 2015



Fonte: BIS Annual Report 2017, capítulo 7 sobre a globalização

A fase paroxística da crise da dívida mexicana também viu o debate da ascensão da dívida federal americana. Ela é atribuída, de maneira justa, aos programas militares de Reagan (o keynesianismo militar), mas também corresponde ao momento em que se tornou imperativo para os sistemas de aposentadoria por capitalização estadunidenses, os fundos de pensão e os *mutual funds*, abrir as possibilidades de investimento em grande escala. Eles entravam em sua fase de maturidade e começavam a precisar enfrentar o início das aposentadorias dos beneficiários dos planos. Era preciso que a “capitalização” necessária ao serviço de aposentadorias se materializasse em grande escala. A figura 6 mostra o crescimento da massa de ativos detidos pelos investidores financeiros institucionais ao longo das reformas *Volcker*.

Figura 6: Ativos financeiros detidos por diferentes tipos de investidores financeiros nos Estados Unidos em 1980, 1990 e 1994



Fonte: A. Mérieux et C. Marchand, *Revue d'économie financière*, 1996

É aqui que é necessário explicar bem o significado da centralização da poupança dos funcionários nas mãos dos bancos, das sociedades de seguro e dos fundos. Ninguém o faz mais claramente do que Marx. Vale mais citá-lo do que parafraseá-lo.



É o que é feito aqui sublinhando simplesmente as relações que são ignoradas ou mesmo cuidadosamente ocultadas na maior parte dos debates.

“A caixa de poupança é a cadeia de ouro pela qual o governo aprisiona grande parte dos operários. Eles não encontram apenas dessa maneira interesse em manter as condições existentes. Não se produz somente uma cisão entre a parte da classe operária que participa das caixas de poupança e a parte que não o faz. Os operários colocam assim nas mãos dos seus próprios inimigos as armas para a conservação da organização existente da sociedade que os oprime. O dinheiro que reflui ao Banco nacional ele o empresta de novo aos capitalistas compartilhando o lucro e assim, com a ajuda do dinheiro que o povo os empresta a juros baixos – e que não se torna uma alavanca industrial potente graças a essa mesma centralização –, eles aumentam o seu capital, a sua dominação direta sobre o povo” [21].

A securitização dos bens do Tesouro, assim como o levantamento dos controles de movimento de entrada e saída de capital provocou o afluxo em direção à Nova York de capitais em busca de investimentos vindos do Japão e da América Latina. O mercado secundário da dívida federal se tornou tão importante que o dos títulos e deu novo impulso a *Wall Street*, ainda mais acentuado pela revogação de regras sobre o repatriamento dos benefícios das multinacionais estadunidenses.

A liberalização dos movimentos de capital e dos mercados financeiros não podia se limitar aos Estados Unidos e aos países do terceiro-mundo forçados em se curvar a ele em razão de seus endividamentos. A securitização dos bens do Tesouro criou adeptos rapidamente. Mais do que taxar o capital e as famílias de alta renda, eles são emprestados, criando um processo de transferência em benefício dos bancos e dos fundos de investimento pelo serviço dos juros da dívida pública. Esse processo foi colocado em prática na França por Laurent Fabius² e Pierre Bérégovoy³. A substituição do imposto por empréstimo para as rendas elevadas tem também o objetivo de reforçar o lugar financeiro de Paris dotando-a de

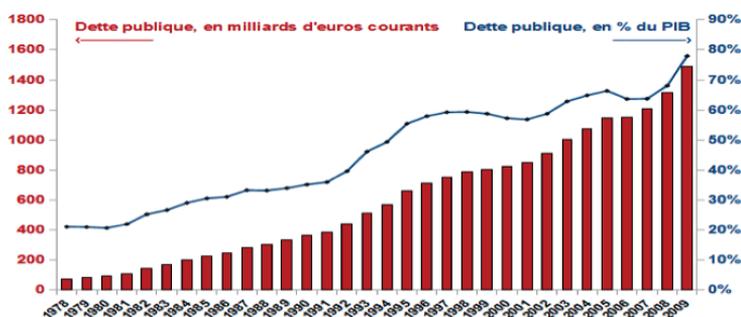
2 É um político francês filiado ao Partido Socialista, foi Primeiro-Ministro (1984-1986) e Ministro da Economia (2000-2002) de seu país.

3 Foi um político francês filiado ao Partido Socialista, foi o Primeiro-Ministro de seu país entre 1992 e 1993.



mercados primários e secundários da dívida pública muito ativos que atraíram os fundos de investimento anglo-saxões. O serviço dos juros da dívida se tornará, no fim dos anos de 1990, o segundo item do orçamento do Estado. Entre 1991 e 1996, sob o efeito de uma taxa de crescimento fraca, inferior a das taxas de juros, o mecanismo de crescimento acumulativo nomeado como “a bola de neve da dívida” foi lançado [22].

Figura 7: Evolução da dívida pública francesa (1978-2009)



Fonte: https://fr.wikipedia.org/wiki/Dette_publicue_de_la_France

Vemos em seguida, para a França, as consequências sobre o montante da dívida as medidas de resgate dos bancos e das empresas automobilísticas no momento da crise econômica e financeira de 2008. O crescimento da dívida é relançado a partir de 2009 de modo que entre 2012 e 2015, antes que as taxas de juros começassem a cair, o serviço da dívida se tornou verdadeiramente o primeiro item do orçamento da França.

Satisfazer os detentores dos direitos de saque enquanto o crescimento diminui

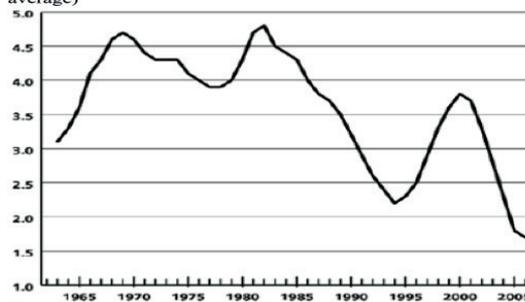
É preciso repetir mais uma vez que as ações e os bens do Tesouro são títulos que dão direito a dividendos e juros. Trata-se de direitos potenciais, virtuais, que o caráter efetivo depende da realização em uma escala suficientemente elevada

– uma escala que corresponda àquela dos direitos acumulados – do ciclo completo (D-M-P-M'-D') de valorização dos capitais engajados na produção. É necessário que uma quantidade suficiente de sobretrabalho tenha sido primeiro produzida e em seguida realizada através da venda de mercadorias produzidas para que as pretensões dos possuidores de títulos sejam satisfeitas. Isso depende, em cada etapa, do funcionamento sistêmico do capitalismo, de seu movimento como um todo. Eu fiz uma tentativa inicial em definir o momento atual no artigo de fevereiro: realização do mercado mundial, dominação de tecnologias que eliminam o trabalho e aumento da composição orgânica do capital, custo da energia das matérias primas, pelo qual o “extrativismo” bem estudado na América Latina respondeu através de uma exploração sempre mais desavergonhada, e por fim o impacto da mudança climática.

Antes mesmo de chegarmos lá, a acumulação dos direitos de saque se acelerou (ver figura 3) enquanto que a economia capitalista já perdia seu dinamismo nos países industrializados. A queda das taxas de crescimento do investimento, aqui para os Estados Unidos (figura 8), é um indicador.

Figura 8: Estados Unidos: investimento privado não imobiliário em porcentagem do PIB (média deslizante em cinco anos)

Chart 2. Net private non-residential fixed investment as a percent of GDP (5-year moving average)

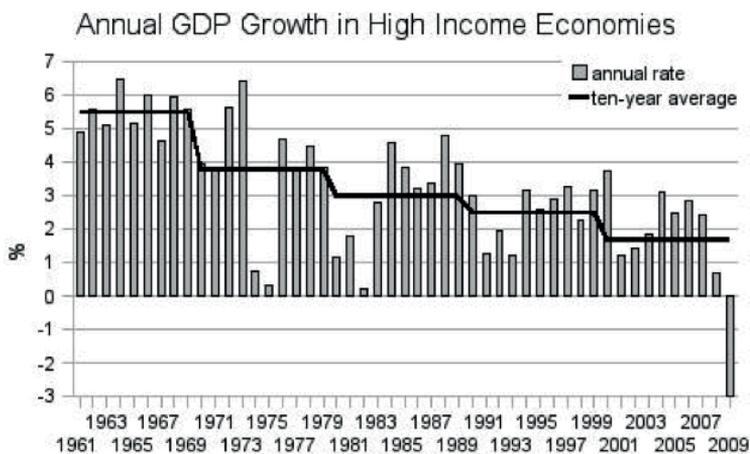


Source: Bureau of Economic Analysis, National Income and Product Accounts, Table 5.2.5. Gross and Net Domestic Investment by Major Type, Annual Data 1929-2006; *Economic Report of the President, 2008* Table B-1. Gross Domestic Product, 1959-2007.

Fonte: John Bellamy Foster and Fred Magdoff, *The Great Financial Crisis: Causes and Consequences*, Monthly Review Press, New York, 2009

O do crescimento do PIB dos países industrializados (figura 9) é outra [23]. O interessante dessa figura é que ela comporta um corte em períodos de 10 anos, que mostram bem a desaceleração de período em período do que foi, contudo, a mais longa fase interrompida de expansão da história do capitalismo [24]. |Vemos dois momentos de forte queda, em 1974-1975 e em 1982-1983, durante os dois momentos da recessão que colocou fim ao “regime de acumulação fordista”, assim como uma flexibilização um pouco menos importante no começo dos anos de 1990 (dupla crise da bolsa e imobiliária no Japão, queda imobiliária com repercussões nos bancos dos Estados Unidos) e depois em 2000-2001, durante a crise da bolsa de Nasdaq, mas seria preciso esperar até 2008-2009 para que se passasse abaixo da linha zero. Em seu artigo do mês de agosto, Michael Husson detalhou esses indicadores para a França.

Figura 9: Crescimento do PIB nas econômicas avançadas, taxa anual e média em 10 anos

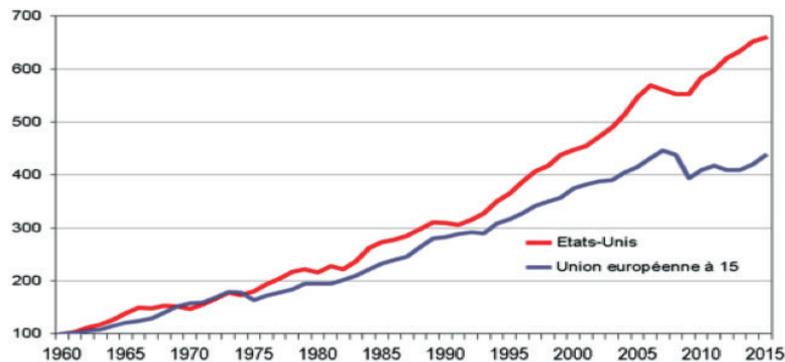


Fonte: Cédric Durand et Philippe Léger, Review of Radical Political Economy, 2014

Um volume da mais-valia em alta, mas insuficiente em relação às pretensões das finanças

Em sua recensão de *Finance Capital Today*, Husson questiona a ideia que eu avancei, segundo a qual “a mais-valia global diminui e que há uma situação de penúria crescente da mais-valia ou sobrevalor é contestável”. Ele oferece, sem realmente explicar seu modo de cálculo, “uma estimativa estatística, de fato pouco ‘sofisticada’ do volume de mais-valia (que) mostra que não se pode falar de queda tendencial. O impacto da crise já desapareceu nos Estados Unidos onde o volume de mais-valia assim medido volta a aumentar, enquanto ele chega ao seu limite na Europa”.

Figura 10: Estimativa do crescimento do volume de mais-valia feito por Michel Husson



Fonte: Michel Husson

<http://alencontre.org/economie/le-capital-financier-et-ses-limites-autour-du-livre-de-francois-chesnais.html>

O impacto da crise foi realmente desapareceu nos Estados Unidos? Podemos duvidar disso seriamente. De qualquer forma, duas páginas adiante ele escreve de forma um pouco diferente que “a tese central de *Finance Capital Today* permite compreender porque a crise perdura. A financeirização da economia equivale a uma inflação de direitos de saque potenciais sobre a



mais-valia atual e futura, mas que excede a capacidade do sistema em produzir a maior quantidade de mais-valia. A crise pode então ser interpretada como um chamado à ordem da lei do valor: o capitalismo, não podendo distribuir mais mais-valia do que ele produz, faz com que uma parte desse capital fictício seja desvalorizado. Mas, para tomar a fórmula de Chesnais, não se deixou a crise ‘seguir o seu curso’ (*run its course*).”

As observações de Michel Husson me permitem melhor explicar minha posição. Se não houve um aumento do volume da mais-valia, o que não quer dizer um aumento de sua taxa em relação ao capital comprometido, a característica saliente do momento atual do capitalismo é a insuficiência crônica desse volume *relativo à massa dos direitos de saque* [25]. O crescimento da financeirização se deu no contexto do movimento de flexibilização do fluxo de mais-valia que as figuras 7 e 8, entre outras, indicam.

A concentração bancária mundial e sua base específica

Para os grupos industriais e os grandes bancos capazes de recorrer a uma das reações, por assim dizer, espontânea, da desaceleração do ritmo da produção de mais-valia, foi realizar de fusões-aquisições (M&A para *merger and acquisitions*, em inglês), quer dizer, a aquisição de empresas e de bancos menores ou mais fracos e a fusão com rivais mais ou menos do mesmo nível. Marx nomeia esse processo de “centralização do capital” em oposição à “concentração que se confunde com a acumulação” na qual a empresa aumenta a partir do reinvestimento de seus lucros [26].

A “concentração de capitais já formados, a fusão de um número superior de capitais em um número menor” é feito tanto pelo “procedimento violento da anexação, certos capitais se tornam centros de gravitação tão potentes aos olhos de outros capitais, que eles destroem a coesão individual e se enriquecem de seus elementos desagregados”, que por meios “mais doces” de fusões negociadas entre acionárias. Os “planos de reestruturação”



com licenciamentos e desqualificação dos trabalhadores são seu principal componente. Sob o efeito da liberalização dos fluxos financeiros, as trocas e os investimentos diretos, a centralização/concentração do capital aconteceu simultaneamente a nível nacional e internacional. Ela resultou na formação de oligopólios mundiais na indústria e nos serviços como também nas atividades bancárias.

O que caracteriza o setor bancário é o grau de concentração não somente dos bancos mas dos mercados mais importantes nos quais eles operam. Onde outros oligopólios mundiais, o automobilístico, por exemplo, se deslocam em mercados de todos os países o oligopólio bancário opera em um punhado de centros financeiros, para não dizer apenas um. É preciso, inicialmente, compreender a palavra “banco”. São grupos financeiros com atividades múltiplas, mais exatamente “conglomerados financeiros de domínio bancário”, o Banco de Pagamentos Internacionais define os conglomerados financeiros como “conjuntos de sociedades sob um controle comum em que as atividades consistem na prestação de serviços significativos em ao menos dois setores financeiros distintos (o banco, a gestão de ativos e o seguro)” [28]. Os governos ajudaram o movimento de concentração, seja através de políticas deliberadas, como na França [29], seja pela comodidade ao conceder a ascensão do mercado primário de bens do Tesouro a apenas um punhado de bancos. Desde 2012 reconhece-se a existência de 28 bancos chamados de “sistêmicos”, nos quais a dimensão e a densidade de relações com outros bancos são tais que sua falha pode desencadear, como no caso do *Lehmann*, uma crise financeira mundial. Em seguida, esse número aumentou para 30.

Esse número não reflete completamente a situação. Em razão da grandíssima concentração de mercados chaves, há de certa maneira um “oligopólio dentro do oligopólio” feito de uma quinzena ou até mesmo de uma dúzia de bancos que nele operam. O caso mais extremo de concentração é o do *Libor* de



Londres onde se fixa o nível da taxa de juros interbancária que é seguida pelos outros centros financeiros no mundo. Desde 2012, as autoridades judiciárias americanas e britânicas, assim como a Comissão Europeia investigaram por manipulação do mercado e impuseram multas a onze bancos: *Bank of America*, *BNP-Paribas*, *Barclays*, *Citigroup*, *Crédit Suisse*, *Deutsche Bank*, *Goldman Sachs*, *HSBC*, *JP Morgan Chase*, *Royal Bank of Scotland* e *UBS* [30]. No caso do mercado de trocas, o Banco de Pagamentos Internacionais relata que em 2016, 77% das operações de troca estiveram concentradas em cinco centros financeiros: Londres, Nova York, Tóquio, Hong Kong e Singapura [31]. Em Londres, o *Deutsche Bank*, *Barclays* e *UBS* detêm a maior parte das transações. Finalmente, existem as posições dominantes ocupadas nos mercados de produtos derivados pelo mesmo grupo de bancos que nós falaremos mais adiante.

Tento realizado tal constatação e dado a explicação dessa grandíssima concentração, resta realizar as conclusões disso. François Morin atribui ao oligopólio bancário um poder extremamente grande. Numa conferência realizada após a publicação de *L'Hydre Mondiale: l'oligopole bancaire* (A hidra mundial: o oligopólio bancário, sem tradução ao português) ele sustentou que “a posição dominante dos bancos lhes confere a capacidade de fixar o preço do dinheiro” [32]. Isso é desmentido pela queda contínua das taxas de juros que será tratado mais adiante. Depois, existem as relações finança-indústria. Em seu mais recente livro, ele escreve que “em um mundo onde a finança globalizou suas atividades, a empresa industrial faz papel de dominada, enquanto que os atores financeiros estão em posição de dominantes” [32], trazendo como único argumento a transformação dos produtos derivados de instrumentos de cobertura de riscos necessários às operações das empresas em instrumentos especulativos portadores de fortes riscos financeiros sistêmicos. É, portanto, simplificar fortemente os mecanismo de financeirização dos grupos e minimizar singularmente a potência das empresas transnacionais.



A financeirização de grupos industriais

Nas indústrias de manufatura, energia, mineração e serviços, a liberalização e a desregulamentação permitiram a formação de oligopólios mundiais, alguns dos quais se caracterizam por um grau de concentração maior do que o do setor bancário. Este é claramente o caso dos gigantes da Internet. Do mesmo modo, há outros oligopólios que não os bancos que merecem ser chamados de hidras, em particular aqueles da agroquímica e do agronegócio [34]. A financeirização dos grupos industriais largo sensu lhes confere verdadeiramente, antes de tudo, uma identidade de “atores financeiros”; a importância de suas carteiras de ativos e a escala de suas operações nos mercados financeiros. O trabalho de referência francês é o de Claude Serfati [35], já antigo; não à toa, esse tipo de tema de pesquisa foi eliminado das universidades francesas. Num estudo recente sobre empresas norte-americanas, uma pesquisadora calculou que a razão das receitas financeiras – isto é, juros, dividendos e lucros especulativos (*capital-market-investment gains*) – no fluxo de caixa [36] aumentou de 20% em 1980 para 60% em 2001 [37].

A dimensão da financeirização dos grupos industriais que recebeu maior atenção acadêmica foi a introdução, há cerca de vinte anos atrás, do paradigma gerencial da governança corporativa (*corporate governance*), isto é, da gerência que foca a maximização do valor recebido pelo acionista (*shareholder value*). Ele consagra a preeminência dos acionistas, fazendo do nível dos dividendos e dos preços das ações os principais objetivos das empresas. Para tanto, foi implementado critérios de avaliação de desempenho adaptados para esse fim, assim como de instrumentos de fidelização da gestão, em particular a remuneração das opções de compra de ações. Trata-se não de uma “dominação” dos bancos, mas de todos os investidores. Fundos *hedge* são os mais ativos no monitoramento desse tipo de avaliação.

É preciso acrescentar uma palavra sobre as recompras de títulos



no mercado de ações. Os dividendos dependem dos lucros e, portanto, da eficiência da exploração e do marketing. Mas o preço dos títulos depende em parte de técnicas estritamente financeiras. Quando um investidor compra as ações de uma empresa, é para embolsar os dividendos, mas também para obter um ganho no momento da revenda. Tanto a alta do valor do dividendo por ação quanto o nível de seu preço podem ser obtidos por meio da recompra. A empresa listada compra as suas próprias ações para cancelá-la em seguida. Esta técnica de redução do número de ações para aumentar o ganho potencial daqueles que os detêm é bem conhecida [38]. A queda das taxas de juros permitiu que os grupos listados em bolsa tomassem emprestado a preços muito baixos e, assim, aumentassem os seus ganhos por meio desta prática.

As cadeias de valor globais

Contudo, o nível dos dividendos não pode estar baseado simplesmente em artifícios. Exige a produção e a apropriação da mais-valia. Com base na liberalização e na desregulamentação, os grupos emergentes por meio da centralização/concentração do capital puderam usar as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) para criar formas organizacionais de acordo com suas necessidades, ou seja, cadeias de valor globais (CVGs). Construídas por grupos oligopolistas muito grandes, elas permitem que esses grupos se apropriem e centralizem quantidades de mais-valia criadas em pequenas empresas terceirizadas e localizadas em diferentes pontos do globo [39]. O termo designa, pois, a organização de uma divisão internacional do trabalho entre subsidiárias e subcontratadas. Esses grupos empresariais transnacionais reorganizam, então, o estágio P – M do circuito de capital desde a criação de um projeto (design) até sua produção e distribuição. O projeto é feito nos países centrais, mas a produção passa a se localizar, por meio de subcontratação,





nos países onde o exército industrial de reserva é ao mesmo tempo abundante e indefeso; o marketing é feito naqueles países em que há uma demanda final.

A existência de programas de gerenciamento de informações, assim como de computadores, cada vez mais poderosos reduziram o custo e aceleraram a velocidade de coordenação das atividades entre diferentes sítios de produção. O uso de containers, a padronização e a automação do transporte de mercadorias fez o mesmo na circulação de mercadorias. Samir Amin imagina mesmo uma situação em que os monopólios oligopolistas “não sejam mais ilhas mais ou menos importantes em um oceano de empresas pouco importantes, mas um sistema integrado (em que) pequenas e médias empresas e até grandes empresas (...) estão encerradas em redes de meios de controle implantados a montante e a jusante dos centros oligopolistas” [40].

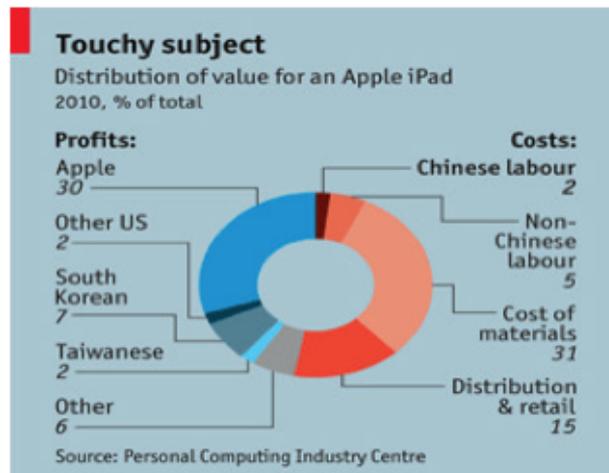
A UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento) estimou, em 2013, que cerca de 80 por cento do comércio mundial ocorria no interior das CVGs montadas pelas corporações transnacionais [41]. No comentário explicativo para o caso das “economias emergentes”, tal como se afigura na Figura 5, o BIS vê o crescimento das CVGs como uma das explicações da importância do IDE (investimento direto estrangeiro) no passivo das contas de capital das economias “emergentes” [42]. A sua quantidade recuou um pouco a partir de 2014 [43] e isto oferece uma explicação da evolução observada no período, tal como mostra a Figura 2.

O grau de assimetria nas relações entre os oligopólios e as empresas subcontratadas, a importância da apropriação do mais-valia produzido por estas últimas possibilita que se fale das CVGs como uma forma de gestão peculiar à financeirização. As cadeias de valor mais massivas são construídas para operar com uma ampla gama de produtos de consumo. Elas são geridas por grandes grupos de distribuição que detêm a capacidade de acessar o mercado final (isto é, que funcionam como monopólios).



Elas podem ser globais como o *Wal-Mart* ou continentais como o *Carrefour*. No setor industrial do vestuário, as grandes marcas (*Zara*, *Mango*, *HM*) funcionam normalmente como CVGs. As empresas líderes se concentram exclusivamente no design, no marketing e na rede de distribuição. No final da cadeia, ficam os capitalistas locais que se submetem à exploração. Bangladesh, onde ocorreram graves acidentes de trabalho (tal como a catástrofe de Rana Plaza, em 2013), fornece um excelente exemplo. Os trabalhadores dessas empresas asiáticas são predominantemente mulheres. Em todos os lugares, os seus salários estão bem abaixo do nível médio nacional.

Figura 11: Distribuição do valor de um iPad Apple em 2010



No ramo da eletrônica, a empresa ao mesmo tempo farol e melhor estudada é a *Apple*. Uma investigação permitiu aos pesquisadores construir a Figura 11. Não é, pois, surpreendente que o nível de preço das ações da “maçã mordida” esteja no grupo superior do *Dow Jones*. No ramo da eletrônica, as empresas subcontratadas podem ser elas próprias muito grandes. Este é o caso do grupo taiwanês *Foxconn* que é a maior empresa



de montagem eletrônica do mundo; ela é fornecedora de todas as maiores marcas do setor: *Apple*, mas também *Sony*, *HP*, *Dell*, *Nintendo*, *Nokia*, *Motorola*, *Microsoft*. Em sua fábrica Longhua em Shenzhen, ela tem entre 250.000 e 300.000 trabalhadores e trabalhadoras que vivem sob condições de trabalho e de vida militarizadas [44].

Se o desenvolvimento das cadeias de valor mundiais não for além do nível atual, tal como sugerem os últimos números, o atendimento das exigências dos acionistas envolverá encontrar maneiras de aumentar a taxa de exploração doméstica além do ponto que se encontra atualmente.

É preciso, agora, olhar novamente para os títulos de crédito cujos retornos assumem a forma de juros para examinar a primeira etapa de uma evolução em que o desempenho dos gestores de fundos passa a depender cada vez mais do sucesso de suas operações especulativas. Durante os últimos 25 anos dessa evolução surgiram novos títulos de crédito, os quais se juntaram aos ativos “clássicos”. Assim, as “formas mais degeneradas de ativos parecem ser a fonte de seu próprio aumento” [45].

O sentido econômico da especulação foi perfeitamente definido por Hilferding: “enquanto a classe capitalista como tal se apropria de uma parte do trabalho do proletariado sem equivalente e, assim, obtém lucro, os especuladores ganham apenas alguns os outros. O negócio de cada um deles é tomar o dinheiro dos outros” [46]. A natureza econômica das operações especulativas é sempre aquela de um jogo de soma zero. A perda de um vem a ser o benefício do outro. Daí que a escala dessas operações tenha um caráter marcador da saúde do capitalismo.

O crescimento das dívidas das famílias e sua securitização

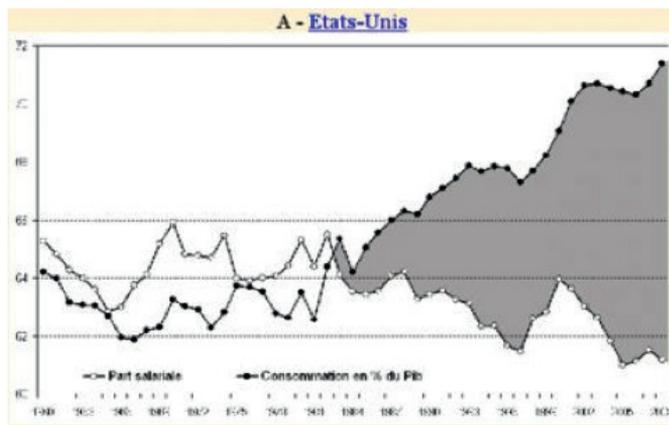
Voltemos à Figura 3 apresentada na primeira parte. Por trás do crescimento da curva vermelha encontra-se especialmente os Estados Unidos. A partir da década de 1990 e mais na década





de 2000, passou a crescer muito nesse país os empréstimos às famílias, incluindo-se aí as hipotecas. A conjuntura financeira esteve marcada pela busca de novas oportunidades de investimento em face do refluxo à Wall Street do capital escaldado das crises asiática e russa. No plano econômico, teve-se o início do declínio da participação dos salários no PIB dos países industrializados sob o efeito da liberalização do comércio e do investimento, assim como da concorrência que se estabeleceu entre trabalhadores do mundo. Nos Estados Unidos, passou-se a nomear certos salários de “salários da China”. A demanda precisou ser sustentada permitindo-se aos assalariados, agora chamados de “classe média”, continuar a manter o padrão de vida a que estavam acostumados por meio de crédito. Aos mercados financeiros dos EUA foi dada, então, essa tarefa. O crédito para as famílias trouxe por um momento “bons dias” para o capital portador de juros. Enquanto o consumo permaneceu estagnado na Europa, ele experimentou um crescimento espetacular nos Estados Unidos (Figura 12).

Figura 12: Participação dos salários e do consumo no PIB dos Estados Unidos



Fonte: Michel Husson Le capitalisme toxique, Inprecor n° 541-542, setembro-outubro 2008
<http://hussonet.free.fr>



A formidável expansão do setor imobiliário não teria ocorrido sem a criação de novos tipos de títulos que tornavam as hipotecas facilmente negociáveis. A partir de 1990, e ainda mais na década de 2000, os títulos do mercado de dívidas (*credit market debt*) experimentaram um crescimento muito forte tal como mostra bem a Figura 14 que aparece em sequência. Os valores incluem outros títulos além daqueles relacionados às hipotecas, mas são estes aqueles que comandam o crescimento da curva.

Em consequência, mudou o epicentro da crise financeira em *Wall Street*. A quebra do mercado de títulos relativos à alta tecnologia (Nasdaq), que ocorreu em 2000- 2001 mediante o estouro da bolha dot.com, foi uma crise de mercado “clássica”. E ela pode ser considerada como bastante circunscrita. Ao se transferir a partir de 2003, massivamente, para o mercado hipotecário, o alargamento da securitização por meio de uma engenharia financeira cada vez mais complexa criou as condições para um tipo diferente de crise. A mundialização financeira, bem como a opacidade dos títulos e dos interesses intervenientes, vai dar ao termo “sistêmico” um conteúdo novo.

Diferentemente dos títulos de dívida emitidos por uma única instituição (por exemplo, pelo Tesouro), a emissão de títulos garantidos por hipotecas era extremamente descentralizada. A emissão original era feita por bancos locais e por empresas imobiliárias. Depois, eles vendiam esses títulos para os bancos maiores, incluindo aí os cinco bancos de investimento de Nova York, como também duas empresas hipotecárias do governo, *Fannie Mae* e *Freddie Mac* [47]. Estas instituições, por sua vez, os vendiam para os fundos de investimento que operam com riscos (*hedge funds*) e, de 2005 a 2006, para as subsidiárias de outros grandes bancos (caso do BNP Paribas) [48] ou mesmo para os bancos alemães (*Länder*). Ao contrário dos títulos públicos, tem-se aqui valores mobiliários que são derivativos, isto é, títulos que se apoiam em algo subjacente (mercadorias, divisas, empréstimos, etc.), tal como será abaixo explicado. No caso em questão,



o suporte dos novos produtos eram as hipotecas, daí o seu nome de *mortgage-backed securities* (MBS). Sendo derivativos, tratavam-se de títulos compostos parcialmente opacos. Os MBS também eram chamados de produtos “estruturados” pois combinavam ativos classificados de acordo com diferentes níveis de risco.

As subsidiárias especializadas criadas pelos grandes bancos faziam combinações de títulos que reuniam empréstimos com diferentes níveis de risco. As parcelas “super sênior” ou “sênior” eram as mais seguras; as parcelas “juniors” com mais exposição ao risco eram as mais bem remuneradas; as parcelas “subprime”, resultantes de empréstimos aos chamados tomadores NINJA [49] obtinham os melhores ganhos, mas possuíam riscos muito elevados. Elas ofereciam esses títulos bastante opacos para investidores e poupadores em geral. Todas as transações eram realizadas (como continuam a ser nos mercados de derivativos) por acordo mútuo entre os *traders* (ou por OTC, abreviatura do termo *over the counter*) [50].

Apesar das notas atribuídas pelas agências (*Moody's*, *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings*), os investidores que atuavam como compradores procuraram se proteger. Eles adquiriram das principais companhias de seguros uma outra categoria de derivativos, denominada de “evento de crédito”, que é mais conhecida por seu nome inglês *credit default swaps* (CDS). O comprador paga um prêmio ex-ante anual ao vendedor de proteção e este lhe promete compensar ex-post as perdas no ativo de referência em caso de que certo evento especificado no contrato ocorra. O vendedor desta proteção, por definição, considera esse evento como improvável e, assim, não é obrigado a reservar fundos para garanti-la. Ele recebe bônus periódicos; se tal “evento de crédito” não ocorre, ele ganha o bônus até o final do contrato. No caso oposto, ele é forçado a fazer o que é chamado de “pagamento contingente”. Se a proteção foi vendida para muitos compradores, ela pode assumir grandes proporções.

Por exemplo, a venda de CDS com base em títulos garantidos



por hipotecas levou, em 2008, a maior companhia de seguros americana, a *American Insurance Group* (AIG), à beira da falência, forçando o governo federal a financiar seu resgate no valor de 85 bilhões de dólares. Warren Buffett, em 2002, nomeou o CDS como “arma de destruição em massa”; George Soros, em 2006, disse que “os riscos apresentados pelos derivativos negociados no balcão não são totalmente compreendidos, mesmo por investidores sofisticados, incluindo eu próprio”.

As agências de *rating* avaliaram positivamente esse tipo de ativos. Um estudo do Banco da França explica muito claramente por que eles existem. Eis o que diz: “por construção, o funcionamento e o valor de produtos estruturados são de difícil compreensão para os investidores”. Para ajudá-los a vender o MBS, então, os bancos envolvidos em sua produção pediram às agências que lhes dessem uma nota semelhante à dada aos títulos emitidos pelos Estados. Para tanto, as agências deveriam ter reunido as informações verificando o nível de risco dos empréstimos “empacotados” segundo cada tipo de ativos. O estudo mostra, educadamente, que esse processo tinha “duas fraquezas importantes”. Em primeiro lugar, o modelo utilizado para classificar produtos estruturados era idêntico ao usado para produtos de títulos tradicionais, enquanto que os riscos eram de uma ordem bem diferente. Em segundo lugar, as agências se consideraram responsáveis unicamente pela avaliação do risco de crédito – e não do risco de liquidez dos vendedores de ativos (o caso *Lehmann* foi elucidativo). Porém, os investidores eram frequentemente convencidos do contrário.

A participação em tais emissões, vendas e compras de títulos de balcão, de um conjunto de investidores e de intermediários – fundos especulativos (*hedge funds*), subsidiárias de grandes bancos, bancos investimento e outras empresas financeiras não regulamentadas – levou à formação do que foi denominado sistema do “*shadow banking*”, ou seja, da finança das sombras [51]. Por causa dessa designação, ele foi tido como o responsável pela crise financeira; foi mesmo objeto de uma vingança pública,



de origem popular, mas fortemente mediatiza pelos órgãos de imprensa. Um órgão intergovernamental, o Conselho de Estabilidade Financeira (em inglês, *Financial Stability Board* ou FSB), foi criado pelo G20 em 2009 com a missão de monitorar sua evolução (sem dispor de fato dos meios de controle). Foi lhe dado, entretanto, um papel oficial: “acompanhar o sistema de intermediação de crédito envolvendo entidades e atividades que estão potencialmente fora do sistema bancário”.

Não se pode ser ambíguo sobre a importância das operações das subsidiárias especializadas nos investimentos de risco dos grupos bancários. Não há fronteira clara entre o *shadow bank system* e o sistema bancário “tradicional” com suas subsidiárias. Em seu relatório mais recente, o BIS (*Bank of International Settlements*) informa que, em 2015, as finanças sombras atingiram 92 trilhões de dólares, ou seja, 150% do PIB mundial, superando assim o nível atingido no momento da crise financeira de 2008; desta data até 2010, ela havia despencado um pouco, isto é, chegara a pouco mais de 120% do PIB mundial. A influente agência financeira nova-iorquina Bloomberg comentou um estudo acadêmico sobre o sistema sombra sob o seguinte título “o *shadow banking* continua a crescer sem ficar melhor”.

Lucros bancários, efeito de alavancagem e liquidez

À medida que o endividamento se expandiu e assumiu um caráter estrutural, os juros sobre empréstimos empresariais, familiares e governamentais (com configurações específicas para cada país e cada conjuntura), as comissões obtidas na organização de financiamentos e os ganhos em transações de balcão tornaram-se as principais fontes de lucros do banco. O seu montante depende, como sempre, de dois fatores: 1º) da diferença entre o nível das taxas a que os bancos tomam emprestado (do mercado ou do banco central) e aquela a que emprestam e 2º) dos volumes das operações enquanto tais. Ora, isto depende também da extensão



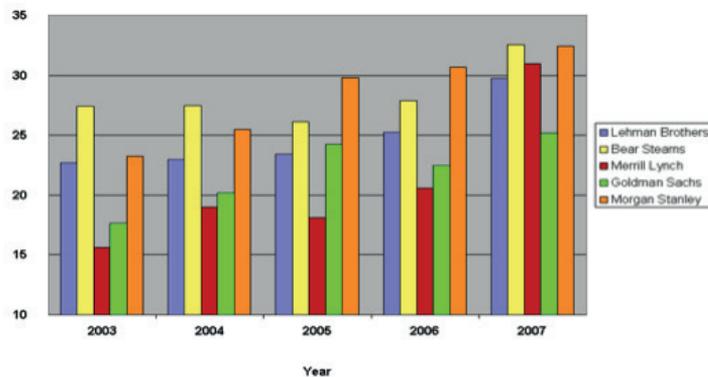
do uso de capitais de terceiros além do próprio patrimônio, o que é chamado de alavancagem.

Os números disponíveis mostram a dimensão da alavancagem entre 2003 e 2007 para os cinco bancos de investimento de Nova York. Conforme está mostrado na Figura 13, três deles tinham alavancagem maior que a do *Lehmann Brothers*.

Figura 13: Proporção de endividamento dos bancos de investimento nova-iorquinos em 2007

Leverage Ratios For Major Investment Banks

The leverage ratio is a measure of the risk taken by a firm; a higher ratio indicates more risk. It is calculated as total debt divided by stockholders equity. Each firm's ratio increased between 2003-2007.



Source Data: Company Annual Reports (SEC Form 10K)

O volume de oferta de capital de empréstimo, que depende também da alavancagem, é sistêmico. Depende, em grande medida, do endividamento recíproco dos bancos e, portanto, da confiança que têm nas possibilidades de recuperar os empréstimos feitos, a qualquer momento. A falência do *Lehmann* ocorreu por causa de empréstimos feitos para os *hedge funds*, os quais, com o colapso do mercado de títulos hipotecários, não podiam mais ser reembolsados de imediato; entretanto, os bancos *JPMorgan* e *Chase* exigiram que isso ocorresse durante o próprio tumulto financeiro. Em 2016, ele concordou em pagar US\$ 1,32 bilhão

em compensação aos credores que haviam perdido tudo em 2008 [59]. A importância do endividamento mútuo entre os bancos e os fundos de investimento pode ser vista na Tabela 1 na linha “empresas financeiras”; note-se aí que apresenta o montante mais alto.

Tabela 1: Endividamento por setor institucional nos Estados Unidos 1980-2008 (em % do PIB)

Setor	1980	1990	2000	2008
Famílias	49	65	72	100
Sociedades não-financeiras	53	58	63	75
Sociedades financeiras	18	44	87	119
Estado	35	54	47	55
Total	155	221	269	349

Fonte: Michel Aglietta, exposed to CEPREMAP, May 2008, from Federal Reserve Bank, Flow of Funds

Os motivos pelos quais o secretário do Tesouro, Henri Paulson, *ex-Goldman Sachs*, recusou-se a salvar o *Lehmann Brother* da falência nunca foram entendidos; a magnitude das consequências sobre o sistema financeiro como um todo certamente não foi antecipada. A memória do encadeamento sistêmico produzido em setembro de 2008 permitiu que os bancos franceses e alemães se beneficiassem de um tratamento diferente durante a crise da dívida pública grega [52].

Em 2012, no momento mais forte do retraimento dos empréstimos que gerou o mergulho da economia europeia em uma segunda recessão, os dois maiores bancos franceses detentores de títulos do governo grego tinham as seguintes relações capital próprio/endividamento: 24% para o *Societe Generale* e 32% para



o *BNP Paribas*. A mesma relação para o *Deutsche Bank*, também muito comprometido, estava no mesmo nível. Eles receberam ajuda elevada e incondicional. Foi para salvá-los que o Banco Central Europeu (BCE) começou a atuar por meio de ações que foram chamadas modestamente de “medidas de política monetária não convencionais”, ou seja, injeções de liquidez virtualmente ilimitadas. As primeiras consistiram em comprar os títulos gregos detidos pelos bancos; logo, isso se estendeu para os títulos emitidos por outros países (Espanha, em particular), ou seja, aqueles com os quais os bancos franceses e alemães estavam fortemente envolvidos. Um banqueiro britânico comentou: “era mais fácil vender esse plano dizendo que o dinheiro está sendo usado para salvar a Grécia, Espanha e Portugal, do que admitir que era para ajudar e salvar os bancos” [53].

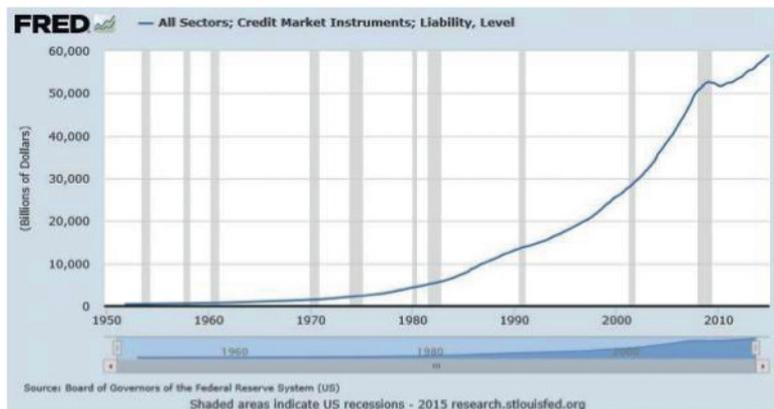
A ascensão do mercado de derivativos no auge do descolamento da finança

Não há necessidade de repetir aqui toda a história do resgate dos bancos, nos dois lados do Atlântico, mesmo a do AIG, em 2008. As profundas raízes econômicas e sociais do capital fictício impediram qualquer hesitação por parte da burguesia mundial liderada pelos Estados Unidos. A recessão econômica colocou centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras no desemprego, mas algo semelhante não podia ocorrer com o montante dos direitos de extração de renda nas mãos dos bancos e fundos de investimento. Os beneficiários dos sistemas de aposentadorias por capitalização formavam o único grupo social que podia sofrer perdas de capital devido à queda do preço das ações durante a crise financeira. Nos países da OCDE, eles sofreram perdas agregadas em torno de 23% entre 2008-2009 [54] e mesmo quando os mercados de ações se recuperaram, eles continuaram a sentir os efeitos da crise financeira sobre as suas aposentadorias [55].



Os mercados de títulos reduziram o seu alto nível de dependência em relação ao fornecimento de crédito para algumas indústrias, em particular, para a automobilística nos EUA e para a da construção em outros países. As medidas de ajuda direta dos governos a grupos econômicos, assim como a transferência de dívidas para o Estado, mediante a transformação de créditos privados em dívidas públicas, foram então limitadas. Porém, em sequência, adotou-se uma política monetária “não convencional”, chamada de “flexibilização quantitativa” (*quantitative easing*) pelo *Fed*. Desse modo, como mostra a Figura 14, a máquina de criação de novos instrumentos de crédito começou a andar de novo.

Figura 14: Crescimento nos Estados Unidos dos títulos de dívida negociáveis

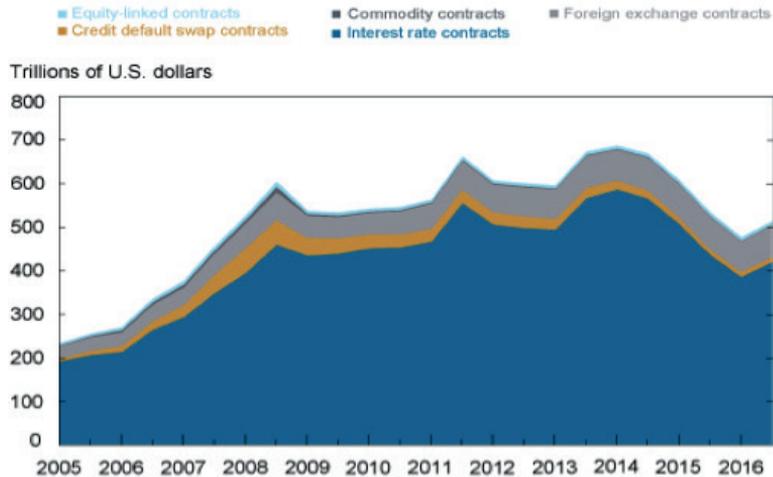


Fonte: Federal Reserve Economic Data, Federal Reserve Bank of Saint-Louis

Na ausência de quase qualquer efeito duradouro sobre o crescimento, é importante entender para onde foi dirigido esse crédito, em quais mercados foram postos. Ora, eles foram aplicados nos mercados financeiros e nos mercados de derivativos. Certos títulos nas formas de MBS e CDS tinham sido centrais no desenvolvimento da crise. A Figura 15 mostra que o seu montante tendeu a crescer no período entre 2005 e 2016. O declínio no final do período se deveu a uma mudança no método contábil e ao aumento da taxa de câmbio do dólar [56].

Figura 15: Valor imaginário e decomposição dos subjacentes de destaque global dos produtos derivados em trilhões de dólares 2006-2016

Global Over-the-Counter (OTC) Derivatives Outstanding



Source: Bank for International Settlements semiannual OTC derivatives survey.

Note: Amounts outstanding are reported in gross notional terms.

Fonte: <http://libertystreeteconomics.newyorkfed.org/2017/05/at-the-ny-fed-the-evolution-of-otc-derivativesmarkets.html> [57]

Devemos, portanto, dedicar-lhe uma análise específica. A literatura sobre os derivativos – relatórios oficiais, trabalhos acadêmicos, artigos de jornal – se concentram exclusivamente em dois pontos: trata-se, primeiro, de um instrumento financeiro importante, mas que é passível de emprego com objetivos incorretos; segundo, os mercados de derivativos escondem grandes riscos sistêmicos. Em termos nocionais [58], as operações com derivativos representam oito vezes o PIB mundial. Os comentaristas notam que esse tamanho é altíssimo, mas não questionam o que isto significa.

Com a exceção de François Morin que insiste especialmente sobre a concentração dos mercados, não se encontra qualquer menção sobre o fato de que uma massa particularmente grande



de capital fictício, concentrada nas mãos dos maiores bancos do mundo, não tem nada melhor a fazer do que se envolver em especulações. Ora, isto mostrar na esfera das finanças o impasse do capitalismo.

Os primeiros derivativos foram criados como instrumentos que permitiam às empresas se assegurarem contra diferentes tipos de riscos financeiros. E isto por meio da definição do preço de compra ou de venda de um ativo – mercadoria ou título – antecipadamente. Ora, este ativo é dito “subjacente” [59]. Inicialmente, os riscos cobertos concerniam ao preço das matérias-primas – cereais, mais tarde petróleo. Em sequência, com o fim do padrão dólar/ouro em 1971 e com o início de taxas de câmbio flexíveis, eles passaram usados também contra os riscos de taxa de câmbio. Eis que estes riscos eram muito importantes para empresas de importação e exportação e para corporações transnacionais. Em sequência ainda, foram empregados para cobrir os riscos da flutuação das taxas de juros. Hoje, estima-se que apenas 5% das transações tenham de fato a finalidade de proteção contra riscos efetivos.

As demais operações envolvem instrumentos de crédito (os quais são já capitais fictícios). São, assim, totalmente especulativas. Os lucros dependem tanto do volume das transações feitas na forma de intermediação quanto do resseguro feito em relação aos capitais criados e vendidos aos compradores. Qualquer forma de incerteza pode levar à criação de um derivativo. Um exemplo recente bem notável apareceu no *Deutsche Bank*, que teria perdido US\$ 60 milhões em um tipo de derivativo que lida com a evolução da taxa de inflação [60]. Atualmente, os derivativos são aquilo que nomeei no *Finance Capital Today* de capital fictício de enésimo grau. Os intervenientes nos mercados desses ativos são principalmente bancos e fundos de investimento que operam com uma alavancagem extremamente alta (até 90% do patrimônio próprio). François Morin lista quatorze grupos bancários que organizam o mercado em todo o mundo [61]. Para esses grupos, trata-se de uma fonte importante de lucro.



Um recente estudo realizado pela *Brookings Institution* estimou que, no final da década de 1990, 30% dos lucros dos grupos bancários dos EUA provinham dessa atividade. Não encontrei uma estimativa mais recente, mas dado o tamanho do volume de operações, parece que se tem o seguinte: quanto maior for o valor das transações de um grupo bancário nos mercados de derivativos maior será a participação dessa fonte em seus lucros. Tais lucros são perfeitamente fictícios do ponto de vista do movimento geral da acumulação; os lucros obtidos por uns são retirados e outros participantes desses mercados (tal como menciona a citação acima da obra de Rudolf Hilferding). Entretanto, eles influenciam a posição do grupo no mercado acionário.

A figura 15 mostra que, após 2008, os derivativos sobre taxas de juros em diferentes tipos de empréstimos passaram a representar a maior parte das operações. Como os juros são a principal fonte de lucros dos bancos, os títulos de dívida negociáveis assumiram enorme importância e é isto o que se vê na Figura 14; ora, não se trata de algo surpreendente. Os mercados de derivados são extremamente concentrados. Em 2016, nos Estados Unidos, 90% da emissão de seu montante total nominal estava nas mãos de quatro bancos dos EUA (*JP Morgan Chase, Bank of America, Citybank e Goldman Sachs*). Os ativos são negociados de comum acordo entre operadores grudados em suas telas e pendurados em seus telefones. Atualmente, eles recorrem em grande medida aos algoritmos.

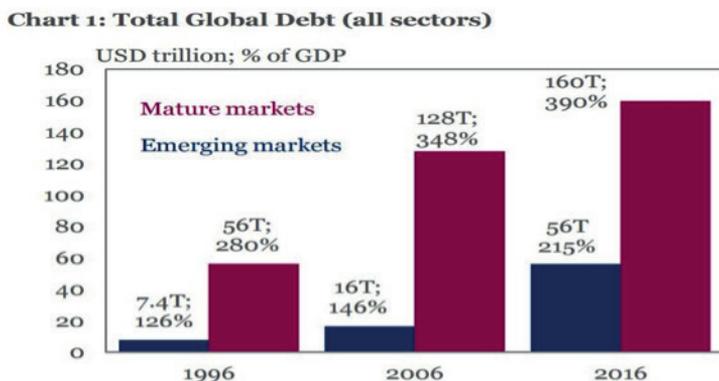
O modo de medida das trocas em mercados de derivativos refere-se ao seu valor nominal (referido abreviadamente como “nominal”). Trata-se do valor de face que permite calcular o fluxo de pagamentos entre os operadores. O valor do subjacente é irrelevante. Uma vez que a sua liquidação ocorre na data de vencimento, o contrato exige apenas um adiantamento inicial em dinheiro e este ou é muito pequeno ou é nulo. Somente quando a aposta é perdida, como no caso da CDS sobre ativos hipotecários em 2008, ocorre de fato um pagamento. A especulação contra a

Grécia e a Espanha provocou fingida indignação contra um “CDS nulo” [62].

A acumulação de dinheiro; os bancos centrais caem numa armadilha caminhando em direção a taxas de juro zero

Ao longo de dois anos após 2008, o nível de endividamento mundial caiu um pouco, na verdade apenas ligeiramente. O valor recorde registrado pelo *McKinsey Global Institute*, em 2015, mostrou que havia muita dívida e pouca desalavancagem (*not much deleveraging*). Desde então a dívida retomou um curso ascendente. A proporção da dívida para o PIB mundial aumentou de 200 para 220% em dois anos. No terceiro trimestre de 2016, atingiu quase 325%. Eis que foi afetada pelas emissões de títulos de dívida pública nas “economias maduras”, assim como por obrigações emitidas pelos bancos e pelas empresas nas “economias emergentes”.

Figura 16: Evolução da dívida agregada mundial

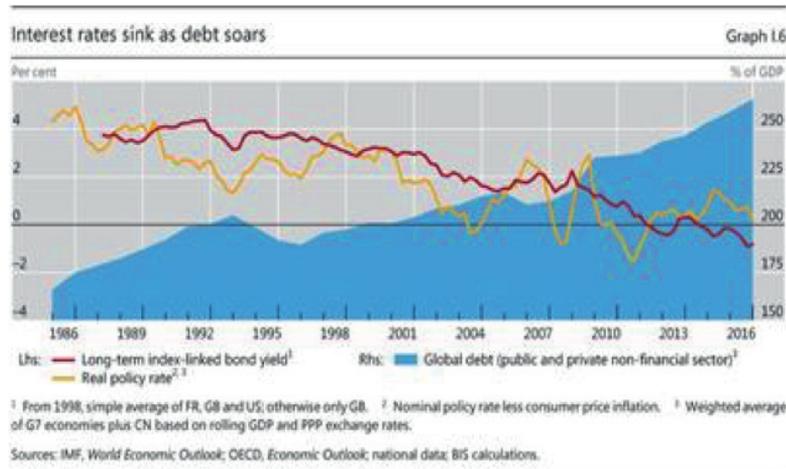


Source: IIF, BIS, Haver.

Fonte: Institute of International Finance Annual Report 2017

O mesmo período testemunhou a aceleração de um movimento que começara já há vinte anos: uma tendência de redução das taxas de juros de longo prazo nos mercados de títulos. De fato, desde então, formou-se uma configuração em “tesoura” sem precedentes na história do capitalismo, a qual não se observara mesmo no auge da grande crise da década de 1930. Eis o que está escrito no último relatório anual BIS: “as taxas de juros despencaram enquanto que as dívidas não pararam de crescer” [63]. Nas palavras de um dirigente do BIS: “mesmo Keynes, a quem devemos a aterradora metáfora (*sic*) da ‘eutanasia dos rentistas’, não previu taxas de juros nominais negativas”.

Figura 17: O “cinzel” entre o aumento da dívida privada e a queda das taxas de juros



Fonte: Bank for International Settlements, Annual Report 2017, página 19

As políticas “não ortodoxas” seguidas pelo *Fed*, assim como pelos outros bancos centrais, isto é, a criação maciça de moeda e o apoio permanente aos bancos, justificados pelo argumento de que emprestam às empresas e às famílias, contribuíram



para a tendência descendente em 2009. O departamento de pesquisa do grupo *Natixis* estima que elas explicam dois terços do corte da taxa. Porém, os especialistas do BIS insistem que tais políticas não são suficientes para explicar o declínio já que ele começou muito antes. Neste declínio – dizem eles – é impossível “separar o que é secular e o que é cíclico, assim como, no que é cíclico, deslindar a importância dos fatores monetários e não monetários” [64].

No quadro de análise que comecei a esboçar no artigo de fevereiro, as causas do longo declínio as taxas de juros de mercado são encontradas nas relações sociais de produção, no viés das mudanças tecnológicas e no bloqueio dos mecanismos de acumulação assim criados. A insuficiência de oportunidades de investimento rentáveis significa que a demanda por capital é menor do que a oferta [65]. Esta última continua sendo permanentemente alimentada pela apropriação da mais-valia, porém, a exploração não produz o suficiente para satisfazer os acionistas e os credores.

A flexibilização quantitativa e as políticas “não ortodoxas” dos bancos centrais não foram as causas fundamentais do declínio, mas, obviamente, elas o acentuaram. Os seus efeitos “indesejáveis” colidem com os objetivos de relançamento das economias. Vamos listar os principais:

1º) Os rentistas pertencentes à oligarquia financeira ficam protegidos dos efeitos da queda das taxas de juros em virtude do grande volume de suas aplicações. A sua eutanásia fica, assim, para o futuro. Por outro lado, tem ocorrido o enfraquecimento dos regimes de pensões por capitalização e, em geral, a redução das pequenas poupanças nos países da OCDE. Isto está em movimento com todas suas consequências potenciais, sociais e políticas. A corrosão das pequenas economias tem o efeito de reforçar o “motivo precaução” (Keynes), isto é, de aumentar, em face da insegurança do emprego, a necessidade sentida pelos funcionários para alimentar as suas reservas, mesmo que seu rendimento seja muito, muito baixo.





2º) Os investidores financeiros mantêm a possibilidade de emprestar livremente e a taxas quase nulas, o que alimenta a especulação, criando as condições para o desenvolvimento de novas bolhas financeiras, as quais o FMI, o BIS e os bancos centrais estão apenas observando. Em um artigo muito detalhado, *The Economist* observa que “os mercados se mostram altistas em todos os ativos” (isto é, tem-se *bull market* na linguagem cifrada do setor financeiro da *City* de Londres) [66]. Há muitas bolhas em andamento. Elas estão crescendo nos mercados de ações (por exemplo, a bolsa de valores de Tóquio alcançou seu maior nível em 21 anos), assim como, uma vez mais, no setor imobiliário.

3º) Mais cedo ou mais tarde, uma ou mais de uma dessas bolhas estourarão, talvez simultaneamente. Nesse momento, confrontados com uma nova recessão, os bancos centrais já terão queimado todos os seus cartuchos. Ao mesmo tempo, sabe-se que se tornou difícil para eles, mesmo diante de uma ligeira melhora na economia, aumentar as taxas de juros. Pois, correm o risco, julgado provável, de desencadear uma crise nos mercados de títulos. (Um aumento das taxas de juros produz uma depreciação dos títulos sem que essa queda possa ser compensada). Os bancos centrais estão presos nessa armadilha. Em seu relatório de outubro de 2016 sobre o estado da economia mundial, o FMI advertiu que “um ciclo deflacionário em que uma fraca demanda e uma deflação se reforçam mutuamente está sobrevivendo” (...) A economia pode acabar em uma armadilha deflacionária (*deflation trap*)” [67]. É essa a situação em que se encontram os tomadores de decisão financeiros mundiais.

Para concluir

As causas fundamentais do impasse do capitalismo não se encontram na finança, mas no nível da produção, nas características e efeitos particulares da tecnologia e na relação do





capitalismo tanto com os recursos não renováveis, quanto com o ambiente físico – que é também aquele da sociedade humana. Debrucei-me sobre isso num artigo de fevereiro, e procurarei retomar o tema novamente.

A força das “leis coercitivas” que movem o capitalismo foram qualitativamente reforçadas pela desregulamentação e pela mundialização do capital. Sob a forma de leis “externas” engendradas pela “concorrência” [68], constroem cada setor da acumulação de capital tomados separadamente com o embate entre capitais altamente concentrados. Mas elas constroem também o capital como um todo. Ao passo em que se nota que a posse de ativos financeiros é a principal forma de propriedade do capital, vem ocorrendo um debate sobre o declínio das oportunidades de investimento e sobre a insuficiência dos fluxos de mais-valia.

Os impasses inerentes ao acúmulo de capital fictício invadiram o cotidiano do capitalismo. A visão de mundo da burguesia, moldada pelo fetichismo do dinheiro, condiciona a vida política, a seleção dos governantes, as políticas que eles concebem, as posições que tomam em face das mudanças, procurando negar o fatalismo. Trabalhando num quadro teórico diferente, compartilho o julgamento de Bruno Latour segundo o qual “as classes dominantes já não pretendem mais governar, mas apenas se protegerem do mundo” [69].

Notas de referência

1. Marx, *Le Capital*. Editions Sociales, Livro III, tomo 6, p. 263.
2. Marx utiliza tanto um termo, quanto o outro. Utilizarei, tanto quanto possível, o termo capital portador de juros, incluindo o recebimento de dividendos.
3. McKinsey Global Institute, *Global Financial Markets, Entering a New Era*, 2009.
4. McKinsey Global Institute, *Financial Globalization, Retreat or*



Reset? 2013.

5. Bank of International Settlements, Annual Report 2017. <http://www.bis.org/publ/arpdf/ar2017e.pdf>

6. Costas Lapavistas e Ivan Mendieta-Munöz, “The Profits of Finanzialisation”, *The Monthly Review*, 2016. monthlyreview.org/2016/07/01/theprofits-of-financialization/. Trata-se da revista fundada por Paul Sweezy e Paul Baran, da qual o redator mais conhecido hoje em dia é John Bellamy Foster.

7. Marx, *Le Capital*, Livro III, tomo 7, p. 129 (sublinhado no texto).

8. Ibid. p. 127.

9. Ibid, p. 132-133.

10. Marx, *Le Capital*, Livro III, tomo 7, p. 56.

11. Ver na França, Antoine Artous, *Le fétichisme chez Marx, le marxisme comme théorie critique*. Syllepse, Paris, 2006; Alain Bihr, <http://www.ekouter.net/le-fetichisme-dans-lecapital-par-alain-bihr-au-seminaire-marxau-xxieme-siecle-524>; a reedição anunciada pela Editions Page 2 e Syllepse de *La novlangue néolibéral: La rhétorique du fétichisme capitaliste*.

12. Uma exceção é o livro de Louis Gill, *Fondements et limites du capitalisme*, Boréal, Canada, 1996.

13. Marx, *Le Capital*, Livro I, tomo 1, p. 103.

14. Ibid, p. 158-159.

15. Ibid, p. 156.

16. D = dinheiro gasto na compra de formas determinadas de mercadorias; M = mercadorias na suas formas de força de trabalho comprada, máquinas e matérias-primas; P = produção de mercadorias que contém a mais-valia; M' = comercialização dessas mercadorias; D' = se a mercadoria cumpriu o seu papel.

17. Ibid, p. 139.

18. Ibid., p. 168.

19. Marx, *Le Capital*, Livro III, tomo 8, p. 156 e seguintes.

20. CADTM, <http://cadtm.org/Les-Chiffres-de-la-dette-2015>

21. Marx, *Travail salarié et capital*. Editions Sociales, Paris, 1952, p. 54. Disponível em www.marxists.org/francais/marx/



works/1847/12/km18471230-8.htm

22. Ver François Chesnais, *Les dettes illégitimes. Quand les banques font main basse sur les politiques publiques*. Editions Raisons d'agir, Paris, 2011. A imagem da bola de neve provém de um relatório do Senado francês de 1998.

23. Recentemente, o FMI e o Banco Mundial publicaram dados sobre um período que chega a 2015: http://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOORLD et <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>

24. Em sua resenha do livro *Finance Capital Today*, Michel Husson defendeu uma periodização diferente: <http://alencontre.org/economie/le-capital-financier-et-ses-limitesautour-du-livre-de-francois-chesnais.html>

25. Esta proposição é mais precisa que a que eu havia feito no livro *Finance Capital Today* em apoio às posições de Shanon Williams et Andrew Kliman. É apenas relativamente às pretensões dos portadores de direitos de extração de renda que o montante de mais-valia se mostra decrescente, a despeito do aumento da taxa de exploração.

26. Esta distinção desapareceu logo em seguida, mesmo por Lênin em *L'Impérialisme, stade suprême*. Falei sobre isso num artigo de 2015: <http://alencontre.org/economie/economie-mondialeune-situation-systemique-qui-estspecifique-a-la-financiarisation-comme-phasehistorique.html>

27. Marx, *Le Capital*, vol. I, Editions Sociales, tomo 3, p. 68.

28. Joint Forum on Financial Conglomerates, *Bank for International Settlements*, Basileia, 2001, p. 5. A Diretiva sobre os conglomerados financeiros da União Europeia os define, por sua vez, como “grandes grupos financeiros ativos em diferentes setores financeiros que operam em vários países”. 29. François Chesnais, *Les dettes illégitimes*, p. 57-59.

30. François Morin, *L'hydre mondiale : l'oligopole bancaire*. Quebec : Lux/Humanités, 2015.





31. Ver <http://www.bis.org/publ/rpfx16fx.pdf>
32. Ver <http://www.universitepopulairetoulouse.fr/spip.php?article493>
33. François Morin, *L'économie politique du XXI^e siècle*. Lux/Humanités, Québec 2017, p. 117.
34. Ver os artigos sobre a Monsanto no sítio de A L'Encontre.
35. Claude Serfati, “Le rôle actif des groups à dominantes industriels dans la financiarisation de l'économie” em François Chesnais (coord.) *La Mondialisation financière: Genèse, coût et enjeux*, Editions Syros, 1996.
36. Para saber sobre a denominação francesa e o modo de cálculo ver: https://www.lesechos.fr/financemarches/vernimmen/definition_cash-flow.html
37. Greta Krippner, “The Financialization of the American Economy”, *Socio-Economic Review*, 3, n^o 2, p. 173–208, 2005.
38. Ver François Morin, *Ibid.*, p. 107.
39. Estudo com todas as referências necessárias num artigo de 2015 publicado no A L'Encontre: <http://alencontre.org/economie/economie-mondiale-une-situation-systemique-qui-estspecifique-a-lafinanciarisation-comme-phase-historique.html>, de 1^o de março de 2015.
40. Samir Amin, *L'implosion du capitalisme contemporain. Automne du capitalisme, printemps des peuples?* Editions Delga, Paris, 2012, p. 15.
41. Ver http://unctad.org/fr/PublicationsLibrary/wir2013_en.pdf
42. BIS, *Annual Report 2017*, p. 103.
43. Raphael Auer, Claudio Borio, Andrew Filardo, “The Globalisation of Inflation: the Growing Importance of Global Value Chains”, *CESIFO Working Paper* n^o 6387, Março de 2017.
44. Ver os artigos em <http://www.monde-diplomatique.fr/2012/06/POUILLE/47866> e em <http://www.peuplesolidaires.org/foxconn-des-conditions-de-travail-inhumaines-poussent-ausuicide/>.
45. Leda Paulani, apresentação no Sexto Congresso Marx International, Nanterre 2010.





46. Rudolf Hilferding, *Le Capital financier*, Editions de Minuit, 1970, p. 200. Em francês no original.

47. A Federal National Mortgage Association (FNMA), conhecida sob o nome de Fannie Mae, é uma sociedade por ações, *actions* (*government sponsored enterprise*) criada pelo governo federal dos Estados Unidos, em 1938, com a finalidade de aumentar a liquidez no mercado das hipotecas. A *Federal Home Loan Mortgage Corporation* (FHLMC), conhecida como *Freddie Mac*, foi criada em 1975 para reforçar a capacidade de apoio governamental ao acesso à moradia por parte de trabalhadores e empregados.

48. É preciso lembrar que foram as retiradas dos clientes de três fundo monetários gerenciados pelos BNP Paribas, em 7 de agosto de 2007, que deu início à crise financeira.

49. NINJA significa “*no income, no job, no assets*”.

50. A Wikipédia fornece uma definição correta. Um mercado de balcão – *over-the-counter* (OTC) em inglês — é um mercado no qual as transações são concluídas diretamente entre os vendedores e os compradores. Um mercado organizado, ao contrário, é aquele regulado por uma comissão sob a responsabilidade da “bolsa” em consideração. Este tipo de transação aumentou de modo importante depois do ano 2000 mesmo nos mercados acionários: nos Estados Unidos, em 2014, 40 % das ações foram comercializadas por meio do mercado de balcão contra apenas 16 % em 2008.

51. Esther Jeffers et Dominique Plihon, *Le Shadow banking system et la crise financière*, La documentation française, Cahiers français n° 375 http://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/libris/3303330403754/3303330403754_EX.pdf

52. Falei disso num artigo publicado na revista *Contretemps*, n° 7, em 2011.

53. Citação de Charles-André Udry em seu artigo “*Une guerre sociale nouvelle s’ouvre en Europe*”, de 27 maio.

54. OECD, *Pension Markets in Focus*, Outubro de 2009, n° 6, www.oecd.org/finance/privatepensions/43943964.pdf e



- OECD, *Private Pensions Outlook*, 2009/www.oecd.org/finance/privatepensions/42153142.pdf
55. Ver Daily Telegraph, 7 de outubro de 2011: www.telegraph.co.uk/finance/personalfinance/pensions/8814750/Valueof-private-pensionsfalls-by-nearly-a-third-in-three-years.html
56. Jean-Michel Naulot, *Eviter l'effondrement*, Seuil, Paris, 2017, pp. 107-108.
57. Encontraremos uma figura que remonta a 1998 em <https://www.les-crises.fr/produits-derives/>
58. Por nocional, deve-se entender o capital de referência em relação ao qual, em um contrato de derivativo, as duas partes assumem compromisso de compra e venda. Todos os cálculos de ganhos ou de perdas feitos pelos intervenientes em função da posição tomada são calculados com base nessa referência.
59. O verbete na Wikipedia sobre *produit dérivé financier* é particularmente completo e claro.
60. O seu nome em inglês é *zero-coupon inflation swaps*. Ver sobre isso www.bloomberg.com/news/articles/2017-06-27/deutschebank-said-to-face-possible-60-million-derivative-loss-j4fx1yar. Além disso, suspeita-se que *Deutsche Bank*, o banco alemão mais importante, tenha ainda em suas contas uma grande quantidade de dívidas irrecuperáveis. Foi multado em US\$ 14 milhões (valor reduzido depois para US\$ 8 milhões) por ter vendido títulos sintéticos que continham subprimes durante a crise financeira.
61. Morin, *L'économie politique du XXI^e siècle*, op. cit., p. 136.
62. Ver o artigo de Anne-Laure Delatte : www.ofce.sciences-po.fr/blog/entree-en-vigueur-delinterdiction-descds-a-nu/
63. Ver: www.bis.org/publ/arpdf/ar2017e.pdf, p. 19.
64. Peter Hördahl, Jhuvesh Sobrun and Philip Turner, *Low long-term interest rates as a global phenomenon*, BIS Working paper n° 574, Agosto de 2016.
65. Este uso das noções de oferta e de demanda é teoricamente legítimo. No Capítulo XXII do Livro III, que trata da determinação



do nível da taxa de juros, Marx escreve que “vimos que o capital portador de juros, embora seja uma categoria econômica absolutamente diferente da mercadoria, converte-se numa mercadoria *sui generis*, que tem nos juros o seu próprio preço, o qual, tal como o preço de mercado das mercadorias comuns, é fixado em cada momento pela ação da oferta e da demanda. A taxa de juros de mercado, apesar de flutuar constantemente, aparece em cada momento tão constantemente fixada e uniforme como preço de mercado da mercadoria. Os capitalistas monetários oferecem essa mercadoria, e os capitalistas produtivos a compram, formando assim a sua demanda.” *Capital*, Livro III, Edições sociais, tomo 7, página 33.

66. *The Economist*, 7 de outubro de 2017.

67. International Monetary Fund, *World Economic Outlook*, October 2016, capítulo 3, p. 121.

68. Marx, *Le Capital*, Editions Sociales, livro I, tomo 3, p. 33.

69. Bruno Latour, *Où atterrir? Comment s’orienter en politique*, Paris, La Découverte, outubro de 2017, p. 10. Bruno Latour busca entender o movimento que se desenvolveu, a partir da década de 1990, junto com a “desregulação”. Dela nasceu a globalização tal como conhecemos. Com ela adveio uma “explosão cada vez mais vertiginosa das desigualdades, assim como o empenho sistemático para negar as mudanças climáticas”. Para ele, as classes dominantes chegaram à conclusão de que não há espaço suficiente na Terra para elas e para o resto dos seus habitantes. Para elas “não há mais um mundo comum a compartilhar”. Mostram, assim, que a luta social e a luta ecológica, que se mantiveram separadas até agora, devem ser unificadas.



De onde vem o sofrimento dos assalariados no século XXI? Rupturas e continuidades entre gestão moderna e lógica taylorista¹

Danièle Linhart²

A modernização gerencial pretende-se em ruptura radical com a lógica taylorista. Ela pretende dar lugar à autonomia, à liberdade de iniciativa, à responsabilidade dos assalariados e promover formas de trabalho em correspondência com a evolução da sociedade. Esta é cada vez mais individualizada e as políticas que se praticam nas empresas mostram a importância sucessivamente dedicada às qualidades pessoais de cada assalariado: sua adaptabilidade, sua criatividade, seu gosto pelo risco...

No entanto, se se olha mais de perto, alguns fundamentos do taylorismo permanecem onipresentes, ainda que mascarados pelas formas hipermodernas de personalização e psicologização da prática do trabalho. Apesar da “humanização” reivindicada, a subordinação impõe sempre sua lei segundo as boas e velhas receitas tayloristas. Para conseguir gerir tais contradições, as direções dedicam-se a renovar a permanência dos meios para obter o consentimento de seus assalariados.

1) Taylorismo: clarividência e má-fé

Fazer a subordinação possível e efetiva, tal fora, em seu tempo, o objetivo do consultor Taylor (1911), que inventou a organização racional do trabalho. Ele queria proporcionar aos empregadores a possibilidade de fazer os operários – aos quais pagavam segundo os métodos mais produtivos – trabalharem da forma mais lucrativa possível. Até então, os operários de ofício

¹ Artigo originalmente publicado em <<https://france.attac.org/nos-publications/les-possibles/numero-14-ete-2017/dossier-le-travail/article/d-ou-vient-la-souffrance-des-salaries-du-xxie-siecle-ruptures-et-continuites>>. Traduzido por Thiago Aguiar.

² Socióloga do trabalho e diretora emérita de pesquisa no CNRS (França).



contratados diretamente por seu patrão recrutavam eles mesmos seus companheiros e organizavam seu trabalho. Taylor constatara que tal lógica conduzia necessariamente a uma “folga sistemática”, o que é necessário considerar como um ritmo de trabalho destinado a preservar-se, que se economiza de um ponto de vista da saúde, mas também que não faz muito, levando em conta os salários pagos.

A vontade de promover uma organização do trabalho suscetível a funcionar independentemente dos estados de espírito, da boa ou má vontade dos operários, segundo os únicos critérios da eficácia e da rentabilidade desejados pelo empregador, foi, portanto, o verdadeiro motor do taylorismo.

A base fundamental do método iniciado por Taylor é a de que todo saber é poder, razão pela qual é preciso transferir o saber das oficinas (nas quais os operários possuem-no, colocam-no em prática e o aperfeiçoam) aos escritórios, onde os engenheiros, formados nas melhores escolas, utilizá-lo-ão para definir uma organização do trabalho que faça voar em pedaços os ofícios e os transformem numa série de tarefas elementares, acompanhadas de normas. O princípio da base desta organização taylorista corresponde, pois, a despojar os operários de seus saberes, conhecimentos, experiências, para submetê-los a formas operativas e prazos estabelecidos, decididos por fora deles e segundo os únicos objetivos da rentabilidade. Os operários serão, a partir daí, executantes submetidos estritamente aos métodos de trabalho impostos pelos escritórios de métodos e tempos. A subordinação fica, assim, quase institucionalizada. Assegura-se a dominação do empregador que paga, inscrita desde então na própria definição das tarefas e incorporada na organização do trabalho.

A organização do trabalho, assim “racionalizada” e validada pela “ciência” (posta em prática pelos engenheiros), pode (enquanto resulta de uma ofensiva violenta contra os operários) ser apresentada como o resultado de um processo progressista,



tanto a nível técnico como social e político. Esta é a conquista alcançada por Taylor (seguido pelos que farão a promoção da organização científica do trabalho). Ele consegue impor a ideia de que este novo modelo opera uma democratização do trabalho operário, colocando-o ao alcance de todos (já que não é mais necessário ter um ofício ou saberes particulares), serve aos interesses superiores da nação americana (permitindo ganhos de produtividade espetaculares que reforçam o mercado econômico) e aos interesses dos operários, cujos salários aumentarão em proporção aos ganhos de produtividade. Em resumo, aquele que inventou e difundiu um modelo de organização que despossui os operários do recurso constitutivo de seus saberes, seu ofício e sua experiência, que os faz completamente dependentes, conseguiu apresentar este modelo como *fair*, isto é, justo, equitativo e honesto, definitivamente benéfico para todos.

Nessa perspectiva, situa-se igualmente Henry Ford, que concretizará de forma ainda mais espetacular a subordinação dos operários ao introduzir linhas de montagem que reforçam a parcelização taylorista nas tarefas da dominação suplementar, assegurando um ritmo mecânico impulsionado. Ele também compreendeu a importância da ideologia e, por isso, da comunicação. Comprou um jornal, o *Dearborne Independent*, e o dedicou à difusão de suas ideias sobre a organização da empresa e do trabalho que colocou em marcha. Obteve um êxito real, até um ponto em que quase ganhou o Prêmio Nobel da Paz antes da Segunda Guerra Mundial.

Esses aspectos contribuem para explicar o êxito histórico e planetário que conheceu tal modo de organização do trabalho. Despossuindo os operários de seus ofícios e de todos os meios que lhes permitem influenciar seu trabalho, permitiu ganhos espetaculares de produtividade. Além disso, conseguiu mascarar esta violência por uma ideologia que o apresentava como justa e benéfica para todos.



De fato, encontrou uma solução ao principal problema do patronato, isto é, a obsessão que o domina de controlar a mão-de-obra que recruta e emprega para obter o máximo de rentabilidade. É fundamentalmente a desconfiança com relação aos operários e o medo de não conseguir impor-lhes a autoridade que empurram os empregadores a modelar as organizações do trabalho num sentido que dificilmente deixa margens de manobra a estes operários.

Tal modelo foi posto em questão socialmente em fins dos anos 1960 em vários países do mundo ocidental e, mais particularmente, na França, onde houve, em maio de 1968, três semanas de greve geral com ocupação de empresas (VIGNA, 2007). Foi igualmente fragilizado pela mundialização e pela globalização, a exacerbação da competição, a difusão das novas tecnologia da informação e da comunicação, e o auge do setor terciário, que trazem situações de trabalho mais dificilmente programáveis. Daí a necessidade de inventar outro modelo tecnicamente mais em conexão com a evolução e socialmente mais legítimo.

Se a planificação estrita dos gestos e métodos de trabalho é colocada em questão, se os métodos tayloristas e fordistas de dominação que passaram por suas provas já não podem ser um modelo, como garantir a efetividade e a aceitabilidade da subordinação?

2) A emergência de um novo modelo: entre inovações e renovações

Foi necessário, em primeiro lugar, preservar a relação de forças: as direções das empresas foram rapidamente convencidas dos perigos de uma situação em que, em razão da gestão coletiva dos assalariados, estes tentaram massivamente fazer valer seus interesses e valores.





2.1) A entrada em cena da individualização sistemática da gestão dos assalariados e da organização de seu trabalho

A individualização está no coração do novo modelo de gestão. Posto em prática a partir de meados dos anos 1970, ela representa uma resposta às reivindicações dos assalariados que, no curso da mais longa greve do século XX, reivindicaram mais dignidade, autonomia, liberdade e reconhecimento no trabalho. Tinha esta vantagem, do ponto de vista patronal que a introduziu, de inverter uma relação de forças que se tornara demasiadamente desfavorável. Esta individualização – que passa por horários variáveis, a individualização dos bônus, depois dos salários, e culmina com a personalização dos objetivos e das avaliações, da formação e das carreiras – contribuiu amplamente, ao introduzir a competição sistemática entre os assalariados, a desestabilizar e inclusive eliminar os coletivos de trabalho (LINHART, 2009).

Mas estes (coletivos informais, clandestinos, não inscritos nos organogramas e constituídos por assalariados, confrontados ao longo do tempo com as mesmas condições de trabalho, remuneração e “carreira”) desempenham um papel não desprezável na regulação do que é penoso no trabalho. Jogam um papel importante na gestão das dificuldades, da complexidade e também do estresse ligados ao trabalho. O elemento mais decisivo desta gestão reside na capacidade de tais coletivos conquistarem a autonomia, de produzir sentido, gerando sinergias da capacidade de cada um, suas competências, suas qualidades, ao redor dos valores compartilhados em ligação com o sentimento de um destino comum da empresa. Compartilhando os conhecimentos, as práticas próprias a sua atividade, estes coletivos funcionam como um apoio profissional (praticam habitualmente a ajuda mútua), mas também afetivo e psíquico, já que permitem minimizar a inquietação diante do desconhecido. Contribuem a uma certa serenidade no trabalho, ajudando uns e outros a enfrentar as constrições de diferentes naturezas inscritas em toda atividade





profissional. Também inscrevem o trabalho no marco de uma relação de forças, no coração das questões políticas. Dão também um sentido ao sofrimento, colocando-o em relação à cobiça do patrão que “sempre quer mais”. Os coletivos desempenham, com efeito, um papel essencial ao decifrar o que é penoso, os sofrimentos sentidos no trabalho. A questão essencial não é tanto quem sofre e como, senão de onde provém este sofrimento e qual sua causa. Para os coletivos, o sofrimento não deve ser relacionado aos desmaios, às insuficiências, às fragilidades pessoais, à falta de adaptação, mas com as modalidades de organização do trabalho ligadas a um contexto econômico e político particular.

Para os sindicalistas, tem sido difícil lutar por tal questão dos coletivos, uma vez que o discurso gerencial pretendia satisfazer as aspirações profundas dos assalariados. A personalização do trabalho apresentava-se como o único meio de levar em consideração e reconhecer os méritos, as competências e a qualidade do compromisso de cada um, o único meio de introduzir mais liberdade no trabalho.

No entanto, está fora de questão que a personalização, a individualização e mesmo as margens de autonomia concedida tenham conduzido a uma perda de controle da gerência sobre os assalariados.

2.2) Os assalariados, garantidores de uma segunda vida do taylorismo

Na verdade, o desafio para a gerência apresenta-se de forma nova. É necessário que cada assalariado aceite transformar-se numa pequena oficina de tempos e métodos para aplicar-se a si mesmo, permanentemente, os princípios de economia de custos e tempo e isto em função de situações que variam em razão da natureza mesma do trabalho. A continuidade com o taylorismo reside, assim, nos princípios, mas as condições em





que estes são postos em prática são diferentes. Daqui em diante, cada assalariado é responsável pela organização de seu trabalho – esta lhe é de alguma forma subcontratada. Mas é preciso que esta responsabilidade seja assumida apoiando-se estritamente nos critérios, métodos, nas formas de fazer e nos objetivos definidos por sua direção e sua hierarquia, em função dos meios que serão postos a sua disposição sem que possa influenciar em como serão colocados em prática.

Pede-se, portanto, saber adaptar-se, compreender o que se espera dele, estar disponível, sempre leal e completamente comprometido com seu trabalho e vigiar para fazer uso de si mesmo da forma mais apropriada do ponto de vista de sua gestão. Os novos métodos praticados pelas empresas industriais e terciárias (*lean³ production, lean management*, que consistem em diminuir tudo: os efetivos, orçamentos, prazos, erros, estoques, etc.), não se baseiam em uma lógica inovadora, senão numa aplicação estrita e exacerbada dos princípios tayloristas. Os assalariados têm, assim, que mobilizar-se nos limites muito estreitos definidos pelas ferramentas modernas de gestão, que permitem por outra parte um controle de uma eficácia inigualada. Eles têm que desdobrar seus esforços de forma relativamente autônoma num universo extremamente codificado que deve guiá-los em conformidade com a única racionalidade de seu empregador. Mede-se até que ponto este novo modelo de princípios antigos baseia-se numa contribuição subjetiva ativa dos assalariados.

Para conseguir que aceitem e desempenhem este jogo com toda lealdade no marco das margens de autonomia concedidas, é necessário seduzi-los, convencê-los, fazê-los aderir. Tal será o objetivo de uma fase participativa orquestrada nos anos 1980 através de todo tipo de círculos de intercâmbio, de grupos ad hoc, de grandes reuniões, nas quais é preciso criar *ex nihilo* uma cultura de empresa, um espírito de comunidade sob medida da empresa: depois, uma fase de produção de valores morais

³ *Lean* querendo dizer magro, sem gordura, alguns dizem anorético...





(com a promulgação de cartas éticas, códigos deontológicos, regras de vida destinadas a definir o assalariado virtuoso, aquele que tem lugar na empresa); por fim, uma fase com uma solicitação mais narcisista (GAULEJAC, 2005), que convida os assalariados a descobrir quem são verdadeiramente, o que desejam verdadeiramente, incitando-lhes a medir-se diante dos outros e aproximar-se de um ideal de si mesmo.

Este desafio permanentemente posto e esta redução da atividade profissional a um cumprimento narcisista tendem também a conduzir os assalariados a fazer um uso de si em função de objetivos, de critérios e de métodos impostos pela gerência: eles têm que mobilizar sua inteligência e sua criatividade para fazer o uso mais produtivo deles mesmos, segundo critérios ditados pelas direções, apoiando-se em dispositivos concebidos por fora deles e pensados contra sua “profissionalidade”. Esta lógica constitui uma fonte potencial de sofrimento e representa, sem nenhuma dúvida, um risco psicossocial muito real.

Os dispositivos participativos, éticos e de transação narcisista foram lançados para convencer, seduzir e arrancar o consentimento: estão também concebidos como testemunho da benevolência da gerência. Estão pensados para guiar os assalariados que têm que enfrentar um rumo difícil e o trabalho forçado, exigente e intensivo que se lhes pede.

As direções de recursos humanos, às vezes rebatizadas com benevolência e felicidade como *Chief Happiness Officers*, estão aí também para acompanhá-los e tentar ao máximo solucionar todos os problemas que possam apresentar-se em sua vida privada e doméstica. Estes profissionais de gerência propõem serviços de concierge, massagens, sessões de meditação, coachs, linhas telefônicas de aconselhamento a pessoas com problemas psicológicos, conselhos para manter-se em boa saúde: estão aí para ajudar os assalariados a ir ao trabalho com o espírito livre e relaxado, em boa forma, a fim de que se entreguem





completamente a suas tarefas, em um estado de espírito positivo. A empresa Orange, por exemplo, considera daí em diante que “cada assalariado é único” e que é necessário tratar-lhe como tal.

2.3) A negação moderna da “profissionalidade”⁴ dos assalariados

Não se trata, entretanto, do ponto de vista da moderna gestão, de remeter-se unicamente aos esforços lançados para realizar uma metamorfose identitária. Há que se encontrar os recursos que assegurem que todos os assalariados, qualquer que seja seu grau de adesão ou de resistência, estejam *hic et nunc* obrigados a trabalhar segundo os critérios e métodos desejados e não possam impor seu ponto de vista profissional sobre a forma de trabalhar.

Emerge então uma forma de trabalhar calcada sobre a de Taylor, já que consiste em despojar os assalariados de seus saberes, dos conhecimentos ligados a seu ofício e de sua experiência, que poderiam constituir recursos individuais e coletivos que legitimariam a afirmação de outro ponto de vista de seu trabalho.

Esta estratégia toma a forma de uma política de mudança permanente (apresentada como uma necessidade num mundo em que tudo muda o tempo todo e como prova da capacidade da gerência de fazer frente ao auge da incerteza). Reestruturam-se, assim, sem cessar, os departamentos e os serviços, recompõem-se sem cessar os ofícios, externalizam-se e depois se reinternalizam as funções, renovam-se explosivamente os *softwares*, desmantelam-se com forte frequência as equipes, instaura-se uma mobilidade sistemática, especialmente da hierarquia próxima; em breve, procede-se a recomposições incessantes que transformam as estruturas, o funcionamento das empresas, que alteram o conteúdo e o meio do trabalho.

Nessa tormenta, os assalariados veem desequilibrar-se todas suas referências e uma parte de seus conhecimentos e de suas experiências tronarem-se obsoletos. Eles vivem um processo

⁴ *Professionnalité* no original. As aspas indicam a tradução algo livre realizada. [Nota do tradutor].





de ser colocados na incompetência. Esta estratégia da mudança sistemática produz a incompetência profissional, já que falta a distância, a experiência para assentar um controle sobre o trabalho. Os assalariados são reduzidos a uma categoria de aprendizes permanentes. A isto é atribuída a garantia da subordinação, já que um aprendiz deve aceitar dar mostras para ser aceito. Deve provar sua boa vontade e, sobretudo, não entrar numa lógica de contestação se quer ser efetivado em seu emprego.

Quando tudo muda o tempo todo, os assalariados não podem já sentir-se em casa em seu trabalho, em sua empresa, entre seus colegas. Torna-se cada vez mais difícil controlar seu meio de trabalho e, ainda mais grave, seu próprio trabalho. É sua experiência que fica invalidada, suas competições e seus saberes são desestabilizados. Tudo o que constroem para domesticar as obrigações e dificuldades de suas missões derruba-se regularmente ao ritmo sustentado das reformas e transformações. Seu meio torna-se hostil. Eles têm que adaptar-se permanentemente, descobrir as modalidades necessárias para dominar sua atividade: saber quem pode ser uma “pessoa-recurso”, que relações podem ser estabelecidas com os diferentes serviços ou interlocutores, onde encontrar as informações pertinentes, como se confortar diante de uma decisão. Eles têm que reinventar as rotinas que permitem ganhar tempo e dedicar-se, assim, mais facilmente aos incidentes, aos imprevistos em um contexto mais complexo e mais incerto. Com esta política de reformas sistemáticas, os assalariados estão em situação permanente de desaprendizagem, como analisa tão bem Jean-Luc Metzger (1999), uma situação que pode conduzir-lhes a um verdadeiro esgotamento profissional (o famoso *burn out*).

Perdidos na tormenta dessas múltiplas perturbações, desorientados e fatigados, com falta de informações e de formação, tudo lhes pressiona a mendigar ajudas técnicas, procedimentos, soluções padronizadas.





Assiste-se a um inquietante paradoxo pelo qual, no momento em que se pede cada vez mais aos assalariados (excelência, compromisso total e que assumam riscos), diante de um trabalho cada vez mais complexo, eles são submergidos artificialmente a um estado de incompetência, que gera apreensão e angústia.

Estas práticas de desestabilização são orientadas para acelerar a renúncia dos assalariados a seus valores profissionais e seu ajuste àqueles propostos pela organização oficial. A desestabilização dos assalariados compreende-se tanto melhor quando ela é analisada como um ataque organizado aos recursos de que eles dispõem para afirmar-se em seu trabalho e impor um ponto de vista, e especialmente à experiência que acumulam ao longo do tempo. Esta experiência é recusada sob três registros: o ofício (que é uma espécie de experiência coletiva coagulada e validada); a estabilidade na função que permite acumular os conhecimentos necessários para enfrentar as situações de trabalho; e as redes socioprofissionais na empresa que permitem fazer emergir as pessoas recursos.

Assiste-se em linha direta dos princípios tayloristas a uma desestabilização dos saberes em benefício das “competências”, cuja capacidade de adaptação se converte num elemento primordial. Todos os discursos gerenciais e, especialmente os do MEDEF⁵, insistem na importância crucial dos *savoir-être*, da capacidade de adaptação, das aptidões, o que se chama competência. Para inserir-se rapidamente num meio que muda sem cessar, os diplomas, as qualificações e os ofícios já não oferecem a garantia da adaptabilidade requerida nesta ótica: tanto o ofício como a experiência podem ser vistos como freios à adaptação, pontos de apoio possíveis para as atitudes consideradas como rígidas, fixas e contrárias às necessidades de fluidez e de renovação. Os assalariados já não devem contar com este tipo de recursos; devem aceitar a renúncia aos mesmos e retornar sem cessar à estaca zero.

⁵ *Mouvement des Entreprises de France*, organização patronal francesa. [Nota do tradutor].





Despojar o assalariado de sua experiência profissional não é somente retirar-lhe a base de apoio da qual necessita para não se ver ultrapassado por seu trabalho, para sentir-se à altura dele, preparado para realizá-lo e com direito de fazer valer seu ponto de vista. É também tirar uma parte de sua identidade, a que se constituiu ao redor de sua experiência e graças a ela. Mudar de trabalho sem cessar é também afetar a constância da identidade dos assalariados.

De alguma forma, exige-se deles que sejam conscienciosos, mas sem consciência...

Por um lado, a gerência enfraquece, precariza subjetivamente os assalariados, fazendo menos cômodo e menos seguro o exercício de seu trabalho, por outro, oferece o suporte de ferramentas orientadas a aportar soluções e recursos. Em resumo, como observa Emmanuel Diet (2012), estão obrigados a confiar em quem lhes nega e desqualifica, isto é, a estes dispositivos de gestão que veiculam valores contrários aos seus e, pior ainda, a valores que ofendem sua dignidade, sua moral, sua “profissionalidade”. Devem ser ativos para colocar em marcha a destruição de uma parte importante deles mesmos.

A desestabilização crônica tem por objetivo obrigar os assalariados a colocar em prática as ferramentas de gestão escolhidas por seus diretores, ferramentas que “trazem consigo regras tácitas de ordem organizacional” e que combinam “as virtudes instrumentais da ferramenta e os ativos persuasivos, pedagógicos, micropolíticos” (BOUSSARD; MAUGERI, 2003). Tais ferramentas estão orientadas a colocar os assalariados num molde e a fazer-lhes criar reflexos adaptados aos objetivos.

A modernização gerencial, que se pretende portadora da humanização do trabalho, que afirma sua ruptura com o taylorismo, inventou uma nova forma de incorporação ao trabalho que inclui muitos aspectos inquietantes. A lógica taylorista não desapareceu, mas foi repensada e metamorfoseada. Está, no futuro, destinada a incorporar-se nas ferramentas postas à disposição





dos assalariados, que devem mobilizar-se de forma apropriada em função de situações flutuantes, mesmo quando estas sejam contrárias a seus valores de ofício e profissionais. As avaliações por meio de entrevistas individuais com o superior hierárquico baseadas em objetivos e modalidades de trabalho que lhes foram fixadas são cada vez menos avaliações profissionais, mas sim de homens e mulheres que se verão confrontados, na verdade, não a uma avaliação de seu rendimento, senão de sua pessoa e de sua personalidade. E isto no marco de uma comparação com os outros. Pode-se apreciar a amplitude dos efeitos produzidos.

A precarização subjetiva não é apenas o medo de ver-se conduzido um dia à falta profissional que possa fazê-lo perder seu emprego, mas também a colocação de si mesmo em perigo por um atentado ao sentimento de seu valor, de sua dignidade, de sua legitimidade.

A estratégia da mudança permanente tende precisamente a criar as condições que incitarão os assalariados a voltar-se a tais dispositivos como se fossem verdadeiramente boias de salvamento. Em nenhum momento se prevê debater a questão de sua pertinência, isto é da pertinência dos critérios que veiculam. No entanto, estes estão longe de ser – como são apresentados – neutros, objetivos e universais: estão presentes para determinar os atos profissionais em função de alguns objetivos precisos de rentabilidade, que vão definir os critérios de qualidade do trabalho esperado.

A “cifromania”⁶ e a “quantofrenia”⁷, destinadas a validar os procedimentos modernos de gestão pela objetividade que as cifras presumidamente veiculam, mascaram (como no tempo de Taylor e de sua ciência universal e imparcial) a vontade de constranger e de controlar os comportamentos segundo orientações que podem ser muito questionáveis. Bruno e Didier (2013) demonstram,

⁶ *Chiffromanie* no original. [Nota do tradutor].

⁷ *Quantophrénie* no original. [Nota do tradutor].





por exemplo, em seu livro sobre o *benchmarking* que aceitar as cifras e as quantificações da gerência supõe inscrever-se de entrada numa definição partidária da qualidade esperada do trabalho, de sua finalidade e de seu sentido – a da gerência que pretende atuar em nome do interesse de todos.

A proeza desta estratégia é a de conseguir transformar os assalariados que mantêm uma situação de emprego estável (os funcionários e os assalariados com contrato de duração definida) em trabalhadores que vivem como precários e submetê-los, assim, sem limites à subordinação que está no coração da relação salarial.

3) Acabar com a subordinação

Os assalariados, enquanto são crescentemente terceirizados e com cada vez menos gerentes, estarão sempre condenados à subordinação? Está cada vez mais em voga a ideia de que, para escapar à subordinação, a única solução é a de sair da classe assalariada. O êxito do estatuto de autoempresendedor ilustraria esta tendência de um número crescente de trabalhadores de querer escapar da classe assalariada.

A *uberização* que introduz uma relação de trabalho distante entre os que comandam o trabalho e os trabalhadores através de plataformas numéricas baseadas na ausência de subordinação para escapar das obrigações legais que acompanham a esta subordinação. Os trabalhadores regidos por esta lógica mostram sua liberdade, sua independência, a possibilidade de decidir seus horários e seu tempo de trabalho.

Aparecem também os *slashers*, que acumulam vários empregos deste tipo, longas durações de trabalho e clamam pelo prazer da liberdade conquistada.

Há um risco de que este setor se desenvolva: numerosos assalariados se excluem da classe assalariada e são incitados por seus antigos empregadores a recorrer a estes novos estatutos.



Tal ausência de subordinação tem um custo real para os trabalhadores: menores garantias e remuneração mais baixa para um trabalho frequentemente de maior duração que a legal.

Entretanto, tudo ocorre como se o porvir correspondesse àqueles valentes que tenham gosto pela aventura e o espírito de independência, que agarrem o destino em suas mãos e se empreguem por conta própria. Os outros, os que seguem preguiçosamente atados à classe assalariada, tornam-se ainda mais desvalorizados. Já arrastam um pesado passado com a estigmatização iniciada nos anos 1980. Seriam preguiçosos, mais inclinados a defender suas garantias que a dedicar-se a seu trabalho. Em 1984, o programa “Vive la crise”, na Antenne 2, colocava em cena Yves Montard, que exortava nossos concidadãos a apertar os cintos, a tomar consciência de que a crise impunha esforços e sacrifícios, enquanto na França havia uma tendência a andarmos calmos. Foram dados numerosos alertas pelos responsáveis políticos sobre o pretenso mal informe de como seriam os franceses no trabalho. O primeiro-ministro Raffarin afirmava, no verão de 2003, de Quebec, que era necessário colocar os franceses para trabalhar, que era necessário deixar de considerar a França um país do ócio. Durante sua campanha à presidência, Nicolas Sarkozy exaltava, por sua vez, “a França que madruga”, lançando seu slogan “trabalhar mais para ganhar mais” e propondo reabilitar o valor do trabalho. As 35 horas da lei Aubry haviam convencido já a uma parte da opinião pública de que, na França, éramos preguiçosos.

No entanto, na França, a produtividade por hora é uma das mais elevadas do mundo e as pesquisas mostram que o trabalho representa um valor prioritário (DAVOINE; MEDA, 2013).

Sobre uma falsa imagem do engajamento dos franceses em seu trabalho, elaborou-se como que uma naturalização da subordinação, que não deveria ser questionada. Ela seria a contrapartida normal, lógica, necessária, das “vantagens” que a classe assalariada procura e ainda mais indispensável já que os



assalariados franceses (mais preguiçosos e mais inclinados a trabalhar segundo seu estado de espírito) devem ser controlados. Ser parte da classe assalariada implicaria aceitar as regras do jogo, das quais a subordinação é parte, tanto mais quando existem outras possibilidades com os novos estatutos.

É hora de abrir um verdadeiro debate sobre essa dimensão coercitiva da subordinação por várias razões. Em primeiro lugar, pelo mal-estar dos assalariados. A gestão empresarial moderna produz o burn out, sofrimento no trabalho, suicídios, vícios a substâncias ilegais e ao álcool. Isso não é uma fatalidade, senão um desprendimento de orientações muito particulares do novo modelo de gestão gerencial que multiplica os constrangimentos paradoxais por uma desconfiança a priori contra os assalariados. A segunda razão é que o rendimento das empresas vê-se afetado por esta lógica de subordinação que amordaça a inteligência dos assalariados, desqualifica sua “profissionalidade” e os precariza. Assalariados constrangidos, sob permanente controle, sujeitos a procedimentos imperativos e fontes de problemas, como a avaliações pouco realistas, terão tendência a recolher-se, a jogar com a carta do conformismo em detrimento da criatividade, da inventividade e da reatividade. A terceira é que ela conduz ao desenvolvimento de um setor fora da classe assalariada no qual os trabalhadores têm que pagar muito caro pelo que, no fundo, é apenas uma falsa independência.

Referências bibliográficas

BOUSSARD V., MAUGERI S. Introduction. In: _____. *Du Politique dans les organisations ; sociologie des dispositifs de gestion*. Paris: L'Harmattan, 2003.

BRUNO I., DIDIER E. *Benchmarking, L'État sous pression statistique*. Paris: La Découverte, coll. Zones: 2013.

DAVOINE L., MEDA D., *Quelle place le travail occupe dans la vie des Français par rapport aux Européens?. Informations Sociales,*





n° 153, p. 48-55, 2009.

DIET E. Changement, changement catastrophique et résistances. *Connexions*, n° 99, 2012.

GAULEJAC (de) V. *La société malade de la gestion, Idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*. Paris: Seuil, 2005.

LINHART D. *Travailler sans les autres?*. Paris: Seuil, coll. Hors normes, 2009.

_____. *La comédie humaine du travail, De la déshumanisation taylorienne à la surhumanisation managériale*. Toulouse: Erès, 2015.

METZGER J.-L. *Entre utopie et résignation : la réforme permanente d'un service public*. Paris: L'Harmattan, coll Logiques sociales, 2000.

TAYLOR F.W. *The Principles of Scientific Management. La direction scientifique des entreprises*. Paris: Dunod, 1957 [1911].

VIGNA X. *L'insubordination ouvrière dans les années 68, Essai d'histoire politique des usines*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2007.







Der junge Marx: a classe e o partido

Leandro Fontes¹

O ano que passou foi marcado pelo centenário da revolução russa, sem dúvida esse é o principal exemplo guia para aquelas e aqueles que lutam e acreditam na construção de um mundo novo, sob o prisma da emancipação da classe trabalhadora. Já este ano celebramos a memória de Marx, dado a marca de duzentos anos de seu nascimento. Na passagem de um ano para o outro, oficialmente chegou ao público brasileiro o filme *O Jovem Karl Marx*. Evidentemente, a película não está no mesmo quadrante de importância das datas mencionadas. Porém, considero que se encaixou como uma luva sua circulação nesse biênio cercado de simbolismo para os socialistas. Ao mesmo tempo, o longa-metragem retrata lições e pontos estratégicos que nunca é demais explorar à luz dos primeiros anos da parceria sem precedentes e de conteúdo original de Marx e Engels. Dois desses pontos serão objetos de discussão deste artigo conforme anuncia o título. Assim sendo, as linhas seguintes darão holofotes à gênese do proletariado enquanto classe em si e classe para si. E sua materialização como sujeito social revolucionário, tendo a Inglaterra como berço privilegiado desse curso, sob o batismo de sangue das greves, das insurreições operárias e das revoluções de 1848. No mesmo recorte temporal, irei destacar a natureza e as características do partido em Marx e Engels, elucidando o processo objetivo e subjetivo do avanço de consciência e de organização da classe trabalhadora no período fundante do marxismo. Todavia, o presente texto não tem a pretensão de esgotar os temas destacados dessa primeira época de organização da classe.

¹ Dirigente do MES/PSOL-RJ.



A primeira etapa da organização dos trabalhadores

O capitalismo desenvolveu a indústria através da propriedade privada dos meios de produção. As tarifas e taxas feudais que impediam o desenvolvimento do comércio foram eliminadas. A agricultura foi transformada e racionalizada, rompendo os laços que acorrentavam o servo à terra. Uma grande massa de camponeses pobres e sem-terra foi atraída para as emergentes manufaturas nas cidades. A partir desse trânsito e, conseqüentemente, com a consolidação da revolução industrial, se desenvolveu uma nova e numerosa classe social, o proletariado.

A revolução industrial foi o marco fundamental na pavimentação do capitalismo moderno. Esse processo teve sua semente com a introdução de máquinas no ramo do algodão, resultando assim a troca de parte da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril.

O contínuo desenvolvimento do capitalismo industrial em bases de extrema exploração levou ao inevitável crescimento reivindicativo e insurrecional do proletariado. Engels, em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1844), estuda e pesquisa as condições de vida do proletariado e vê a olhos nus a penúria dos operários e das operárias. Para produzir essa obra, percorreu especialmente os bairros pobres e as fábricas de Manchester - “a oficina do mundo” até então, se vinculou com famílias proletárias, com os imigrantes operários, em sua maioria irlandeses, e aprendeu seu modo de vida. Relacionou-se diretamente com artesões, mineiros, carpinteiros, tecelões, sapateiros, alfaiates, artífices mecânicos, soldados, etc. Foram vinte e um meses, mergulhado nas fontes originais em um sistemático estudo com ricas observações, relatos e lições. Para além dessa fabulosa experiência empírica, Engels participou de mobilizações de trabalhadores e se uniu afetivamente a uma operária, Mary Burns, imigrante irlandesa que lhe abriu as portas do meio proletário. Certamente, sem o auxílio de Mary,





Engels teria extrema dificuldade para alcançar seu objetivo em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.

Apenas para reforçar essa tomada, agrego que Émile Zola no romance *Germinal* (1885) também retratou de modo brilhante as condições de pauperização que viviam os operários mineiros na França. O mesmo quadro de exploração, com pequenas ressalvas, poderia ser representado pelos mesmos personagens em outros pontos da Europa sem alterar em qualidade o enredo. Victor Hugo, no clássico *Os Miseráveis* (1862), narrou a sarjeta e a lumpenização do proletariado francês, o triste destino das mulheres empurradas para a prostituição e dos homens empurrados para a prisão, além da cruel perseguição policial. Por outro lado, Victor Hugo, também retratou a combatividade das barricadas antiabsolutistas de 1830.

Desse modo, em maior ou em menor medida, a questão social, a pauperização da massa proletária e suas explosivas reivindicações por melhores condições de vida foram os fatores objetivos para parte determinante do surgimento das sociedades secretas conspirativas, das associações, dos sindicatos e dos partidos operários nos países industrializados.

A Inglaterra foi o país mais industrializado da Europa do século XIX e, como consequência, os primeiros embriões de organização genuinamente da classe trabalhadora se deram lá. No entanto, a revolução francesa contribuiu de modo decisivo para elementos da vanguarda de trabalhadores se organizarem como uma espécie de “seção” do jacobinismo em solo inglês. Em 1792, o sapateiro escocês Thomas Hardy e oito seguidores (artesões, mecânicos e lojistas) fundaram “uma associação operária chamada de *Sociedade de Correspondência de Londres*, que por ele [Hardy] foi posta em contato com os jacobinos franceses”². A associação iniciou com menos de uma dezena de membros, porém, segundo E. P. Thompson, seis meses depois a SCL anunciava ter dois

2 BEER. *História do Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 427-42.





mil membros³. A associação “era organizada em seções [células ou núcleos], cada uma com 30 membros, que ao atingir 45 ou 60 membros, formava uma nova seção”⁴. A SCL se correspondia com outras associações de perfil similar que igualmente existiam em Manchester, Derby e Sheffield.

Dois anos depois da fundação da SCL, Thomas Hardy foi preso acusado de alta traição. A Sra. Hardy morreu durante o parto em consequência do choque sofrido por ter tido a casa sitiada por um grupo conservadores aos gritos de “Rei e Igreja”. Após nove dias de julgamento, devido a uma forte pressão, Thomas Hardy foi libertado e saiu do tribunal carregado por uma multidão de londrinos. Porém, em seguida, a SCL seria duramente perseguida até o encerramento de suas atividades cinco anos após seu nascimento.

A finalidade dessa associação se balizava pela conquista das ideias igualitaristas - *Direito do Homem* - com destaque para a defesa do sufrágio universal (direito ao voto dos operários), a reforma parlamentar, a reivindicação de uma legislação destinada à proteção dos operários e, até mesmo, a abolição da escravidão no além-mar. Em que pese a existência efêmera da Sociedade de Correspondência de Londres, essa embrionária organização se agrega como primeira dobra do leque acumulativo do movimento operário britânico e internacional.

Esgotada a vida útil das sociedades de correspondência, a energia dos trabalhadores foi jogada no movimento ludista⁵ (1812). Sua ação prioritária consistia na destruição de maquinários nas manufaturas. Todavia, Hobsbawm em *Os Trabalhadores*⁶ elucida que a destruição de máquinas era um método de ação padrão dos trabalhadores no período nascente da revolução industrial, aplicado correntemente no decorrer do século XVIII.

3 THOMPSON. *A formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 15.

4 Ibid., p.167.

5 Sua designação faz referência a *Ned Ludd* que em Nottingham, após a promulgação da Lei de 1761 contra a destruição das máquinas, destruiu uma oficina têxtil.

6 HOSBAWM, E. *Os Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.





Do ludismo é importante salientar três pontos: 1) em essência a destruição dos maquinários tinha motivos concretos para acontecer, como a chegada de máquinas nas tecelagens que gerava desemprego. Esse fator agregado a outros, como os maus tratos nas oficinas, levou os trabalhadores a se rebelarem e darem o recado para os patrões via o método da destruição; 2) a ação ludista não se restringia ao maquinário, mas igualmente às matérias-primas, produtos manufaturados e ferramentas do ofício. Em alguns levantes a ação chegou a ocupar casas de patrões e de fura-greves, destruindo utensílios domésticos e a mobília; 3) esse método de ação também foi utilizado para combater o aumento do preço dos alimentos, para impedir a redução de salários e como meio de intimidação na hipótese dos patrões não atenderem as reivindicações dos operários.

Em suma, o ludismo foi uma tentativa ainda rudimentar de orientar as ações do movimento operário. Porém, esse método não vingou como uma alternativa eficaz, já que era limitado a determinadas localidades e balizado no imediato. Não havia horizonte potencial. Para dificultar ainda mais, após a ação, a burguesia voltava suas energias para castigar vorazmente os membros do movimento. Cabeças foram a prêmio e traidores delatavam os líderes ludistas para abocanhar duas mil libras de recompensa. Assim, de prisão em prisão, execução em execução, o movimento dos “destruidores de máquinas” não se desenvolveu. Entretanto, a latência reivindicativa e de organização genuína dos trabalhadores permaneceu. Devido a essa “panela de pressão”, foi aprovado no parlamento inglês, em 1824, a liberdade de livre associação aos operários. Direito que até então era negado aos trabalhadores do Império Britânico.

A partir desse marco democrático, associações legais brotaram vertiginosamente por toda a Inglaterra. Essas associações se chamariam *Trade Unions*. Sua natureza consistia na defesa dos direitos dos trabalhadores. Entre suas bases, estava a regulação dos salários em relação ao lucro dos industriais, a garantia





de mediação nas negociações entre empregados e patrões nas fábricas, a organização de greves, mobilizações etc. Na prática, em forma e conteúdo, as *Trade Unions* foram as primeiras organizações sindicais amplamente reconhecidas como tal⁷.

Nesse ambiente, ainda no Reino Unido, sob os ventos da livre associação e das nascentes Trade Unions, surge no final da década de trinta o cartismo (maio de 1838) - representantes da *Carta do Povo*. Essa organização apresentava um programa democrático-radical para a época. Em essência, os cartistas defendiam: sufrágio universal; renovação anual do parlamento; remuneração para os parlamentares, de modo que os operários pudessem exercer os mandatos plenamente⁸; eleição por voto secreto; colégios eleitorais iguais para garantir a igualdade de representações; supressão da exigência de posse de propriedades fundiárias no valor de trezentas libras como condição de elegibilidade; redução da jornada de trabalho para dez horas⁹; proteção ao trabalho infantil, entre outros pontos.

A *Carta do Povo* agrupou indivíduos que viviam do seu próprio suor ao redor de um programa social e democrático que, em certa medida, universalizava parte das principais aspirações e necessidades da classe trabalhadora naquele tempo. E, com esse programa na mão, organizaram comícios, manifestações, greves e petições com milhares de assinaturas, que foram levadas ao parlamento inglês com suas reivindicações. Ou seja, se organizaram e militaram por esse programa. O cartismo era a materialização condensada da oposição à

7 Na década de trinta do século XIX é formada a federação nacional das *Trade Unions* (Associação Nacional para a Proteção do Trabalho), unificando e dando coesão a todas as categorias da classe trabalhadora no território inglês.

8 Naquele período a elite não necessitava de remuneração para exercer seus mandatos parlamentares. Por outro lado, os operários não poderiam parar de trabalhar para ocupar um posto sem remuneração.

9 A conquista da jornada de 10 horas de trabalho foi fundamental. A classe operária (homens, mulheres, idosos e crianças) em geral trabalhava mais de 14 horas por dia, 7 dias por semana. Quase não havia descanso. Com essa conquista, os trabalhadores puderam se dedicar a outras atividades: ao sindicato, à cultura, em formar seus próprios espaços de identidade e lazer, além da organização política.





burguesia, que até então se apresentava de modo fragmentado e com limites organizativos. Portanto, o cartismo foi um partido ou um proto-partido operário que teve influência de massas na Inglaterra e que irradiou seu exemplo para outros países da Europa.

Do ponto de vista interno, o cartismo agregava duas tendências políticas principais. Uma intitulava-se “partido da força física”. E a outra parte de “força moral”¹⁰. A primeira defendia a preparação de uma insurreição com o povo pegando em armas. A segunda era mais inclinada ao trabalho político-sindical. Em que pese tais matizes políticas, o centro comum do cartismo foi a própria existência da *Carta*, isto é, do programa e de sua organização universal. Agrega-se ainda, a greve de massas como poderoso método de ação.

No final de década de 1840 o cartismo desidrata. Entretanto, deixou um rico legado já que a década de quarenta foi um período de grandes reformas democratizantes na Inglaterra. Em tempos de contra-reformas no Brasil, é conveniente citar as reformas inglesas daquela época: regulamentação da Lei do trabalho infantil e de mulheres nas fábricas (1842); Lei de supressão dos direitos sobre os cereais (1846); Lei da jornada de trabalho de dez horas (1847). Em 1837 já havia ocorrido a reforma do código penal. Todas essas reformas progressivas para a classe trabalhadora só podem ser explicadas pelo acúmulo e tradição de combate do movimento operário inglês. E, principalmente, pela força do cartismo.

Qual a conclusão mais básica que se pôde tirar desse protótipo? Os cartistas mostraram a necessidade da classe trabalhadora se organizar politicamente e, assim, lutar por seus direitos de modo universal. A ação organizada por emendas democráticas, apoiada pela mobilização e por greves, se impôs sobre o regime monárquico-constitucional inglês. Contudo, esse notável salto à frente do movimento operário ainda não era suficiente.

¹⁰ THOMPSON, E. op. Cit., p.454.





Cirurgicamente, Engels caracterizou a virtude e a fraqueza do partido cartista, numa comparação com os socialistas ingleses (Robert Owen):

Os cartistas são de longe os mais atrasados e menos evoluídos; mas são proletários autênticos, de carne e osso, e representam legitimamente o proletariado. Os socialistas têm horizontes mais amplos, apresentam propostas práticas contra a miséria, mas provêm originalmente da burguesia e, por isso, são incapazes de se amalgamar com a classe operária. A fusão do socialismo com o cartismo, a reconstituição do comunismo francês em moldes ingleses, será a próxima etapa e ela já está em curso. Quando estiver realizada, a classe operária será realmente senhora da Inglaterra. Até lá, o desenvolvimento político e social seguirá seu curso, favorecendo esse novo partido, esse progresso do cartismo¹¹.

Se fizermos uma analogia com um trem, podemos interpretar que o programa cartista “não chegava até a última estação”. Assim sendo, utilizando o gabarito de Engels, conclui-se que o *Manifesto Comunista* foi justamente o avanço consciente de uma organização com um programa que propõe chegar até a “estação terminal do capitalismo” e ir adiante, guiado pela bússola da emancipação dos trabalhadores via uma revolução social que exproprie os expropriadores.

Sobre o tema da consciência, para uma abordagem mais abrangente e fecunda, recomendo o artigo *Faz Sentido um Partido Político Socialista?* de Roberto Robaina¹².

O partido operário independente

Em fevereiro de 1848 foi publicado o *Manifesto Comunista* e, quase que ao mesmo momento, explodiu a revolução europeia que sacodiu os regimes monárquicos e autocráticos. A fila foi puxada pela revolução de fevereiro na França, a qual foi sucedida por levantes na Alemanha, na Polônia, na Áustria, na Hungria,

11 ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 271.

12 Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/10/faz-sentido-um-partido-politico-socialista-roberto-robaina/>





na Itália, além de outros povos que começaram a se insurgir, cada um conforme sua situação social imediata. Durante a primeira onda de sublevação, a bandeira tricolor igualitarista tremulou imponente no ponto mais alto. A revolução de cunho democrático (animada por pautas nacionais, republicanas e populares), por óbvio, não ocorreu por conta do brilhantismo teórico do manifesto redigido por Karl Marx e Friedrich Engels, ainda que ele tenha um nítido ponto de convergência com os acontecimentos e com as circunstâncias embutidas.

O ambiente efervescente da Europa, a crise econômica no continente, a insatisfação de frações da burguesia e a mazela social das massas, portanto, foram fatores objetivos para a existência da revolução de 1848 - também chamada de “primavera dos povos” - e do próprio Manifesto tal como veio ao mundo. Em destaque como fatores antecedentes de maior envergadura, para além da experiência cartista, registra-se a greve geral em Manchester e no País de Gales, a insurreição de Lyon sob a bandeira da república e o levante dos tecelões da Silésia prussiana.

Aliás, o levante silesiano de junho de 1844 é uma página decisiva para a evolução do marxismo. A ação dos tecelões não se restringiu contra as máquinas, mas se deu contra o poder dos burgueses e dos banqueiros, assim como contra a propriedade privada. Este evento em especial, no território da confederação germânica, foi sintomático para Marx e Engels concluírem o comunismo como uma práxis. Um movimento social e político, com um programa que luta pelo poder. E a força motriz dessa engrenagem, o sujeito social revolucionário, é a classe trabalhadora. Isto é, o papel protagonista não é o do intelectual hegeliano de esquerda (corrente que Marx pertenceu inicialmente) e sim da massa trabalhadora. Portanto, não basta interpretar o mundo. É preciso transformá-lo pela ação. Porém, para chegar até esta conclusão pilar, o fator subjetivo, consciente, de Marx e Engels foi determinante. Logo, a revolução de 1848





poderia ocorrer sem a influência direta de Engels e Marx, mas o *Manifesto* não. Portanto, o *Manifesto* foi a expressão escrita dessa combinação de fatores.

A revolução de 1848 foi asfixiada. Na França, o principal *boulevard* revolucionário - a burguesia republicana, uma vez com o controle do poder, voltou suas baionetas contra o proletariado com quem havia cerrado fileiras nas primeiras voltas da derrubada da monarquia de Luis Filipe, que reinava em aliança com a aristocracia financeira (fração mais abastada da burguesia). Portanto, a Segunda República francesa - governo provisório - nasce com interesses antagônicos em jogo e uma intensa luta entre classes e frações de classe distintas. Nitidamente, o governo era predominantemente burguês. O proletariado, com suas colunas, exigiu a mudança da política trabalhista. Porém, a burguesia repeliu as ofensivas dos trabalhadores. O temor de uma nova revolução, dessa vez proletária, fez com que a burguesia tomasse medidas conservadoras. Tal situação ocasionou em junho uma nova insurreição em Paris, como já se previa, do proletariado contra o governo republicano. Nessa medição de forças, a burguesia, melhor organizada e muito bem armada, venceu a sangrenta batalha. Entretanto, a lição ficou cicatrizada na classe operária. Assim sendo, a revolução de 1848 é o terreno empírico que irá definitivamente dividir os campos entre burgueses e proletários. Portanto, como afirma Marx em *As Lutas de Classe na França*: “só depois de mergulhada no sangue dos insurgentes [revolucionários] de junho a [bandeira] tricolor se transformou na bandeira da revolução europeia - na bandeira vermelha!”¹³. A insurreição operária de junho ocasionou uma reviravolta no processo, dando combustível necessário para a contrarrevolução ir ao ataque e dominar a situação. Desse modo, Luís Bonaparte acende ao poder.

¹³ Os trabalhadores revolucionários de Paris exigiram que a bandeira vermelha fosse declarada estandarte nacional em fevereiro de 1848. Os deputados burgueses, no entanto, insistiram na bandeira tricolor. Diante do feito da revolução, em frente única, os operários aceitaram a proposta da burguesia republicana.





Apesar da derrota da jornada de 48, o *Manifesto* se consolidou como a pedra fundamental para os socialistas revolucionários até os dias de hoje.

Mas, a rigor, o que foi o *Manifesto*? Uma indagação aparentemente banal, mas que pode ser uma “casca de banana” para estudantes e, quem sabe, professores de carreira acadêmica apreciável¹⁴.

O *Manifesto*, molecularmente, foi um documento público de um partido político que apresentava seu programa. Devido a essa importância, o título inicial do documento até a sua quinta edição era: *Manifesto do Partido Comunista*. Isto é, o *Manifesto* não foi e, tampouco agora é, um trabalho de tipo acadêmico. Pelo contrário, o *Manifesto* foi um documento de uma organização política a qual Marx e Engels pertenciam. A Liga Comunista, que antes do ingresso dos dois era designada de Liga dos Justos. Organização, para seu tempo, com razoável penetração.

A Liga existia onde quer que existissem associações operárias alemãs; quase em todas estas associações de Inglaterra, da Bélgica, da França e da Suíça e em muitas associações da Alemanha, os membros dirigentes pertenciam à Liga e a quota-parte da Liga no movimento operário alemão que surgia foi muito significativa. Mas, além disso, a nossa Liga foi a primeira que pôs em evidência o carácter internacional do movimento operário todo e também o provou praticamente, tendo como membros: ingleses, belgas, húngaros, polacos, etc, e organizando, nomeadamente, em Londres, reuniões internacionais de operários¹⁵.

Logo, o *Manifesto* foi o encontro de “placas tectônicas” que se moviam. Apresentava um programa superior, se comparado ao cartismo, e propunha uma ideia de organização (mesmo que ainda pouca desenvolvida) distinta das anteriores. Uma organização revolucionária, mas substancialmente diferente das associações conspirativas que propunham substituir as massas na luta pelo

¹⁴ Ao utilizar o termo acadêmico não estou necessariamente colocando um sinal de igual ao termo intelectual. Isto é, nem todo acadêmico é intelectual. Nem todo intelectual é acadêmico.

¹⁵ ENGELS, F.; “Karl Marx”. In: *Obras Escolhidas em três tomos*. Moscou: Edições Progresso Lisboa, , 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/06/marx.htm>.





poder, como foi a corrente revolucionária blanquista¹⁶. De tal maneira, para Marx e Engels, como já foi referido, o proletariado era o sujeito social revolucionário e, portanto, deveria se organizar enquanto classe autodeterminada. A isto, Marx e Engels (entre outros) irão se referir como partido. Ou seja, de modo geral, toda a classe proletária era o partido. Os comunistas, desse modo, eram uma tendência com um programa no interior desse partido. Para Nahuel Moreno, a concepção de Marx e Engels estava correta para aquele período histórico, no qual ainda não havia surgido o fenômeno da aristocracia operária, tampouco o stalinismo e os fortes aparatos burocráticos no seio da classe¹⁷.

Assim sendo, o Manifesto é a expressão do avanço de consciência canalizada em um documento que propõe, entre outros pontos, organizar a classe trabalhadora para a luta pelo poder. Essa luta seria travada pelas massas, em especial o proletariado, intervindo diretamente nos processos reais.

No que diz respeito aos processos reais, Marx e Engels não se restringiram a teoriza-los. Pelo contrário, deram o exemplo. Participaram diretamente da revolução de 1848-49 em solo germânico. Marx, em grande medida, como correspondente da *Nova Gazeta Renana*. E Engels, com armas na mão, comandou regimentos militar-revolucionários. Além dessa intensa atividade, os pais do socialismo científico preservaram seu lugar destacado como dirigentes da Liga. Por esse prisma, a organização comunista se desenvolveu:

16 No seio do processo revolucionário francês surgiu uma corrente política substitucionista que ficou conhecida como blanquista (batizada com o nome de Louis Auguste Blanqui, seu principal dirigente). Essa corrente revolucionária não tinha expectativa no protagonismo dos trabalhadores mobilizados, já que para os blanquistas a classe trabalhadora não iria se rebelar violentamente contra a burguesia. Por isso, se forjaram em uma organização separada do proletariado, com membros determinados a cumprir uma tarefa que, para eles, a classe trabalhadora não iria cumprir. Ver: <http://portaldelaizquierda.com/en/2017/05/acao-de-massas-ou-substitucionismo-uma-polemica-necessaria/>

17 MORENO, N. *Problemas de Organização*. Disponível em: <https://esquerdasocialista.com.br/nahuel-moreno-problemas-de-organizacao/>





Nos dois anos de revolução, 1848 e 1849, a Liga se afirmou de duas maneiras: em primeiro lugar porque, em toda parte, os seus membros intervieram energicamente no movimento e porque compuseram a linha de frente na imprensa, nas barricadas e nos campos de batalha, integrando as fileiras da única classe decididamente revolucionária: o proletariado¹⁸.

Dando um salto abrupto, podemos analisar nesse recorte que a interpretação de partido de Marx e Engels não era a mesma que a de Lênin. Nada mais natural, pois as condições objetivas e subjetivas da classe operária também não era as mesmas. De todo modo, vimos que em Marx e Engels está presente a necessidade da associação entre os proletários ao redor de um programa radical, porém ainda não havia uma consciência mais edificada de um partido perene que convergiria a estratégia, as táticas, o trabalho legal e ilegal. Talvez possamos considerar que tais elementos estavam contidos potencialmente. Apenas para dar um exemplo: os bolcheviques tinham Sverdlov, o notável e brilhante organizador do partido. No curso da revolução alemã, Marx e Engels, enviam Joseph Moll à Prússia com a tarefa de oxigenar a organização na Liga dos Comunistas. Todavia, Moll ingressou no exército do Baden-Palatinado e tombou em combate: “A Liga perdeu com ele um de seus membros mais antigos, mais ativos e mais confiáveis, que havia participado ativamente em todos os congressos e gestões do Comitê Central”¹⁹.

Portanto, em linhas gerais, a natureza e a estrutura de partido que conhecemos e reivindicamos foi gestada no período áureo da Segunda Internacional e foi originalmente desenvolvida por Lênin no *Que Fazer?*, no POSDR, na fração Bolchevique, no partido Bolchevique (a partir de 1912) e, finalmente, na Terceira Internacional (nas resoluções de seus quatro primeiros congressos). Em seguida, Trotsky encabeçou a responsabilidade

¹⁸ A revolução na Prússia se iniciou em março de 1848. Os comunistas lançam um documento com a seguinte palavra de ordem: “Toda a Alemanha será declarada uma República una e indivisível”. Contudo, após um ano de lutas, a revolução alemã é derrotada e a monarquia é conservada.

¹⁹ *Ibid.*, p. 58.





para dar o fio de continuidade a essa herança. A IV Internacional cumpriu um papel decisivo de defesa do programa bolchevique-leninista em tempos difíceis. Moreno, fundador de nossa corrente histórica, foi parte dessa bagagem e agregou ricos aportes com os partidos de combate que ajudou a construir ao longo de sua vida militante. Com base nessa tradição está a elaboração do MES para o nosso tempo. Nesse novo ciclo, com a derrocada da velha esquerda (socialdemocracia e stalinismo), abriu-se a necessidade de afirmarmos partidos amplos que contenham a expressão da luta democrática radical e anticapitalista que se conecta com as bandeiras socialistas. No Brasil o PSOL é uma demonstração, ainda em construção, dessa nova elaboração²⁰.

Todavia, diante dos processos reais em seu tempo, Marx e Engels lapidaram a ideia do partido que sintetizasse os objetivos históricos da classe trabalhadora europeia do século XIX. O que abordei no decorrer dessas linhas foi apenas o tiro de largada da organização dos trabalhadores. Já em 1850, muitos aspectos e panoramas iriam se alterar à luz da derrota da revolução de 48. Assim sendo, as delimitações do partido foram se moldando e ganhando traços novos diante das experiências empíricas. No entanto, vale a pena destacar cinco pontos que seguimos comungando dessa primeira etapa da organização dos trabalhadores em Marx e Engels: 1) o partido não pode ser uma seita ou um pequeno grupo voltado para si mesmo; 2) o partido deve estar enraizado no seio da classe trabalhadora; 3) o partido deve intervir de modo decidido nos processos reais em curso e, dele, ir se educando e se forjando como uma organização de combate; 4) o partido deve ter um programa radical para seu tempo e espaço; 5) o partido deve ser internacionalista. Esses pontos são uma lição histórica e devem prosseguir sendo uma referência para os socialistas em nossos dias.

²⁰ Como continuidade desse ponto, recomendo a leitura das *Notas Compactas sobre a Situação Mundial* de Pedro Fuentes. Artigo publicado em português no terceiro número da Revista Movimento. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2016/10/mundo-politica-socialismo/>.





O léxico de Gramsci: hegemonia, guerra de posição e revolução passiva

Alvaro Bianchi¹

Gramsci começa sua reflexão sobre a hegemonia nos *Quaderni del carcere* logo no *Primo quaderno*, num sugestivo parágrafo intitulado “Direção política de classe antes e depois de chegar ao governo”². É um parágrafo destinado a discutir as forças políticas presentes no *Risorgimento italiano*, o processo de unificação da península e a construção de um moderno Estado nacional. Esse processo se estendeu de 1848 a 1871 e teve a peculiaridade de ter sido dirigido por uma força estatal, o Piemonte. Gramsci discutiu nesse texto a hegemonia exercida no *Risorgimento* pelo partido dos moderados do Piemonte, liderado pelo conde de Cavour e pelo rei Vittorio Emanuele II, bem como o papel subalterno do Partito d’Azione, de Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi. Gramsci anunciou aí um importante critério histórico político, o qual deveria guiar a pesquisa:

Uma classe é dominante em dois modos, isto é, ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Por isso, já antes da chegada ao poder uma classe pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo); quando chega ao poder torna-se dominante, mas continua a ser ‘dirigente’³.

Para evitar dois usos distintos da palavra “dominante” e tornar o texto mais preciso, Gramsci introduziu uma pequena mas importante modificação na segunda versão desta nota, inscrita no *Quaderno 19*, dedicado integralmente ao *Risorgimento*: “a supremacia de um grupo se manifesta em dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”⁴.

1 Cientista político, professor e diretor no IFCH-Unicamp.

2 Q 1, § 44, p. 40. Ao longo deste texto os *Quaderni del carcere* serão citados do seguinte modo: Q xx, § yy, p. zz, onde xx é o número do caderno, yy do parágrafo e zz das páginas. GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*: edizione critica a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1977.

3 Q 1, § 44, p. 41.

4 Q 19, § 24, p. 2010.





Gramsci reforçou o argumento no mesmo parágrafo do *Primo quaderno*: “Pode-se e deve-se exercer uma ‘hegemonia política’ mesmo antes da chegada ao governo e não é necessário contar apenas com o poder e sobre a força material que ele dá para exercitar a direção ou hegemonia política”⁵. De novo as alterações no texto em sua segunda versão são importantes. “Hegemonia política” foi substituída por “atividade hegemônica” e “direção eficaz”⁶. Com isso destacava-se que embora a atividade hegemônica e a direção eficaz dos grupos aliados tenha início antes da conquista do poder, ela só se realiza plenamente após este momento, quando as forças dirigentes podem mobilizar o aparelho estatal viabilizando um programa pedagógico.

Ainda sobre o papel desempenhado por forças estatais e grupos sociais, Gramsci escreveu a respeito da formação pelos moderados de um “bloco nacional sob sua hegemonia”⁷; sobre a hegemonia de Paris sobre as províncias e sobre os limites da hegemonia burguesa na Itália e sua incapacidade de absorver os camponeses⁸. Embora limitada, a hegemonia dos moderados do Piemonte se revelou eficaz. O que caracterizava os moderados sob a direção de Cavour era o fato destes serem “intelectuais condensados”, eram intelectuais, organizadores políticos, e ao mesmo tempo, proprietários, industriais e comerciantes. Esse duplo papel permitia criar de modo espontâneo uma “identidade de representantes e representados (...) isto é, os moderados eram uma vanguarda real, orgânica, das classes altas”⁹. Mas para consolidar uma posição dirigente sobre os grupos intelectuais da península os moderados precisavam, superar as correntes católicas representadas intelectualmente por Vincenzo Gioberti e os radicais encarnados por Mazzini. Essa superação

5 Q 1, § 44, p. 41.

6 Q 19, § 24, p. 2011.

7 Q 1, § 44, p. 50.

8 Q 1, § 44, p. 53 e 54.

9 Q 1, § 44, p. 41.



implicava na realização de um programa pedagógico e escolar que foi implementado pelos moderados:

Essa atividade escolar do Risorgimento, de caráter liberal e liberalizante tinha uma grande importância para afirmar o mecanismo da hegemonia dos moderados sobre os intelectuais. A atividade escolar, em todos os seus graus tem uma enorme importância, mesmo econômica, para os intelectuais de todos os graus; e tinha uma importância ainda maior devido à restrição dos quadros sociais e aos escassos caminhos abertos às iniciativas dos intelectuais (hoje: jornalismo movimento dos partidos, etc. Alargaram muitíssimo os quadros intelectuais). A hegemonia de um centro diretivo sobre os intelectuais tem estas duas linhas estratégicas: ‘uma concepção geral da vida’, uma filosofia (Gioberti), que dê aos aderentes uma ‘dignidade’ para contrapor às ideologias dominantes como princípio de luta; um programa escolar que interesse e dê uma atividade própria em seu campo técnico àquela fração dos intelectuais que é a mais homogênea e a mais numerosa (educadores, dos professores de escola à Universidade)¹⁰.

Desde aquele primeiro momento no § 44 do *Primo quaderno*, era a respeito da hegemonia política que Gramsci estava refletindo. Isso não impedia que utilizasse expressões como “hegemonia cultural”¹¹; “hegemonia cultural e política”¹²; “hegemonia cultural e moral”¹³; “hegemonia político intelectual”¹⁴; “hegemonia política e cultural”¹⁵; “hegemonia político-social”¹⁶; “hegemonia intelectual”¹⁷.

O sentido convergente dessas várias fórmulas pode ser apreendido em uma importante mudança que Gramsci efetuou naquele § 44 do *Primo quaderno*. Na primeira versão escreveu: “De que forma os moderados conseguiram estabelecer o aparelho de sua direção política?”¹⁸. Na segunda versão, alterou substancialmente o texto e embora não tenha modificado o sentido tornou-o mais preciso: “De que forma e por quais

¹⁰ Q 1, § 46, p. 56.

¹¹ Q 1, § 72, p. 82, Q 2, § 109, p. 255 e Q 3, § 5, p. 292.

¹² Q 6, § 85, p. 759.

¹³ Q 7, § 71, p. 908.

¹⁴ Q 4, § 38, p. 480.

¹⁵ Q 6, § 24, p. 703.

¹⁶ Q 6, § 118, 789.

¹⁷ Q 3, § 76, p. 354 e Q 4, § 38, p. 461.

¹⁸ Q 1, § 44, p. 41.



meios os moderados conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia intelectual, moral e política”¹⁹. “Direção política” era, aqui, sinônimo de “hegemonia intelectual, moral e política”.

Como dito, é sempre da política que Gramsci está falando quando usa a noção de hegemonia. Mas a política era entendida de modo amplo, como “a característica de todo fato social enquanto fato social, Em termos filosóficos: a política não é uma superestrutura, mas a ontologia do social”²⁰. Nesse sentido, a política é aquilo que permite a própria existência do social em suas múltiplas dimensões, inclusive aquela econômica, enquanto existirem as distinções de classe.

Assim, naquele § 44 do *Primo quaderno*, hegemonia é igual a direção política. Essa identidade entre direção política e hegemonia aparecerá também naquelas notas sobre a noção de “Estado em senso orgânico e mais amplo”²¹. Nessas notas a hegemonia tem seu lugar sempre no âmbito da sociedade civil. Mas Gramsci formula uma outra concepção de hegemonia sobre a qual é importante chamar a atenção. Essa concepção aparece esboçada de modo sutil no § 44 do *Primo quaderno*, quando Gramsci afirmava que ao chegar ao poder uma classe “torna-se dominante mas continua a ser dirigente”²². Essa confluência entre dominação e direção no interior de uma política de Estado foi desenvolvida no § 48 do mesmo quaderno, uma nota referente ao jacobinismo e ao regime parlamentar:

O exercício normal da hegemonia no terreno que tornou clássico do regime parlamentar é caracterizada por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força ultrapasse muito o consenso, aparecendo

19 Q 19, § 24, p. 2011.

20 FROSINI, Fabio. *La religione dell'uomo moderno: politica e verità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci, 2010, p. 85.

21 Q 6, § 87, 88, 137 e 155. Ver a respeito os comentários em BIANCHI, Alvaro. O léxico de Gramsci: filosofia da práxis, Estado e sociedade civil, sociedade regulada. *Movimento*, n. 6, 2017.

22 Q 1, § 44, p. 41.





assim apoiada no consenso da maioria expresso pelos organismos da opinião pública²³.

Em situações “normais”, direção e dominação, consenso e coerção, encontram-se em uma relação de equilíbrio. Não são vetores de igual intensidade em um jogo de soma zero. São forças que mantêm entre si uma relação orgânica. Essa relação orgânica, esse equilíbrio entre força e consenso é dissolvido nas situações nas quais ocorre uma “crise de autoridade”. De acordo com Gramsci:

Se classe dominante perdeu o consenso, isto é, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’ detentora de pura força coercitiva, isto significa precisamente que as grandes massas se separaram [afastaram] das ideologias tradicionais, não acreditam mais naquilo que antes acreditavam, etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais variados²⁴.

No *Quaderno 13*, dedicado a Machiavelli e à política foram reunidas em um único parágrafo um conjunto de notas antes dispersas e destinadas a discutir essa crise de autoridade. O título sugestivo do novo parágrafo é “Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos nos períodos de crise orgânica”. Aqui a análise se deslocava do terreno das ideologias, onde se situava no *Quaderno 3*, para o terreno dos partidos, assumindo um conteúdo mais concreto:

Em um certo ponto da vida histórica os grupos sociais se destacam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que o constituíam, os representava e os dirigiam não são mais reconhecidos como expressão de sua classe ou fração de classe. Quando estas crises se verificam, as situações imediatas tornam-se delicadas e perigosas, porque o campo se abre às soluções de força, às atividades de potências obscuras representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. (...) Em cada país o processo é diverso. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em um grande empreendimento político qualquer para o qual requisitou ou impôs com a força o consenso das grandes massas (como a guerra) ou porque vastas massas (especialmente de camponeses e

23 Q 1, § 48, p. 59.

24 Q 3, § 34, p. 311.





de pequenos burgueses intelectuais passaram repentinamente da passividade política a uma certa atividade e colocam reivindicações que nos eu conjunto desorgânico constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’ e isto é, precisamente, a crise de hegemonia ou crise do Estado em seu conjunto²⁵.

O parágrafo é extremamente sugestivo e valioso para o estudo das crises políticas. Estas assumem a forma de uma crise de autoridade, mas o que as caracteriza é a crise de hegemonia, o esgarçamento da capacidade dirigente dos grupos sociais e dos partidos tradicionais.

Guerra de posição e guerra de movimento

A distinção entre guerra de posição e guerra de movimento foi estabelecida por Gramsci já no *Primo quaderno*, em uma nota destinada a destacar a diferença entre a luta política e a luta militar: “A luta política é muitíssimo mais complexa”²⁶. A analogia construída nessa nota é com as guerras coloniais, guerras de ocupação nas quais o conflito continua depois do desarmamento e da dispersão do exército vencido. Referindo-se à luta pela independência da Índia, Gramsci anunciava três formas de guerra: “de movimento, de posição e subterrânea. A resistência passiva de Ghandi é um guerra de posição, que em determinados momentos se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea”²⁷. Não há nesta nota nenhuma indicação de primazia de uma forma sobre outra, nem de ordem sequencial, podendo até mesmo coexistirem as três formas.

Como outros temas da política, é no *Quaderno 6* que a relação entre guerra de movimento e guerra de posição é apresentada de maneira desenvolvida, inserindo-se no âmbito da toeira gramsciana do Estado. Em um parágrafo intitulado “Política e arte militar”, Gramsci discutiu a relação existente entre a ação política das “grandes massas” (“tática das grandes massas”) e a

25 Q 13, § 23, p. 1603.

26 Q 1, § 134, p. 122.

27 Q 1, § 134, p. 122.





ação política de pequenos grupos (“tática imediata de pequenos grupos”), uma relação que era, também, de tática e estratégia. O erro nessas circunstâncias políticas, afirmava, ocorre “por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)”²⁸.

Uma compreensão adequada do Estado permitiria formular uma estratégia adequada “ao período do pós-guerra”, no qual ocorreu uma “concentração inaudita de hegemonia”. Nesta “fase culminante da situação político-histórica” a guerra de posição torna-se decisiva:

Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas tem importância, então se passa à guerra de assédio, sob pressão, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo²⁹.

Gramsci escrevia a respeito de uma teoria da revolução que articulava a guerra de movimento com a guerra de posição, como o predomínio estratégico desta última no contexto do pós-guerra. Esse predomínio não era o resultado de uma livre escolha e sim das condições existentes na Europa Ocidental:

A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo; sabe-se quantas perdas custou a obstinação dos Estados-Maiores em não quererem reconhecer que a guerra de posição era ‘imposta’ pela relação geral das forças em choque³⁰.

A distinção entre Oriente e Ocidente realizada por Gramsci é importante. Enquanto no Oriente a luta poderia assumir a forma da guerra de movimento, no Ocidente a guerra de posição deveria prevalecer. Estes não são, entretanto, conceitos geográficos e sim morfológicos. Dizem respeito às diferentes formas sociais e

28 Q 6 § 155, p. 810-811.

29 Q 6, § 138, 802.

30 Q 13, § 24, p. 1614-1615.





políticas no capitalismo contemporâneo. A distinção das formas já havia sido anunciada por Vladimir Lenin em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, e por Leon Trotsky no 4º Congresso da Internacional Comunista do qual Gramsci participou como delegado. Segundo Gramsci,

No oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e ao oscilar o Estado podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas³¹.

Este parágrafo, de grande importância, não recebeu uma segunda redação, permanecendo em sua provisoriamente. Mas essa distinção entre Oriente e Ocidente manteve-se inalterada ao logo dos *Quaderni del carcere*. Era no contexto das sociedades de tipo ocidental do pós-guerra que a guerra de posição afirmava seu caráter estratégico. O desenvolvimento dos partidos e dos sindicatos de massa, da imprensa, das associações civis e de uma densa opinião pública haviam modificado as formas da luta política. De acordo com Gramsci, Lenin teria compreendido essas novas condições da luta política no Ocidente e sintetizado a nova estratégia com a fórmula da frente única.

Revolução passiva

Gramsci introduz a noção de revolução passiva naquele importante § 44 do *Primo quaderno*, já citado aqui várias vezes. Como visto, trata-se de uma nota dedicada à análise do particular processo de formação do Estado nacional italiano, o Risorgimento, dirigido pelos moderados do Piemonte. Nessa nota, refere-se ao Risorgimento como “uma revolução sem revolução”, acrescentando à margem, posteriormente, “revolução passiva, segundo a expressão de V. Cuoco”³². A fórmula havia sido

³¹ Q 7, § 16, p. 866.

³² Q 1, § 44, p. 41.





utilizada em 1801 por Vincenzo Cuoco a respeito da revolução napolitana de 1799: “sendo a revolução passiva, a máxima parte da nação deve supor-se indiferente e inerte”³³. Cuoco comparava a revolução napolitana, passiva, com as revoluções ativas, em particular aquela que havia ocorrido dez anos antes na França. A comparação foia retomada várias vezes por Gramsci, o qual considerava o processo de “formação dos Estados modernos na Europa como ‘reação – superação nacional’ da Revolução francesa e do napoleonismo”, acrescentando mais uma à margem a expressão “revolução passiva”³⁴ (Na segunda versão do § 44 a referencia a Cuoco era inserida no próprio texto e a menção à França e aos jacobinos tornava-se mais clara:

Da política dos moderados aparece claro que se pode e se deve exercer uma atividade hegemônica mesmo antes da chegada ao poder e que não é necessário contar apenas com a força material que o poder dá para exercitar uma direção eficaz: precisamente a brilhante solução deste problema tornou possível o Risorgimento, na forma e nos limites nos quais ele se efetivou, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’ para empregar uma expressão de Cuoco com um sentido um pouco diferente daquele que Cuoco quer dizer³⁵.

Ao longo dos *Quaderni*, Gramsci vai ampliando a noção de revolução passiva e tornando-a mais precisa. De um uso circunscrito ao processo do *Risorgimento* italiano, passou a uma utilização mais abrangente, aplicando a noção para descrever o processo de “formação dos estados modernos na Europa”³⁶. Essa ampliação foi explicitada no *Quaderno 4* em uma nota intitulada “Vincenzo Cuoco e la rivoluzione passiva”:

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva aquela ocorrida na Itália como contragolpe das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não apenas para a Itália, mas ainda para os outros países que

33 CUOCO, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Milano: Rizolli, 1999 [1801, p. 210.

34 Q 1, § 150, p. 133.

35 Q 19, § 24, p. 2011.

36 Q 1, § 150, p. 133.





modernizaram o Estado por meio de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino³⁷.

Ampliava-se, desse modo o alcance geográfico e temporal do conceito, indo além do processo de formação dos Estados nacionais. Do ponto de vista conceitual isso corria por meio da aproximação da fórmula de Cuoco da noção de revolução-restauração, utilizada por Edgar Quinet para explicar o caso francês. O que a revolução passiva é a revolução-restauração teriam em comum seria

O faro histórico de ausência de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana e o faro de que o 'progresso' se verifica como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico e desorganizado das massas populares, com 'restaurações' que acolhem alguma parte das exigências populares, portanto 'restaurações- progressivas' ou 'revoluções-restaurações' ou ainda 'revoluções passivas'³⁸.

Mais adiante, Gramsci acrescentaria outra fórmula análoga de extrema importância: "conservação-inovação"³⁹. Estão nessas notas do *Quaderno 8* contidos os elementos centrais da revolução passiva: ausência de iniciativa popular (hegemonia); reação das classes dominantes; mudanças por meio de reformas; conservação-inovação. O que caracterizaria a revolução passiva seria o fato de que a transformação ocorreria sem uma revolução ativa, sem o protagonismo popular. É importante destacar, porém, que a fórmula descreveria um processo de transformação estatal. Gramsci não utilizaria mais a fórmula "revolução sem revolução" em seus *Quaderni*, talvez por considera-la drástica demais. Entretanto, em sua dramaticidade essa fórmula é eficaz para descrever a existência de uma mudança estatal que ocorre por essa via não-clássica.

A ampliação da noção de revolução passiva dava um salto em uma nota redigida em abril de 1932: "Um novo 'liberalismo', nas condições modernas, não seria propriamente o 'fascismo'?"

37 Q 4, § 57, p. 504.

38 Q 8, § 25, p. 957.

39 Q 8, § 39, p. 966.





Não seria o fascismo precisamente a forma da ‘revolução passiva’ própria do século XX como o liberalismo foi para o século XIX”⁴⁰. Nessa passagem, Gramsci não estava comparando a forma do liberalismo com aquela do fascismo. O que ele comparava são duas funções históricas. Perguntava-se se o fascismo não poderia atualizar o capitalismo, promovendo seu relançamento, da mesma forma como o liberalismo havia feito no século anterior:

A revolução passiva se verificaria no fato de transformar a estrutura econômica ‘reformisticamente’ de individualista a economia de acordo com um plano (economia dirigida) e o advento de uma ‘economia média’ entre aquela individualista pura e aquela segundo um plano em sentido integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais avançadas sem cataclismos radicais⁴¹.

O caráter reformista desse processo de atualização do capitalismo era destacado na segunda versão dessa nota, na qual Gramsci acrescentava que esse processo poderia acentuar a “socialização e a cooperação da produção sem por isso trocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e de grupo do lucro”⁴².

Era o caráter gradual e ao mesmo tempo autolimitado desse processo o que permitia recorrer à noção de revolução passiva como chave explicativa. Mas chama a atenção, nesse caso, que Gramsci não recorreu à fórmula revolução-restauração. Por outro lado, promove neste parágrafo aqui discutido uma significativa aproximação entre as noções de revolução passiva e guerra de posição:

Esta concepção [de revolução passiva] poderia ser avizinhada daquela que em política se pode chamar de ‘guerra de posição’, em oposição à guerra de movimento. Assim no ciclo histórico precedente a Revolução francesa teria sido a ‘guerra de movimento’ e a época liberal do século XIX uma longa guerra de posição⁴³.

40 Q 8, § 236, p. 1089.

41 Q 8, § 236, p. 1089.

42 Q 10/I, § 9, 1128.

43 Q 8, § 236, p. 1089.





A guerra de posição era, desse modo, a estratégia da burguesia em sua revolução passiva.

Epílogo

O objetivo deste artigo e daquele que o precedeu, publicado no número anterior da *Revista Movimento* é pedagógico. Trata-se de uma apresentação sumária de alguns dos conceitos fundamentais do pensamento político gramsciano. Evitou-se aqui expor as polêmicas que cercam a interpretação desses conceitos ou mesmo o considerável volume de estudos que têm contribuído para o esclarecimento de alguns importantes núcleos do pensamento gramsciano. Apesar dos limites que a própria forma de exposição carrega pode-se perceber a força desses conceitos para o delineamento de uma estratégia revolucionária para o século XXI.





RESENHA





Outubro: Uma odisseia extraordinária

Israel Dutra¹

Em 2017, no centenário da Revolução Russa, não foram poucos os que quiseram atribuir aos insurretos de 1917 a pecha de “golpistas” e outorga-lhes a responsabilidade sobre o regime despótico da URSS depois de Stalin. Buscando desativar o potencial explosivo da memória, Putin desfigurou as comemorações oficiais, proibindo cortejos alusivos à tomada do Palácio de Inverno. Também um setor da burguesia em seus editoriais se utilizou de uma dupla tática: ora fazia vistas grossas ao tamanho do acontecimento, ora inventava versões que alimentavam a ignorância como a Rede Globo, o Fantástico e a Folha de São Paulo no auge do centenário de outubro. Neste cenário de combate acirrado, algumas publicações visaram polarizar a data. Dentro da esquerda revolucionária brasileira, é conhecido o nosso esforço editorial, ao lado da Esquerda Marxista, para publicar uma versão em português do livro *Stalin* de Leon Trotsky. Além disso, os companheiros do MAIS reeditaram o ensaio biográfico do criador do Exército Vermelho, *Minha Vida* (1929).

Em âmbito global, um brilhante registro veio à luz: *Outubro-História da Revolução Russa* de China Miéville. Originalmente editado pela Verso Books e publicado no Brasil pela Boitempo Editorial com 324 páginas, alcançou uma repercussão desagradável para os detratores da revolução. As qualidades de Outubro são tão inegáveis que a obra não pôde ser retirada da lista dos melhores de 2017 da insuspeita Revista Forbes. A narrativa nos coloca diante dos olhares simultâneos de um escritor, de um militante e de um artista. Formado em Antropologia Social, o autor se destaca como uma referência da *New Weird*. Seus textos ficcionais, bem como seu trabalho na revista *Salvage*, invariavelmente têm recebido uma série de honrarias literárias no universo anglofalante.

¹ Sociólogo, dirigente do MES e do PSOL.



Ademais, Miéville também se notabiliza por ser um engajado ativista que não renega a bandeira do socialismo.

Para além dos atributos políticos, históricos e literários, há algo de fantástico em seu livro que nos leva longe. Recordo de assistir à reprise de uma série no final do século passado. O começo tinha mais ou menos o seguinte enunciado: “Espaço: a fronteira final. Estas são as viagens da nave estelar Enterprise. Em sua missão de cinco anos... para explorar novos mundos... para pesquisar novas vidas... novas civilizações... audaciosamente indo onde nenhum homem jamais esteve.”

Talvez apenas a ficção de Jornada nas Estrelas possa reconstruir o alcance de uma das maiores utopias que determinaram as cabeças e os corações do século XX. Os homens e mulheres de 1917 também buscaram uma “fronteira final” da sociedade de classes e se atreveram a embarcar numa missão que jamais outros haviam conseguido. Essa história, da busca de uma utopia superior, moral e historicamente, em meio ao desespero de uma Rússia marcada pela Grande Guerra é a história do ano de 1917 e de sua revolução, que Miéville nos conta com rara habilidade.

Mas *Outubro* de Miéville também se faz digno de um paralelo com o *Dez dias que abalaram o Mundo* de John Reed, a obra que mais disseminou para o mundo os impactos da Revolução Russa. Publicado em 1919, o relato jornalístico de Reed teve um caráter visionário, alternando uma narrativa histórica com uma ênfase bastante moderna para a época. Nos cem anos que nos distanciam dos eventos de Petrogrado, gerações e gerações conheceram como se moveu o turbilhão revolucionário a partir da pena aguda de Reed. Guardando as devidas comparações - e nisso China Miéville é justo porque não coloca notas de rodapé e sim uma rica bibliografia indicativa com lugar de destaque para Reed-, os dois escritos primam por uma beleza inquietante na reconstituição do acontecimento outubrinho. Apesar de separados no tempo, no estilo e na estatura, podemos tranquilamente colocá-los na mesma estante.





O Universal e o particular na revolução que mudou o mundo

Já na epígrafe de *Outubro*, somos remetidos à ideia de busca por algo ainda impossível ou não existente. Uma série de reticências parecem pouco dizer, mas são uma citação de “O que fazer” - não do imortal *Que fazer* (1902) de Lenin, mas do seu ancestral de 1862, o romance escrito por Nikolai Tchernyshevsky, que muito apetecia o líder bolchevique. A Rússia, escolhida como um ponto de atraso e ao mesmo tempo altamente desenvolvido, transitaria de um calendário a outro, de um mundo a outro, em poucos meses. E China Miéville faz a escolha – também aqui como Reed - em conectar-se com a história a partir de Fevereiro a Outubro, com as marcações do calendário juliano. A partir de uma breve introdução sobre os elementos pré-1917, sua real história começa com o acidentado fevereiro que seria também o último mês em que um Romanov reinou soberano sobre o decadente império russo.

A tirania dos Romanov encontrou na guerra a decadência e seu último suspiro. O autor apresenta os elementos anteriores à 1917 como chave de decifração sem perder-se em descrições por demais prolixas. O livro existe e atua apenas na gravidade dos acontecimentos de 1917. E seu vínculo com o passado é justamente na perda de legitimidade do Czar, seu clã, e sua fortaleza militar. O ensaio geral de 1905 preparou condições para forjar correntes políticas- que depois de anos de luta subterrânea- vieram à luz no momento de falência do antigo regime. Essa “brecha” pode ser profetizada no escândalo da morte do personagem mais importante do círculo dos Romanov, Rasputin, o bruxo e conselheiro, confidente da Czarina, que tem na cena de sua morte, tão bem pintada no livro de *Outubro*, a alegoria do final do antigo regime e da irrupção de um novo tempo: começava 1917.

Na noite de 25 para 26 do maior de todos os Outubros da história – embora posteriormente a mudança de calendário,





transformá-lo-ia em Novembro -, toda tensão se concentrava ao redor do Instituto Smolni, nas cercanias da avenida Nievski. Esta apreensão só seria interrompida pela irrupção de um novo tempo histórico. Quase como uma coincidência, o encouraçado Aurora anunciava essa nova era. Algumas horas mais tarde, Antonov-Ovesnko renderia os ministros do governo provisório, consagrando o momento determinado de uma noite longa como um dos mais paradigmáticos da história da humanidade.

China Miéville também vai buscar sentido dessa amálgama única do acontecimento Outubro. Entre o geral e o particular, seu estudo nos fornece um mapa detalhado das condições históricas e políticas da Rússia e de sua localização na Europa. Acerta bastante ao utilizar como ponto de partida a contradição entre o enorme atraso do conjunto do Império Russo e a veloz penetração do capital estrangeiro, capaz de forjar contingentes fabris que moldaram um proletariado jovem, concentrado, ativo e combativo. Quando trata do que chama de “russianidade”, Miéville aborda o romantismo literário, presente nas figuras e nos personagens da fértil literatura russa. De igual maneira, trata da argila política que forjaria os principais atores em pugna de 1917, conferindo um peso necessário para a vertente do radicalismo romântico nos “Narodniks”, importantes tanto na consolidação do Partido SR quando na influência sobre a corrente marxista que desembocaria no Bolchevismo.

Os traços essenciais dos protagonistas da revolução, aliás, só podem ser explicados com a compreensão das profundezas das condições (implacáveis) de luta política no solo russo. E China Miéville mais uma vez é bem-sucedido. A descrição dos semblantes dos revolucionários e dos personagens envolvidos é um dos pontos fortes do livro. Nas “leituras recomendadas”, ao final do livro, Miéville cita a obra de Lunacharski, “Sillhuetas revolucionárias”, como uma fonte certa para aproximar-se dos homens e mulheres que fizeram Outubro. Os líderes do partido bolchevique merecem atenção especial. Seu trato, seu rito, sua



gramática. Trotsky e sua pequena organização, “Mejraiontsi”, outrora traduzida ao português como “Interdistrital”, para a revolução por sua capacidade de leitura da realidade e presença nos soviets, integrada ao Partido Bolchevique no decorrer dos eventos; os “gêmeos celestiais”, Kamenev e Zinoviev, sempre hesitantes, confusos, mas também necessários e incorporados ao eixo de direção partidária, mesmo depois de furiosas lutas políticas; e o “gênio” de Lenin, apoiado na ala esquerda bolchevique, com seus bons parceiros como Kollontai e o revolucionário profissional Latsis, sendo a estrela brilhante da constelação de líderes e conspiradores dessa História. Miéville mostra o quanto Lenin tinha plasticidade para mudar de posição e se mover com firmeza e tenacidade na areia movediça de uma situação política bastante imprevisível. O Lenin de “Outubro” é por si só motivo de interesse para a leitura. Um Lenin sem medo de ficar em ampla minoria no seu próprio ninho, disposto a combater a morte por suas ideias, com uma antena voraz para conhecer a fundo a realidade em suas mínimas mudanças e máximas contradições. Uma inteligência rara a serviço da mudança da própria realidade concreta.

Por outro lado, China Miéville consegue tracejar com acuidade a entrada em cena das massas que subverte a antiga organização da sociedade. Em meio ao caos, à guerra, à fome e à violência urbana, reaparece uma forma organizativa inovadora: os conselhos de operários e soldados, de nome “soviets”. Presente nas jornadas de 1905, a memória da geração de 1917 ainda conserva a esperança de um embrião para um novo regime voltado para a maioria. E o ambiente propício para tal. Durante todos os capítulos de “Outubro”, palavras como “assembleia”, “Conselhos”, “reunião”, “Congressos”, se multiplicam, se chocam, se entrelaçam. Apesar do esgotamento das forças sociais, tensionadas e massacradas pela guerra e seus efeitos, o viço da participação popular marca um caminho por toda grande Rússia. São centenas de eventos, soviets, debates entre forças políticas, discussões sobre o rumo da sociedade e do governo. A forma superior



de organização, consagrada pela história como efetivamente democrática, dos Sovietes, só foi possível pela vontade de mudança e consciência de amplas massas populares, que, de forma não linear, por vezes acidentada, buscava criar um mecanismo mais universal de tomada das decisões públicas.

A presença das mulheres como protagonistas de todo o processo revolucionário é notável. Tanto no que diz respeito aos levantes de massas quanto às líderes políticas. Nos dias 22 e 23 de fevereiro, a irrupção que terminaria com o governo do Czar, conhecida como a “Revolução de fevereiro”, tem seu ponto de partida protestos multitudinários de mulheres – o que vai ao encontro da data alusiva ao dia internacional das mulheres no 8 de março. Revolucionárias como Kollontai, Krupskaya e mesmo a líder da esquerda SR, Maria Spiridinova são mulheres de uma força e capacidade à altura do desafio histórico em questão. São centenas e centenas de quadros dirigentes mulheres envolvidas na maré da revolução.

A cidade como teatro de operações da insurreição

Mestre do “surrealismo urbano” (a Boitempo traduziu em 2014 sua *A cidade e a Cidade*), China Miéville permanece coerente a seu estilo ao iluminar o ambiente citadino como ponto fulcral da revolução. Persegue, com arte e objetividade, a relevância da cidade na construção do processo político revolucionário de Outubro. É na cidade que se disputam os futuros inclusive das trincheiras e dos campos. Embora a Rússia de então fosse um país onde a esmagadora maioria da população vivia em circunscrições rurais, a Revolução Russa é uma revolução urbana e popular. A derrubada do Czar e as pulsões que vão dominar a cena política durante o período do governo provisório [de fevereiro a outubro] são urbanas. Cada rua, sede política, ponte, fábrica, instituto, escola, entre tantos elementos da vida contemporânea na cidade, é um território de disputa.



Fiel à centralidade do urbano, China Miéville nos fornece, na abertura do livro, dois mapas. Um da Rússia europeia em 1917 e um segundo, detalhado e completo, da área central de Petrogrado. Ali, se pode conferir, visualmente, o território dos combates políticos. As “barricadas”; os encontros no Instituto Smolni, as pontes que levavam ao centro do poder. O Rio Neva que cortava Petrogrado. O Palácio de Inverno. A famosa Estação Finlândia, terreno das viragens políticas de Lenin. E a potência operária do distrito de Vyborg.

Chama atenção, contudo, que Miéville não cai na armadilha de uma descrição exaustiva de toda a Rússia, escolhendo Petrogrado como seu foco. Esse acerto narrativo poupa o leitor de uma abrangência indeterminada, abrindo o caminho para uma exegese da própria alma de Petrogrado. Janela pra Europa, cidade de Pedro, síntese da própria Rússia. Assim São Petesburgo viraria Petrogrado em 1914, uma cidade de história e histórias. Histórias que se aceleram entre janeiro e outubro: as fases, altos e baixos de um verdadeiro processo revolucionário. Cada mês ganha um predicado. Fevereiro são as lágrimas de alegria da queda do Czar; Março, Abril e Maio marcados pela constante tensão entre negociação e ruptura, poder oficial do governo provisório e capacidade deliberativa dos Sovietes; e assim por diante, contemplando as Jornadas de Julho, a intentona de Kornilov, até nos deparamos com o “zênite” de Outubro.

Há lugar para humor mesmo nos momentos decisivos. Não poderia deixar de ser notado, o fato de que não havia munição no Encouraçado Aurora; de que não foi encontrada uma lanterna para assinalar o momento exato da tomada do poder; detalhes pitorescos dos insurretos e dos próprios derrotados - como as autoridades da prefeitura que tiveram de retornar com pães e frios depois de serem interceptados por alguns marinheiros, fracassando a tentativa de um comitê de salvação para evitar a queda do governo provisório.



A revolução que nos aguarda

Tudo isso contado com rigor histórico, prende e apaixona o leitor. Ao final, China usa a metáfora dos trens. “A revolução de 1917 é a revolução dos trens. História que avança chiando no metal frio. O palácio sobre rodas[...] o vagão blindado e sem nacionalidade de Lenin; o expresso da sinuosa abdicação de Gutchkov e Chulguin; os trens zigzagueantes da Rússia, cheio de desertores desesperados[...]”. Os trens, de todo lado, usados para conectar a história. Como um tempo que se acelera. Como a própria “locomotiva da história”, no jargão marxista tradicional.

Eis a maior virtude de China Miéville. Ele não busca distanciamento da história contada. Busca aproximação. Quer ser um propagandista da ideia de revolução. E, ao mesmo tempo, não faz de forma inverídica. Atua porque tem a prática histórica como critério de verdade. Problematisa sobre o pós 1917 sem cair num pessimismo, nem na armadilha cética. Por isso mais que nada é um militante da defesa do legado da Revolução. De Lenin e Trotsky.

E sua narrativa ganha força porque busca formas de linguagem contemporânea. Atualiza no terreno da disputa da linguagem a própria disputa política. A geração de China apresenta a revolução para geração “millennial”, que vive conectada ao celular e acostumada com a temporalidade dos roteiros das séries de Netflix.

A revolução no século XXI nos aguarda como parte da própria locomotiva da história. Aprender com os erros e acertos daquele que promoveram a primeira investida vitoriosa rumo a fronteira de uma sociedade mais justa e avançada é um dever, mas também um direito das novas gerações. China Miéville nos convida a ser parte de novas e quicá mais desafiadoras odisseias humanas.





DOCUMENTOS







Pelo direito de Lula ser candidato

Secretariado Nacional do MES

2017 foi um ano de ataques aos interesses e direitos do povo levados adiante pelo governo Temer com a cumplicidade e apoio do Parlamento, do judiciário e das instituições dominantes. São planos de ajuste a serviço do capital financeiro, que levaram, por exemplo, à destruição da legislação trabalhista. Para levar adiante este plano de intensificação dos ataques, foi quebrado o pacto da Nova República que existia entre os partidos tradicionais e o PT. Um pacto que permitiu que o próprio PT chegasse à presidência da República e fosse parte do sistema e de sua reprodução. Este pacto já havia trincado profundamente quando espontaneamente centenas de milhares haviam saído para as ruas em 2013. Mas naquele movimento o regime foi questionado pela esquerda, com a exigência de mais direitos. Como resposta, veio um movimento por menos direitos, aproveitando-se dos escândalos de corrupção para ganhar peso de massas. Foi neste marco que a classe dominante se decidiu pelo impeachment. As medidas econômicas que o sistema exigia desta vez não conseguiam mais ser aplicadas pelo PT, necessitando para tanto de um governo mais decidido a jogar o jogo do capital mesmo que em choque aberto com o povo. O PMDB aceitou fazer este papel. E aceitou porque percebeu também que o governo petista já não podia mais enfrentar e terminar com a chamada operação Lava Jato. O objetivo anunciado por Jucá de enterrar a Lava Jato somou-se aos interesses dos capitalistas de aplicação de planos de ajuste. Tal foi a base do impeachment, que tomou a forma de um golpe parlamentar. Aceitamos esta terminologia porque foi quebrado o pacto que existia entre os partidos tradicionais para manter a dominação burguesa. Esteve longe de ser um golpe como de 64, tese durante meses defendida pelo PT para bloquear qualquer alternativa de esquerda ao seu projeto.



Essa diferença é muito importante porque há muito espaço para a luta e para a construção de uma alternativa de esquerda, embora o povo sofra derrotas econômicas e sociais pesadas. Mas os maiores embates estão na nossa frente. Tanto a relação de forças não é a de uma derrota histórica como foi em 64 que tivemos em 2017 uma Greve Geral que parou o país e que só não teve continuidade porque as centrais sindicais, inclusive a CUT, desativaram a luta. Mas os conflitos irão seguir e a situação política permanece influenciada pelo que ocorre nas ruas, a tal ponto de que a reforma da Previdência não foi aprovada.

Apesar de estarmos num cenário em que o povo pode avançar, a grande lacuna, o grande vazio de construção de alternativa de esquerda segue presente. Nossa posição sobre o julgamento de Lula em 24 de janeiro em Porto Alegre parte deste marco. Fomos oposição de esquerda aos governos do PT. Não aceitamos a defesa do regime e do pacto que foi feito pelo PT com os partidos tradicionais. Este pacto de sustentação do regime previa a continuidade da concentração de renda e a manutenção do sistema partidário dominado pelas grandes empresas. O PMDB foi sempre o partido que articulou estes acordos, ora apoiando o PSDB e depois apoiando o PT. Quando o PT foi útil, a burguesia aceitou-o e inclusive o financiou. Depois, tratou de descartá-lo. O mesmo PMDB que foi usado para selar o pacto foi quem chefiou a queda. Agora, o líder mais popular deste regime quebrado está sendo julgado. De nossa parte, condenamos o regime, mas não concordamos com a hipocrisia estabelecida de que a condenação de Lula fará justiça. Chega a ser absurdo. Temer presidente, Aécio, Eunício Oliveira, Renan Calheiros, José Sarney, Eliseu Padilha, Moreira Franco livres... E Lula condenado. Então, não se trata de justiça real, mas de justiça de classe, instrumentalizada politicamente. E, na política, a condenação de Lula tem como objetivo garantir a segunda parte do golpe parlamentar – segunda parte que estão obrigados a cumprir pela situação das pesquisas: tirar Lula da disputa presidencial para que



não exista chance do PT voltar a governar. Se o golpe foi dado para tirar o PT do condomínio de poder que tinham em comum, não faria nenhum sentido do ponto de vista dos promotores desta política permitir a candidatura de Lula.

Por isso mesmo, sentimo-nos na obrigação de deixar clara a denúncia desta operação. Permitir ao povo o direito de eleger seu candidato é o motivo pelo qual defendemos que Lula deva ser candidato. O povo deve ter este direito e uma eleição sem Lula será ainda mais antidemocrática do que todas as eleições anteriores. Afinal, se as eleições que temos vivido foram parte de um jogo comum dos partidos tradicionais e do PT, cujas regras estavam feitas para que ninguém mais pudesse vencer por fora deste jogo, agora, quando um ator importante deste pacto anterior é expulso do condomínio, a legitimidade democrática do processo reduz-se muito mais. De um regime cuja marca é a alternância entre os partidos burgueses e partidos operários reformistas, entre direita e esquerda consentida, agora passa a ser um regime sem o direito desta esquerda governar. Assim, embora o regime anterior não fosse popular, nem tivéssemos uma democracia real, a eleição sem Lula trata-se de uma grande restrição. Pode ser dito, sim, que “eleição sem Lula é fraude”. Estamos, portanto, diante de um claro retrocesso. Assim, repetimos que, apesar de termos feito oposição ao PT e a seus governantes, defendemos que o povo tem o direito de escolher. Lula está em primeiro lugar nas pesquisas e não pode sair no tapetão.

Mas nossa posição não será de participação nos atos convocados. E não participamos porque o PT fez destas ações um momento de aprovação de sua política. Arma tudo para que o ato seja uma ação de campanha eleitoral de Lula e de seus candidatos. Não faz uma ação que permita a independência e o direito à diferença. Respeitamos lideranças que, mesmo não sendo do PT, aceitam participar de tal ação. Mas, como projeto independente que condena politicamente o que o PT fez na sua política de alianças e em como deu sustentação ao regime burguês agora em





crise, não podemos nos confundir com a ideia de que este projeto seja reeditado. O projeto de Lula e da cúpula do PT provocou um desgaste muito grande das ideias de esquerda para que se possa estar lado a lado com eles num momento em que, mesmo sendo atacados, sua opção é a de enfrentar os que representam uma alternativa de esquerda verdadeira.

Por fim, repudiamos qualquer cerceamento à livre manifestação. Por isso, denunciemos o reacionário prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr., que pediu o envio de tropas da Força Nacional e do Exército para garantir a ordem pública na capital gaúcha. Nem mesmo o governo estadual do PMDB deu acordo a esta provocação. Cabe registrar, precisamente, que são proposições como a demandada pelo prefeito do PSDB de Aécio Neves que promovem desordem. É a linha de ajuste do governo Temer e seus aliados que ameaçam a ordem pública.





Por uma candidatura do PSOL independente do lulismo em 2018

Israel Dutra¹ e Thiago Aguiar²

Após a condenação de Lula pelo TRF-4 e com a diminuição das chances de que sua candidatura seja validada, intensifica-se o debate sobre a eleição presidencial de 2018. Nossa corrente manifestou-se em diversos momentos a favor do direito à postulação de Lula e contrariamente a que seus processos judiciais sejam instrumentalizados para fraudar a escolha do povo na eleição – uma vez que vários réus e indiciados na Lava Jato, como Temer, Aécio Neves, Geraldo Alckmin, José Serra, Moreira Franco, Rodrigo Maia, Eliseu Padilha, Eunício Oliveira, entre tantos outros, seguem ocupando posições de comando do poder e com seus direitos políticos preservados. Esta posição política, independente de qualquer avaliação de mérito das acusações contra Lula, em nenhum momento significou apoio a sua candidatura nem muito menos defesa do legado dos governos petistas, contra os quais fomos oposição desde a primeira hora – uma definição sem a qual não existiria o PSOL.

Diante da crise e do impasse político vividos no Brasil, com um governo ilegítimo e corrupto que ataca diariamente os direitos do povo e da classe trabalhadora, aprofundando a desigualdade e ameaçando o futuro do país, temos a convicção de que o acúmulo político e programático construído pelo PSOL ao longo de sua história é fundamental para a construção de uma nova esquerda no Brasil.

Precisamos, com urgência, construir uma alternativa de esquerda à falência deste regime político apodrecido e dos principais atores partidários que o sustentam. Esta alternativa será construída nas lutas contra o ajuste e os ataques à classe

1 Sociólogo, dirigente do PSOL e do MES.

2 Doutorando em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.





trabalhadora. Fora da ação de massas não há esta possibilidade. Temos o dever de apresentar o que acumulamos também nas eleições de 2018. Do contrário, o povo encontrará na disputa de outubro uma esquerda agarrada ao passado que se confunde – pela defesa explícita ou por cumplicidade envergonhada – com os esquemas corruptos da burguesia e de seus agentes políticos. A ausência desta alternativa independente, anticapitalista e antirregime abre espaço para a canalização da indignação popular por projetos reacionários como o de Bolsonaro ou pelas tentativas do regime de reciclar-se com um “outsider” como Huck.

O debate sobre candidatura presidencial do PSOL

Nós, do MES, defendemos que os melhores nomes para representar o PSOL na disputa eleitoral seriam os de Luciana Genro ou Marcelo Freixo. Luciana por ser fundadora do partido, por acumular força deste período de enfrentamento corajoso e por encarnar o programa partidário com força em 2014. Também por ser uma mulher combativa num período de luta das mulheres. A outra opção seria Freixo, que mostrou sua força em 2012 e 2016, quando passou para o segundo turno das eleições do Rio. Infelizmente, Freixo não aceitou encabeçar esta tarefa. Porém, por divergências políticas com as posições do MES, o nome de Luciana sofreu oposição da US, não aceitando que a marca da luta contra a corrupção fosse a marca do PSOL. Não é a primeira vez que este bloco de forças no interior do PSOL atua desarmando o partido.

Em 2013, quando a US obteve maioria num congresso partidário graças às distorções das plenárias no Amapá, foi feita a escolha de Randolfe Rodrigues como candidato. O senador terminou desistindo pela pressão da militância e assumiu abertamente sua política de conciliação de classes saindo do partido para manter suas alianças com setores burgueses, com o DEM incluído.





Luciana Genro terminou sendo a representante do PSOL em 2014 e fez uma campanha vitoriosa, apesar do pouco tempo de preparação prévia e da ausência quase absoluta de recursos. Agora, seria muito mais forte. Infelizmente, a esquerda do PSOL continuou fragmentada, o que impediu a luta por esta possibilidade realizar-se. Desse modo, no congresso de 2017, a US pôde seguir dando as cartas com tranquilidade, apoiando-se também em lideranças independentes do PSOL e sobretudo – como nós do MES e de outras correntes denunciámos na oportunidade – se apoiando nas mesmas manobras do Amapá, aliada com Randolfe e Clécio (prefeito de Macapá), mesmo depois da ruptura de ambos com o partido.

O novo do congresso, porém, foi a possibilidade de uma aliança do PSOL com alguns movimentos sociais, particularmente com movimentos de moradia que se fortaleceram depois de junho de 2013. Concretamente, o MTST. Como somos uma corrente que reivindicou e participou ativamente de junho de 2013, valorizamos desde sempre esta hipótese. Lideranças independentes, em particular Marcelo Freixo, apresentaram sua intenção de que Guilherme Boulos fosse o candidato do PSOL.

Sobre a hipótese Boulos

O congresso terminou sem a escolha de um nome nem debateu um programa, mas autorizou o oferecimento da candidatura presidencial do PSOL a Guilherme Boulos. Ainda que tivéssemos assinado o apoio ao nome de Plínio Sampaio Jr., um economista marxista sério e militante do PSOL desde 2005, o MES resolveu, a partir desta decisão, mesmo sem o compromisso fechado de apoiá-la, trabalhar a possibilidade de Boulos desenvolver esta hipótese e, caso as posições se aproximassem, apostar num compromisso sólido para as eleições e depois delas. Nossa corrente fez isto por razões óbvias: Boulos tem uma trajetória respeitável como liderança de um importante movimento social, com o qual





já compartilhamos diversas lutas. Trata-se de um dirigente com muitas qualidades: jovem, com larga experiência de combate, e com ampla capacidade de diálogo, ao longo dos últimos 15 anos, com diversos setores da esquerda socialista brasileira.

Uma candidatura de Guilherme Boulos à presidência pelo PSOL poderia significar, então, a combinação do acúmulo de nosso partido – que enfrentou a política econômica pró-capital dos governos do PT e a corrupção da casta política – com a ideia poderosa de que só a luta do povo pode parar o ajuste da burguesia e obter conquistas. Sem dúvida, uma candidatura de Boulos pelo PSOL, com perfil claramente independente do lulismo, poderia recuperar o diálogo estabelecido pela campanha de Luciana em 2014 com o exemplo de junho de 2013. Recuperar e ir além, já que agregaria o componente da ação direta com muito mais força. Afinal, para nós, junho segue sendo uma bússola para a construção de uma nova esquerda no Brasil, baseada na ideia da mobilização popular e no combate ao regime falido da Nova República, cujas instituições estão a serviço, de forma cada vez mais escancarada, dos interesses da burguesia, da autopreservação e dos negócios de seus agentes políticos.

O MES reivindica seus encontros com Boulos e com o MTST nas ruas de São Paulo em junho de 2013 e nas mobilizações por moradia. Por isso, nossa corrente, inclusive, entenderia que Boulos expressasse posições particulares, de críticas duras ao judiciário e até mesmo à Operação Lava Jato. Aceitaríamos porque nossa corrente é crítica e combate este poder judiciário que persegue os pobres, os jovens, os negros, os movimentos sociais. Então, sobre isto, nem sequer seria uma concessão, mas a expressão de nossa convicção. Mas o MES também aceitaria fazer concessões. É o caso da Lava Jato, tendo em vista que oferecemos nosso apoio ao combate aos corruptos e corruptores, e defendemos neste sentido seu papel no desmonte de quadrilhas partidárias, como a do PMDB do Rio. Mesmo reafirmando nossa linha, nossa corrente aceitaria que Boulos se separasse da Lava Jato e





mesmo apresentasse críticas, até porque não somos apoiadores incondicionais de uma operação que é desviada por interesses políticos e hoje está sendo mais dura com uns em detrimento de outros, mesmo que por influência de instâncias superiores da Justiça.

Mas, infelizmente, Boulos tem ido muito além disso. Lamentamos que no último período as posições de Boulos estejam cada vez mais próximas do PT. A política que tem defendido não é a política votada pelo PSOL em seus congressos, já que o partido sempre se definiu como oposição aos governos petistas. Boulos tem reivindicado os governos de Lula e Dilma como progressistas, buscando um diálogo com uma posição de disputa da “herança do lulismo”. Está muito longe de dizer o que o PSOL tem afirmado ao longo de sua história: que os governos do PT estiveram a serviço dos capitalistas, dos banqueiros, grandes empresários e até mesmo do latifúndio. Assim, envolveram-se em corrupção. Os governos do PT foram inimigos dos trabalhadores. Em nenhum momento, Boulos tem feito esta definição. Não se trata de fazer do PT nem de Lula o centro de nossa campanha. Isso não faria sentido. Não é mais o PT que governa. Então, é claro que não tem sentido do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores fazer do PT o inimigo principal. Esta é a posição do MES. O inimigo principal é o governo, os partidos que o sustentam e os golpistas. Mas não aceitamos que o PT seja absolvido. E Boulos foi mais longe: disse que o povo brasileiro absolveu Lula. De nossa parte, embora defendamos o direito de Lula ser candidato e sejamos contra sua prisão, não o absolvemos como representante do povo.

Por isso, o MES passou a descartar a hipótese de que a candidatura de Boulos seja independente do lulismo. Para a corrente, esta hipótese perdeu força por Boulos assumir como eixo a defesa de Lula. Ao atrelar a defesa do direito do ex-presidente ser candidato à defesa política dos governos petistas, Boulos acaba se aproximando e reproduzindo posições





formuladas pela cúpula nacional do PT.

Atualmente, o partido chega às vésperas da conferência eleitoral sem um nome nas pesquisas, sem aparecer diante da imprensa e do povo com um pré-candidato. Nessas circunstâncias agudas, a ausência do PSOL do debate nacional é um problema grave.

Unir a esquerda do PSOL e lutar por uma candidatura independente do lulismo

É necessário o partido acertar seu rumo. Ainda há tempo para evitar a diluição de nosso perfil em favor da estratégia de sobrevivência de Lula e do PT. Para isto, precisamos imediatamente construir uma candidatura presidencial que reflita o acúmulo político do PSOL e seu perfil independente do lulismo – o que as atuais posições de Boulos não permitem fazer.

O partido deve aprofundar seu debate programático, oferecendo uma análise da crise brasileira e uma política capaz de enfrentar o ajuste, o desmonte do patrimônio público e a falência das instituições burguesas, desmoralizadas pela corrupção. Além de construir um programa, o PSOL necessita de um debate mais amplo para definir seu candidato e para que este seja legitimado pela base partidária.

Por fim, precisamos de um nome que unifique a esquerda partidária e represente este acúmulo programático. Durante o congresso do PSOL, apoiamos o nome do companheiro Plínio Sampaio Jr., respeitando as postulações de outros nomes. Somos parceiros para seguir este debate com aquelas e aqueles que concordem com a necessidade de uma candidatura independente do lulismo para o PSOL. Para isto, é preciso buscar já a unidade em torno de um nome para representar o acúmulo coletivo de nosso partido.

